

RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Ana Elizabeth Neirão Reymão

Economista, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA)
bethrey@uol.com.br

João Gustavo Gouveia Loureiro

Estudante do Curso de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA), membro do grupo de pesquisa e extensão sobre Mercado de Capitais e os Fundos de Pensão no Brasil
gustavogloureiro@gmail.com

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194, *caput*, adota o conceito de Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Seguindo os ditames de um Estado Democrático e Social de Direito, esse sistema propõe-se a garantir proteção e segurança ao cidadão ao longo de sua existência, provendo-lhe a assistência e recursos necessários para enfrentar situações de risco social.

Entendida como parte da Seguridade Social, a Previdência Social é uma espécie de seguro social que tem por objetivo cobrir tais riscos e prover subsistência e amparo ao trabalhador e seus dependentes em casos como a incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos de família, morte e reclusão.

No Brasil, a Previdência Social está estruturada em um regime de repartição simples, no qual pois os trabalhadores ativos contribuem, financiando o pagamento dos benefícios dos inativos. Nesse Regime Geral da Previdência Social (RGPS) existe, então, uma espécie de pacto intergeracional no qual o pagamento dos seus próprios benefícios dependerá da geração futura, de novos trabalhadores que ingressarem no sistema previdenciário.

Assim, a Previdência Social é contributiva e figura-se pela intervenção do Estado por meio da regulamentação e obrigatoriedade dos seguros sociais. De maneira complementar, tem-se a previdência privada, a qual é operada por meio das Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A diferença básica entre as duas é que as segundas, também conhecidas como Fundos de Pensão, atuam sob a forma de fundações de direito privado ou de sociedade civil e não possuem fins lucrativos, tendo a finalidade de administrar e operar planos de benefícios previdenciários criados por empresas (patrocinadores) para seus empregados (participantes) ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores) para seus associados (participantes). As entidades abertas, por sua vez, são acessíveis a qualquer pessoa física (Lei Complementar 109/2001).

A previdência complementar funciona como um fundo de investimentos orientado para a aposentadoria. Trata-se de um regime de capitalização no qual a característica principal é o pré-financiamento do benefício, ou seja, o próprio trabalhador, individualmente, durante a sua fase laborativa, deve produzir um montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário.

Desta forma, percebe-se que os dois regimes distintos de previdência comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade. Entretanto, por muitas vezes o debate acerca da previdência pública e da privada gera certas dúvidas, principalmente, pelo desconhecimento das normas e princípios que as regem. Afinal, a previdência pública é mais vantajosa que a privada? Se os indivíduos pudessem optar por apenas uma destas, qual seria a melhor opção?

Com vistas a responder tais questões, o presente trabalho objetiva comparar os rendimentos proporcionados aos trabalhadores pela Previdência Social e pela previdência complementar no Brasil, que já possui quase 3 milhões de participantes. Trata-se de um estudo de caso sobre as vantagens ou não dos rendimentos auferidos para aplicação em previdência privada, tomando-se como referência benefícios oferecidos pela Brasilprev e pela Mapfre. Como detalhado adiante, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria.

Nas seções seguintes, o texto traz uma breve discussão sobre os rendimentos na aposentadoria, apresenta os dados da análise proposta e discute as conclusões do estudo.

2. Trabalho e rendimentos na aposentadoria

Como fruto dos avanços científicos e tecnológicos da humanidade, juntamente às ações nas áreas sociais e aos cuidados com a saúde e mudanças nos hábitos e estilos de vida da população, o aumento da longevidade trouxe novos desafios à sociedade. Dada a evidente transição demográfica, tanto em termos globais quanto nacional, para uma população mais envelhecida, são crescentes as necessidades de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária (BULLA & KAEFER, 2003).

Segundo Camarano (2002), para melhor entender e desenvolver políticas capazes de fazer face às necessidades enfrentadas por esta população mais envelhecida é crucial analisar suas condições de vida e de dependência. Um dos elementos fundamentais nesta análise são os rendimentos obtidos no momento da inatividade ou aposentadoria. Conforme destaca a autora, a renda dos idosos depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos.

Dado que, via de regra, os benefícios pagos pela previdência social são insuficientes para a manutenção de uma vida digna, o idoso necessita, por muitas vezes, retomar suas atividades laborativas. Tal fato é de clara observância, principalmente, quando os idosos são os chefes/mantenedores de seu núcleo familiar. A reinserção dos idosos e, portanto, crescente participação no mercado de trabalho brasileiro torna necessária a formulação de políticas públicas que os perceba como atores sociais e políticos que pertencem a uma categoria que demanda mais atenção (BULLA & KAEFER, 2003; WAJNMAN *et al*, 2004).

Nesse contexto, várias instituições financeiras vêm oferecendo planos de previdência complementar, os quais podem ser organizados de forma independente ao RGPS. Dentre as principais vantagens anunciadas, destacam-se o argumento de são planos de “grande praticidade”, pois o dinheiro é debitado da conta de quem os adquire e administrado por bancos

e seguradoras que apenas cobram uma taxa de administração em troca da “formação de formação de uma poupança que será transformada em renda de aposentadoria no futuro”:

O dinheiro é debitado em sua conta corrente e uma grande equipe de funcionários passa a administrá-lo. Eles compram títulos públicos e, algumas poucas vezes, ações; cuidam da contabilidade e enviam extrato com a evolução de seu investimento. Tudo isso sem que você precise sair de casa ou ficar acompanhando as loucuras do “Mercado Financeiro” ou ter que administrar inquilinos enrolados ou, ainda, negócios arriscados. Lógico que tudo isso tem custos. Outra vantagem é a sua liquidez, já que os depósitos podem ser sacados a cada dois meses (GUIMARÃES, 2010, p. 80).

Apesar de advertirem sobre os riscos e a importância do bom planejamento das aplicações em previdência privada para que o saldo acumulado na data da aposentadoria seja transformado em benefícios de renda mensal, observa-se que a cada reforma previdenciária anunciada pelo governo, na qual a cada dia vai-se reduzindo os direitos sociais dos cidadãos, um número maior de participantes procura esse tipo de aplicação financeira. Teme-se que o benefício a ser recebido pelo aposentado previdência social não lhe permitirá manter o padrão de vida ao qual está acostumado contando apenas com esta renda, fortalecendo a previdência complementar.

Assim, é perceptível a relação das condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos com os benefícios previdenciários obtidos, uma vez que estes determinam, em maior ou menor grau, sua qualidade de vida. Dado que os regimes previdenciários (público e privado) comungam, em parte, do mesmo objetivo: proporcionar ao trabalhador aposentado um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, percebe-se a necessidade de compreender as regras que os norteiam, suas vantagens e desvantagens, bem como a possibilidade de complementariedade ou não entre ambos.

3. Análise comparativa dos rendimentos previdenciários: Previdência Social x previdência complementar

A pesquisa desenvolvida tem abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira justifica-se pela consulta e entendimento da literatura que discute o trabalho e os rendimentos na aposentadoria, bem como a questão da Previdência Social brasileira e da previdência privada (complementar aberta), destacando os principais fatores e regras que norteiam cada uma destas.

A abordagem quantitativa, por sua vez, foi desenvolvida por meio de simulações elaboradas a partir das regras (ainda vigentes) da Previdência Social, e de duas entidades de previdência complementar que operam no Brasil, a Brasilprev e a Mapfre.

Com o intuito de responder as questões propostas no presente trabalho, tanto a abordagem qualitativa quanto as simulações serviram de base para a análise comparativa entre os dois regimes previdenciários estudados, considerando elementos-chave como o tempo de contribuição, a renda e os benefícios concedidos aos indivíduos.

Dada a necessidade de o trabalhador aposentado manter um padrão de renda próximo ao que tinha quando estava em atividade, com vistas a manter um padrão de vida digno, buscou-se analisar os diferentes regimes previdenciários e classificar qual destes é o mais vantajoso do ponto de vista dos benefícios proporcionados aos trabalhadores.

Para tal, tomou-se como caso hipotético um trabalhador assalariado que tenha uma renda mensal correspondente ao teto máximo a ser coberto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no momento da aposentadoria. Para fins de comparação, simulou-se os possíveis benefícios obtidos por meio da Previdência Social e por duas Entidades Abertas de Previdência Complementar, a Brasilprev e a Mapfre, considerando os mesmos parâmetros de renda, idade e tempo e valor da contribuição. A renda do trabalhador assume o valor de R\$ 5.189,82 e a alíquota de contribuição mensal 11%, ou seja, R\$ 570,88. Adotou-se como idade inicial de contribuição 24 anos e como idade de término 62 anos. Desta forma, o tempo de contribuição deste trabalhador hipotético seria de 38 anos.

Estes valores foram estipulados já tendo em vista possíveis mudanças nas regras da Previdência Social, por meio da reforma que tramita no legislativo nacional. No caso trabalhado, assumiu-se que a pontuação exigida para o recebimento do benefício integral, ou seja, sem a redução pelo fator previdenciário, seria de 100 pontos para homens e 90 pontos para mulheres.

Nesta hipótese, com a idade de 62 anos e os 38 anos de contribuição, o trabalhador atingiria os 100 pontos necessários para o benefício integral. Após o período de atividade laborativa – com a contribuição mensal supracitada, este trabalhador, ao entrar na inatividade, obteria o direito de receber os benefícios previdenciários integrais, ou seja, no mesmo valor de sua renda mensal (R\$ 5.189,82).

Em comparação à previdência pública, a partir de simulações com os mesmos dados, a previdência privada (Brasilprev e Mapfre) evidenciou uma performance aquém da primeira. Em um cenário de rentabilidade anual líquida (descontada a inflação) de 4%, as duas entidades proporcionariam benefícios mensais de, no máximo, 55,75% daqueles proporcionados pela Previdência Social. Caso fosse possível optar por apenas um destes regimes previdenciários, o trabalhador, optando pelo privado, perderia mais que R\$ 2.000 mensalmente durante todo o seu tempo de aposentadoria, o que evidencia um desempenho aquém do apregoado pelos que defendem as vantagens de aderir aos planos de previdência privada (Quadro 1).

Quadro 1 - Análise comparativa dos rendimentos da Previdência Social e da Previdência Complementar Aberta

Perfil do Contribuinte	Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	Seguradora	<u>Brasilprev</u>	Mapfre
Média Salarial	R\$ 5.189,82	Contribuição Mensal	R\$ 570,88	
Alíquota INSS	11%	Tempo de Contribuição	38 anos	
Contribuição Mensal	R\$ 570,88	Rentabilidade Anual Líquida	4%	
Idade de Início	24	Benefício Mensal Vitalício	R\$ 2.893,57	R\$ 2.628,92
Idade de Saída	62			
Tempo de Contribuição	38 anos	Diferença (Seguradora - INSS)	-R\$ 2.296,25	-R\$ 2.560,90
Pontuação INSS	100	Proporção (Seguradora / INSS)	55,75%	50,65%
Aposentadoria 100/90	R\$ 5.189,82			

Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Previdência Social, Brasilprev e Mapfre.

Deste modo, apesar das críticas e argumentos cada vez mais pessimistas quanto ao futuro da Previdência Social no país, o artigo mostra que, considerando cenários de mesmos aportes/contribuições mensais, mesmo tempo de contribuição e de rentabilidade anual líquida de 4% para a previdência privada¹, a previdência pública apresenta-se, largamente, mais

¹ Pode-se afirmar que o cenário de rentabilidade anual líquida, ou seja, já descontada a inflação e as taxas de administração, no patamar de 4% é bem próximo da realidade. Uma vez que os recursos dos planos de previdência



vantajosa ao conceder o benefício integral ao trabalhador aposentado, uma vez alcançada a pontuação mínima estabelecida.

Para uma análise mais completa dos possíveis rendimentos na aposentadoria, sugere-se uma comparação mais ampla, considerando outras possibilidades além da previdência privada, tais como: títulos públicos federais, fundos de investimentos e demais aplicações disponíveis no mercado financeiro, visando compreender as melhores alternativas de formação da capacidade financeira e manutenção de vida digna no momento da inatividade/aposentadoria.

4. Considerações finais

Considerando a transição demográfica para uma população mais envelhecida e, portanto, a crescente necessidade de assistência e proteção social aos mais vulneráveis que ocupam o topo da pirâmide etária, é de fundamental importância a discussão acerca dos rendimentos na aposentadoria (CAMARANO, 2002). Uma vez que a renda desses depende, especialmente, dos benefícios previdenciários, e que esta dependência avança conforme cresce a idade dos mesmos, conceber uma renda próxima à recebida no período de atividade é crucial para manter um padrão de vida digno e protegido de infortúnios.

Desta maneira, é essencial a conscientização e planejamento para um futuro em que as condições de vida e de dependência dos trabalhadores inativos são determinadas, em maior ou menor grau, pelos benefícios previdenciários obtidos. Tal fato é ainda mais necessário no momento atual pelo qual passa o Brasil. A proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), ao reduzir os direitos dos trabalhadores, com elevação da idade mínima e fixação de parâmetros dificilmente atingíveis, especialmente para os mais pobres, torna-os ainda mais vulneráveis no momento que encerram suas atividades laborativas, parecendo desconsiderar o prolongado período que contribuíram.

O benefício previdenciário, como aqui se discutiu, pode ser pago pela Previdência Social ou previdência complementar, a primeira de adesão compulsória e a segunda, voluntária. Cada vez mais o RGPS vem perdendo importância para os trabalhadores de renda média e alta,

são aplicados em maior proporção em ativos de renda fixa, os quais são, via de regra, lastreados pela Taxa Selic, a rentabilidade líquida, dificilmente, ultrapassará este patamar, principalmente no cenário de queda dos juros brasileiros neste ano de 2017.

abrindo espaço para a previdência privada, que tem aumentado o número de participantes no país.

No presente trabalho, constatou-se que num cenário realista, com rentabilidade anual futura líquida de 4%, a previdência pública é mais vantajosa que a previdência privada para os beneficiários que possuem média salarial até o teto dos valores de aposentadoria do INSS (R\$ 5.189,82). Deste modo, caso fosse possível a opção por um dos regimes, claramente, o mais recomendado é a Previdência Social.

Seria, então, dentre tantas outras críticas a ela estampadas nas redes sociais e em alguns veículos da imprensa, a Reforma da Previdência uma maneira de torná-la cada vez menos atraente para o trabalhador de mais alta renda no país? Os dados aqui apresentados sugerem que sim. No entanto, para uma análise mais completa do tema, faz-se necessário outros estudos para melhor discutir essa hipótese de financeirização da previdência do trabalhador.

5. Referências

BRASILPREV. **Simulador.** Disponível em: <https://www2.brasilprev.com.br/SimuleContrate/Paginas/default.aspx>

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso.** Revista Virtual Textos e Contextos, nº 2. PUC-RS, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.** Texto para discussão nº 858. IPEA. Rio de Janeiro, 2002.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Aprenda a simular quando e quanto será a sua aposentadoria.** Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/05/aprenda-a-simular-quando-e-quanto-sera-a-sua-aposentadoria-4761784.html>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

ESTADÃO. **Previdência privada não conseguiu repor a inflação.** Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/previdencia-privada-nao-conseguiu-repor-a-inflacao-imp-,1116809>. Acesso em 4 de maio de 2016.

FOLHA. **Calculadora da aposentadoria: em que ano você pode parar de trabalhar sem desconto no benefício.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720484-calculadora-da-aposentadoria-em-que-ano-voce-pode-parar-de-trabalhar.shtml>

FREITAS, I. DA C. **Previdência Social e Democracia,** 2008. Disponível em:

http://www2.anfip.org.br/Fundacao_ANFIP/publicacoes/publicacoes/artigos/IreneFreitas_08AGO08.pdf. Acesso em 20 de junho de 2016.

GUIMARÃES, Magda Cristiane Monteiro. Estudo do programa da educação financeira e previdência nas entidades fechadas de previdência complementar. In: **2º Prêmio PREVIC de Monografias: previdência complementar fechada**. Brasília: MPS, Previc, 2010, p. 59-119.

JORNAL HOJE. **Entenda como funciona e veja qual a melhor regra para se aposentar**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/03/entenda-como-funciona-e-veja-qual-melhor-regra-para-se-aposentar.html>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

JUSBRASIL. **O que muda no cálculo da aposentadoria com a regra 85/95 da MP nº 676/2015**. Disponível em: <http://paulamcasi.jusbrasil.com.br/artigos/200643297/o-que-muda-no-calculo-da-aposentadoria-com-a-regra-85-95-da-mp-n-676-2015>

MAPFRE. **Simulador**. Disponível em: <http://simulador.mapfreprevidencia.com.br/>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Aposentadorias**. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/aposentadoria>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

MTPS. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS)**. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/servicos-do-ministerio/servicos-da-previdencia/beneficios-assistenciais-e-de-legislacao-especifica/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

MTPS. **Fator previdenciário 2016**. Disponível em: http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/fator-previdenciario_2016.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PROTESTE. **Aposentadoria: confira 10 novas regras do INSS**. Disponível em: <http://www.proteste.org.br/dinheiro/previdencia-e-aposentadoria/noticia/aposentadoria-confira-10-novas-regras-do-inss>. Acesso em 15 de junho de 2016.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. Seguridade social: conceito constitucional e aspectos gerais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigo_id=11212>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

VIEIRA, R. R.; NETO, A. B. S. **O Papel da Previdência Social na Efetivação de um Estado de Bem-Estar Social Brasileiro**. Reunião Anual da SBPC. Anais. Florianópolis: 2006.

WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C., & OLIVEIRA, E. L. (2004). **Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências**. In A. A. Camarano (Org.), Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? (pp. 453-479). Rio de Janeiro: IPEA.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea

Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017

ISSN: 2318-9517



A insegurança no mercado de trabalho da música

Artur Peluso Waismann

Graduando de Ciências Econômicas na UFRGS

e-mail: arturwaismann@gmail.com

Cássio da Silva Calvete

Professor Adjunto da UFRGS e Doutor em Economia Social e do Trabalho (IE-

UNICAMP)

e-mail: cassio.calvete@ufrgs.br

Eduardo Rodrigues Sanguinet

Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM) e Mestre em Desenvolvimento Rural

(UFRGS). Doutorando em Economia do Desenvolvimento (PUCRS)

e-mail: eduardorodriguessanguinet@gmail.com

1. Introdução

O mercado da música no Brasil, assim como em outros países, passou por mudanças consideráveis ao longo das últimas décadas. Pode-se afirmar que a lógica da inserção do trabalho do músico (e demais trabalhadores inseridos neste mercado) era mais bem definida há algumas décadas, a partir do trabalho de composição, interpretação, gravação e, em alguns casos, comercialização do produto musical. Tinha-se um movimento mais ou menos linear, composto por uma série de atividades que se interligavam e que adicionavam valor ao produto musical (SEBRAE, 2015).

O profissional da música utiliza conhecimentos e técnicas fundamentadas para atuar, assim o segmento da música forma-se tanto pelos compositores, instrumentistas, integrantes de orquestras, de bandas ou grupos informais quanto por trabalhadores que atuam individual e informalmente. Podem ou não apresentar-se em espaços abertos ao público ou ainda atuarem artisticamente gravando músicas com vistas à futura

comercialização. Esta gama de ocupações, formais e informais, compõe o mercado de trabalho da música e estas mesmas ocupações determinam a estruturação desse mercado.

A chegada e a popularização da internet e dos meios digitais de comunicação e compartilhamento de conteúdo online provocaram mudanças de base no cenário musical mundial, afetando, em grande medida, o mercado de trabalho e as ocupações ligadas à produção musical brasileira. No começo, em meados dos anos 2000, esta mudança foi gradual, mas logo o processo acelerou-se. Diante destas mudanças que atingem o mercado da música, o presente artigo busca analisar descritivamente a forma como o seu mercado de trabalho foi afetado a partir dos anos 2000 no Brasil e discutir o grau de proteção dos trabalhadores. Nossa avaliação centra-se nas mudanças vistas no mercado de trabalho e suas principais características em relação ao mais amplo, discutindo-se a forma como as ocupações da música inserem-se no mercado de trabalho brasileiro e sua dinâmica ao longo da década de 2000 até o ano de 2014.

O artigo está organizado em quatro grandes partes, a contar esta inicial e introdutória. Na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados do mercado de trabalho da música. Na terceira, discutimos os resultados, de forma a inserir o mercado de trabalho na música e as suas características no mercado de trabalho geral, verificando as principais mudanças vistas e avaliando o grau de proteção do trabalhador musical no país. A quarta, e última, apresenta as principais considerações do presente estudo.

2. Procedimentos metodológicos

A proposta deste estudo baseia-se na análise do grau de proteção que os trabalhadores da música usufruem no mercado de trabalho brasileiro, além de verificar sua evolução ao longo do período 2003 - 2014. A escolha deste período justifica-se diante de três fatos principais. O primeiro relaciona-se às mudanças percebidas no mercado musical mais amplo, dada às mudanças e a entrada da internet nos meios de difusão do produto musical que mudou em grande medida a dinâmica e alcance do produto musical ao público. O segundo, às mudanças vistas no cenário econômico mais amplo, em que nos interessa verificar como o mercado de trabalho da música comportou-se em meio a mudanças econômicas mais amplas que afetaram distintos mercados de trabalho no país.

Por fim, está a questão da disponibilidade de dados para análise, que compreende o período de 2003 a 2014.

Foram utilizados dados oriundos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte ocupacional é utilizado para evidenciar a realidade das ocupações relacionadas à música no Brasil no período de análise especificado. Dado o caráter dos trabalhadores da música, a utilização do recorte ocupacional permite-nos considerar a informalidade vista nesse segmento.

Desta forma, o mercado de trabalho foi retratado tendo como base a classificação do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) adotado pelo IBGE na PNAD anual, em que se selecionou um grupo de ocupações vinculadas aos setores e às atividades da música. As ocupações consideradas foram: a) 2624 - Compositores, músicos, cantores; b) 3731 - Técnicos em operação de estação de rádio; c) 3741 – Técnicos em operação de aparelhos de sonorização; d) 3762 - Músicos e cantores populares; e) 7421 - Confeccionadores de instrumentos musicais e f) 9152 - Reparadores de instrumentos musicais. As próximas seções mostram a análise dos resultados e as considerações do presente estudo.

3. Resultados

Analizamos os resultados do estudo em duas partes. Na primeira, mostramos a evolução ocupacional e dos rendimentos do segmento da música em relação ao mercado de trabalho geral, onde avaliamos as mudanças vistas ao longo dos anos. Na segunda, analisamos a questão relacionada à proteção usufruída pelo trabalhador da música ao longo desse período, com enfoque especial no ano de 2014.

Para retratar as características sociais e econômicas que permeiam o mercado de trabalho do segmento da música no Brasil, consideramos os anos 2003, 2008 e 2014. A compreensão para esses três anos permite-nos ter um olhar sobre as mudanças estruturais da realidade dos ocupados envolvidos com atividades de trabalho correlatas à música.

3.1 Evolução do mercado de trabalho da música: Análise de 2003 a 2014

A compreensão das mudanças, bem como o retrato da realidade do total de ocupados nos setores da música no país, pode ser vistos na Tabela 1, que mostra o total

de ocupados na economia e nas ocupações da música e sua discriminação estratificada por sexo.

Tabela 1. Evolução do número de trabalhadores por sexo na Música e no Total de ocupados.

Segmentos	Sexo	2003	2008	2014	Var 2003/2014
Música	Homens	130.781	144.897	140.154	7,17%
	Mulheres	14.625	24.072	14.011	-4,20%
	Total	145.406	168.969	154.165	6,02%
Total de ocupados	Homens	43.557.844	50.166.207	53.502.091	22,82%
	Mulheres	27.993.443	34.344.023	38.540.629	37,68%
	Total	71.551.287	84.510.230	92.042.720	28,64%

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Na Tabela 1 pode-se notar que tanto na música, quanto no quadro geral de ocupados, houve um aumento no número de ocupados no período analisado, ainda que na música esse aumento tenha representado uma variação menor que no mercado de trabalho geral. É interessante notar que o mercado de trabalho da música acompanhou o crescimento do mercado de trabalho geral da economia no primeiro período analisado. Contudo, é nitidamente perceptível que este sofreu bastante com o período de estagnação pós ano de 2008, apresentando expressiva queda entre 2008 e 2014.

Em relação aos sexos, nota-se que o mercado amplo de trabalho apresentou aumento da participação das mulheres, que passou de 39,12% em 2003 para 41,87% em 2014. Na música, em 2003, as mulheres representavam cerca de 10% do mercado de trabalho, apresentando em 2008 um aumento para 14,25% do mesmo. Em 2014, contudo, apresentando os reflexos do período de estagnação da economia brasileira, o quadro total de mulheres no mercado de trabalho da música diminuiu consideravelmente mais que para os homens, representando, ao fim do período, cerca de 9% do total de ocupados da música. Outro importante indicador para a compreensão do mercado de trabalho da música frente à realidade das ocupações no país é o rendimento médio, retratado na Tabela 2.

Tabela 2. Evolução do rendimento médio na música e no total de ocupados¹

	2003	2008	2014	Variação 2003/2014
Música	1.321,75	1.827,69	2.451,76	85,49%
Total de ocupados	1.503,66	1.678,99	2.052,45	36,49%

Nota:¹ Valores deflacionados pelo IPCA para agosto de 2016. Os rendimentos referem-se às ocupações principais.

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

É possível notar que houve um crescimento real do rendimento médio, tanto para o total de ocupados, quanto para os ocupados da música. Ao longo dos anos os ocupados da música tiveram uma variação em seu rendimento médio maior do que a do total de ocupados. Diversos fatores podem ser citados para compreender essas variações nas atividades da música frente às demais. De um lado, a melhora real da remuneração e a consequente valorização das ocupações da música. Por outro, tem-se fatores como a extinção de postos de trabalho com remuneração inferior, principalmente no último período (2008 – 2014), em que se verifica uma redução dos postos de trabalho informais causando um efeito estatístico de melhoria dos rendimentos médios. Na próxima subseção, analisamos o grau de proteção dos trabalhadores da música.

3.2. Proteção do Trabalho

Um dos primeiros quesitos analisados ao falarmos da proteção do trabalho refere-se ao nível de formalidade no mercado de trabalho. A observação deste ponto é importante para que se compreendam algumas diferenças estruturais do mercado de trabalho da música em relação ao mercado de trabalho geral, como retrata a Tabela 3.

Tabela 3. Total de ocupados formais e informais

Segmento	2003		2008		2014	
	Formais ¹	Informais ²	Formais ¹	Informais ²	Formais ¹	Informais ²
Música	14.961	130.445	24.870	142.446	25.820	128.345
Total de ocupados	34.535.480	37.012.665	44.672.063	39.838.167	51.868.619	40.174.101

Nota: ¹Formais: Trabalhador doméstico com carteira, Militares, Empregador, empregado no setor privado com carteira, funcionário público estatutário; ² Informais: Trabalhador doméstico sem carteira, empregado no setor privado sem carteira, Conta-própria, trabalhador não remunerado.

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Para a totalidade dos ocupados, 2003 é o único ano no qual a informalidade apresentou-se superior à formalidade, representando 51,73% do total de ocupados. Em 2008 os ocupados formais passam o total de informais, com a informalidade passando para 47,14% do total de ocupados. Ao se analisar os dados referentes ao mercado de

trabalho da música, nota-se no primeiro período, um crescimento mais expressivo do trabalho formal. Em 2003, os trabalhadores informais representavam 89,71% do total de ocupados da música. No ano de 2008 a informalidade passou a representar 84,3% e, em 2014, as ocupações informais reduziram-se, passando a representar 83,25% do total de ocupados da música.

É interessante notar a variação absoluta dos números de ocupados formais e informais na música. Enquanto o mercado de trabalho formal apresenta um aumento de cerca de 10.000 postos de trabalho no primeiro período e no segundo um aumento de 950 postos de trabalho, o mercado de trabalho informal apresentou movimentos distintos. Após serem criadas cerca de 12.000 ocupações no primeiro período no mercado de trabalho informal da música, foram extintas cerca de 14.000 destas ocupações no segundo. Nota-se, portanto, que a diminuição da informalidade na música apresentada após o segundo período analisado se deve majoritariamente à extinção de postos de trabalho que antes existiam no mercado informal.

A contribuição para a previdência por parte dos ocupados é outro indicador importante referente à proteção que as atividades de trabalho proporcionam ao trabalhador. A tabela 4 revela o número de trabalhadores com e sem contribuição previdenciária.

Tabela 4. Total de ocupados com e sem contribuição previdenciária

Segmento	2003		2008		2014	
	S/ contr.	C/ contr.	S/ contr.	C/ contr.	S/ contr.	C/ contr.
Música	123.915	21.491	134.651	34.318	107.36	46.805
Total de ocupados	34.419.747	37.131.157	36.347.194	48.163.036	31.915.258	60.127.462

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

É possível observar o aumento da participação relativa dos contribuintes em relação aos não contribuintes, que passa de aproximadamente 52% para 65% dos ocupados. Direcionando o olhar para o mercado de trabalho da música, observa-se que a estrutura deste se diferencia do mercado geral de trabalho, com ampla maioria dos ocupados sendo não contribuintes em todos os períodos observados. A evolução dos dados aponta que o número de contribuintes passou de 14,77% em 2003 para 30,36% em 2014, mais que dobrando a participação relativa dos contribuintes, mas ainda distante das relações apresentadas pelo total dos ocupados. Mesmo com esse aumento relativo, chama

atenção o grande número de ocupados com música que não colaboram para a previdência, tornando suas ocupações, mais inseguras.

Outro fator relativo à organização social em torno do trabalho, que proporciona um importante indicativo sobre a proteção dos trabalhadores, é a sindicalização, como mostra a Tabela 5. O trabalhador sindicalizado tem o amparo do sindicato nos momentos de barganhar melhores salários e exigir o cumprimento da legislação trabalhista, tendo, portanto, mais possibilidades de obter melhores condições de trabalho a partir desta forma de organização coletiva.

Tabela 5. Total de ocupados sindicalizados

Segmento	2003		2008		2014	
	Não Sind.	Sind.	Não Sind.	Sind.	Não Sind.	Sind.
Música	123.386	22.02	149.126	19.843	132.246	21.919
Total de ocupados	58.636.517	12.913.423	69.296.955	15.213.275	77.133.562	14.909.158

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Quando se observa o mercado de trabalho geral nota-se um aumento no número absoluto de sindicalizados no primeiro período e uma queda no segundo, queda esta que ainda mantém os números absolutos de 2014 superiores aos de 2003. A participação relativa dos sindicalizados, contudo, passou de 18% do total em 2003 para 16% em 2014, indicando uma queda relativa do total de sindicalizados no país.

Ao se observar os ocupados da música, temos não só uma queda relativa, mas também uma queda absoluta acumulada, que teve seu ponto mais baixo em 2008, recuperando-se em 2014, na contramão do total da economia. Nos números relativos, em 2003 tem-se que 15% dos trabalhadores da música eram sindicalizados, enquanto em 2014 a relação cai para 14% do total dos trabalhadores da música, mantendo-se levemente abaixo das proporções do total da economia. Nesse particular os trabalhadores da música não diferem radicalmente do total de ocupados.

Outra informação interessante de se analisar refere-se à importância que a ocupação relacionada à música está na vida dos trabalhadores. A Tabela 6 apresenta o número de trabalhadores cuja ocupação principal estava no mercado de trabalho da música e quantas ocupações cada pessoa tinha no mercado de trabalho geral no referido ano.

Tabela 6. Número de trabalhos na semana (2014)

Ocupações	Música		Total Ocupados	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Uma	140.193	90,94	88.588.837	96,25
Duas	13.216	8,57	3.191.321	3,47
Três ou mais	756	0,49	262.562	0,29
Total	154.165	100,00	92.042.720	100

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Analisando-se a Tabela 6, percebe-se que dos ocupados que tinham a música como principal ocupação e tinham mais de uma ocupação, 8,57% possuíam duas ocupações, enquanto que os trabalhadores cuja ocupação principal não era relacionada à música, essa parcela representa 3,47%. Isso evidencia que a realidade de ocupação de mais de um posto de trabalho é mais comum para os envolvidos com música, do que para os trabalhadores inseridos em outras atividades.

Compreendida como o total de horas despendidas durante uma semana de trabalho, outra característica importante a ser verificada é a da jornada de trabalho dos ocupados. O comparativo entre a jornada de trabalho média das ocupações brasileiras com as ocupações da música permite que seja examinado o quanto os ocupados se dedicam às suas atividades. Essas informações estão na Tabela 7.

Tabela 7. Ocupados, por horas trabalhadas na semana, na música e no total de ocupados (trabalho principal) em 2014

Jornada de trabalho	Música Total		Música Informal ¹		Música Formal ²		Total de ocupados	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Até 10	33.175	21,52	32.094	25,01	1.081	4,19	3.047.228	3,31
De 11 a 20	37.479	24,31	35.746	27,85	1.733	6,71	6.332.236	6,88
De 21 a 30	29.490	19,13	24.325	18,95	5.165	20,00	9.096.370	9,88
De 31 a 40	30.354	19,69	21.898	17,06	8.456	32,75	33.595.138	36,50
De 41 a 44	5.802	3,76	1.575	1,23	4.227	16,37	16.320.794	17,73
Mais de 45	17.865	11,59	12.707	9,90	5.158	19,98	23.650.954	25,70
Total	154.165	100	32.094	25,01	1.081	4,19	92.042.720	100

Nota: ¹ Informais: Empregado no setor privado sem carteira, Conta-própria, trabalhador não remunerado;

² Formais: Empregador, empregado no setor privado com carteira, funcionário público estatutário.

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Dentre as faixas de jornada mostradas na Tabela 7, é interessante notar que, mesmo com boa parte dos ocupados da música tendo apenas uma ocupação, mais da metade destes tem sua jornada de trabalho compreendida no intervalo que vai até trinta

horas semanais. No mercado de trabalho geral, ao contrário, a maior parcela dos ocupados concentra-se nas faixas superiores a trinta e uma horas de trabalho semanais. Uma vez que os ocupados da música apresentam um rendimento médio superior à média nacional, pode-se dizer que as horas de trabalho desses ocupados tendem a ser mais bem remuneradas que a média do mercado de trabalho geral.

É importante mencionar que as pessoas que trabalham na informalidade apresentaram maior concentração em faixas de jornadas de trabalho menores. Ao olharmos para os dados referentes às jornadas de trabalho médias dos mercados de trabalho formal e informal da música, verificamos também essa disparidade de carga horária. Enquanto a média apresentada no mercado de trabalho formal da música é de 37 horas por semana em 2014, tem-se que a média do mercado de trabalho informal da música é de 25 horas por semana no ano (a jornada de trabalho média do mercado de trabalho geral é de 40 horas semanais, de acordo com a PNAD). Os empregados sem carteira assinada e os conta-própria apresentam médias de 24 e 25 horas semanais, respectivamente.

De forma a caracterizar a estabilidade das atividades de trabalho relacionadas à música, a Tabela 8 mostra o tempo de permanência dos assalariados do setor privado de música no Brasil em 2014.

Tabela 8. Empregados no setor privado (assalariados¹) por tempo de permanência no trabalho principal na Música e no Total de ocupados em 2014.

Tempo de Permanência	Música		Total Ocupados	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Menos de um mês	-	-	230.065	0,42
De um mês a menos de um ano	10.610	19,77	12.965.820	24,45
De um ano a menos de dois anos	4.343	6,98	8.725.769	16,46
Dois anos ou mais	15.327	32,56	14.327.487	26,93
Cinco anos até menos de 10 anos	5.943	16,28	8.213.990	15,25
Mais de 10 anos	11.662	24,42	9.019.415	16,48
Total	47.885	100,00	53.482.546	100,00

Nota: ¹ Foram considerados como empregados no setor privado os empregados com carteira assinada e os empregados sem carteira assinada.

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

A permanência em ocupações no mercado de trabalho geral inferior a dois anos representa 41,33% dos trabalhadores do setor privado do país. Nas faixas que compreendem os trabalhadores que estão de dois a dez anos no trabalho principal tem-se

42,18% destes. Dos ocupados da música, 26,75% estava há menos de dois anos em seu trabalho principal. Entre dois e dez anos, estavam compreendidos 48,84% desses trabalhadores. É interessante notar que boa parte dos trabalhadores da música, quase um quarto, apontou estar há mais de dez anos em seu trabalho principal.

Para melhor compreensão verificou-se na base de dados a mesma tabela para os empregados com carteira assinada, para os empregados sem carteira assinada e para os conta-própria, as três posições na ocupação com mais ocupados da música. Tais dados estão apresentados na Tabela 9.

Tabela 9. Tempo de permanência na ocupação principal da música (2014)

Tempo de Permanência	Empregados com Carteira Assinada		Empregados sem Carteira Assinada		Conta-própria	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
De um mês a menos de um ano	1.378	6,25	9.232	27,78	4.283	3,41
De um ano a menos de dois anos	1.110	3,13	3.233	9,26	5.030	5,11
De dois a menos que cinco anos	9.097	50,00	6.230	22,22	16.991	17,61
De cinco até menos de dez anos	1.892	15,63	4.051	16,67	14.827	16,48
Mais de dez anos	5.552	25,00	6.110	24,07	58.358	57,39
Total	19.029	100,00	28.856	100,00	99.489	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNAD (IBGE, 2016).

Percebe-se, pela Tabela 9, que os ocupados do mercado de trabalho da música tinham, em 2014, mais tempo de permanência na ocupação que no mercado de trabalho geral da economia. Tanto para os ocupados com carteira assinada, quanto sem carteira assinada e conta-própria tem-se mais de 62% destes há pelo menos dois anos no trabalho principal, sendo uma porção ainda maior se pegamos somente os empregados com carteira assinada e os conta-própria, com mais de 90% dos ocupados há pelo menos dois anos em seu trabalho principal.

4. Considerações finais

O estudo teve como principal objetivo avaliar o nível de proteção dos trabalhadores da música e, para tanto, foram utilizados como referência de comparação os dados do total de trabalhadores ocupados. As análises foram feitas pelo enfoque

ocupacional a fim de retratar mais especificamente o mercado de trabalho dos trabalhadores da música.

O primeiro ponto a ser destacado é o baixo número absoluto e relativo de trabalhadores nas ocupações formais do mercado de trabalho da música. Essa característica é marcadamente uma diferença entre esse mercado de trabalho e o mercado de trabalho geral da economia. Esse resultado reafirma a adequação metodológica de se analisar o mercado de trabalho através do recorte ocupacional.

Nas demais questões, referentes ao grau de proteção dos trabalhadores em suas ocupações, é interessante notar algumas peculiaridades do segmento estudado em relação ao mercado de trabalho geral. Na participação dos ocupados que contribuem para a previdência o número de contribuintes como proporção do total de ocupados da música dobrou durante o período analisado, mas, ainda assim, se mantém longe das proporções apresentadas pelo mercado de trabalho geral, onde o número de contribuintes é maior que o de não contribuintes em todos os períodos verificados. No quesito sindicalização, os trabalhadores do segmento da música também apresentam percentuais menores. É interessante notar também, que boa parte dos ocupados da música tem jornada de trabalho inferior aos ocupados do mercado de trabalho geral. Nas questões referentes ao tempo de permanência no emprego e remuneração, são os itens que apontam aspectos favoráveis para os trabalhadores da música na comparação com o total de trabalhadores: o mercado de trabalho da música apresenta trabalhadores com mais tempo em seu trabalho principal, que os números apresentados para o total do mercado de trabalho, e remuneração média superior.

As ocupações da música têm características bem próprias que as diferenciam das demais e que afetam a sua segurança no mercado de trabalho. Os resultados da análise evidenciam o baixo grau de proteção da categoria mesmo quando comparado com o mercado geral de trabalho brasileiro que sabidamente apresenta baixa proteção aos seus trabalhadores. Os resultados confirmam a importância de um olhar mais atento para o segmento nesse período de crise que vivemos.

Bibliografia

ABRAMO, L. **Trabalho Decente, Informalidade e Precarização do Trabalho**. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. *Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI*. Brasília: Época, 2008.

DEDECCA, C. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Teses).

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT (DCMS). **Creative industries economic estimates methodology**. Londres: DCMS, 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/499683/CIEE_Methodology.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. Microdados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad/>>. Acesso em: 31 jan.2017.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Editora Scritta, 1995.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Estudo de Inteligência do Mercado da Música. Brasília: SEBRAE, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9a9010a3ba4a4a43995c6fcb4546fcd5/\\$File/5809.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9a9010a3ba4a4a43995c6fcb4546fcd5/$File/5809.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa; Ministério da Cultura; São Paulo: Itaú Cultural, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab_20103_pt.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2016.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS ESTUDANTES E EGRESSOS DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS

Bibiana Volkmer Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bibivolkmer@hotmail.com

Sidinei Rocha de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
sidroliveira@hotmail.com

1 Introdução

Nos últimos anos o Brasil passou por transformações que redefiniram a dinâmica do mercado de trabalho. Entre tais mudanças, a expansão do ensino superior fez com que aumentasse o número de jovens que chegam a este nível de ensino, bem como resultou no aumento do tempo médio de estudos da população. O número de matrículas no ensino superior passou de cerca de três milhões em 2001, para mais de oito milhões em 2015 (INEP, 2015). Paralelamente às significativas transformações no sistema educacional brasileiro, o atual cenário do país é marcado pelo desemprego juvenil, ao mesmo tempo em que as empresas dizem faltar mão de obra qualificada, o que torna o período de transição entre formação e mercado de trabalho deveras instigante (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012).

Ademais diante do que se entende como uma profissionalização do ensino superior, estudos e produção de dados acerca dos cursos superiores de tecnologia (CSTs), que até meados dos anos 2000 eram praticamente inexistentes e em 2015 representavam 12,6% do total de matrículas no ensino superior, se mostram relevantes para entender o lugar desse novo perfil que passa a integral a esfera laboral. Ademais, a inserção profissional é um tema que permite múltiplas possibilidades de estudo a partir do contexto histórico e social de análise e das trajetórias individuais. No Brasil e em outros países latinos, a transição escola-trabalho possui

características distintas de países com tradição de estudos na área. Nos países, europeus, por exemplo, predomina a entrada no mercado de trabalho pós-formação, enquanto no Brasil predomina o ingresso precoce na esfera laboral e a conciliação entre estudo e trabalho (HASENBALG, 2003).

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados descritivos acerca da inserção profissional de estudantes de cursos superiores de tecnologia (CSTs) da região metropolitana de Porto Alegre, à luz do entendimento de inserção profissional de Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b), como um processo individual, coletivo e sócio-histórico. A escolha pelos jovens se justifica na medida em que eles se configuram como um dos grupos que mais sofrem com as adversidades do mercado de trabalho, haja vista características como a falta de experiência e a busca por experimentação (ROCHA, 2008). Além disso, os jovens de 15 a 24 anos apresentaram aumento na sua taxa relativa de desemprego de 18,5%, de janeiro a julho de 2015, enquanto que para os indivíduos de 25 a 49 anos, esse crescimento foi de 6,2% no mesmo período (POCHMANN, 2016).

2 Inserção Profissional

Em meados dos anos 1980, quando a formação de ensino superior deixa de ser uma garantia de um posto de trabalho e começa a se notar um prolongamento do tempo de estudos e o atraso do início da vida laboral em países como a Inglaterra e a França, as pesquisas sobre o processo de passagem da universidade para o mercado de trabalho começam a ganhar destaque nesses países (VERNIERES, 1997; ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2012). O termo inserção profissional é adotado nos estudos da corrente francesa, enquanto nos estudos de língua inglesa predomina a expressão transição escola-trabalho (ALVES, 2007).

Na França, justamente com o intuito de compreender esse prolongamento dos estudos, que transforma a inserção profissional de um acontecimento instantâneo para um processo longo e complexo (ALVES, 2007), surgem estudos de viés econômico e sociológico. O econômico baseado nos trabalhos de Vernières (1997) e Vincens (1988) estabelece que o processo de inserção se encerra no momento em que o jovem encontra um posto de trabalho com vínculo contínuo, independente da qualidade deste posto de trabalho e da sua vinculação com o curso de formação.

A corrente sociológica ganha destaque na França somente nos anos 1990, com autores como Dubar (2001) e Galland (2000; 2001). Tais autores buscam compreender a inserção de modo mais amplo, relacionando-a com as particularidades do contexto em que o processo ocorre, as particularidades de cada campo profissional e as expectativas individuais. Dubar (2001) propõe que a inserção profissional seja estudada de modo relacional, levando em conta o sistema de ensino de cada país, as relações organizacionais (trabalho e sistema produtivo), as relações industriais (controle de negociações entre os parceiros sociais). Para o autor a inserção profissional é socialmente construída e, conseqüentemente, historicamente inscrita em uma conjuntura política e econômica, que se atrela a uma arquitetura institucional que expressa relações específicas (entre educação, trabalho e remuneração), que se submete às estratégias dos atores (inclusive os envolvidos na questão), as quais estão ligadas às trajetórias biográficas e, principalmente, às desigualdades sociais e ao desempenho escolar dos alunos (DUBAR, 2001).

Galland (2000), por sua vez, traz algumas questões que entendemos como fundamentais para se pensar a inserção profissional, a saber: a diferença que pode ser notada no processo para homens e mulheres, bem como a existência de múltiplas juventudes. Assim, o autor ressalta que elementos sociais como gênero, nível de formação, atividade e nacionalidade dos pais influenciam o processo de entrada na vida adulta, o qual não é homogêneo entre os jovens.

No Brasil, as pesquisas sobre inserção profissional começaram a se proliferar no início do século XXI, constituindo-se, basicamente, em estudos empíricos. Alguns autores como Franzoi (2006; 2011) e Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b), no entanto, buscam avançar teoricamente o conceito. Franzoi (2006) apresenta a inserção profissional como constituída de disputas de poder e de “[...] valorização e legitimação dos saberes e de diferentes atributos dos indivíduos ou dos grupos”, é um “[...] processo de localização e hierarquização dos indivíduos no mundo do trabalho” (FRANZOI, 2011, p. 229). A inserção é assim, um campo não linear, compreendido entre a formação e o trabalho, cujas relações se estabelecem na forma de redes (FRANZOI, 2011). Além disso, a autora menciona que a elevação de taxas de desemprego faz com que a inserção profissional tenha sua não linearidade acentuada, de modo que tal processo torna-se mais complexo e muitas vezes mais precário (FRANZOI, 2011).

Neste trabalho, parte-se do entendimento de Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b, p. 49), que com base na vertente sociológica francesa, buscam avançar no desenvolvimento teórico do conceito de inserção profissional, o qual entendem como:

[...] um processo individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito. Individual porque diz respeito à experiência vivenciada por cada sujeito na esfera do trabalho, suas escolhas profissionais e expectativas de carreira. É um processo coletivo por ser vivenciado de maneira semelhante por uma mesma geração, ou no interior de grupos profissionais. É histórico, pois se desenvolve ao longo de um período da vida do sujeito, sob a influência de elementos que marcam determinado momento no tempo e no espaço, como políticas públicas, mercado de trabalho, organização do sistema de ensino e políticas de recursos humanos e os pontos de vista “empresariais” sobre as relações entre educação e trabalho. Está inscrito em um dado contexto socioeconômico e cultural, em que, além dos elementos institucionais, há influência das construções e das representações sociais que os indivíduos desenvolvem.

Desta forma, a inserção profissional passa a ser entendida como resultado socialmente construído em determinado momento histórico, tendo a atuação de diferentes atores como Estado, instituições de ensino, organizações profissionais, organizações públicas e privadas, entre outros.

3 Procedimentos Metodológicos

Considerando o objetivo proposto neste trabalho, foi realizada uma pesquisa quantitativa conclusiva, de tipo survey em corte transversal único, de propósito descritivo. Para coleta de dados foi construído, na plataforma *google forms*, um questionário *on-line*, que foi encaminhado aos estudantes e egressos de cursos superiores de tecnologia, de 23 instituições de ensino superior da região metropolitana de Porto Alegreⁱ. A construção do questionário baseou-se em pesquisa a dados secundários, principalmente no conceito proposto por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b) e entrevistas em profundidade com 13 coordenadores de CSTs na referida região e sete (7) especialistas sobre inserção profissional do Centro de Estudos e Pesquisa sobre Qualificações (Céreq)ⁱⁱ, na França.

A população definida para a pesquisa foi o total de estudantes matriculados no ensino superior tecnológico (19.724) constante no censo de 2014 do INEP, o mais recente da época. Após o cálculo amostral com 95% de confiabilidade 3,5% de margem de erro, chegou-se ao número de 758 questionários necessários para que se tivesse uma amostra representativa da população, em cinco áreas de conhecimento: “humanidades e artes”, “ciências sociais, negócios e direito”, “ciências, matemática e computação”, “engenharia, produção e construção”, e

“serviços”. Como o objetivo da pesquisa é analisar a inserção profissional dos jovens estudantes, a amostra final com todos os respondentes entre 17 e 29 anos de idade somou 506 questionários válidos.

Faz-se relevante esclarecer que os resultados apresentados neste artigo são referentes ao entendimento do construto de inserção profissional proposto por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b), que o entendem como um processo individual, coletivo e sócio-histórico. A operacionalização do construto se deu por meio da construção de 28 variáveis, das quais uma questão foi aberta, 11 de múltipla escolha e 16 em escala Likertⁱⁱⁱ, dispostas em três blocos: (i) aspectos individuais de inserção profissional; (ii) aspectos coletivos; (iii) aspectos sócio-históricos (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012b). Dessa forma, depois de tratados os dados, iniciaram-se os procedimentos estatísticos de análise. Utilizou-se para análise o *software* SPSS 20.0. Para este artigo fez-se uso somente de testes de estatística descritiva, com análise univariada (HAIR, et al, 2005). É preciso reforçar que este trabalho é apenas um extrato da pesquisa que o originou, de modo que não esgota as análises possíveis com o banco de dados gerado pela pesquisa.

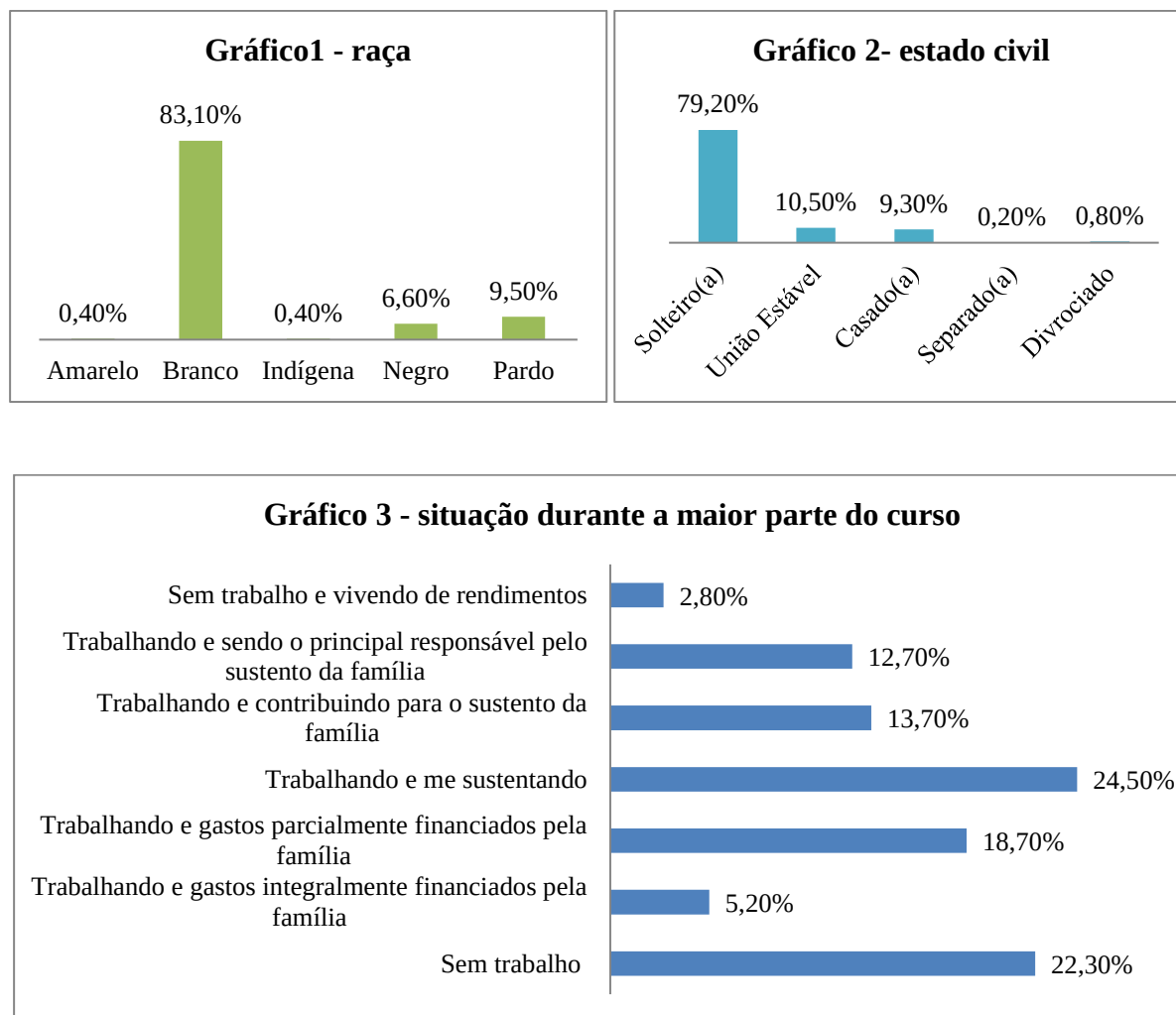
4 Análise dos Dados

A análise de dados é apresentada seguindo a proposta de Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b) para inserção profissional, de modo que se dividiu a análise em três blocos, conforme segue.

4.1 Inserção Profissional como um Processo Individual

No que diz respeito ao sexo, 50,99% de respondentes são do sexo masculino, possuem em média 22,97 anos, 83,1% são brancos e 79,2% são solteiros. Acerca da situação durante a maior parte do curso, a amostra revelou que 24,5% apontaram estar trabalhando e se sustentando, seguidos de 22,3% que declararam não trabalharem. Sobre a sensação de já ter se sentido discriminado em processos seletivos, a maioria tanto de estudantes, 75,9% declarou não ter se sentido discriminado. Dentre os que se sentiram discriminados, a alternativa que mais

apareceu foi a idade, com 49,2%, seguida por classe social e gênero, com respectivamente 26,2% e 19,7%^{iv}. Os gráficos 1 a 3 expressam alguns dos resultados apontados neste parágrafo.



Quando se analisa os resultados acima descritos observa-se que entre os jovens dos cursos de tecnologia da grande Porto Alegre predomina o perfil branco, solteiro e que concilia trabalho com os estudos. O percentual de negros e pardos ainda está próximo dos 16% que representam a população do Estado (IBGE, 2010). Aproximadamente 20% dos jovens convivem com um cônjuge e mais de 22% não trabalham apontando que, embora exista um perfil predominante existem múltiplos perfis de juventude quando se considera os três marcos de transição para a vida adulta (casamento, ingresso no mercado de trabalho e conclusão dos estudos) destacados por Galland (2001).

Do total de jovens, 71,94% (364), estão trabalhando. Dos que trabalham, 32,1% declararam trabalhar em micro empresas e 30,5% em grandes. No que se refere ao tipo de organização, 86,81% trabalham em organizações privadas, 9,62% em públicas e 3,57% no

terceiro setor. Acerca do ramo da organização, 63,46% revelaram trabalhar no ramo de serviços, 18,96% no comércio e 17,58% na indústria. Além disso, 51,4% dos que trabalham estão satisfeitos com sua ocupação atual. Quanto ao vínculo empregatício 77,7% possuem contratos indeterminados, 21,4% determinado e 0,9% outra forma. No que tange às horas trabalhadas, 70,9% trabalham em tempo integral (40h/semanais) e 11,8% em tempo parcial por determinação da organização. Os gráficos 4 a 6 detalham alguns dos resultados apontados neste parágrafo.

Gráfico 4 - porte da organização

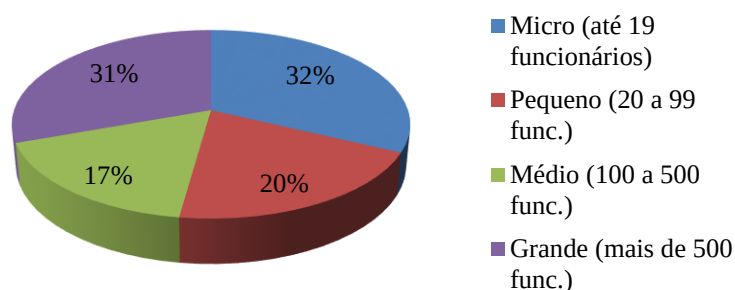


Gráfico 5 - satisfação com o trabalho

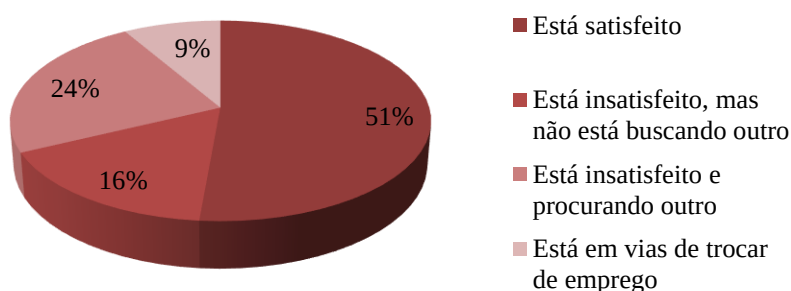
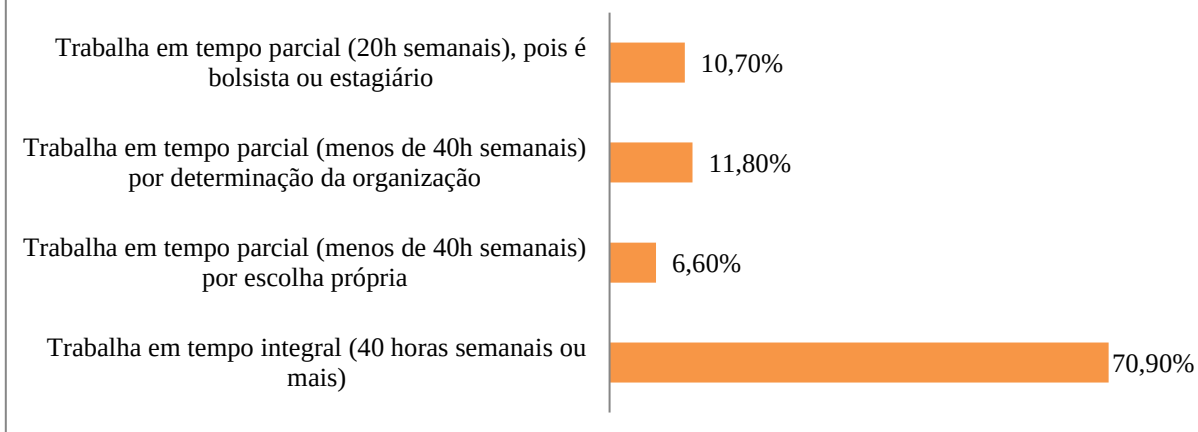


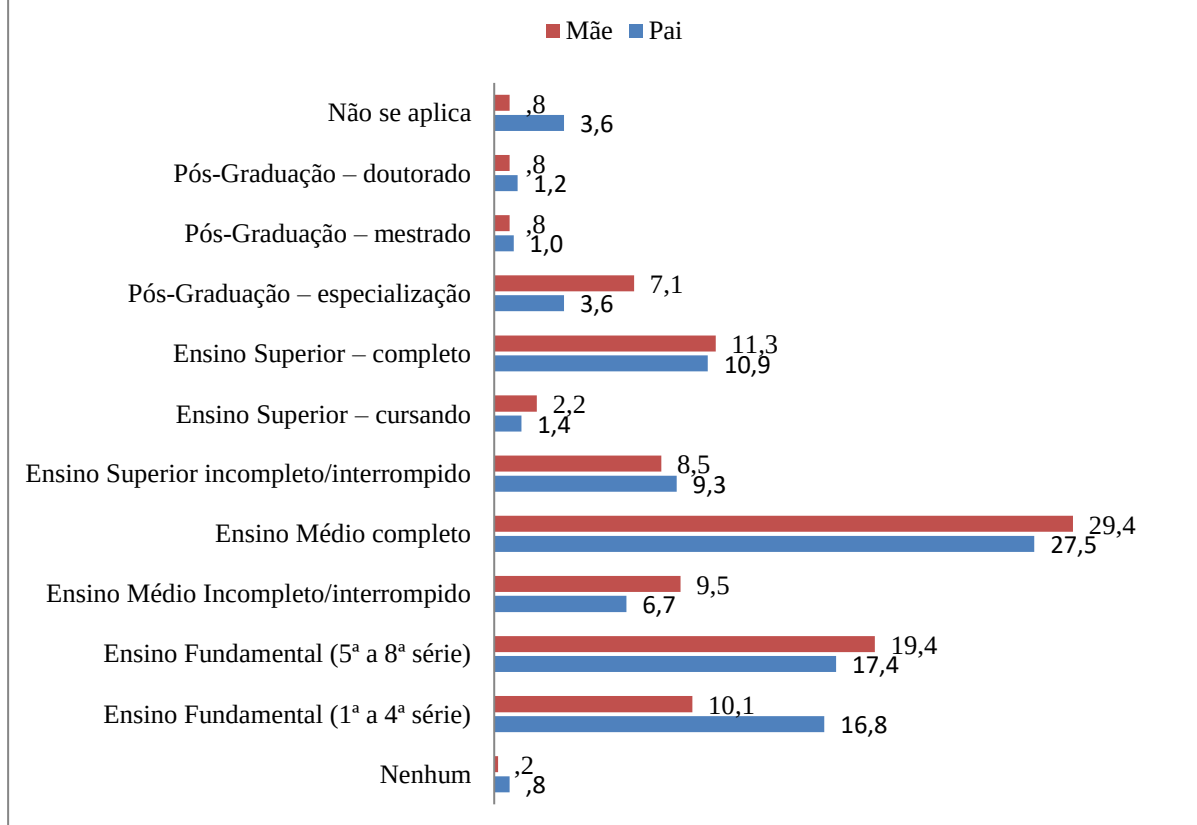
Gráfico 6 - horas semanais de trabalho

Os estudantes ainda revelaram que após a entrada no ensino superior, 40% permanecem no mesmo emprego e 28% trocaram uma vez e 12% duas. No que se refere às redes de relacionamentos os jovens apresentaram uma tendência em discordar das afirmativas 1 e 2, e a concordar com as afirmativas 3 e 4, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas univariadas de aspectos individuais

	Média	Moda	D. P
A rede de contatos que construí no ensino superior foi importante para eu conseguir me inserir no mercado de trabalho (N=364/100)	2,66	1	1,421
Meus amigos mais próximos e meus familiares me ajudaram a me inserir no mercado de trabalho (N=364/100)	2,92	1	1,467
Estar no ensino superior fez que eu começasse a frequentar lugares que antes não frequentava (N=506/125)	3,31	5	1,391
No ensino superior construí uma rede de relacionamentos que possivelmente não teria antes de entrar nesse nível de ensino (N=506/125)	3,6	5	1,249

Os resultados opostos entre a primeira e a última afirmativa, indicam que apesar de os estudantes e egressos aumentarem a rede de relacionamentos no ensino superior, esta parece não estar contribuindo para a inserção profissional dos mesmos. Ademais, em relação aos pais dos estudantes, 83,3% não possuem ensino superior completo e no que se refere às mães esse percentual é de 80%. Ainda acerca dos pais 27,5% possuem ensino médio completo e das mães tal porcentagem é de 29,4% (Gráfico 7).

Gráfico 7 - escolaridade pai e mãe

4.2 Inserção Profissional como um Processo Coletivo

No que se refere ao aspecto coletivo, são as características individuais descritas na seção anterior, somadas, que dão origem às características do grupo. Assim, os percentuais mais elevados descritos compõem as características predominantes do grupo de jovens estudantes de CSTs da região metropolitana de Porto Alegre.

Ainda relevante trazer um aspecto coletivo no que diz respeito à geração de pais dos estudantes e à formação de ensino superior. Os jovens tenderam a concordar com a afirmativa de que o relato dos pais é de que na geração deles era mais difícil chegar ao ensino superior, com média de 4,21. Essa é uma informação relevante, pois destaca como além de processos individuais, características coletivas – que neste caso também se relacionam com o momento histórico do país vivido pelos pais –, influenciam o acesso ao ensino superior, e podem atuar também sobre o processo de inserção profissional. Se atribuirmos aos pais desses jovens, idade entre 40 e 60 anos, eles provavelmente estariam cursando o ensino superior entre 1974 e 2000,

período no qual o ensino superior brasileiro, apesar de já registrar certa expansão, ainda não havia passado pelo aumento relatado na introdução, de modo que em 1980 o número de matrículas era de 1.345.000 e em 2000 um pouco mais de 2 milhões e meio (INEP, 2015).

4.3 Inserção Profissional como um Processo Sócio-Histórico

Conforme explicitado por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b), aspectos institucionais, políticas governamentais e agências mediadoras podem apresentar influência sobre o processo de inserção profissional, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística univariada de elementos sócio-históricos

	Média	Moda	D. P
1. Agências de emprego e de estágio foram importantes para eu conseguir entrar no mercado de trabalho (N=364/100)	2,55	1	1,557
2. As políticas de bolsas e financiamento do Governo Federal foram importantes para que eu pudesse cursar o ensino superior tecnológico (N=457/117)	2,43	1	1,698
3. A política de cotas foi importante para que eu tivesse acesso ao ensino superior tecnológico (N=49/8)	2,29	1	1,620
4. A formação recebida na instituição de ensino do curso superior tecnológico permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho (N=364/100)	2,47	1	1,314
5. Independente da formação recebida, estar cursando (ter cursado) o ensino superior tecnológico permitiu que eu subisse de cargo onde trabalho (N=364/100)	2,45	1	1,332
6. Tive que buscar cursos fora da minha instituição de ensino para complementar minha formação para o mercado de trabalho (N=506/125)	3,01	3	1,414
7. O ensino superior tecnológico permitiu que eu conseguisse trabalhos que dificilmente conseguiria sem esse nível de ensino (N=506/125)	3,19	3	1,313

Os estudantes tendem a discordar da importância das agências de emprego e estágio na sua inserção profissional, com média de 2,55. Tal resultado somado aos da Tabela 1, reforçam, conforme posto por Guimarães (2009) que nem todos os indivíduos se beneficiam de igual maneira de suas redes de relacionamentos, de modo que não possuem o mesmo acesso às informações ocupacionais pertinentes.

No que tange às bolsas e políticas de financiamento do Governo Federal, os jovens tenderam a discordar da sua importância para acesso ao ensino superior, apresentando média 2,43. Contudo, é relevante referir que quando perguntados se possuíam alguma bolsa ou financiamento, 24,5% (112) dos jovens que estudam em instituições privadas declararam possuir ou já ter possuído Prouni^v ou Fies^{vi}, que são programas do Governo Federal. Acerca da

afirmativa sobre cotas, os jovens que estudam em instituições públicas apresentaram tendência a discordar da importância da política para acesso ao ensino superior, com média de 2,29.

As asserções a respeito da formação de ensino superior na Tabela 2 mostram dois resultados. Primeiramente a tendência em discordar das afirmações 4 e 5 faz com que se questione o papel da formação na empregabilidade dos jovens, já que as médias foram 2,47 e 2,45. Ademais, a tendência em concordar com a afirmativa 6, cuja média foi 3,01, reforça a responsabilização do indivíduo pela sua formação profissional. É pertinente ainda aludir que houve uma tendência dos jovens estudantes em concordar com a assertiva de que o ensino superior tecnológico permitiu que acessassem postos de trabalho que dificilmente conseguiriam sem esse nível de ensino, com média de 3,19. Isso enfatiza que o diploma possui valor no mercado de trabalho. Além disso, os dados acerca dos elementos sócio-históricos trazidos na Tabela 3 sinalizam que o status da instituição na qual foi realizado o ensino superior é percebido como capaz de influenciar a inserção profissional dos jovens com média de 3,71.

Tabela 3 – Estatística univariada de elementos sócio-históricos

	Média	Moda	D. P
Percebo que o status da instituição que realizei (realizo) o ensino superior tecnológico foi (é) importante para a minha inserção no mercado de trabalho (N=506/125)	3,71	5	1,207
Durante o curso superior tecnológico percebi ações da instituição de ensino para auxiliar minha inserção profissional (N=506/125)	3,14	3	1,227
O preparo para inserção profissional oferecido pela instituição na qual curso (cursei) o superior tecnológico é insuficiente (N=506/125)	2,63	3	1,272
Em processos seletivos percebi que os cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogos	3,28	3	1,258

No que se refere ao preparo para a inserção profissional oferecido pela instituição de ensino, é possível perceber uma tendência em entender que há preocupação das instituições de ensino nesse sentido. Esse é um indicativo de que há uma tensão em termos de pressionar as instituições para que preparem para o mercado de trabalho, que vai além da formação oferecida. Por fim, quando questionados se sentem que em processos seletivos os jovens provenientes de cursos de bacharelado são preferidos aos de tecnólogo, a amostra de estudantes tendeu a concordar, apontando para uma possível segregação dentro do próprio ensino superior, que pode estar hierarquizando por valor de diplomas no mercado de trabalho.

3 Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar a inserção profissional dos jovens estudantes de CSTs da região metropolitana de Porto Alegre. Em linhas gerais os dados permitem apontar que no que se refere ao sexo, não há grande diferença representativa entre homens e mulheres.. Diferentemente do que ocorre em países europeus, como a França, a amostra revelou que os estudantes no Brasil tendem a conciliar estudo e trabalho, conforme apontado por Hasenbalg (2003), de modo que a preocupação com a inserção dos jovens e, portanto, políticas públicas de emprego, devem se voltar não somente para os egressos, mas também para os estudantes de ensino superior no país. Ademais, a idade é um fator de discriminação para acesso ao emprego, o que corrobora o entendimento do grupo dos jovens como um dos que mais padecem com as oscilações do mercado de trabalho (ROCHA, 2008).

Um fator importante revelado foi o de que a maioria dos jovens empregados trabalha em tempo integral, o que pode indicar uma inserção profissional não precária, mas que ao mesmo tempo, compromete o tempo e a dedicação aos estudos. Além disso, os estudantes também não apresentaram percentuais elevados de troca de trabalho, o que é significativo em termos de qualidade da inserção, já que o entendimento dela como um processo tende a considerar a maior quantidade de trocas como um indicativo de baixa qualidade de inserção.

As redes de relacionamentos dos jovens e as agências mediadoras parecem não estar contribuindo para a inserção dos jovens, o que nos leva a questionar a capacidade de mobilizar as redes desses jovens dentro de um espaço que as gerações anteriores não circulavam, já que na maioria dos casos continuam a primeira geração da família a ingressar nesse nível de ensino. Somado a isso, o ensino superior parece não estar oferecendo ascensão ocupacional, o que nos leva a refletir acerca da condição do curso de tecnólogo mais como responsável pela manutenção do trabalho do que mobilidade ocupacional. Contudo, o diploma ainda parece possuir valor para o acesso ao emprego, o que corrobora o proferido por Pochmann (2016), quando esse diz que os menos escolarizados tendem a sofrer primeiro com o desemprego.

Além disso, o sentimento de rebaixamento em relação aos bacharelados e a importância do status da instituição de ensino parecem apontar para uma hierarquização do ensino superior. As diferentes modalidades de ensino podem estar oportunizando acesso a diferentes vagas de emprego, reproduzindo assim, as desigualdades sociais ao longo das gerações e, colocando em

questão, a expansão do ensino superior como democratização desse nível de ensino. Por fim, este trabalho não buscou esgotar o assunto, mas apenas apresentar dados iniciais, de modo que explorar as diferenças de inserção profissional por área de estudos, tipos de curso, instituição de ensino, sexo, raça e classe social de origem, são alguns dos elementos que podem ajudar a entender esse complexo processo que se situa entre a formação e a entrada no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. **Inserção Profissional dos Jovens**: do problema social ao objecto sociológico. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- DUBAR, C. La construction sociale de l’insertion professionnelle. **Éducation et Sociétés**. n. 7, 2001/1, p. 23-36.
- FRANZOI, N. L. **Entre a Formação e o Trabalho**: trajetórias e identidades profissionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FRANZOI, N. L. Inserção profissional. In: Antonio David Cattani; Lorena Holzamann. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2ed. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 229-231.
- GALLAND, O. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives mais resserrées. **Économie et Statistique**, n. 337-338, 2000, p. 13-36.
- GALLAND, O. *Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations*. **Revue Française de Sociologie**, v. 42, n. 4, p. 611-640, 2001.
- GUIMARÃES, N. A. A Sociologia dos Mercados de Trabalho, ontem e hoje. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 85, 2009.
- HAIR, J. F. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HASENBALG, C. Introdução. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do (Orgs.). **Origens e Destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 9-35.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Estados@. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=rs>>. Acesso em: 5 mai. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 8 mai. 2017.

POCHMANN, M. Políticas de Ajuste Econômico e Desemprego no Brasil Metropolitano nos Últimos 35 Anos. In: **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. MACAMBIRA, Jr.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A (Orgs.). Fortaleza: IDT, 2016, p. 11-26.

ROCHA, S. A inserção dos Jovens no mercado de Trabalho. **Cadernos CRH**. 2008, v.21, n.54, p. 533-550.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Jan./Jun., vol. 13, n. 1, 2012a, p. 63-73.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Uma Análise sobre a Inserção Profissional de Estudantes de Administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2. SÃO PAULO, SP: mar/abr, 2012b, p. 44-75.

VERNIERES, M., **L'insertion professionnelle**, analyses et débats. 1997.

VINCENS, J. L'insertion professionnelle des jeunes: à La recherche d'une definition conventionnelle. In: **Formation et emploi**, n° 60, oct-dec, PP. 21-36. 1996.

ⁱ O total de instituições era 37. Após contato por telefone e/ou e-mail com todas as instituições, 23 aceitaram participar da pesquisa.

ⁱⁱ O Céreq é um centro de pesquisas que vem desde a década de 1990 realizando pesquisas sistemáticas sobre a inserção profissional de egressos de diversos níveis do sistema de ensino francês.

ⁱⁱⁱ Sendo o 1 Discordo Totalmente e o 5 Concordo Totalmente.

^{iv} É importante referir que aqui os estudantes podiam marcar mais de uma alternativa.

^v Programa Universidade para Todos.

^{vi} Fundo de Financiamento Estudantil.

TRABALHADORES ASSALARIADOS SUPEREXPLORADOS NO BRASIL NOS ANOS 2000

Carlos Alves do Nascimento⁹

RESUMO

Este artigo contém duplo objetivo: i) propor uma metodologia de mensuração do contingente de trabalhadores superexplorados, do setor privado, no Brasil; e ii) sustentar, recorrendo a Marx (*O Capital*, livro I), que, para atingir o primeiro objetivo, não há necessidade de se saber qual é o valor da força de trabalho, mas o seu valor de troca. Argumenta-se também que o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE pode ser usado como uma *proxy* do valor de troca da força de trabalho. O período de análise é de 2002 a 2014, usando a PNAD/IBGE. O artigo apresenta um cálculo aproximado do que poderíamos considerar como famílias de trabalhadores superexplorados. Mesmo após mais de uma década de governo do partido dos trabalhadores, em que houve redução do contingente de superexplorados, registrava-se, em 2014, que quase a metade da amostra analisada ainda era de superexplorados.

Palavras-chave: Superexploração, Valor de Troca, Força de Trabalho, Salário Mínimo Necessário

1. Introdução

Este artigo trata da categoria central da teoria marxista da dependência latino-americana, a *superexploração* da força de trabalho, cujo expoente maior é Ruy Mauro Marini,¹ e possui duplo objetivo: de um lado, apresentar uma proposta metodológica de mensuração dos contingentes de trabalhadores assalariados explorados e superexplorados, no setor privado, no Brasil; e, de outro, justificar o uso *não* do valor, mas do *valor de troca* da força de trabalho para a realização do primeiro objetivo.

O artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira, encontram-se os argumentos para justificar, para o propósito do artigo, a necessidade de se saber, não

⁹ Doutor em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp. Professor Associado II do IE/UFU. carlos.nascimento@ufu.br

¹ Conforme será melhor explicado na próxima seção, a partir de *O Capital* de Marx, no qual Marini se apóia.

o valor, mas o valor de troca da força de trabalho. Na segunda, são apresentados os aspectos metodológicos para o trabalho empírico. Na terceira seção, consta a análise dos resultados da aplicação empírica da metodologia proposta. A última seção apresenta as considerações finais.

2. Distinção entre Força de Trabalho Explorada e Força de Trabalho Superexplorada

Em *O Capital*, livro I, Marx demonstra que o capital explora a força de trabalho, mesmo pagando o seu valor (troca de equivalentes). A isso Marx chama de exploração, ou, se quisermos, *trabalho excedente* apropriado pelo capital após o pagamento do valor da força de trabalho. Está pressuposto aqui que o pagamento do valor da força de trabalho garante a sua reprodução saudável.²

Por outro lado, entendemos que superexploração é o que em *O Capital*, livro I, está relacionado com o que Marx chama de trabalho *excessivo* (ou *sobretabalho*). Trabalho *excessivo*, de acordo com Marx, é diferente de trabalho *excedente*.³ Trabalho excessivo pode ocorrer em um tempo excessivo de trabalho (o qual excede o tempo de uma jornada normal de trabalho) ou mesmo dentro de uma jornada normal (nesse caso, através da elevação da *intensidade* do trabalho, além do normal). Em ambos os casos, a força de trabalho pode ser *espoliada* pelo capital se o trabalho excessivo realizado ocorrer sem um pagamento suficiente para restaurar o desgaste extra, ocorrido na força de trabalho pelo sobretabalho realizado.⁴ Uma terceira forma de superexploração é o pagamento da força de trabalho diretamente abaixo do seu valor, independente de ser dentro ou além da jornada normal de trabalho.

A ideia implícita na categoria da superexploração é a de que o trabalhador, ao por em ação a sua força de trabalho, *desgasta-se* e, se seu pagamento (salário) ficar abaixo do valor da sua força de trabalho, isso compromete sua reprodução em condições normais de desenvolvimento, saúde, vida. O que também está aqui implícita, portanto, é a ideia de que superexploração não é sinônimo de elevada produção de valor e mais-valor. Superexploração é uma relação, isto é, a relação entre o nível de desgaste da força de trabalho e a reposição insuficiente desse desgaste.

Como o propósito do presente artigo *não é* investigar a magnitude da exploração, mas tão somente tentar inferir os contingentes de trabalhadores explorados e superexplorados, portanto,

² “Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, *sob as mesmas condições de força e saúde*. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu *estado de vida normal*.” (MARX, 1996, Tomo I, p. 288; itálicos meus)

³ “Isso [sobretabalho, ou seja, trabalho além da jornada normal] não se deve compreender como tempo de mais-trabalho [trabalho excedente, dentro da jornada normal], segundo nosso conceito.” (MARX, 1996, Tomo I, p. 361)

⁴ “De repente, porém, levanta-se a voz do trabalhador [ao capital](...): (...) A *utilização* de minha força de trabalho e a *espoliação* dela são duas coisas *totalmente* diferentes.” (MARX, 1996, Tomo I, Cap. 8, p. 347/348; itálicos meus)

entendemos que, para esse propósito, não se faz necessário saber qual é o valor da força de trabalho, assim como também não nos importa saber qual é o montante de mais-valia produzida.

Para o nosso propósito, o que precisamos saber é o montante médio dos meios de subsistência necessários para o normal desenvolvimento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e, através disso, poder saber o *valor-de-troca* da força de trabalho dos trabalhadores. É possível saber – conforme considerado por Marx, após seu esclarecimento sobre o valor da força de trabalho e sobre a diferença entre a mercadoria força de trabalho e as outras mercadorias – que "No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos *é dado*." (MARX, 1996, p. 289; *itálico nosso*). Com base, portanto, nesse "dado", é possível calcular o *valor de troca* desta quantidade média de "meios de subsistência básicos".

No Brasil, o DIEESE calcula o que esta instituição chama de *salário mínimo necessário* (em contraposição ao salário mínimo oficial)⁵. O salário mínimo necessário do DIEESE (SMN/DIEESE) baseia-se na exigência constitucional brasileira que prescreve o conjunto de bens e serviços que os trabalhadores médios (na base da pirâmide salarial) devem adquirir para atender às suas necessidades básicas. O cálculo do SMN/DIEESE é tão somente um *piso*, um *dado médio*, destinado a homogeneizar os trabalhadores que se encontram *na base da distribuição salarial* (DIEESE, 2010).⁶

DIEESE (2010) chama atenção para o avanço civilizacional impresso na Constituição Federal de 1988, a qual, contrastando com as Constituições anteriores, alargou a estrutura de gastos a que deve o salário mínimo arcar:

O critério de atendimento das necessidades básicas está presente na instituição do SM no Brasil desde suas origens (...) Mas apenas a Constituição brasileira de 1988 incluiu, de modo explícito no texto legal, uma *estrutura mais completa de gastos a ser arcada pelo SM*. (DIEESE, 2010, p. 21-22; *itálicos meus; negrito no original*)

Essa exigência constitucional é resultado histórico de forças políticas na sociedade brasileira. Esse é o componente histórico e moral apontado por Marx (1996, p. 289).

Isso posto, no presente artigo pretendemos contribuir com alguns esforços de mensuração da força de trabalho superexplorada, levantando inferências a partir de um ângulo metodológico distinto do que já foi realizado.⁷ Também utilizamos o SMN/DIEESE – porém, não como representação do *valor* da força de trabalho, mas apenas como *proxy* do *valor de troca* da força de trabalho – e, como

⁵ O salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE era, em setembro de 2014, R\$2.862,73, enquanto que o salário mínimo oficial, na mesma data, era R\$724,00. O primeiro era quatro vezes maior que o segundo.

⁶ 70,1% do universo de trabalhadores assalariados selecionado para análise ganhava, em 2014, até dois salários mínimos oficiais.

⁷ A propósito, ver Bueno (2016) e Luce (2013; 2012).

referência para o pagamento da força de trabalho, o rendimento do trabalho captado pelas PNADs do IBGE. Outros aspectos metodológicos estão descritos a seguir.

3. Metodologia Proposta

3.1. A Amostra Selecionada

A amostra selecionada para a pesquisa consiste em um conjunto de *Famílias de Trabalhadores Assalariados* que não têm entre seus membros nenhuma pessoa ocupada como empregador, ou como conta-própria, mas que têm pelo menos uma pessoa ocupada e classificada pelo IBGE/PNAD como assalariada no setor privado (não doméstico). O período selecionado é o que coincide com os governos do Partido dos Trabalhadores. O ano de 2002 faz parte da série de tempo porque o período de referência da PNAD é a última semana do mês de setembro, de modo que, concretamente, o primeiro ano da série é o que compreende set./2002 a set./2003.

Em 2014, havia 67,04 milhões de famílias no Brasil, das quais 28,37 milhões (42,3% do total de famílias) correspondia ao universo de famílias analisadas neste artigo – sendo que, em 2014, nesse conjunto de famílias havia 41,17 milhões de trabalhadores assalariados no setor privado, que é nossa amostra (de 2014), do ponto de vista das pessoas. Esses 41,17 milhões correspondiam a 80,5% do total nacional de trabalhadores assalariados.

3.2. Tipologia de Famílias de Assalariados Explorados e Superexplorados

O SMN/DIEESE é calculado considerando uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças (ou três adultos).

A tipologia de famílias criada para ser analisada é a seguinte:

Explorado 1: Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho *igual ou maior* que o SMN/DIEESE;

Explorado 2: Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho *igual ou maior* que o SMN/DIEESE;

Explorado Intermediário: Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho *menor* que o SMN/DIEESE;

Superexplorado: Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho *menor* que o SMN/DIEESE;

Cada um desses tipos familiares foram subdivididos em dois outros tipos familiares: i) Famílias com apenas um assalariado; e ii) Famílias com dois ou mais assalariados (o que, nesse caso, eleva a exploração da família e que pode vir a se configurar em *superexploração*).

3.3. *Indicador de Qualidade do Emprego (condições de trabalho).*⁸

Para a análise das condições de trabalho dos assalariados dos distintos tipos de famílias, construiu-se um Índice de Qualidade do Emprego (IQE), cujos procedimentos básicos foram:

1) Obtem-se indicadores simples (das PNADs):

- % de assalariados com: idade acima de 15 anos (Ninf); jornada semanal de 21⁹ até 44 horas (Jorn); carteira assinada (Cart); contribuintes da Previdência Social (Prev); tempo de deslocamento para o trabalho de até 30 minutos (Desloc); sem ocupação secundária (Segocup); recebiam auxílio moradia (Auxmor), auxílio alimentação (Auxalim), auxílio transporte (Auxtran), auxílio educação (Auxedu) e auxílio saúde (Auxsau); remuneração acima de 1 salário mínimo oficial (Npob).

- Rendimento médio mensal no trabalho principal (Rend), que precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula: $\text{Rend}_{\text{padronizado}} = [(\text{valor médio} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})] * 100$.¹⁰

2) A partir dos indicadores simples, calcula-se os indicadores parciais. Os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:¹¹

$\text{TRABFORMAL} = 5 * \text{Ninf} + 30 * \text{Jorn} + 30 * \text{Cart} + 20 * \text{Prev} + 10 * \text{Desloc} + 5 * \text{Segocup}$;

$\text{TRABREND} = (\text{Rend}_{\text{padronizado}} + \text{Npob}) / 2$;

$\text{TRABAUX} = 26 * \text{Auxmor} + 20 * \text{Auxalim} + 17 * \text{Auxtrans} + 14 * \text{Auxeduc} + 23 * \text{Auxsau}$;

c) Calcula-se o IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais:

$\text{IQE} = 40 * \text{TRABREND} + 45 * \text{TRABFORMAL} + 15 * \text{TRABAUX}$

O IQE varia entre 0 a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhor a qualidade do emprego (condições de trabalho melhores).

⁸ Esse indicador é uma adaptação do desenvolvido por Balsadi (2008).

⁹ Estamos considerando, para o cálculo do IQE, a jornada acima de 20 horas, porque, segundo De Grazia (2007, p. 47), “Variando entre uma e 20 horas semanais, inúmeras pesquisas empíricas a respeito desse tipo de emprego concluíram tratar-se, em sua maioria, de um trabalho equivalente a um subemprego. É o que chamamos de ‘bico’.”

¹⁰ Médio, mínimo e máximo são os valores do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

¹¹ Adaptamos as ponderações, obtidas em Balsadi (2008), ao objetivo do presente estudo.

4. Análise dos Dados: uma tentativa de inferir o contingente, absoluto e relativo, das famílias de trabalhadores assalariados (setor privado) superexplorados

A Tabela 1 exhibe, na última coluna (ano de 2014)¹², a distribuição absoluta dos contingentes de famílias analisadas e, nas demais colunas, a distribuição e evolução da participação relativa dos distintos tipos familiares no total do universo de famílias selecionadas. Pode-se observar nessa Tabela que ocorreu uma forte redução da participação relativa das famílias do tipo Superexplorado – em 2002 era de 45,2%, caindo, em 2014, para 29,4% do total das famílias de assalariados (setor privado) selecionadas.

Pelo raciocínio apresentado na primeira seção deste artigo (sobre o conceito de força de trabalho superexplorada), é coerente considerarmos as famílias do tipo Explorado Intermediário com dois ou mais assalariados como Superexploradas, uma vez que, embora sejam famílias com menos de quatro membros,¹³ têm mais de um membro assalariado, portanto, mais de um explorado, e, mesmo assim, permanecendo com a renda abaixo do SMN/DIEESE.

Nesse sentido, somando os percentuais de famílias Superexplorado com Explorado Intermediário com dois ou mais assalariados, a Tabela 1 mostra que, mesmo depois de mais de uma década de governos petistas, mais de uma década de ganhos salariais, o percentual de famílias que poderíamos considerar Superexploradas – nos termos aqui apresentados – ainda permanece elevado (40,3% do total de famílias do universo selecionado).

Tabela 1: Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias assalariadas no total nacional de famílias assalariadas: Brasil, 2002 a 2014.

TIPO DE FAMÍLIA (de Explorados)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^a	2014 (x 1.000 Fam.)
Explorado 1	10,2	9,1	9,4	10,4	10,8	11,7	11,9	12,6	14,8	16,1	17,5	17,9	5,9 ***	5076
Fam. c/ 1 ocupado	4,6	4,0	4,0	4,4	4,2	4,5	4,1	4,5	5,2	5,1	5,7	6,0	2,9 ***	1702
Fam. c/ 2 ou mais ocupados	5,7	5,1	5,4	6,0	6,6	7,2	7,7	8,1	9,6	11,0	11,8	11,9	7,8 ***	3374
Explorado 2	3,0	2,6	2,6	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0	3,3	3,7	3,6	3,7	2,9 ***	1058
Fam. c/ 1 ocupado	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	-3,0 ***	132
Fam. c/ 2 ou mais ocupados	2,4	2,0	2,1	2,3	2,5	2,5	2,6	2,7	2,9	3,3	3,2	3,3	4,0 ***	926
Explorado Intermediário	41,5	43,1	43,7	44,3	45,3	45,7	47,3	47,2	48,4	48,4	48,5	49,0	1,3 ***	13906
Fam. c/ 1 ocupado	32,7	33,8	34,0	34,2	34,7	35,0	36,1	36,1	37,0	37,3	38,1	38,2	1,2 ***	10826
Fam. c/ 2 ou mais ocupados	8,8	9,3	9,8	10,0	10,6	10,7	11,2	11,1	11,4	11,1	10,4	10,9	1,5 ***	3080
Superexplorado	45,2	45,2	44,3	42,5	41,0	39,7	37,9	37,2	33,5	31,8	30,3	29,4	-3,8 ***	8333
Fam. c/ 1 ocupado	28,7	28,3	27,2	26,2	25,3	24,4	22,9	22,9	20,7	19,6	19,2	18,3	-3,8 ***	5180
Fam. c/ 2 ou mais ocupados	16,5	16,9	17,1	16,3	15,7	15,2	15,0	14,3	12,8	12,2	11,1	11,1	-3,7 ***	3154
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		28373

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda:

¹² Nesta coluna, de números absolutos, deve-se multiplicar por 1000 os números exibidos na coluna.

¹³ Lembrando que o SMN/DIEESE pressupõe um trabalhador que o receba para sustentar uma família de quatro membros, dois adultos e duas crianças (ou três adultos).

Explorado 1 = Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho $\geq$ SMN/DIEESE.

Explorado 2 = Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho $\geq$ SMN/DIEESE.

Explorado Intermediário = Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho $<$ SMN/DIEESE.

Superexplorado = Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho $<$ SMN/DIEESE.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Se considerarmos, por sua vez, que uma parte das famílias Explorado Intermediário é composta por três adultos (portanto, correspondendo à exigência do SMN/DIEESE)¹⁴, pode-se julgar Superexplorado 16,6% das famílias Explorado Intermediário *com apenas um assalariado*, uma vez que esse percentual corresponde às famílias formadas por três adultos (a partir de 18 anos de idade). 16,6% de 10,826 milhões¹⁵ corresponde a 1,797 milhões (ou 6,3%) do total de famílias selecionadas (28,373 milhões, Tabela 1), que, adicionados aos 40,3%, calculado no parágrafo anterior, chegamos a praticamente 46,3% (ou 13,136 milhões) do total de famílias selecionadas que poderíamos chamar de famílias de assalariados do tipo Superexplorado, em 2014. Se fizermos esses mesmos cálculos para o ano de 2002, observamos que o total de famílias que poderíamos considerar como do tipo Superexplorado, atingia a cifra de 58,5%¹⁶ do total de famílias selecionadas. Portanto, ao longo de 12 anos de governos petistas ocorreu uma redução de 12 pontos percentuais – de 58,5% para 46,3% – na fração do universo de famílias (de trabalhadores assalariados) que poderiam ser consideradas do tipo Superexplorado, porém, ainda permanecendo, em 2014, quase a metade (46,3%) do universo de famílias selecionadas.

E o que dizer das famílias Explorado 2 (com 5 ou mais membros) *com dois ou mais assalariados*? São apenas exploradas ou poderiam ser consideradas superexploradas, uma vez que, além de tais características, uma parte delas tem renda bem próximo do SMN/DIEESE?¹⁷ Se pudermos considerar parte desse grupo familiar também como superexplorado, os percentuais inferidos no parágrafo anterior estariam aquém do que poderiam ser.

A Tabela 2 registra a evolução dos percentuais de trabalhadores assalariados (setor privado), dentro de cada tipo familiar, que *não* atendem todos os requisitos¹⁸ estabelecidos na construção do indicador de condições de trabalho (ou qualidade do emprego, IQE), no período sob análise. Pode-se ver nessa Tabela que em todos os tipos de famílias, especialmente entre os tipos Explorado

¹⁴ Exigência de que a família seja de dois adultos e *duas crianças*, que valem por um adulto. Portanto, família de dois adultos e duas crianças ou família de três adultos, conforme DIEESE (2010, Cap. 7).

¹⁵ 10,826 milhões é o total de famílias Explorado Intermediário com 1 assalariado, em 2014 (Tabela 4).

¹⁶ Em 2002, o percentual de famílias Explorado Intermediário *com 1 assalariado* composta de três adultos (a partir de 18 anos de idade) era de 13,7% (ou 0,910 milhão) do total desse tipo familiar.

¹⁷ O que pode estar relacionado ao fato de que mais de 17,0% das famílias desse tipo familiar registrou *Insegurança Alimentar*, em 2009. A PNAD de 2009 trouxe um suplemento sobre Segurança Alimentar.

¹⁸ Os requisitos referem-se aos indicadores simples, conforme apresentado na seção de Metodologia.

Intermediário e Superexplorado, houve melhora nas condições de trabalho dos seus membros assalariados. Contudo, pode-se ver também que, em 2014, ainda havia uma fração expressiva de trabalhadores assalariados cujas condições de trabalho *não* atendiam plenamente os requisitos acima mencionados – 36,0% entre as famílias Explorado 1, 41,0% entre as famílias Explorado 2 e Explorado Intermediário, e 46,0% entre as famílias Superexplorado.

Tabela 2: Evolução dos *percentuais* de assalariados que *não* atendem todos os quesitos do indicador de condições de trabalho (IQE), segundo o tipo de família de trabalhadores assalariados (setor privado): Brasil, 2002 a 2014.

TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^a
Explorado 1	38,0	38,3	37,9	37,7	37,9	37,3	38,0	37,0	37,2	36,4	36,8	36,4	-0,4 ***
Fam. c/ 1 assalariado	35,7	35,5	35,1	35,0	35,1	34,8	35,6	34,4	35,4	34,3	35,4	34,8	-0,1 *
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	38,7	38,9	39,1	38,2	38,1	38,1	37,5	37,1	36,9	37,0	36,9	36,8	-0,5 ***
Explorado 2	44,9	44,9	44,3	43,2	45,1	44,0	43,4	41,9	41,4	41,2	40,3	40,9	-0,9 ***
Fam. c/ 1 assalariado	36,2	36,1	36,9	34,5	33,7	37,2	33,0	36,5	35,4	37,9	34,3	34,6	-0,1
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	45,6	45,8	44,4	43,8	45,8	43,8	43,9	41,4	41,6	41,4	40,6	41,2	-1,0 ***
Explorado Intermediário	52,0	53,5	52,3	50,1	49,6	48,0	47,1	45,7	43,7	42,3	41,0	40,8	-2,3 ***
Fam. c/ 1 assalariado	52,1	53,6	52,4	50,3	49,7	48,3	47,0	46,0	43,8	42,5	41,0	40,9	-2,3 ***
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	50,9	52,9	51,6	49,3	49,2	47,2	46,8	44,3	43,0	41,4	40,5	40,1	-2,4 ***
Superexplorado	57,5	59,3	58,2	56,2	55,5	53,7	53,0	51,3	49,1	47,6	46,3	45,9	-2,2 ***
Fam. c/ 1 assalariado	54,1	56,6	55,4	53,6	53,1	52,2	50,6	49,8	48,1	46,2	45,0	44,4	-2,0 ***
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	59,6	60,4	59,7	57,7	56,4	54,6	54,1	52,1	49,4	47,8	46,9	46,4	-2,4 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Do ponto de vista da questão que nos ocupa neste artigo (tentar inferir o montante e o percentual de famílias do tipo Superexplorado), a Tabela 2 pode nos ajudar a pensar também o caso dos trabalhadores dos tipos familiares Explorado 1 (e Explorado 2 com 1 assalariado), cujas condições de trabalho não atendem todos os requisitos do IQE, e cujos rendimentos possam estar próximos do SMN/DIEESE, ou seja, se tais rendimentos compensam a qualidade relativamente baixa das condições de trabalho desses trabalhadores. Se a resposta for negativa a essa indagação, então, esse seria mais um motivo a se somar aos comentários feitos anteriormente sobre as famílias Explorado 2 (com 5 ou mais membros) *com dois ou mais assalariados*, no sentido de elevar um pouco mais a fração de famílias do tipo Superexplorado.

A Tabela 3 possibilita a análise de um dos quesitos que formaram o indicador de condições de trabalho para a Tabela 2. A Tabela 3 registra informações sobre Jornada de Trabalho. Pode-se ver nessa Tabela que houve, em todos os quatro tipos de famílias analisadas, um aumento do percentual de trabalhadores com jornada de trabalho dentro das condições legais ou normais.

Tabela 3: Evolução da participação relativa (%) dos trabalhadores assalariados (setor privado), dentro de cada tipo familiar, segundo faixas de jornada de trabalho: Brasil, 2002 a 2014.

TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^a
Explorado 1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,1	4,7	5,0	4,8	4,4	4,4	4,0	3,7	4,2	4,2	4,9	4,4	-0,3
21 a 39 horas	10,8	10,6	11,3	10,6	10,9	10,6	9,8	10,5	9,8	9,9	9,5	9,9	-1,1 ***
40 a 44 horas	55,3	56,0	55,8	55,5	57,2	58,6	61,0	61,6	62,1	60,0	61,4	63,9	1,2 ***
45 a 48 horas	14,6	14,7	14,2	14,0	14,4	12,1	12,5	12,7	13,0	15,1	14,4	11,8	-0,8
49 horas ou mais	15,2	14,0	13,8	15,1	13,1	14,2	12,7	11,6	10,9	10,7	9,8	9,9	-3,7 ***
Explorado 2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,3	4,4	4,1	4,4	3,7	4,1	4,4	3,8	4,2	4,9	5,0	4,4	1,0 *
21 a 39 horas	11,7	10,5	9,5	10,2	10,5	9,1	9,3	9,5	8,7	9,7	8,7	10,0	-1,3 ***
40 a 44 horas	47,9	52,3	52,3	54,0	50,6	53,6	54,8	57,6	59,1	56,7	58,7	61,7	1,7 ***
45 a 48 horas	20,8	17,1	19,2	17,6	20,7	18,8	17,5	16,3	18,4	17,4	17,3	15,7	-1,3 ***
49 horas ou mais	15,3	15,7	14,8	13,8	14,6	14,3	14,0	12,7	9,5	11,3	10,3	8,2	-4,7 ***
Explorado Intermediário	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,4	4,4	4,2	4,7	5,0	4,9	4,5	4,8	5,4	5,7	5,9	5,7	2,6 ***
21 a 39 horas	9,6	9,8	9,9	9,7	10,4	9,6	9,8	9,8	9,4	10,4	9,6	10,1	0,1
40 a 44 horas	41,9	42,6	43,7	45,4	44,6	47,6	50,3	52,0	52,9	52,2	54,7	56,4	2,5 ***
45 a 48 horas	24,0	23,8	24,3	23,3	22,6	21,4	20,2	19,3	20,2	19,8	19,1	18,0	-2,4 ***
49 horas ou mais	20,1	19,4	17,9	16,9	17,3	16,4	15,2	14,0	12,1	11,9	10,7	9,9	-5,6 ***
Superexplorado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,9	4,8	4,9	5,5	5,4	6,2	5,7	5,6	6,3	6,6	6,9	6,9	3,2 ***
21 a 39 horas	9,7	9,4	9,5	9,9	10,6	9,6	10,0	10,0	9,7	10,4	10,2	10,7	0,7 ***
40 a 44 horas	39,9	40,5	42,1	42,2	42,6	45,8	47,7	49,7	50,8	50,9	51,9	53,9	2,6 ***
45 a 48 horas	24,1	25,3	24,7	23,9	23,2	21,4	20,7	19,5	20,2	20,0	19,9	18,4	-2,5 ***
49 horas ou mais	21,4	19,9	18,8	18,6	18,2	17,1	16,0	15,1	12,9	12,1	11,2	10,1	-5,8 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

A despeito disso, contudo, pode-se observar também que, se considerarmos os percentuais das duas faixas *acima de 44 horas*, ainda havia, em 2014, um percentual expressivo de trabalhadores com trabalho além da normalidade¹⁹ – 21,0% nas famílias Explorado 1, 24,0% nas famílias Explorado 2, 28,0% nas famílias Explorado Intermediário, e 28,5% nas famílias Superexplorado. Além disso, observa-se também, nos quatro tipos familiares, algum percentual de trabalhadores com trabalho parcial ou subemprego (“até 20 horas semanais”)²⁰ – particularmente entre as famílias Explorado 2, Explorado Intermediário e Superexplorado, as quais registraram taxas médias anuais positivas de crescimento expressivas e significativas (sentido estatístico).

¹⁹ O que, conforme exposto na primeira seção deste texto, pode se configurar em superexploração (trabalho *excessivo*, ou *sobretabalho*), caso a remuneração desse trabalho extra não compense o desgaste extra.

²⁰ Conforme comentário na nota 9.

5. Considerações Finais

Vimos que, ao considerarmos outras informações,²¹ para análise dos tipos de famílias classificadas *inicialmente* com base no valor do SMN/DIEESE e no tamanho da família, tais informações ajudam a qualificar a classificação inicial. Ou seja, o que inicialmente estava classificado como, por exemplo, família Explorado 1 ou 2 ou Explorado Intermediário, vimos que, ponderando com outras variáveis, frações desses tipos familiares poderiam ser considerados do tipo Superexplorado.²²

A análise dos dados revelou que, mesmo após mais de uma década de governos do partido dos trabalhadores, a despeito de todo um esforço de promover, por exemplo, um tipo de social-desenvolvimentismo,²³ com avanços sociais e redução de desigualdades, resultando, como vimos, na redução dos contingentes e percentuais de famílias do tipo Superexplorado, ainda havia uma elevadíssima porcentagem desse tipo familiar, em 2014. Além disso, se considerarmos tendências não captadas pelas PNADs, tais como, terceirizações²⁴ e intensificação do trabalho²⁵, o percentual de famílias do tipo Superexplorado poderia ser ainda maior. Isso seria uma demonstração da incompatibilidade do capitalismo com trabalhadores (ou famílias de) assalariados apenas Explorados? E, por essa razão, a redução ocorrida no contingente Superexplorado seria um elemento a explicar a inflexão política atual no Brasil?

6. Referências Bibliográficas

- BALSADI, O. V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira e suas diferenciações regionais no período 1992-2004*. São Paulo: HUCITEC (Economia & Planejamento). 291p., 2008.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.
- BUENO, F. M. *A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000*. Brasília: UnB. 2016. (Tese de Doutorado)

²¹ Tais como: número de assalariados na família (mais de um, por exemplo, implica em mais exploração), condições de trabalho, jornada de trabalho em tempo parcial ou além da normalidade).

²² Outras variáveis da PNAD que, por falta de espaço neste artigo, não puderam ser exploradas (anos de estudo, insegurança alimentar, etc.), também contribuiriam para melhor qualificar os tipos familiares.

²³ Bastos (2012)

²⁴ DIEESE (2017)

²⁵ Dal Rosso (2011)



- DE GRAZIA, G. *Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão*. São Paulo: Xamã. 2007. 272p. (Col. Labirintos do Trabalho)
- DAL ROSSO, S. Ondas de intensificação do labor e crises. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 133-154, jan./jun. 2011.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Terceirização e Precarização das Condições de Trabalho*. São Paulo: DIEESE. Nota Técnica 172. Março 2017. 25p.
- _____. *Salário Mínimo: instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: DIEESE. 2010. 252p.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente, in: ALMEIDA FILHO, N. [Org.] *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 233p., 2013.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, nº 32, p. 119-141, junho-2012.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomos I e II. São Paulo: Nova Cultural. 1996. (Col. Os Economistas)

**DINÂMICA PRODUTIVA E TRABALHO NO SETOR DE CERÂMICA
VERMELHA: APONTAMENTOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO
CARIRI - CE**

Christine Luci Bezerra Alves (UFC)
chirsluci@gmail.com.br

Valéria Feitosa Pinheiro (URCA)
valeriafp@terra.com.br

Evânio Mascarenhas Paulo (PUCRS)
evanio_paulo@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo apresenta um painel da dinâmica produtiva e das características das relações de trabalho para o setor de cerâmica vermelha na Região Metropolitana do Cariri – CE. Uma das particularidades desse setor é sua importância na geração de emprego e renda, que contribuem para aquecimento das economias locais, mas o segmento é marcado principalmente pelo passivo ambiental causado e pelas as relações de trabalho as quais costumam ser de ordem bastante precária, sendo o setor consumidor de mão de obra não qualificada e, em especial, recém liberada de atividades não agrícolas, o que confere um caráter de extrema vulnerabilidade do trabalho. Essas características são confirmadas para a área proposta para estudo, sendo nela se verificado que a dinâmica recente da construção civil e o conjunto de investimentos públicos e privados implementados na última década podem estar contribuindo para a boa performance do emprego no setor, que na região cresce a taxas superiores à nacional e estadual. Porém, constata-se condições de trabalho extremamente degradantes, salários precários, baixa escolaridade e qualificação da mão-de-obra e alta rotatividade no setor.

Introdução

Considerando os níveis de vulnerabilidade econômica e social de substancial parte da população, demandando alternativas para a inserção dessa população no mercado de trabalho, a indústria de cerâmica constitui-se importante alternativa na promoção de emprego e renda local. Porém, os amplos custos ambiental e social imprimidos pelo setor, marcado, particularmente, no mercado de trabalho, pelas perversas relações de trabalho que têm sido implementadas em seu processo produtivo, impõem que sua dinâmica seja alvo de constante avaliação.

O setor proposto para a análise é o setor de cerâmica vermelha da Região Metropolitana do Cariri – CE, o qual tem, reconhecidamente, alto impacto ambiental negativo; as principais fontes de matéria-prima têm origem mineral (argila) e vegetal (lenha). A extração da argila promove desmatamento acelerado, degradação do solo e desbarrancamento de matas ciliares; o consumo da lenha contribui para a devastação das matas nativas e a queima de produtos gera emissão em quantidades apreciáveis de componentes gasosos.

A manufatura de produtos cerâmicos envolve, geralmente, os processos de extração e preparo de matérias-primas; conformação; secagem; queima e acabamento, apresentando alguma variação a depender do nível tecnológico ou da utilização de medidas mitigadoras de impactos ambientais.

Assim, esse trabalho tem como objetivo caracterizar o segmento de cerâmica vermelha, com especial destaque para aspectos de sua dinâmica e das relações de trabalho ali desenvolvidas. O estudo proposto se baseia em coletas primárias de informações e análises de dados secundários para compor um painel recente do setor.

A estrutura do texto contempla, além desta introdução, uma seção com breves notas metodológicas. A dinâmica do setor é pensada, na seção que se segue, a partir de elementos da cadeia produtiva de minerais não metálicos e componentes da construção civil e análises comparativas do mercado de trabalho do setor são feitas a partir dos dados da RAIS-MTE. Na sequência, é proposta uma análise do nível de compromisso com a promoção do ambiente de trabalho, analisado sobre a perspectiva de um arranjo de indicadores da responsabilidade do setor com relação a condições de trabalho.

Caracterização da área de estudo e base de dados

O setor cerâmico engloba segmentos de produção de diversos materiais de uso, em geral, na construção civil. O foco desse trabalho concentra-se predominantemente no segmento de cerâmica vermelha, cujo uso no macro setor da construção civil é predominante. Assim, ocupar-se-á em analisar características do setor de cerâmica vermelha da Região Metropolitana do Cariri-CE (RM Cariri), formada por nove municípios (Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri), os quais ocupam cerca de 5.025,655 km², onde vivem de 564.478 habitantes (IBGE, 2010).



Fonte: IPECE.

Figura 1: Região Metropolitana do Cariri.

Do ponto de vista econômico, a região favorece a exploração de minérios de alto valor comercial e indústrias de aproveitamento de matérias-primas locais, beneficiando, ainda, a agricultura diversificada e agroindústria.

Com relação à caracterização das relações de trabalho, a mesma é feita a partir dos dados da RAIS, que se constitui em um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego. A revisão dessas informações orienta a condução de pesquisas *in loco*, com o objetivo de apurar dados e percepções do segmento, a fim de se compor uma plataforma de informações com as quais são construídos indicadores de percepção do nível de compromisso das empresas com a melhoria do ambiente de trabalho. Esses dados foram obtidos a partir de pesquisa direta na população de ceramistas da região, no segundo semestre de 2016, que correspondem a 19

empresas distribuídas em municípios da RM Cariri. Para a aplicação do questionário junto às empresas, utilizou-se tabela do tipo *likert*, com 5 pontos: 1 (Nunca), 2 (Quase Nunca), 3 (Às Vezes), 4 (Quase Sempre) e 5 (Sempre).

O setor de cerâmica a partir de seus dados

A fim de melhorar a capacidade produtiva, a competitividade e qualidade dos produtos, bem como focando o aprimoramento tecnológico e do trabalho, diversos pólos produtivos no país têm se organizado através de Arranjos Produtivos Locais, o que tem sido impulsionado por políticas públicas, com vistas à promoção do desenvolvimento local. Conforme o Ministério das Minas e Energia (BRASIL, 2014), são 29 APLs no segmento de cerâmica vermelha, assim distribuídos: 12 no Nordeste, 8 no Sudeste, 4 no Sul, 4 no Norte e 2 no Centro-Oeste.

Em relação à produção regional (Tabela 1), o Ceará ocupa a oitava posição na produção de cerâmica vermelha, contribuindo com cerca de 5% da produção nacional. No Nordeste, o Ceará responde por 21,8% do total produzido, ficando atrás apenas da Bahia, que lidera o *ranking* regional com a produção de 25%.

Tabela 1: Produção de cerâmica vermelha – Brasil e estados do Nordeste, 2012

Estados	Mil milhares/mês
Nordeste	780
BA	195
CE	170
RN	110
PE	68
Demais Estados NE	237
Brasil	3412

Fonte: INT (2012).

O setor de cerâmica tem acompanhado o desempenho da construção civil, em expansão desde 2004, com a ampliação dos investimentos em infraestrutura e unidades habitacionais. Nas tabelas 2, 3 e 4 são apresentados importantes setores de minerais não metálicos, os quais apresentam estreita relação com a construção civil, com base em sua produção, faturamento e consumo *per capita*.

Tabela 2: Setor de minerais não metálicos, segmentos selecionados – Brasil – 2009-2013

SEGMENTOS	2009	2010	2011	2012	2013
Cimento (Mt 10 ⁶)	51,7	59,1	64,2	68,8	71
Cerâmica vermelha (10⁹)	59,4	66,3	68,7	69,7	70,8
Blocos/tijolos	44,6	49,7	51,5	52,3	53,1
Telhas	14,8	16,6	17,2	17,4	17,7
Revestimento	714,9	753,5	844,3	865,9	871,1

Fonte: BRASIL (2014).

A produção tem crescido nos principais segmentos, mesmo no período mais recente, de desaceleração do crescimento econômico e para a cerâmica vermelha atinge, em 2013, 70,8 milhões de peças (Tabela 2); entre 2009 e 2013, a despeito da crise internacional e de seus reflexos no Brasil, a produção do setor cresce a 4,5% a.a. O faturamento, em 2013, atinge R\$ 21 bilhões, sendo superior ao faturamento da indústria de cimento (Tabela 3).

Tabela 3: Faturamento do setor de minerais não metálicos (em bilhões de reais)

SEGMENTOS	2009	2010	2011	2012	2013
Cimento	17	17	18	18,4	19
Cerâmica vermelha	18	20	21	21	21
Revestimento	4,8	5,3	5,5	5,6	5,7

Fonte: BRASIL (2014).

Considera-se a concepção que o desenvolvimento econômico não está circunscrito a apenas aspectos de dinâmica da atividade, mas também da natureza transformada do trabalho, que por sua vez influencia as condições humanas e a dignidade das populações, desenhando contornos de um papel de transformação social desempenhado pelo trabalho. Desta forma, é importante a caracterização do trabalho empregado no setor. Pela análise desses dados pode-se constatar a larga dinâmica no setor cerâmico do Ceará e da RM Cariri, no que concerne a postos de trabalho; enquanto o emprego cresce no Brasil a 2,96% a.a., no Ceará o crescimento é de 7,35% a.a. e na RM Cariri, 10,41% a.a.

Tabela 4: Emprego e estabelecimentos na fabricação de produtos cerâmicos

Ano	Emprego			Firmas		
	BR	CE	RM CARIRI	BR	CE	RM CARIRI
2006	131.818	4.028	370	6.095	226	13
2007	139.59	4.397	464	6.185	238	16
2008	144.066	4.649	597	6.353	244	16
2009	144.380	4.938	683	6.414	248	16
2010	157.755	6.058	735	6.636	275	16
2011	165.707	6.233	861	6.886	291	20
2012	167.746	6.729	933	7.032	318	21
2013	169.717	7.064	951	7.021	333	22
2014	166.513	7.104	817	6.920	342	20

Fonte: RAIS.

A própria dinâmica do número de estabelecimentos mostra o crescimento superior quando se tratam das economias cearense e da RM Cariri: crescimento anual do Brasil, 1,6%, Ceará, 5,31% e RM Cariri, 5,53%.

Os dados relativos à educação mostram que uma significativa parcela da mão de obra no Brasil, ocupada no setor, possui ensino fundamental incompleto (32,2% em 2014), apesar de diminuir a concentração de trabalhadores nessa faixa de escolaridade entre 2006 e 2014 (Tabela 5).

Apesar da criação de empregos formais ser bastante evidente para a economia cearense no período, a qualidade desse emprego é precária e mesmo com a sensível melhora entre os anos referidos, 40% dos trabalhadores da cerâmica cearense possuem fundamental incompleto, sendo 3,7% analfabetos em 2014. Na RM Cariri, os níveis de escolaridade são ainda mais precários, com 4,8% de analfabetos, em 2014 e 48,8% possuindo ensino fundamental incompleto. Trabalhadores com ensino superior são muito poucos no Brasil (2,9% em 2014) e estão ainda em menor número no estado e na RM Cariri (1,6% e 1,0%, respectivamente, em 2014).

Tabela 5: Emprego na fabricação de produtos cerâmicos, grau de instrução – Brasil, Ceará e RM Cariri

INSTRUÇÃO	BR		CE		RM CARIRI	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
Analfabeto	2	1,5	5,5	3,7	5,9	4,8
Fund. Incompleto	48,4	32,3	68,7	40	67,6	48,8
Fund. Completo	19,9	18,8	10,8	17,3	17,3	14,1
Médio Incompleto	8,4	10,2	4,3	6,5	4,3	5,9
Médio Completo	17,7	32,8	9,6	29,7	3,2	25
Superior incompleto	1,5	1,4	0,5	1,1	1,1	0,5
Superior completo	2	2,9	0,5	1,6	0,5	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS.

NOTA: Inclui indivíduos com grau de instrução não declarado.

A precarização no mercado de trabalho de cerâmica torna-se ainda mais evidente com os baixos níveis de remuneração média observados para a mão de obra, seja qual for escala em análise. No Brasil, 67,45% dos trabalhadores recebem menos de dois SM, dos quais 7,3% recebem apenas 1 SM. Entre 2006 e 2014, diminui o número de trabalhadores que auferem salário superior a 5 SM, de 4,63% para 3,67% (Tabela 6).

No Ceará, 92,35% dos trabalhadores da cerâmica ganham no máximo 2 SM e na RM Cariri, quase toda a mão de obra se encontra nessas faixas de remuneração, 97,92%, em 2014. Nessa região, inexistem trabalhadores com salários superiores a 5 SM.

Tabela 6: Distribuição do emprego na fabricação de produtos cerâmicos por faixas de remuneração média – Brasil, Ceará e RM Cariri

NÍVEL SALARIAL	BR		CE		RM CARIRI	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
0-1,0	9.13	7.3	41.01	32.36	11.35	8.81
1,01-2,0	58.67	60.15	53.75	59.95	86.22	89.11
2,01-3,0	16.83	17.89	3.18	3.05	1.08	1.1
3,01-4,0	6.45	6.08	0.62	1.14	0	0
4,01-5,0	2.79	2.47	0.5	0.65	0.27	0.12
Acima de 5	4.63	3.67	0.47	1.75	0	0
TOTAL	98,5	97,56	99,53	98,9	98,92	99,14

Fonte: RAIS.

NOTA: Inclui indivíduos com grau de remuneração não declarado.

Vale ressaltar que a mão de obra disponível não tem se constituído em empecilho para a produção no setor, mas a baixa qualificação influencia a alta rotatividade no segmento. Todavia, junto às unidades com maior diversificação de produtos e maior nível de automação, que demandam trabalhadores mais especializados, a baixa qualificação da mão de obra impõe-se como gargalo não somente à produção, mas ao próprio processo de automação (ALVES, 2017).

Grande parte dos estudos sobre o setor revela que o mesmo é marcado por trabalhadores recém-saídos do setor rural, que veem no segmento industrial um trabalho menos pesado e degradante, ao tempo que enfrentam dificuldades de absorção em outros setores. A falta de política de qualificação e atualização dos trabalhadores deixam vulneráveis nas etapas estratégicas da produção, como a queima dos produtos, devido à dificuldade na lida com os fornos. A inexistência de políticas de retenção de mão de obra especializada é outra marca do setor, que perde constantemente trabalhadores para outros segmentos da indústria.

Compromisso Com a Melhoria do Ambiente do Trabalho

O compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho ganha importância crescente, principalmente pelo fato de que vulnerabilidades ambientais atrelam-se a vulnerabilidades sociais e das ocupações. Aspectos relativos à estrutura produtiva, nível tecnológico, gestão organizacional e políticas específicas de segurança no trabalho, têm reflexos nos resultados operacionais, desempenho e produtividade do trabalho, redução de riscos, saúde e satisfação dos trabalhadores.

No setor de cerâmica, grande parte das atividades expõe o empregado a situações de trabalho degradante, principalmente no tratamento da lavra de argila e no manuseio de fornos.

A adoção de medidas que garantam a proteção e promoção da saúde no ambiente de trabalho deve ser imperativa para amenizar os efeitos nocivos sobre os trabalhadores. Porém, a realidade revela que 52,6% das empresas nunca atuam de forma a garantir as condições de saúde e segurança de seus funcionários e 31,6% quase nunca atuam. Nesse indicador, não se encontrou nenhuma empresa admitindo sempre trabalhar em prol da SST e nenhuma empresa disponibiliza acesso próprio a serviço de saúde operacional. Apenas três empresas possuem uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e somente uma dispõe do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Tabela 7: Setor de cerâmica vermelha em relação a compromisso com Ambiente do Trabalho
 – RM Cariri – 2016

Indicador	Nunca	Quase nunca	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Recebimento e manuseio adequado de materiais	10,5	52,6	26,3	5,3	5,3	100
Acondicionamento adequado de argila e demais insumos	15,8	52,6	15,8	10,5	5,3	100
Armazenamento do produto e de peças cruas em local delimitado, organizado, com piso uniforme e coberto	5,3	26,3	52,6	10,5	5,3	100
Armazenamento adequado dos resíduos em depósitos fixos ou temporários, impermeabilizados e cobertos	42,1	36,8	15,8	5,3	0	100
Otimização do layout	31,6	21,1	36,8	5,3	5,3	100
Cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho	52,6	31,6	10,5	5,3	0	100
Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade	63,2	26,3	10,5	0	0	100
Política de remuneração, benefícios e carreira	68,4	15,8	15,8	0	0	100
Diálogo e gestão participativa	63,2	15,8	15,8	5,3	0	100
Cumprimento de exigências legais relativas ao trabalho	0	15,8	78,9	0	5,3	100
Ações para inibir o uso do trabalho infantil, inclusive em associação com outras organizações	0	0	94,7	5,3	0	100
Atração e retenção de mão de obra especializada	47,4	36,8	10,5	5,3	0	100
Formas de cooperação ou parcerias entre produtores/destes com centros de capacitação profissional, assistência técnica e instituto de ensino e pesquisa.	10,5	52,6	26,3	5,3	5,3	100

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, praticamente não se registram ações de identificação de perigos, avaliação de riscos operacionais ou auditorias internas para investigação de incidentes, o que resulta em envolvimento frequente em litígios onerosos e prejuízos à saúde de trabalhadores. No que diz

respeito à utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), constatou-se estarem disponíveis em todas as unidades industriais, porém, com uso extremamente limitado, apesar do trabalho de fiscalização recorrente, o que remete à baixa consciência ambiental dos trabalhadores, frente à ausência de programas de educação ambiental e da inadequação dos sistemas de gestão da produção às demandas ambientais.

A otimização do arranjo físico é questão imprescindível para o melhoramento das condições de trabalho, aumentando tanto o bem-estar como o rendimento das pessoas. É perceptível, no setor, a heterogeneidade relativa à otimização do *layout* das fábricas, o que se constitui deficiência na gestão produtiva local, com consequências negativas na produtividade, no uso racional do espaço, no deslocamento de materiais e pessoas, na qualidade de estoques e produtos, na exaustão dos trabalhadores e na própria demanda por trabalho. Assim, 89,5% das empresas revelaram não manusear suas etapas produtivas em busca de otimização ou o fazerem de forma esporádica. As entrevistas e observações em campo permitiram identificar que quando realizam a otimização do *layout*, as empresas objetivam maior eficiência, sem maiores preocupações com recursos humanos e ambientais.

Arelado à noção de otimização de plantas industriais, o recebimento e manuseio de materiais é um importante indicador que contribui para a melhoria no ambiente de trabalho, associado a condições menos extenuantes da mão de obra, principalmente quando se trata do manuseio de matérias-primas, como argila e lenha. A maioria das firmas (52,6%) “quase nunca” considera realizar adequadamente o recebimento e manuseio de materiais e 26,3% realizam “às vezes” tais procedimentos de forma adequada.

O mesmo percentual de firmas (52,6%) admite “quase nunca” acondicionar de forma adequada argila e demais matérias-primas, o que impõe severos efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores, principalmente daqueles que atuam no preparo da argila, e sobre a qualidade das peças do setor.

Também se identificam problemas no armazenamento de peças em galpões cobertos com piso uniforme. Neste sentido, 26,3% e 52,6% das empresas admitiram, respectivamente, que “quase nunca” e “às vezes” adotam a estocagem de produtos de forma adequada, objetivando facilitar o manuseio e evitar acidentes de trabalho.

Em relação às condições do armazenamento de resíduos, 78,9% das firmas declararam que “nunca” ou “quase nunca” estão adequadas, sendo comum, conforme observado em campo, o abandono não apenas das perdas produtivas, mas de máquinas, equipamentos e demais itens

de sucata mecânica no parque produtivo. Enquanto o armazenamento de insumos recebe alguma atenção, o mesmo não ocorre com resíduos da produção e sucata, com potenciais impactos de contaminação ambiental, sobretudo, água e solo.

O ambiente organizacional não incentiva o caráter participativo dos trabalhadores. O baixo nível de qualificação reproduz trabalhadores com atuação limitada, com pouca possibilidade de integração, baixa consciência de classe, inseridos numa estrutura onde se compartilha pouca informação. Isso faz com que nenhuma empresa do segmento admita “sempre” usar de diálogo e gestão participativa. O que quase se generaliza é que a interação com os trabalhadores, na perspectiva integrada “nunca” está presente em 63,2% das empresas. Desta feita, o *staff* administrativo perde a possibilidade de envolver seu público interno, tornando-os co-autores e mais responsáveis pelas práticas da organização na busca da sustentabilidade dos negócios.

O trabalhador da cerâmica é praticamente o trabalhador que não teve qualificação para outro setor, ‘não empregável’, segundo os próprios produtores e dado o caráter mecânico e braçal da atividade, representa sempre a mão de obra disponível, demandada em períodos de expansão da produção e dispensável, em períodos de crise. Como resultado, dada a baixa especialização exigida para a maioria das funções, não há preocupação, por parte do empresariado, com a empregabilidade. Desta forma, relativo ao indicador compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade, 63,2% das firmas “nunca” e 26,2%, “quase nunca” atuam neste sentido. Deve-se atentar que não se registra nenhuma empresa nas faixas “quase sempre” e “sempre”.

O precário compromisso com as condições de trabalho reflete-se na pouca valorização do trabalhador, que auferir salários precários e não se percebem tendências de incorporação de uma política de remuneração nos planos de negócios das empresas. Nesse sentido, quando o indicador é a política de remuneração, benefícios e carreira, 63,2% dos empresários “nunca” utilizaram essa variável como prática. De forma geral, se não há política de gestão da força de trabalho, não se utiliza, como recurso, a atração e retenção de mão de obra especializada. A gestão se dá de forma improvisada, com a disputa por trabalhadores basicamente que trabalham com os fornos; assim, 47,4% das firmas “nunca” e 36,8% “quase nunca” recorreram a ações previstas neste indicador.

Apenas uma empresa declarou cumprir integralmente as exigências legais relativas ao trabalho. A maioria do setor (78,9%) admite atender “às vezes” os imperativos legais, apesar

da atuação dos órgãos de fiscalização. As flutuações de demanda influenciam a utilização frequente de mão de obra temporária, porém, tais contratações nem sempre respeitam a legislação trabalhista, com o objetivo de evitar os custos relacionados à rotatividade da força de trabalho. No mesmo sentido, dentro da absoluta proibição de exploração de trabalho infantil, apesar de não se constatar em loco a presença de crianças no parque produtivo, 94,7% das empresas consideram que “às vezes” desenvolvem ações destinadas a coibir o trabalho infantil.

Como reflexo da inexistência de ações cooperativas entre os produtores, perdem-se oportunidades preciosas de parceria entre os ceramistas para capacitação profissional, o que baratearia e tornariam viáveis ações conjuntas e parcerias com entidades de atuação setorial. Assim, 52,6% dos pesquisados “quase nunca” consideram qualquer tipo de ação colaborativa e 23,6% consideram recorrer apenas “às vezes”.

Em termos gerais não mais que três empresas (15,8%) declararam adotar “quase sempre” ou “sempre” alguma das ações previstas nesta dimensão.

Considerações finais

A pesquisa desenvolveu uma descrição do arranjo das relações de trabalho do setor de cerâmica vermelha na RM do Cariri-CE. A síntese dessas relações revela uma condição bastante precária, ficando constatada, mais uma vez, a condição puramente simples que o trabalho representa no processo produtivo em uma ideologia *profit ledger* e os desafios que se põem à construção de um cenário de melhor dignidade para trabalhador.

Circunscrito nesse cenário de precariedade está o potencial em termos de dinâmica apresentado pelo setor, que se constitui uma importante peça na engrenagem do desenvolvimento da região. Assim, com relação a indicadores de desempenho, alguns superam, em grande monta, os verificados para nos níveis geográficos superiores. Aqui podem-se colocar importantes reflexões sobre a observação do segmento. A acelerada dinâmica do setor e seu enorme potencial de crescimento, alinhada ao perfil precário do trabalho, permite-nos intuir que os ganhos em termos de escala produtiva ocorrem sem transformações correspondentes e na mesma velocidade da condição do trabalhador. Adicionalmente, por meio do compromisso com o ambiente de trabalho, notamos a baixa atenção das empresas do setor com a promoção de condições decentes de trabalho, o que se traduz em situação degradante a qual os trabalhadores estão sujeitos, pondo-os a margem do processo e excluindo-os da divisão dos ganhos

produtivos, o que por sua vez, põe-se como um entrave ao crescimento do próprio setor, ao impedir o desenvolvimento e aumento da produtividade do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra Alves. **Responsabilidade Socioambiental: uma avaliação do setor de cerâmica na Região Metropolitana do Cariri – Ceará**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2017.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia - MME. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos. 2014.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia - MME; Banco Mundial. **Perfil do setor mineral do Nordeste e análise das possibilidades de incremento da atividade mineral na região**. Relatório Técnico 81. Brasília: MME/Banco Mundial, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **15 anos de gasto social federal**. Notas sobre o período de 1995 a 2009. Comunicados do IPEA, nº 98. Brasília: IPEA, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT. **Panorama da indústria de cerâmica vermelha no Brasil**. Programa de eficiência energética de landrilerras artesanais de América latina para mitigar el cambio climático – EELA. Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Anderson da Silva; ALVES, Christiane Luci B. Trajetória recente dos gastos sociais e da pobreza no estado da Bahia: considerações para o período de 2003-2009. **Bahia Análise e Dados**. Macroeconomia e Desenvolvimento: perspectivas e novos paradigmas. Salvador, v.22, n.1, p.205- 223, jan./mar., 2012.

SILVA, Valdenildo Pedro. Impactos ambientais da expansão de cerâmica vermelha em Carnaúba do Dantas. **Holos**. Ano 23, vol. 3, p.96-112, 2007.

OFERTA DE TRABALHO NO MERCADO DO MÚLTIPLO EMPREGO

Daniel Tomaz De Sousa
Doutorando em Economia Aplicada – PPGE/UFPB
daniel25tomaz@gmail.com

Francisco Germano Carvalho Lúcio
Doutorando em Economia – CAEN/UFC

Leandro De Almeida Rocco
PhD, Professor CAEN/UFC

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os determinantes da oferta de trabalho no mercado secundário no Brasil. Utilizou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos de 2004 e 2014, e um modelo com variável dependente limitada, *tobit*. Os resultados indicam que o mercado em análise é composto em sua maioria por homens, chefes de famílias e trabalhadores que possuem um nível educacional mais elevado. Da função oferta estimada, tem-se que indivíduos do sexo masculino ofertam mais horas de trabalho. Dos aspectos teóricos testados, o motivo restrição de horas foi relevante e reduz a oferta. Já o motivo insegurança atua aumentando a oferta de trabalho.

Palavras-chave: Mercado Secundário. Oferta de Trabalho. Modelo Tobit.

Classificação JEL:

ABSTRACT

The present study has as objective to analyze the determinants of labor supply in the secondary labor market in Brazil. We use data from the National Household Sample Survey (PNAD), from 2004 and 2014, and a model with a limited dependent variable, *tobit*. The results indicate that the market in question is composed mostly of men, heads of families and workers who have a higher educational level. From the estimated supply function, it is shown that male individuals offer more hours of work. From the theoretical viewpoints tested, the reason for restricting

hours was relevant and reduced the supply and the reason for age insecurity increases a job offer.

Keywords: Secondary Labor Market. Labor Supply. Tobit Model.

JEL Classification:

1 INTRODUÇÃO

Diz-se que um trabalhador está alocado no mercado de trabalho secundário¹ se este oferta horas não apenas na ocupação principal, mas também em uma segunda ocupação. Segundo de Casari e Bacha (2011), nos anos de 2004 a 2009, em média 4,41% dos trabalhadores possuíam dois empregos no Brasil.

Há diversas abordagens para explicar as razões que determinam a escolha de ter uma ocupação adicional. Destacam-se dentre os enfoques teóricos a restrição de horas no trabalho principal de Shishko e Rostker (1976), o modelo de trabalho heterogêneo, proposto por Conway e Kimmel (1998) e o modelo de insegurança no trabalho principal, desenvolvido por Bell, Hart e Wright (1997).

Para Shishko e Rostker (1976) o desejo de trabalhar mais horas pode levar a pessoa a buscar uma fonte alternativa de trabalho, quando estas horas adicionais não estão disponíveis no emprego principal.

Na abordagem descrita por Bell, Hart e Wright (1997) o segundo emprego funciona como um meio de dirimir os riscos associados ao emprego principal. Por outro lado, ter um contrato de trabalho mais seguro diminui a busca por outras ocupações, como destacado por Böheim e Taylor (2004). Entretanto, Wu, Braimbridge e Zu (2009) não encontram evidências de que a insegurança no trabalho principal tenha impacto na decisão de participar no mercado do segundo emprego.

O modelo de trabalho heterogêneo, desenvolvida por Conway e Kimmel (1998), é centrado na ideia de benefícios não pecuniários associados ao emprego adicional. Busca-se um maior nível de utilidade. Outras causas² podem ser enumeradas para justificar a participação no mercado secundário.

Como exemplos de trabalhos empíricos destacam-se Krishnan (1990), Averett (2001), Foley (1997), Heineck e Schwarze (2004), Böheim e Taylor (2004), Guariglia e Kim (2006), Panos, Pouliakas e Zangelidis (2014) e Atherton *et al.* (2016).

¹ Utiliza-se como sinônimo do mercado secundário: mercado do múltiplo emprego e mercado do segundo emprego.

² Ver Atherton *et al.* (2016) e Heineck e Schwarze (2004).

No Brasil, Menezes e Carrera-Fernandez (2003) estudam o comportamento do segundo emprego na Região Metropolitana de Salvador, sem utilizar modelos teóricos. Já Casari e Bacha (2011) utilizam o modelo teórico e aplicam a dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e estimam a oferta de horas para a segunda ocupação.

Apesar da existência de um contingente expressivo de trabalhadores no mercado secundário, e de uma literatura consolidada, pouco se sabe dos motivos que levam os indivíduos a realizar esta prática no Brasil. O conhecimento da composição da força de trabalho de um país é um importante subsídio para o desenho de políticas. Além de que a regulamentação do trabalho tem impacto nas decisões dos agentes, como destacado por Renna (2006).

A partir do exposto, este estudo visa identificar quais fatores contribuem para que os trabalhadores ofertem trabalho no mercado das segundas ocupações no Brasil. Além disso, objetiva traçar o perfil do *moonlighter*³.

Além desta introdução, o estudo divide-se em mais três seções. A seção 2 aborda questões metodológicas. A seção três trata dos resultados e discussão. As considerações finais, encontram-se na seção quatro.

2 METODOLOGIA

2.1 Estratégia Econométrica

Há duas formas de tratar os trabalhadores alocados no mercado secundário. Ou o indivíduo sofre de restrição de horas ou busca diversificação nos trabalhos (motivo heterogeneidade). Este trabalho segue Heineck (2009) no qual ambos os motivos podem ser tratados de forma conjunta. Além do mais, como destacado por Conway e Kimmel (1998), a equação que agrega ambos os motivos é mais robusta do que as estimações feitas de forma separada. Este trabalho estima uma função oferta com o seguinte formato:

$$h_2 = h_2(X) \quad (01)$$

Onde X é vetor de variáveis independentes.

A variável h_2 está disponível apenas para os indivíduos alocados no mercado de trabalho secundário. Contudo, as covariadas estão disponíveis para toda a amostra. Como temos

³ Termo utilizado na literatura internacional para o trabalhador alocado no mercado do múltiplo emprego.

uma equação com variável dependente limitada, o modelo que se adequa a esse caso é o *tobit*, descrito a seguir:

$$y_i^* = x_i\beta + \varepsilon_i \quad (02)$$

Onde y_i^* é uma variável latente, que é parcialmente observada. Note que y_i é observada e definida da seguinte forma:

$$y_i = \begin{cases} y_i^* & \text{se } y_i^* > 0 \\ 0 & \text{se } y_i^* = 0 \end{cases} \quad (03)$$

O efeito marginal⁴ do modelo *tobit* pode ser expresso da seguinte forma:

$$\frac{\partial E[y_i/x_i]}{\partial x_i} = \beta\Phi\left(\frac{x_i'\beta}{\sigma}\right) \quad (04)$$

Onde $\Phi(\cdot)$ é a função de distribuição da normal padronizada. Note, pela equação (04), que variações em x_i têm efeito não somente sobre a média da variável observada, mas também sobre a probabilidade de a variável ser observada.

2.2 Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada anualmente, exceto em anos censitários, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha deve-se ao fato de que essa pesquisa contém informações que podem classificar os indivíduos de acordo com suas características individuais, de localização e do trabalho. Foram selecionadas as PNADs de 2004 e 2014.

O grupo de interesse da pesquisa é composto por pessoas que possuem, além da principal, uma ocupação adicional, sendo os rendimentos destas ocupações auferidos em dinheiro.

A Tabela 1 mostra a frequência relativa dos indivíduos com uma, duas ou mais de duas ocupações, nos respectivos anos analisados. Em 2004, pessoas com duas ocupações representam 4,38% da força de trabalho. Em 2014 esse valor é de 3,25%. Quantidades consideradas expressivas que reforçam a relevância do estudo. É possível identificar pessoas que possuem mais de duas ocupações. Contudo, não há como classificar estas ocupações e nem saber o quanto de remuneração fornece. Logo, foram desconsideradas.

Tabela 1 – Número de Trabalhos na Semana – Brasil – Anos de 2004 e 2014.

	2004	2014

⁴ O efeito marginal para a variável latente é o próprio coeficiente estimado do modelo *tobit*.

Número de Trabalhos	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Uma ocupação	77.222.781	95,25	95.948.748	96,48
Duas ocupações	3.553.477	4,38	3.234.936	3,25
Três ou mais ocupações	300.091	0,37	263.318	0,26

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota: Amostra expandida.

Foram considerados indivíduos com idade entre 15 e 65 anos. Em relação a posição na ocupação no trabalho principal, considerou-se apenas empregados e com remuneração. Trabalhadores domésticos e aqueles que possuíam trabalhos não remunerados foram excluídos. Por não se adequarem aos aspectos teóricos os empregadores e trabalhadores independentes⁵ também foram excluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil do *Moonlighter*

Primeiramente foi traçado um perfil baseado em características demográficas. Feito isso, as características das ocupações são confrontadas entre aqueles que não estão alocados no mercado secundário. Por fim, a composição das ocupações por tipo de setor de atividade econômica é exposta.

A tabela 2 mostra que, em ambos os anos, os homens e os indivíduos de cor branca representam a maioria dos *moonlighters*. Há uma redução no número de componentes da família. Característica que a população vem adquirindo, como destacado por Leone, Maia e Baltar (2010).

Tabela 2 – Perfil Demográfico do *Moonlighter* – Brasil – Anos de 2004 e 2014⁶

Característica	2004		2014	
	Média	DP	Média	DP
Sexo	0,60	0,49	0,55	0,50
Raça	0,53	0,50	0,50	0,50
Componentes	3,71	1,58	3,19	1,30
Chefe	0,63	0,48	0,61	0,49
Centro Oeste	0,06	0,23	0,07	0,25
Nordeste	0,38	0,48	0,29	0,46
Norte	0,10	0,29	0,06	0,24
Sudeste	0,30	0,46	0,39	0,49
Sul	0,17	0,37	0,18	0,39
RM	0,20	0,40	0,23	0,42
Urbano	0,73	0,44	0,83	0,37

⁵ Böhme e Taylor (2004) também fazem filtros semelhantes no que diz respeito a posição na ocupação.

⁶ A diferença entre as variáveis foi avaliada pela estatística *t*.

Migrante	0,36	0,48	0,53	0,50
Idade	38,34	11,09	40,50	11,50
Estudo (anos)	8,26	5,24	11,47	4,52

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Notas: a) Média ou Proporção. b) DP= desvio-padrão. c) Amostra expandida. d) A variável chefe é estatisticamente igual entre os anos analisados, as demais variáveis são estatisticamente diferentes.

A região com maior proporção de trabalhadores com segunda ocupação é a Região Nordeste seguida da Sudeste em 2004. Já em 2014, ocorre uma inversão, Sudeste passa a ter um maior percentual.

Em relação a escolaridade, mensurada pelos anos de estudo, os indivíduos analisados possuem um elevado nível de escolaridade. O aumento do nível é compreensível, uma vez que o mercado de trabalho vem exigindo maiores níveis de capital humano.

A tabela 3 expõe as médias das variáveis que caracterizam os trabalhos⁷, tanto o principal quanto o secundário. Considere que o Rendimento do Trabalho Principal (W1) e o Rendimento do Trabalho Secundário (W2), foram corrigidos pelo IPCA, a preços constantes de setembro de 2014⁸.

Tabela 3 – Características do Trabalho – Brasil – Anos de 2004 e 2014

Características	2004				2014			
	Apenas uma ocupação		Duas ocupações		Apenas uma ocupação		Duas ocupações	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
H1	40,90	14,31	34,50	13,96	38,87	13,29	33,63	13,62
W1	832,87	1529,637	1072,36	2058,74	1695,68	2575,48	2226,18	4650,40
H2	-	-	19,87	11,80	-	-	19,68	12,22
W2	-	-	656,54	1149,33	-	-	1433,51	2326,26
Privado	0,79	0,41	0,47	0,50	0,80	0,40	0,50	0,50
Formal	0,58	0,49	0,51	0,50	0,69	0,46	0,61	0,49
Estabilidade	6,95	8,57	9,60	9,27	8,11	10,37	9,59	9,83

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota: DP=desvio-padrão.

Em relação ao rendimento do trabalho principal, para aqueles que estão alocados no mercado secundário, esse rendimento é maior em ambos os anos. Essa característica pode estar associada a maiores níveis de capital humano dos *moonlighters*. Contudo, isto também pode indicar a presença de benefícios não pecuniários na escolha de ter uma segunda ocupação.

⁷ O teste de diferença das médias (teste *t*) foi realizado para todas as variáveis. Apenas a estabilidade mostrou-se estatisticamente igual entre os anos analisados.

⁸ Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Utilizou-se o procedimento de extrapolação adotado por Freguglia (2007).

Em relação ao setor de trabalho da ocupação principal, se privado ou público, a proporção de indivíduos do setor privado com segunda ocupação é menor do que para aqueles com apenas uma ocupação. De acordo com Casari e Bacha (2011) este resultado pode sugerir que os trabalhadores busquem um emprego público em busca de uma maior estabilidade e mantêm um segundo emprego por questões de satisfação pessoal.

Quanto a estabilidade⁹, esta é maior para aqueles com duas ocupações, fato que não condiz com os aspectos teóricos, uma vez que uma das causas destacadas para se ter um segundo emprego é diminuir os riscos associados a perda da ocupação principal.

Quanto a composição por grupo de atividade econômica dos empregos, a tabela 4 expõe a distribuição percentual, apresentada a seguir:

Tabela 4 – Setor de Atividade Econômica – Brasil – Anos de 2004 e 2014 (em %)

Setor	2004			2014		
	Uma ocupação		Duas ocupações	Uma ocupação		Duas ocupações
	Principal	Principal	Secundária	Principal	Principal	Secundária
Agrícola	19,10	24,73	25,14	14,63	12,47	15,83
Indústria	21,88	11,42	11,24	22,65	12,49	12,07
Administração Pública	4,97	8,92	3,76	5,09	7,58	3,61
Serviços	46,75	48,33	47,83	48,86	59,61	59,98
Outras Atividades	7,30	6,60	12,03	8,77	7,85	8,51

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Dos trabalhadores com apenas uma ocupação, em ambos os anos, há uma concentração maior no setor de Serviços. Para o grupo com duas ocupações, e no emprego principal, há novamente o mesmo padrão. Quanto a distribuição dos setores do segundo emprego, nota-se novamente uma concentração para o Setor de Serviços.

Verifica-se, pela análise da composição por setor de atividade, que não há diferenças marcantes na distribuição dos setores para aqueles que estão alocados ou não com ocupações adicionais.

3.2 Estimativa da Oferta de Trabalho

A tabela 5 expõe os resultados estimados da função de oferta de trabalho (efeitos marginais) no mercado de trabalho secundário. Os efeitos marginais estimados demonstram as relações entre as variáveis independentes e a oferta. Em 2004 as variáveis indicativas de sexo

⁹ Número de anos na ocupação principal.

e raça não obtiveram significância estatística. Já em 2014 indicam que ser do sexo masculino aumenta a oferta de trabalho e ser de cor branca reduz esta oferta.

Tabela 5 – Estimativa da Função de Oferta de Trabalho: Efeito Marginal – Brasil – Anos de 2004 e 2014

Variável Dependente: H2	2004		2014	
	dy/dx	Erro-padrão	dy/dx	Erro-padrão
Características Individuais				
Sexo	-0,366	0,258	0,438*	0,153
Raça	-0,202	0,141	-0,200***	0,115
Idade	0,267*	0,045	0,324*	0,029
Idade2	-0,003*	0,001	-0,004*	0,000
Estudo (1-3)	0,230	0,421	-0,335	0,489
Estudo (4-7)	-0,047	0,354	0,431	0,391
Estudo (8-10)	0,057	0,378	0,726***	0,394
Estudo (11-14)	0,557	0,364	1,172*	0,380
Estudo (15 ou mais)	3,635*	0,517	3,391*	0,490
Características da Família				
H_chefe	1,532*	0,249	1,307*	0,159
M_chefe	0,906*	0,232	1,256*	0,168
N_cri	-0,048	0,091	0,108	0,078
N_des	-0,173	0,206	0,029	0,178
Características da Ocupação Principal				
Privado	-0,860*	0,248	-1,186*	0,197
Formal	-0,128	0,155	-0,282**	0,133
Estabilidade (anos)	-0,006	0,010	0,016**	0,008
Horas Principal	-0,096*	0,006	-0,091*	0,005
Sector de Atividade Econômica da Ocupação Principal				
Agrícola	-2,321***	1,294	-0,860	1,028
Indústria	-1,170*	0,245	-0,908*	0,197
Administração Pública	0,008	0,357	-0,459***	0,278
Serviços	0,168	0,218	0,481*	0,168
Características de Residência				
Migrante	-0,236***	0,140	-0,041	0,109
RM	-1,100*	0,145	-1,179*	0,120
Urb	-0,091	0,288	-0,018	0,254
Centro_oeste	-0,005	0,221	-0,180	0,189
Norte	0,132	0,260	-1,400*	0,176
Nordeste	0,451**	0,191	0,102	0,148
Sul	0,083	0,188	0,509*	0,164
Renda do Não Trabalho	-0,0005**	0,00025	0,0001	0,00009

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota: *** p<0.10, ** p<0.05, * p<0.01, onde p=p-valor.

Ser do sexo masculino em 2014 aumenta a oferta em 0,44 horas semanais, resultado semelhante ao de Foley (1997) e Martinez Jr *et al.* (2014). Ainda não há um consenso na literatura sobre o efeito do gênero na oferta e/ou participação no mercado de trabalho secundário, pois os trabalhos de Casari e Bacha (2011), Menezes e Carrera-Fernandez (2003) indicam uma maior probabilidade para as mulheres.

Ainda em relação as características individuais, a idade aumenta a oferta. Porém, a taxas decrescentes. Contudo apesar do efeito positivo da idade, há um decréscimo de oferta captado pelo coeficiente da variável Idade², ocorrendo para ambos os anos.

No que compete as *dummies* de educação, em 2004 observou-se um aumento de oferta somente a partir de 11 anos de estudo. Em 2014, consegue-se avaliar um aumento dessa importância a partir do grupo de 8 a 10 anos de estudo, indicando que a oferta aumenta com o aumento da escolaridade em relação a categoria de referência, a *dummy* para Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo.

Dentre as variáveis que caracterizam o grupo familiar, ambas as variáveis para chefe de família relacionam-se de forma positiva com a oferta. Este é um resultado esperado, pois ser chefe de família, traz consigo a responsabilidade pela manutenção do lar, seja por meio de custos habitacionais e/ou de educação. Para homens chefes de família a oferta caiu de 2004 para 2014, já para as mulheres a oferta aumentou, passando de 0,9 para 1,2 horas.

O resultado para mulheres pode estar relacionado com o aumento de mulheres no comando dos lares no Brasil. Em 2000 as mulheres representavam 22,2% dos chefes de família e em 2010, esse percentual era de 37,3%, de acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Pessoas alocadas em trabalhos principais no setor privado tendem a ofertar menos horas de trabalho no mercado secundário. Isto pode estar relacionado com o número de horas trabalhadas por semana ou a estrutura dos contratos firmados que podem impossibilitar a alocação de mais horas em outra ocupação. Resultado semelhante foi encontrado por Wu, Braimbridge e Zu (2009).

O motivo restrição de horas foi captado nos dois anos em análise indicando que quanto mais tempo a pessoa passa na ocupação principal menos horas ela dispõe para alocar no mercado secundário. O efeito marginal da restrição de horas no trabalho principal, é baixo, contudo atende a teoria.

A variável que capta o efeito insegurança no mercado de trabalho, nos diz que o aumento de um ano na estabilidade do agente eleva em 0,016 a oferta de horas em 2014, apesar do efeito ser baixo, mostra que estar alocado no mercado secundário relaciona-se de forma positiva com a estabilidade adquirida em seu emprego principal. Esta evidência é contrária aos resultados de Bell, Hart e Wright (1997).

Apenas o setor de Serviços relaciona-se de forma positiva com a oferta de trabalho

secundário. Em 2014, estar nesse setor aumenta a oferta num valor aproximado de 0,5 horas semanais.

Da análise das regiões de residência, nota-se um aumento de oferta, em 2004, para os nordestinos em relação aos residentes no Sudeste (categoria base). Em 2014, nota-se uma relação positiva dos residentes da região Sul e negativa dos residentes da região Norte.

O sinal negativo do rendimento do não trabalho em 2004, revela a importância econômica do lazer, pois quanto maior essa renda, menor a oferta no mercado secundário.

Análises outras, a partir da tabela 5, ficam a cargo do leitor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os determinantes da oferta de trabalho no mercado de trabalho secundário no Brasil, nos anos de 2004 e 2014. A principal análise baseou-se em um modelo de oferta de trabalho e de um conjunto de variáveis socioeconômicas que incidem sobre a decisão de oferta de trabalho do agente.

Na análise descritiva verificou-se que os indivíduos pertencentes ao mercado do múltiplo emprego são compostos em sua maioria por homens, chefes de família e tem um nível de educação mais elevado do que aqueles que possuem apenas uma ocupação. Quanto a distribuição geográfica, não há um padrão.

Há vantagem salarial, da ocupação principal, para trabalhadores alocados no mercado secundário. Tal resultado pode estar associado aos maiores níveis educacionais, que impactam os rendimentos de ambas ocupações.

Em contraste aos resultados de Menezes e Carrera-Fernandez (2003) e Casari e Bacha (2011), ser do gênero masculino aumenta a oferta de trabalho na segunda ocupação. A idade aumenta a oferta, contudo a taxas decrescentes. Da análise dos grupos educacionais, percebe-se um aumento de oferta para os níveis mais elevados.

Estar no setor privado reduz a oferta, assim como ter ocupação principal formal. Outros fatores que impactam de forma negativa são ser migrante e residir em região metropolitana. A inserção das variáveis de setor de atividade econômica, levam a concluir que ter ocupação principal definida no setor de serviços, aumenta a oferta de trabalho.

O motivo insegurança na ocupação principal captado pela variável estabilidade não obteve o sinal esperado e comportou-se de forma a aumentar a oferta de trabalho, resultado semelhante a pesquisa de Casari e Bacha (2011).

Em suma, os resultados encontrados sugerem a relevância de fatores socioeconômicos como determinantes da oferta de trabalho no mercado do múltiplo emprego, além de reforçar que este é um fenômeno presente no mercado de trabalho brasileiro. Os *policymakers* devem estar cientes da existência desse contingente populacional afim de considerarem as peculiaridades do mercado de trabalho no Brasil na concepção de políticas, específicas ou não.

REFERÊNCIAS

ATHERTON, A.; FARIA, J. R.; HEATLEY, D.; WU, D.; WU, Z. The decision to moonlight: does second job holding by the self-employed and employed differ?. **Industrial Relations Journal**, v. 47, n. 3, p. 279-299, 2016.

AVERETT, S. L. Moonlighting: multiple motives and gender differences. **Applied Economics**, v. 33, n. 11, p. 1391-1410, 2001.

BELL, D.; HART, R.; WRIGHT, R. Multiple job holding as a 'hedge' against unemployment. **CEPR Discussion Papers**, n. 1626, 1997.

BÖHEIM, R.; TAYLOR, M. P. And in the evening she's a singer with the band – second jobs, plight or pleasure? Discussion Papers Series, nº 1081. **Institute for the Study of Labor (IZA)**, 2004. Disponível em: <<ftp://repec.iza.org/RePEc/Discussionpaper/dp1081.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

CASARI, P.; BACHA, C. J. C. OFERTA DE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO SEGUNDO EMPREGO. In: XXXVIX Encontro Nacional de Economia Anpec, 2011, Foz do Iguaçu, (Paraná). **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia Anpec**, 2011.

CONWAY, K. S., KIMMEL, J. Male labor supply estimates and the decision to moonlight. **Labour Economics**, v 5, n. 2, p 135-166, 1998.

FOLEY, M. C. Multiple Job Holding in Russia During Economic Transition. **Economic Growth Center**, Yale University, CENTER DISCUSSION PAPER, n. 781, 1997.

FREGUGLIA, R. S. **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/T.12.2007.tde-26012008-094208. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

GUARIGLIA, A.; KIM, B. The dynamics of moonlighting in Russia. **Economics of Transition**, v. 14, n. 1, p. 1-45, 2006.

HEINECK, G. The determinants of secondary jobholding in Germany and the UK. **Zeitschrift für Arbeitsmarkt Forschung**, v. 42, n. 2, p. 107-120, 2009.

HEINECK, G.; SCHWARZE, J. Fly me to the moon: the determinants of secondary jobholding in Germany and the UK. Discussion Papers Series, nº 1358. **Institute for the Study of Labor (IZA)**, 2004. Disponível em: <ftp.iza.org/dp1358.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010 – Famílias e Domicílios: Resultados da Amostra. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

KRISHNAN, P. The economics of moonlighting: A double self-selection model. **The review of economics and statistics**, p. 361-367, 1990.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

MARTINEZ JR, A.; WESTERN, M.; HAYNES, M; TOMASZEWSKI, W.; MACARAYAN, E. Multiple job holding and income mobility in Indonesia. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 37, p. 91-104, 2014.

MENEZES, W. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. Necessidades e os condicionantes da segunda ocupação. **Análise Econômica**, v. 21, n. 39, p. 189-209, 2003.

PANOS, G. A.; POULIAKAS, K.; ZANGELIDIS, A. Multiple job holding, skill diversification, and mobility. **Industrial Relations: A Journal of Economy and Society**, v. 53, n. 2, p. 223-272, 2014.

RENNA, F. Moonlighting and overtime: a cross-country analysis. **Journal of Labor Research**, v. 27, n. 4, p. 575-591, 2006.

SHISHKO, R.; ROSTKER, B. The economics of multiple job holding. **The American Economic Review**, p. 298-308, 1976.

WU, Z., ZHU, Y.; BAIMBRIDGE, M. Multiple job holding in the United Kingdom: Evidence from the British household panel survey, **Applied Economics**, v. 41, n. 21, p. 2751–2766, 2009.



A EVOLUÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, DE 1990 A 2015

Eloá Nascimento dos Santos^{*}

Antônio Etevaldo Júnior^{**}

RESUMO

Recentemente, reformas trabalhistas vêm sendo aprovadas no sentido de modificar aspectos estruturais da CLT – Consolidações das leis trabalhistas, e suas principais relações de trabalho – o que inclui reformas que alteram diretamente a legislação e regulamentação da contratação de trabalho terceirizado.

Na maioria dos países do mundo, tais movimentos representaram profundas transformações no mercado de trabalho, tendo a economia brasileira seguido tais tendências: a queda da participação dos salários na distribuição funcional da renda, a baixa geração de empregos e a desregulamentação das leis trabalhistas vem seguidas da precarização das relações de trabalho, do chamado “desassalariamento” da mão de obra, do aumento proporcional do número de trabalhadores informais, e da terceirização.

Neste trabalho abordamos a evolução da terceirização da força de trabalho no Estado de São Paulo entre os anos de 1990 e 2015. Observamos tais relações de trabalho enquanto parte do fenômeno de precarização das relações de trabalho. Como resultado, identifica-se uma mão-de obra vulnerável, e de baixa remuneração e escolaridade, sujeitas a um mercado de trabalho mais volátil e com maior nível de escolaridade.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão a respeito da Terceirização da mão-de-obra no mercado de trabalho no que tange a seus aspectos estruturais, torna-se necessário compreensão prévia a respeito do

^{*} Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Mestranda em Estatísticas Públicas, População e Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). (eloasantos@gmail.com)

^{**} Mestre e Doutorando em Estatísticas Públicas, População e Território Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). (antonioetevaldo@uol.com.br)



aumento da “precarização” das relações de trabalho neste mesmo mercado, estando estas relacionadas a modificações na própria estrutura econômica do país.

No ano de 2006, Ricardo Antunes, ao organizar o livro “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”, traz à tona o processo de modificações estruturais do mercado de trabalho brasileiro, em especial no que tange à sua relação com as modificações estruturais em todos os mercados da economia brasileira e mundial, assim como as relações de trabalho e do emprego neste processo. Antunes aponta para a existência de um capitalismo brasileiro subordinado ao processo de financeirização, que ocorre em escala internacional, com a hegemonia do capital financeiro no contexto econômico mundial, e seus efeitos na constituição do mercado de trabalho e suas relações. Nesta publicação, são exploradas a explosão do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho resultante de um processo de flexibilização das relações contratuais, dentre as quais se destacam o trabalho a tempo determinado ou a tempos reduzidos (com devidas reduções nas remunerações), ou mesmo os trabalhadores informais não-autônomos – o que Antunes chama de “Hifenização” da classe que vive dos rendimentos do trabalho. Identifica-se a existência de uma reconfiguração da informalidade no Brasil: aumento da tradicional e presença de novas formas – terceirizados, cooperados, autônomos, pequenos negócios.

No mesmo livro, Porchmann identifica as causas da redução da qualidade do emprego, assim como o aumento do desemprego no mundo, como consequências de aspectos estruturais do mercado de trabalho, em especial aspectos ocorridos recentemente resultantes de um processo de “desassalariamento” que se intensificou com as baixas taxas de crescimento. Ainda sobre o desemprego, o autor incorporou a fatores como a composição da demanda agregada, o caráter de país periférico da inserção da economia brasileira no contexto internacional, o processo de reestruturação empresarial e padrão de ajuste do setor público brasileiro – resultante no aumento do desemprego formal e nas faixas de maior escolaridade, assim como das ocupações precárias no Brasil. Segundo Porchmann e Antunes, tais realizações só são possíveis a partir da flexibilização das relações de trabalho, que significa desregulamentação das leis trabalhistas: aumento das jornadas de trabalho, salários flexíveis, legitimação de empregos temporários e terceirização da mão de obra contratada.



Outros autores abordam a ocorrência de uma reestruturação produtiva do capital e da nova morfologia do trabalho. Mészáros (2006) identifica tal processo como o resultado da queda das taxas de lucros do capital mundial, que precisa diversificar suas fontes de receita em outros mercados – como os dois países periféricos – intensificando o processo de financeirização das economias com cada vez menores investimentos no chamado “capital produtivo”, e mais investimentos em capitais financeiros, resultando no aumento do setor de serviços e dos trabalhadores deste setor. Ocorre a nível mundial uma Reestruturação das indústrias têxtil, calçadistas e automotiva – para países ou regiões de mão de obra mais barata (Regiões Norte e Nordeste do Brasil, ou países como Bangladesh ou Marrocos) – paralelamente à ocorrência de uma transferência da mão-de-obra para os setores de serviços, especialmente os do setor bancário-financeiro.

Identifica-se um novo período de taylorização das relações de trabalho (com métodos como o *Just-in-time*, *KanBan* e novas formas de trabalho em equipe) intensificada pela revolução tecnológica da microeletrônica.

Ocorre a chamada “precarização” das relações de trabalho, sendo, portanto, tais postos de trabalho considerados precários. A terceirização da mão-de-obra assalariada é considerada aqui, enquanto parte deste fenômeno, uma vez que “exonera” o contratador da mão-de-obra das responsabilidades trabalhistas oriundas da contratação direta.

O objetivo deste trabalho é a compreensão da evolução da parcela terceirizada da mão-de-obra assalariada urbana.

TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Segundo Márcio Porchmman, “A terceirização do trabalho expressa uma das maiores alterações no modo de produção e distribuição de bens e serviços verificados durante a passagem para o século XXI nas economias capitalistas.” (PORCHMMAN, 2012). No entanto, segundo o autor, apesar das semelhanças, ocorrem também importantes diferenças entre no processo de inserção do trabalho terceirizado nas economias dos diversos países.



Nos países desenvolvidos, a terceirização seria implementada de maneira a maximizar os ganhos de produtividade, na medida em que as inovações tecnológicas requerem que algumas empresas subcontratem mão de obra especializada durante algum período, para a incorporação momentânea destes trabalhadores específicos. Já nos países não desenvolvidos, a recente expansão da terceirização está associada à redução dos custos de contratação de mão de obra como mecanismo de maximização das margens de lucro e aumento da competitividade nos mercados nacionais e internacionais – segundo o autor, tais razões levariam à contratação de trabalhadores com menores remunerações que os trabalhadores com contratação direta, e sujeitos a relações de trabalho inferiores, diversas vezes caracterizados pela precariedade das mesmas.

O autor afirma que a terceirização no Brasil “transformou-se num dos principais elementos de modificação do mundo do trabalho, capaz de equivaler quase a uma reforma trabalhista, visto que o país não passou por uma reforma trabalhista de corte neoliberal, conforme verificado em outros países”. O autor traz resultados que mostram que a terceirização no Estado de São Paulo entre 1985 e 1990 saltou de 11,7% para 58,2% do saldo líquido das ocupações geradas a cada ano. No entanto, entre 1990 e 1995, por exemplo, a taxa de terceirização no estado de São Paulo decresceu, de 58,2% para 8,9% do saldo total líquido de postos de trabalho formais abertos. São relacionados o primeiro momento à externalização de algumas funções especializadas por parte de empresas estrangeiras, diante das dificuldades de encontrar mão de obra especializada. A queda nas contratações de mão de obra terceirizada estaria relacionada à recessão econômica com sucessivos fracassos das tentativas de estabilização monetária.

No entanto, a taxa de terceirização registra forte elevação entre 1995 e 2002, passando de 8,9% a 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados no estado de São Paulo no período. Tal movimento estaria relacionado a mudanças institucionais ocorridas a partir da implementação do Plano Real, que com a estabilização monetária redefine as estruturas de preços e competição dos setores produtivos da economia. No mesmo período, o tribunal superior do Trabalho definiu os setores cabíveis da terceirização da mão de obra, e concedeu segurança jurídica às empresas, criando as primeiras bases estruturais e institucionais para as alterações estudadas a seguir.

Reformas Trabalhistas

A partir do ano de 2004, passa a tramitar na Câmara dos Deputados Federais o projeto de emenda constitucional PL 4330, com novas alterações para as regras de terceirização no Brasil. Essas alterações visavam permitir a terceirização da mão de obra de funcionários nas chamadas atividades-fim, o que significaria a possibilidade de terceirização da principal atividade produtiva de uma empresa. Além disso, diminui a responsabilidade da empresa contratante nas obrigações trabalhistas e passa a representação sindical para a empresa fornecedora do serviço terceirizado.

No dia 31 de Março de 2017, o Presidente interino Michel Temer sancionou a lei que autoriza a terceirização da mão-de-obra a todas as etapas da cadeia produtiva, sendo esta, portanto, também possível para as atividades-fim, e não somente as atividades-meio, conforme era anteriormente regulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, através da súmula 331, de 2003. Analisaremos, a seguir, a Terceirização nos períodos anteriores à reforma.

METODOLOGIA

A fonte dos dados escolhida para ser utilizada nesse trabalho foi a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em convênio pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), desde 1984. O principal motivo para essa escolha foi o fato dessa ser a única fonte no país, seja pesquisa por amostragem probabilística ou registro administrativo, que coleta alguma informação sobre terceirização de forma direta e que disponibiliza seus dados publicamente.

Para obter a série mais longa possível, optou-se por utilizar apenas os dados da região metropolitana de São Paulo, utilizando dados entre os anos de 1990 e 2015, considerando os mandatos presidenciais conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 : Períodos utilizados nas análises

Periodicização do desenvolvimento brasileiro	Mandatos presidenciais	
1990-2002	Fernando Collor/Itamar Franco	1990-1994
	Fernando Henrique	1995-1998
	Fernando Henrique	1999-2002
2003-2010	Lula	2003-2006
	Lula	2007-2010
2011-2015	Dilma	2011-2015

A população alvo é formada pelas pessoas com 14 anos ou mais, em função dessa ser a idade mínima legal para se trabalhar de forma remunerada. Nas análises sobre terceirização foram considerados apenas os registros referentes à empregados assalariados do setor privado com e sem carteira, excluindo àqueles do setor público e àqueles do setor privado sem informação para o registro em carteira.

Devido ao fato do fenômeno em estudo, a terceirização, poder ser considerada, sob a ótica amostral, como um evento raro, pois representa menos de 5% dos casos analisados no período.

Os dados sobre o rendimento no trabalho principal necessitaram de tratamento estatístico devido a três situações:

- valores considerados *outliers*;
- compatibilização das informações em uma mesma moeda;
- Deflacionamento da renda para um mesmo período de referência (Julho/2015).

Para deflacionar os dados sobre o rendimento no trabalho principal foi utilizado o Índice de Custo de Vida (ICV) calculado pelo Diesse. O rendimento por hora de cada trabalhador foi obtido da seguinte forma:

$$Rend_{hora} = \frac{q421}{q431 * \frac{30}{7}}$$

onde $q421$ é o valor do rendimento mensal do trabalho principal, $q431$ é o total de horas trabalhada na semana anterior. Para realizar a comparação dos rendimentos foram calculadas razões dos salários dos terceirizados em relação aos salários dos não terceirizados, por meio da seguinte equação:

$$Razão_{Rendimento} = Salario_{Terceirizado} / Salario_{NaoTerceirizado}$$

Para verificar possíveis diferenças da terceirização em relação à situação de migração foi criada uma variável relativa ao local de nascimento do trabalhador (região de nascimento), com as seguintes categorias:

- Nascidos na região metropolitana de São Paulo;
- Nascidos no Estado de São Paulo;
- Nascidos nas regiões Norte ou Nordeste;
- Nascidos nas demais localidades.

Com o objetivo de verificar diferenças no nível de exploração da mão de obra do trabalhador foi criada uma variável para identificar àqueles que trabalharam mais do que a jornada permitida pela CLT (44 horas) na semana anterior à entrevista. Para as comparações não se restringirem ao perfil sociodemográfico dos trabalhadores, foram realizadas comparações para verificar o efeito da terceirização em algumas ocupações específicas, aquelas com maior frequência no período analisado. Algumas ocupações foram agregadas e uma categoria foi criada com as funções consideradas técnicas ou de nível superior.

- Faxineiros, Lixeiros, Serventes;
- Carcereiros, Guardas de Presídio, Guardas-Vigias de Organizações Particulares, Vigias;
- Ascensoristas, Porteiros, Zeladores;
- Apontador, Aux. Adm. em Empresas Particulares, Aux. de Escritório, Escriturário (agregado com os Recepcionistas);
- Encarregado Imediato;



- Serventes de Pedreiro, Trabalhadores de Conservação de Ferrovias ou Rodovias, Braçais, Sem Especificações;
- Atendentes de Bar e Lanchonete, Copeiros, Garçons (agregado com Cozinheiros);
- Ocupações de nível técnico ou superior.

O processamento e tabulação dos dados foram realizados por meio do *software* estatístico SPSS.

RESULTADOS

Na Tabela 2 são apresentadas a distribuições dos assalariados do setor privado segundo condição de formalização e de terceirização, sendo possível verificar que a participação dos terceirizados no mercado de trabalho aumenta até 2005/2006. Depois desse período observamos uma redução na porcentagem dos terceirizados entre os assalariados sem carteira de trabalho assinada e estabiliza-se a daqueles com carteira assinada.

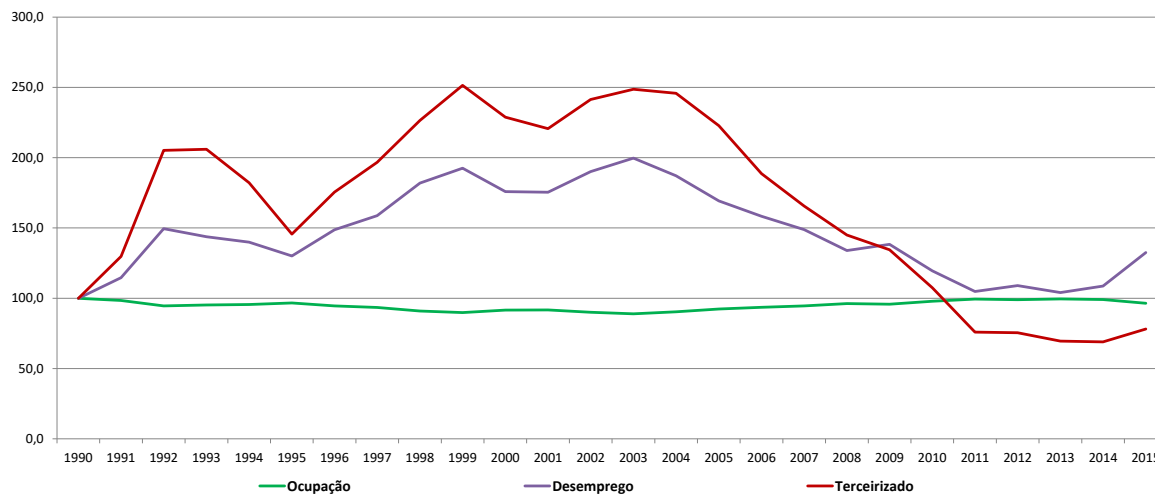
Tabela 2: Distribuição dos assalariados do setor privado, segundo formalização e condição de terceirização, por ano, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015

Ano	Assalariado com carteira		Assalariado sem carteira	
	Terceirizado	Não	Terceirizado	Não
1990	2,5	97,5	2,8	97,2
1991	2,8	97,2	2,4	97,6
1992	3,2	96,8	2,4	97,6
1993	3,5	96,5	3,2	96,8
1994	3,6	96,4	3,5	96,5
1995	4,6	95,4	3,6	96,4
1996	4,7	95,3	2,8	97,2
1997	5,1	94,9	3,4	96,6
1998	6,0	94,0	3,5	96,5
1999	5,8	94,2	2,8	97,2
2000	5,5	94,5	3,6	96,4
2001	6,5	93,5	4,7	95,3
2002	6,4	93,6	4,6	95,4
2003	6,4	93,6	4,8	95,2
2004	6,8	93,2	5,0	95,0
2005	7,2	92,8	5,1	94,9
2006	6,8	93,2	5,2	94,8
2007	6,6	93,4	5,1	94,9
2008	6,8	93,2	4,1	95,9
2009	6,7	93,3	2,5	97,5
2010	6,6	93,4	2,2	97,8
2011	6,5	93,5	2,0	98,0
2012	6,0	94,0	(1)	98,6
2013	6,3	93,7	(1)	98,7
2014	6,3	93,7	(1)	98,8
2015	6,4	93,6	(1)	98,9

Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

No Gráfico 1 são apresentadas variações do número índice das taxas de ocupação, desemprego e de terceirização, tendo como referência o ano inicial da série, 1990. Os resultados mostram que quanto maior a proporção de terceirizados, maior o desemprego ao longo da série, com poucas alterações na taxa de ocupação.

Gráfico 1: Número índice das taxas de ocupação, desemprego e de terceirizados, por ano, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015



Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Na Tabela 3 são apresentados os perfis sociodemográficos de terceirizados e não terceirizados do setor privado. Verifica-se que entre os grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros, pessoas com até fundamental completo e pessoas nascidas no Norte/Nordeste a participação de terceirizados é consideravelmente maior do que entre os não terceirizados. Destacamos que parte significativa desses terceirizados podem ser considerados como arrimos de família, pois existe grande participação de pessoas com idade entre 25 e 49 anos, e de pessoas que são os responsáveis pelo domicílio ou que são cônjuge, ou seja, que compõem o núcleo familiar. Quanto aos setores de atividade econômica verifica-se uma concentração dos terceirizados no setor de serviços, provavelmente de baixa qualificação. Em todos os demais setores de atividade a porcentagem de não terceirizados é superior à de terceirizados.

Tabela 3: Distribuição dos assalariados do setor privado, segundo condição de terceirização, por atributos, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015

Atributos	Terceirizado	
	Não	Sim
Sexo		
Masculino	63,0	57,2
Feminino	37,0	42,8
Faixa etária		
14 a 24 anos	30,4	21,7
25 a 34 anos	32,9	35,1
35 a 49 anos	27,7	33,1
50 anos ou mais	9,1	10,1
Raça/cor		
Não negro	67,2	53,4
Negro	32,8	46,6
Instrução		
Até Fundamental incompleto	31,8	43,2
Fundamental completo	19,4	21,0
Médio completo	36,1	32,7
Superior completo	12,6	3,2
Posição no domicílio		
Chefe	44,7	49,6
Conjuge	14,1	20,1
Filho(a)	32,4	22,3
Outros	8,8	8,0
Local de Nascimento		
Sempre morou na RMSP	52,0	42,4
Nasceu no ESP, mas nem sempre morou na	9,4	7,2
Norte/Nordeste	26,9	38,0
Demais localidades	11,6	12,4
Setor de atividade da Empresa onde exerce o		
Indústria	33,6	24,9
Construção	4,3	1,8
Comércio	17,3	8,3
Serviços	44,2	64,4

Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Na Tabela 4 são apresentadas diferentes funções de ocupações que empregam trabalhadores terceirizados, segundo grupos afins, sendo possível verificar o alto nível de terceirização na ocupação composta por vigias, seguranças, carcereiros, etc. e entre os faxineiros, lixeiros e serventes, em torno de 40%. Ascensoristas, porteiros e zeladores também possuem porcentagem

muito superior à média (17%). As ocupações consideradas de nível técnico ou superior apresentam resultados abaixo da média dos assalariados do setor privado.

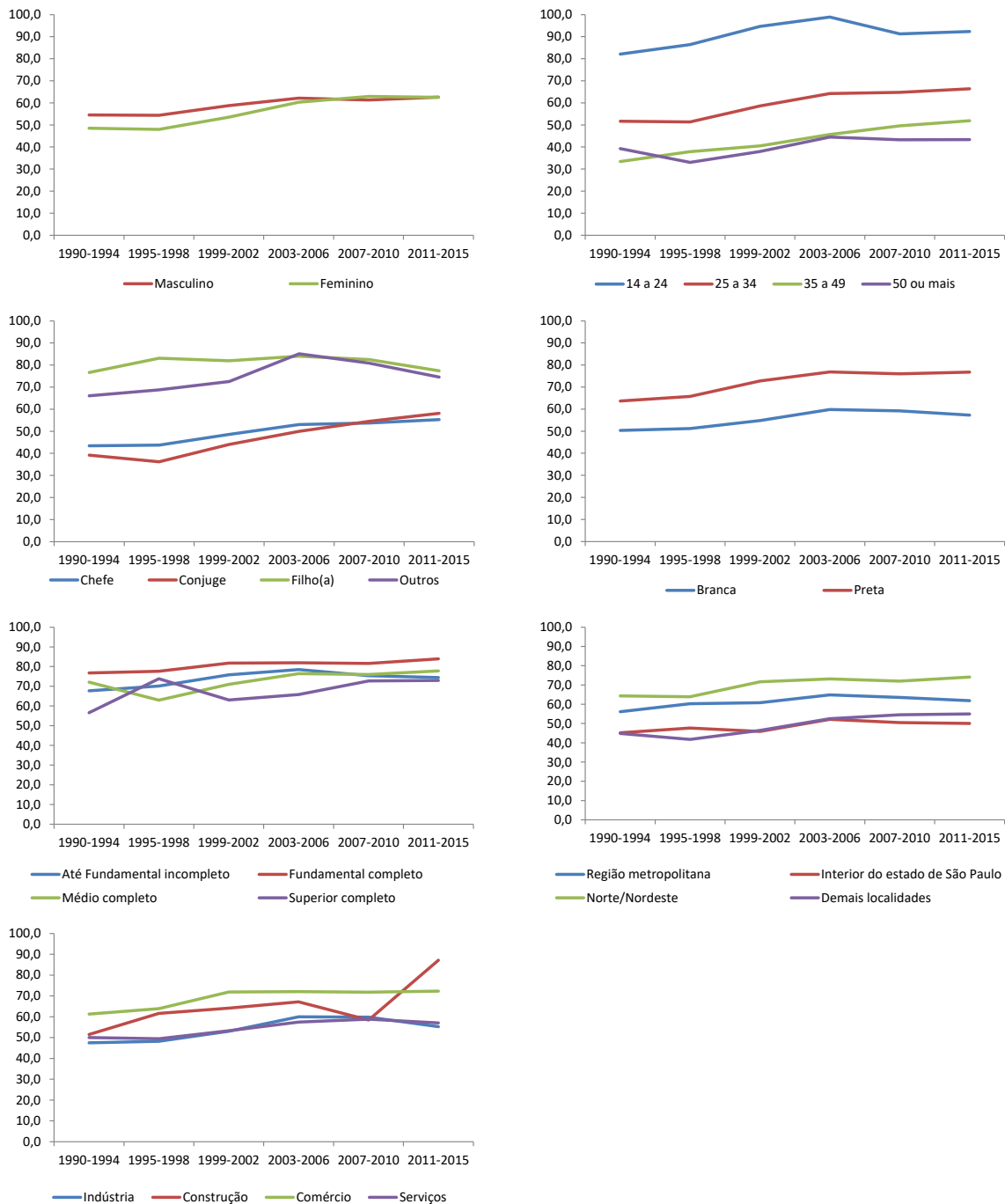
Tabela 4: Distribuição dos assalariados do setor privado de ocupações selecionadas, segundo condição de terceirização, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015

Ocupações selecionadas	Terceirizado	
	Não	Sim
Carcereiros, Guardas de Presídio, Guardas-Vigias de Organizações	57,4	42,6
Faxineiros, Lixeiros, Serventes	62,7	37,3
Ascensoristas, Porteiros, Zeladores	82,9	17,1
Encarregado Imediato	94,5	5,5
Atendentes de Bar e Lanchonete, Copeiros, Garçons/	96,3	3,7
Cozinheiros		
Apontador, Aux. Adm. em Empresas Particulares, Aux. de Escritório,	97,0	3,0
Escriturário/		
Ocupações de nível técnico ou superior	97,2	2,8

Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Para verificar diferenciais salariais nos rendimentos do trabalho principal de terceirizados e não terceirizados foram estimadas as razões entre os salários. Os resultados, segundo perfil sociodemográfico, são apresentado no Gráfico 2. De maneira geral pode-se afirmar que os grupos considerados mais vulneráveis, mulheres, jovens, negros, pessoas com até fundamental completo, filhos e pessoas nascidas nas regiões Norte ou Nordeste possuem menor diferença salarial em relação aos não terceirizados. Verifica-se que mesmo nos grupos em que a diferença é menor, ela ainda é bastante significativa, pois em praticamente todos os casos supera os 20%, sendo menor apenas entre os jovens de 14 a 25 anos.

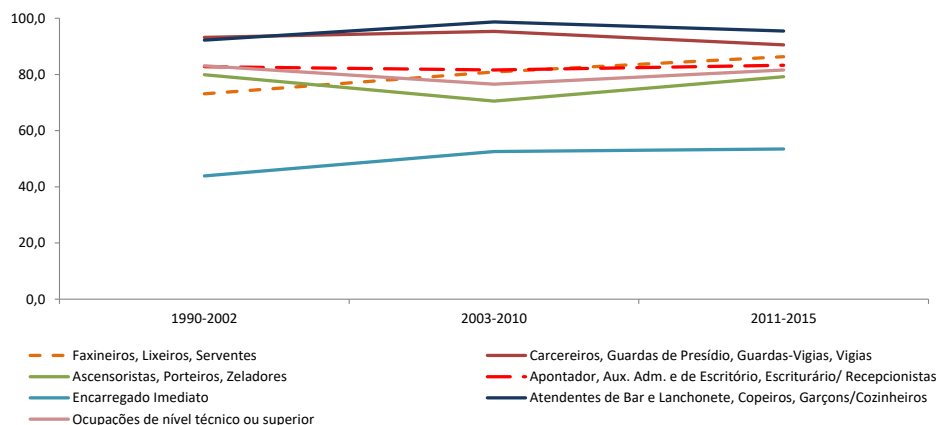
Gráfico 2: Razão (%) do rendimento do trabalho principal dos terceirizados em relação aos não terceirizados, segundo atributos, por período, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015



Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Os resultados apresentados no Gráfico 3 indicam a mesma tendência vista no resultado anterior, terceirizados de grupos com menor média salarial apresentam menores diferenças salariais em relação aos não terceirizados. Destaca-se o resultado referente aos encarregados imediatos, pois essa é a ocupação, entre as analisadas, que apresenta as maiores diferenças salariais médias. Essa ocupação se caracteriza por ser formada por pessoas que geralmente são os responsáveis imediatos pelas equipes de serventes, faxineiros, vigias e seguranças, ou seja, são os “chefes” das pessoas que trabalham nas duas ocupações com maior nível de terceirização.

Gráfico 3: Razão (%) do rendimento do trabalho principal dos terceirizados em relação aos não terceirizados, ocupações selecionadas, por período, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015



Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A Tabela 5 apresenta resultados que indicam um maior nível de precarização da situação de trabalho dos terceirizados, pois quase a metade deles trabalha além da jornada legal definida pela CLT, 44 horas, já entre os não terceirizados essa porcentagem é de 38,9.

Tabela 5: Distribuição dos assalariados do setor privado, segundo condição de terceirização, por jornada acima da permitida pela CLT, Região metropolitana de São Paulo, 1990-2015

Trabalha acima da jornada legal	Terceirizado	
	Não	Sim
Sim	38,9	44,6
Não	61,1	55,4



Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

CONCLUSÕES

A cada nova mudança proposta nas diversas instâncias do Estado brasileiro, no que tange às regras e normas que regem o trabalho terceirizado no país, a terceirização das relações de trabalho se confirma enquanto parte de profundas modificações estruturais em decorrência no mercado de trabalho brasileiro. Antes mesmo de se tornar uma reforma trabalhista, foi capaz de realizar modificações com efeitos de longo prazo nas relações de trabalho de diversas atividades do país, mostrando seu caráter estrutural.

Os resultados mostram a terceirização no Brasil seguindo duas etapas diferentes: a primeira etapa vai do início da série até o ano de 2005, com o aumento percentual da mão de obra terceirizada dentre os trabalhadores com carteira assinada. A segunda etapa representa a estabilidade deste grupo dentre os trabalhadores formais, sem tendência de queda até o fim da série. Apesar das argumentações em favor da terceirização da mão-de-obra, vê-se a terceirização acompanhar as tendências do desemprego, o que nos permite indagar a respeito dos efeitos desta medida a fins de redução do desemprego.

A maioria dos postos de trabalho dos terceirizados são ocupadas por grupos socialmente mais vulneráveis, como imigrantes, mulheres e negros – grupos sociais reconhecidos por receber os menores rendimentos de suas categorias. Tais resultados se confirmam na medida em que a maioria dos terceirizados são aqueles com menor escolaridade, e ocupam ocupações que obtêm menores salários, e conhecidas por menor estabilidade nas relações de trabalho.

Tais resultados nos permitem concluir que as reformas trabalhistas, no que tange à terceirização da contratação da mão de obra, pode significar um incentivo para o já crescente aumento da



contratação deste tipo de mão-de-obra. Para os que consideram tais relações de trabalho enquanto precárias, seriam, tais reformas, portanto, a legitimação de um fenômeno de precarização já existente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R., DRUCK, G. **A terceirização como regra?** Revista TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

ANTUNES, Ricardo. (Org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2006.

AVIRGAN, T.; BIVENS, L.; GAMMAGE, S. **"GOOD JOBS, BAD JOBS, NO JOBS. Labor Markets and Informal Work in Egypt, El Salvador, India, Russia, and South Africa"**. *Economic Policy Institute. Vol.1. 2005.*

BOYER, R. **From the Variety of Socioeconomic Regimes to Contemporary International Relations**. Capítulo preparado para o livro "Policy change under New Democratic Capitalism". Hideko Magara ed., Routledge. 2016.

BOYER, R. **Teoria da regulação: os fundamentos**. Estação Liberdade. Pp. 11-54. 2009.

BRUNO, M. Macroanálise. **Regulação e o Método Uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 4 (100), pp. 337-356. 2005.

BRUNO. M; DAWARA, H., ARAÚJO, E.; REIS, ANNA C.; RUBENS, M. **Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 5 (125), pp. 730-750, Edição especial/2011.

CALVETE, C. **Impactos da Financeirização no Mundo do Trabalho**. Revista Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados da USP. Edição 85. 2015.

LIPIETZ. **Audácia – uma alternativa para o Século 21**, 1991.

PALLEY, T. **Financialization: What is this and why it matters**. Levy Economics Institute. Whashington DC. December 2007.



PORCHMANN, M. **Estudo traçando o novo perfil do desemprego no Brasil.** Revista do Legislativo. p. 38-47. 1999.

STANDING, G. **O Precariado e a luta de classes.** Revista Crítica de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra N. 103, p. 9-24. Maio de 2014.

Título: Os Idosos Empreendedores do Brasil¹

Guilherme Antonio Vian

Aluno do curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e bolsista do Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante – PDE/FURG

gui_vian@hotmail.com

Vívian dos Santos Queiroz

Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

viviansq13@gmail.com

Resumo: O objetivo desse estudo é investigar como o empreendedorismo afeta os rendimentos dos idosos brasileiros com mais de 60 anos de idade. A autosseleção na amostra pode tornar as estimativas de rendimentos tendenciosas e é controlada pelos métodos de Heckman (1979) e Lee (1983). Os dados usados nas estimações são das PNADs dos anos de 2003 e 2013. Os principais resultados demonstraram que os fatores que favorecem à entrada do idoso na ocupação de empreendedor são: homens, brancos, anos de estudo iniciais, casado, região onde vive, bem como a condição de aposentado. As estimações das equações de rendimentos apontaram para a necessidade de controlar o viés de seleção amostral e mostraram que o empreendedor ganha mais do que o assalariado. Menores níveis de instrução educacional apresentam maior probabilidade ao empreendedorismo por necessidade. Entretanto, aqueles que apresentam melhores níveis educacionais, médio e superior, apresentam maiores chances ao empreendedorismo por oportunidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Idoso. Heckman. Rendimentos.

Abstract: The objective of this study is to investigate how entrepreneurship affects the income of the Brazilian elderly over 60 years old. Self-selection in the sample can make yield estimates biased and is controlled by the methods of Heckman (1979) and Lee (1983). The data used in the estimations are from the PNADs of the years 2003 and 2013. The main results showed that

¹ Apoio: PDE/FURG 2015.

the factors favoring the entry of the elderly into the entrepreneur occupation are: men, whites, early years of study, married, region where they live, as well as the condition of retired. Estimates of income equations pointed to the need for control sample selection bias and showed that the entrepreneur earns more than the wage worker. Lower levels of educational instruction are more likely to entrepreneurship out of necessity. However, those with better educational levels, high school and higher education, present greater chances to entrepreneurship by opportunity.

Keywords: Entrepreneurship. Elderly. Heckman. Income.

JEL Classification: L26; C35; J14

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², o número de pessoas com 60 anos ou mais em todo o planeta passou de 204 milhões, em 1950, para cerca de 579 milhões em 1998. O Brasil acompanha o fenômeno mundial de envelhecimento demográfico, pois ao longo das últimas décadas verifica-se uma contínua queda na taxa de fecundidade e mortalidade para todas as idades. A transição da população rumo ao envelhecimento tende a ser mais acelerada nos países em desenvolvimento, assim como o Brasil, onde se verifica que a população com 60 anos ou mais de idade era de 14,2 milhões, em 2000, e passa para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões em 2030³.

O quadro do envelhecimento demográfico tem importantes implicações para a sociedade e a economia, em especial para o mercado de trabalho onde se percebem mudanças na composição etária da população economicamente ativa (PEA). A taxa de atividade dos idosos aposentados brasileiros entre o período de 1978-1998 cresceu de 51,2% para 77,6%, entre os homens, e de 31,1% para 53,1% para as mulheres (CAMARANO, 2001). As elevadas taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho, inclusive dos aposentados, indicam uma mudança no perfil da economia, propondo, portanto, o questionamento acerca da capacidade de adaptação da sociedade brasileira ao envelhecimento populacional.

Com o avanço da idade muitos idosos tendem a se inserir em ocupações que possibilitem mais flexibilidade da jornada de trabalho e autonomia no trabalho, como as ocupações autônomas e empregador. Além disso, os idosos possuem mais experiência e renda acumulada ao longo do tempo o que lhes possibilita abrir o seu próprio negócio.

Neste contexto, entender quais são os fatores que conduzem os idosos a se tornarem empreendedores é de extrema relevância para compreender se estes se inserem nessas ocupações por necessidade ou oportunidade. Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar como a escolha ocupacional afeta os rendimentos dos idosos brasileiros com 60 anos ou mais de idade. Através dos métodos de Heckman (1989) e Lee (1983) são usados para controlar autosseleção dos idosos na amostra devido à presença de algumas características não observáveis como motivação, determinação, etc., que podem tornar a estimação das equações de rendimentos tendenciosas. Para tanto, foi usada a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) dos anos de 2003 e 2013.

² IBGE (2002), p.4.

³ Ver: Mudança demográfica no Brasil no Início do Século XXI, (2015) p.146.

Compreender a inserção do idoso no mercado de trabalho ganha importância pelo elevado processo de envelhecimento que a população brasileira está passando, onde os idosos participam cada vez mais da força de trabalho. Desse modo, essa pesquisa produzirá informações que podem servir de norteamiento de políticas públicas voltadas para melhorar a inserção dessa faixa etária no mercado de trabalho, bem como para os *policy-markers* interessados no impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico do país.

Este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção descreve o referencial teórico. A terceira seção descreve os modelos empíricos empregados, a base de dados utilizada e os tratamentos das variáveis de análise. Na quarta seção deste trabalho são apresentados os resultados dos modelos empíricos. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados obtidos no trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção se divide em duas partes. A primeira parte trata de apresentar uma revisão da literatura teórica sobre a escolha ocupacional. Já a segunda parte enfatizando os principais determinantes do empreendedorismo entre idosos.

2.1 Modelo teórico de escolha ocupacional

A utilidade do trabalhador empreendedor depende de uma série de características individuais como, por exemplo, dos rendimentos auferidos com o negócio, sua autonomia pessoal, da quantidade de capital que será investido no empreendimento, a aversão ao risco, dos ativos pertencentes ao indivíduo, experiência no emprego anterior, educação, capital humano e idade (MAGALHÃES; 2003; PARKER; 2004). Consideram-se ainda algumas características estruturais exógenas que afetam a decisão de empreender, como a taxa de desemprego local, composição industrial e benefícios de aposentadoria (BLAU, 1987).

Lucas (1978) discute que a principal diferença de um empreendimento para o outro em termos de lucratividade está diretamente relacionado com as habilidades gerenciais dos indivíduos empreendedores. Portanto, Lucas (1978) sugere que a habilidade empreendedora dos indivíduos seja denotada por $H(\theta)$, onde $\theta \in [\bar{\theta}, \underline{\theta}]$, ou seja, $\bar{\theta}$ representa que há alta habilidade empreendedora e $\underline{\theta}$ que existe baixa habilidade empreendedora.

Wit (1993) sugere que os indivíduos podem escolher trabalhar por um salário w ou trabalhar independentemente e receber um lucro π e, conforme exposto em Menezes et al. (2015), supõe-se que um indivíduo produza um bem homogêneo, com demanda representada por $x(p)$ e crescente no preço no bem p , a capacidade empreendedora dos indivíduos afeta apenas sua função custo $c(\theta, x)$ e o custo marginal é estritamente decrescente em θ . Logo, o indivíduo empreendedor maximizará seu lucro escolhendo o nível adequando de produto:

$$\text{Max}_x[\pi \equiv px - c(\theta, x)] \quad (1)$$

É possível verificar em (1) que o nível de produção e os lucros dependerão diretamente de θ , pois os custos marginais são menores para os mais hábeis $\bar{\theta}$, o que representa maior produção e lucro.

O indivíduo se tornará empreendedor quando o lucro (π) for maior do que o salário(w), o qual não sofre qualquer influência das habilidades empreendedoras:

$$\pi = px - c(\theta^*, x) = w \quad (2)$$

Onde θ^* é a capacidade empreendedora do indivíduo, que é indiferente a ser um empreendedor ou ter um emprego remunerado, θ^* pode ser entendido por como um limiar das habilidades empreendedoras, em que, para um dado nível de w , qualquer indivíduo com $\theta < \theta^*$ irá escolher um emprego remunerado e os indivíduos com $\theta > \theta^*$ irão preferir torna-se empreendedores (MENEZES et al., 2015).

Os indivíduos tendem a escolher a ocupação que lhes permite auferir maior utilidade. Lucas (1978) sugere que os empreendedores são indivíduos que possuem habilidades diferenciadas, ou seja, são mais hábeis para o empreender. Já aqueles trabalhadores que possuem habilidades comuns seriam menos hábeis ou talentosos para empreender e por isso se enquadram como empregados. Portanto a expectativa é de que os indivíduos com mais baixos níveis de habilidades empreendedoras se tornem assalariados, ou empreendedores autônomos devido à necessidade. Enquanto os mais capacitados podem optar por se tornar empreendedores por reconhecer melhores oportunidades.

2.2. Determinantes do empreendedorismo entre idosos

As principais pesquisas apontam como principais fatores da oferta de trabalho dos idosos e determinantes do empreendedorismo o gênero, idade, capital humano, aposentadoria, riqueza acumulada e estado civil.

Uma vez que aos indivíduos brasileiros é possível se aposentar por tempo de contribuição, pessoas relativamente jovens e com longa expectativa de vida podem permanecer ou retornar ao mercado de trabalho⁴. Não obstante, inexistente, no Brasil, qualquer impedimento aos aposentados para reingressar no mercado de trabalho. Assim, os idosos tenderiam a permanecer no mercado de trabalho mesmo após a aposentadoria porque possivelmente, muitos não conseguem viver somente do benefício previdenciário (FURTADO, 2005; FERNANDEZ; MENEZES, 2001, CAMARANO, 2001; LIBERATO, 2003). Estes idosos podem se inserir em ocupações autônomas ou empreendedoras ofertando menos horas de trabalho, ou trabalhando uma jornada menor do que os não aposentados.

Quanto mais velho for o indivíduo idoso, menores são as chances de ingresso na força de trabalho, porque os empregadores não têm interesse em demandar mão de obra de pessoas com idade elevada, pois o avanço da idade reduz a força física ou disposição para o trabalho do

⁴ O fator previdenciário tem como principal finalidade desestimular a aposentadoria precoce, visto que quanto maior for o tempo de contribuição, e quanto mais o trabalhador se manter ativo, maior será o benefício recebido. O fator previdenciário foi criado em 1999. É um número resultante da seguinte fórmula: Fator Previdenciário = $\frac{Tc \cdot a}{Es} * \left(1 + \frac{Id + Tc \cdot a}{100}\right)$, onde Tc= tempo de contribuição; a = alíquota (atualmente é de 0,31); Es= Expectativa de sobrevida e Id= Idade. Tem o objetivo de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens. Quanto menor a idade no momento da aposentadoria, maior é o redutor do benefício.

idoso. Dessa forma, os idosos tenderiam a ingressar em ocupações autônomas por necessidade devido à falta de oportunidades adequadas no mercado de trabalho (TAYLOR, 1996; EARLE; SAKOVA, 2000, AFONSO; SCHOR; 2001 WAJNMAN *et. al.* 2004).

A educação, entretanto, possui relação positiva com a oferta de trabalho do idoso, de maneira que quanto maior for o nível de escolaridade, maior a probabilidade de estar economicamente ativo e de auferir maiores rendimentos. Nota-se, portanto que o capital humano, medido em termos de anos de educação, ou anos de experiência de trabalho, possui forte influência sobre a inserção ocupacional do idoso (MOURA; CUNHA; 2010, FRITSCH; RUSAKOVA, 2011). Desse modo, com o avanço da idade se espera que os indivíduos apresentem maiores níveis de instrução educacional, e experiência aumentando com isso seu capital humano. Tendem ainda, a acumular mais recursos e habilidades necessárias para iniciar um novo empreendimento. Portanto pelos argumentos apresentados, há expectativa de que a probabilidade dos indivíduos se tornarem empreendedores aumente com o tempo. (BLANCHFLOWER; J. OSWALD, 1998; BLANCHFLOWER, 2000).

Pérez et al (2006) enfatiza ainda que dentre os idosos àqueles detêm maior número de bens têm maior chance de estarem trabalhando, devido ao fato de que necessitam manter seu alto padrão de vida, além do que podem ser mais propícios a abrirem seu próprio negócio, por possuírem riqueza acumulada ao longo dos anos, como herança ou outras rendas do não trabalho relacionadas com benefícios de aposentadoria e pensão, além de possuírem bens imóveis que rendem aluguel. Nestes casos há uma maior chance de inserção na forma de autônomos ou empregadores (MAGALHÃES, 2003; ZISSIMOPOULOS; KAROLY, 2009).

Entretanto a realidade do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento difere dos argumentos apresentados. Existe nestes países uma tendência de que trabalhadores mais qualificados sejam mais propensos ao emprego assalariado, para todas as idades (SLUIS *et. al.* 2005). Este argumento evidencia uma característica marcante das economias menos desenvolvidas e que concorda com o estudo realizado para o mercado de trabalho brasileiro apresentado por Queiroz e Ramalho (2009), que constata uma maior propensão de inserção do idoso como assalariado e/ou como funcionário público, frente ao empreendedor, quando os níveis educacionais aumentam.

Com relação ao gênero, os homens tendem a participar mais do mercado de trabalho do que as mulheres por se encontrarem geralmente em posição de chefes de família e provedores. Ressalta-se ainda, com relação à ocupação, que possuem maiores chances de alocação na forma de empreendedor do que as mulheres (MENEZES *et. al.* 2015). É possível verificar que as variáveis mais relacionadas com o nível econômico possuem maior poder de explicação da oferta de trabalho do homem idoso, pois quanto maior a renda individual do não-trabalho, menor a probabilidade de estar trabalhando. Enquanto que as variáveis sociodemográficas, tais como o número de filhos vivos, estão mais relacionadas à decisão feminina de trabalhar, visto que a chance de inserção aumenta quanto mais numerosos forem os filhos (PEREZ *et al.* 2006).

Destaca-se que os indivíduos casados apresentam maior probabilidade retornar ao mercado de trabalho na forma de empreendedor. Esta maior propensão de se tornarem empreendedores se deve principalmente à renda do cônjuge, pois esta, pode em algum momento ser usada para complemento do empreendimento do parceiro, de maneira que minimiza os riscos envolvidos no negócio. (ZISSIMOPOULOS; KAROLY; 2009, BLANCHFLOWER; OSWALD, 1998).

Enfim, a breve revisão da literatura apresentada destacou os determinantes da participação dos idosos no mercado de trabalho e a escolha ocupacional dos indivíduos. A discussão enfatizou o papel das habilidades empresariais e características pessoais que levam os idosos a escolher entre trabalho por conta-própria ou assalariado. Os principais determinantes para a inserção do idoso como empreendedor são os benefícios de aposentadoria ou outras fontes de riqueza, que podem viabilizar o investimento em negócio próprio, bem como as habilidades empresariais adquiridas pelo indivíduo que favorecem o reconhecimento de boas oportunidades. Todavia, a falta de recursos financeiros e pouca escolaridade podem conduzir a ocupações autônomas por necessidade.

3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Nesta seção serão apresentados dois modelos para analisar os rendimentos do empreendedorismo: um básico e outro ampliado. No primeiro modelo é considerado como empreendedorismo a composição de empregadores e autônomos. Para corrigir o possível viés de seleção decorrente da presença de habilidades não observáveis é usado o método de Heckman (1979) que propõe um *probit* em primeira etapa para gerar o fator de controle dos rendimentos.

O segundo modelo busca separar os níveis de empreendedorismo de acordo com as habilidades empreendedoras: empreendedores empregadores, empreendedores autônomos e assalariados. O método de Lee (1983) aplica um logit multinomial e possibilita controlar o viés de seleção nos rendimentos. Os indivíduos ocupados como autônomos são aqueles que possuem mais baixas capacidades empreendedoras, isto é, empreendedorismo por necessidade, enquanto que os que possuem melhores habilidades de empreendedorismo são mais propensos a começar o seu próprio negócio, ou seja, se tornam empreendedores por oportunidade. Os ocupados como assalariados seriam aqueles com mais baixos níveis de empreendedorismo e os mais propensos a se submeterem a um emprego remunerado.

3.1 Modelo básico

Supondo que cada indivíduo em um determinado período de tempo t pode escolher entre trabalhar como assalariado ou como empreendedor autônomo/empregador, então o benefício líquido obtido pelo idoso ao ofertar trabalho como empreendedor é dado pela seguinte função de utilidade:

$$Y_1^* = \beta_1 Z_1 + \epsilon_1, \quad Y_1 = \begin{cases} Y_1 = 1 & \text{se } Y_1^* > 0 \\ Y_1 = 0 & \text{se } Y_1^* \leq 0 \end{cases} \quad (3)$$

Onde: Y_1^* é uma variável latente que representa a utilidade de escolha entre ser empregador/autônomo ou assalariado; Y_1 é uma variável indicadora binária que assume o valor 1 se o indivíduo opta pelo trabalho empreendedor e 0 se escolhe trabalho assalariado, portanto, a decisão de ocupação do idoso entre trabalho empreendedor e assalariado irá depender da comparação das utilidades potenciais proporcionadas por cada categoria: se $Y_1^* > 0$, escolhe trabalho empreendedor e se $Y_1^* \leq 0$, escolhe trabalho assalariado; Z_1 é um vetor de características que afetam a escolha ocupacional dos idosos; β_1 são vetores de parâmetros

estruturais do modelo estrutural; ϵ_1 é um termo de erro aleatório que capta a influência de fatores não observados.

Maddala (1983) mostra que a Equação (3) pode ser estimada através de um *probit* univariado $\Pr(Y_1 = 1) = \Phi(\pi)$ por Máxima Verossimilhança, onde Φ é a função de densidade acumulada normal.

Os rendimentos esperados pelo idoso nas ocupações empreendedoras e assalariadas são condicionados pelas seguintes equações *mincerianas*, respectivamente:

$$Y_2 = \alpha_2 x_2 + \epsilon_2 \quad (4)$$

$$Y_3 = \alpha_3 x_3 + \epsilon_3 \quad (5)$$

Onde: Y_2 e Y_3 são, respectivamente, os salários-hora (em logaritmo) auferido pelo empreendedor e assalariado; α_2 e α_3 são os vetores de parâmetros das equações de salários dos empreendedores e assalariados, respectivamente; x_2 e x_3 são vetores de características dos grupos de idosos empreendedores e assalariados, nesta ordem; ϵ_2 e ϵ_3 são os respectivos termos estocásticos, normalmente distribuídos com média constante e variâncias dados por σ_2^2 e σ_3^2 .

Heckman (1979) mostram que a estimação das equações (4) e (5) por MQO geraria estimadores tendenciosos na presença de amostras não aleatórias, uma vez que $E(\epsilon_2|Y = 0) \neq 0$ e $E(\epsilon_3|Y = 1) \neq 0$, resultado conhecido como viés de seleção na amostra. Os indivíduos podem ter habilidades não observadas que os conduzem a se inserirem como empregadores ou empreendedores autônomos.

Para corrigir a autosseleção na amostra utiliza-se o procedimento em dois estágios de Heckman (1979). Este método, também conhecido com *Heckit*, consiste em estimar por meio do modelo *probit*, na amostra conjunta de empreendedores e trabalhadores assalariados, ou seja, a equação de seleção (1). Portanto, através da predição linear da equação (1), $\hat{Y} = \hat{\beta}_1 Z_1$, calculam-se as variáveis de correção para viés de seleção (taxas inversas de Mill) $\lambda_1 = \left[-\frac{\phi(\hat{Y})}{1 - \Phi(\hat{Y})} \right]$, para a ocupação empreendedora e $\lambda_2 = \left[\frac{\phi(\hat{Y})}{\Phi(\hat{Y})} \right]$, para a ocupação de assalariado. Onde $\phi(\cdot)$ é a função de densidade normal padrão e $\Phi(\cdot)$ é a função de densidade normal acumulada (LEE, 1978; MADDALA, 1983).

No segundo estágio os termos de correção λ_1 e λ_2 são inseridos como variáveis explicativas adicionais nas respectivas equações de escolha, permitindo com que sejam estimadas por MQO, gerando estimadores consistentes nos parâmetros e contornando o problema de viés de seleção.

Alternativamente, o modelo conjunto expresso pelas equações (3), (4) e (5) pode ser estimado por Máxima Verossimilhança.

3.2 Modelo ampliado

Para o modelo ampliado são consideradas três escolhas possíveis de ocupação: 1 – empreendedor empregador, 2 – empreendedor autônomo e 3 – assalariado, assim, o indivíduo optará pela alternativa j se e somente se esta escolha proporcionar o maior ganho de utilidade líquida em relação às demais alternativas: $U_j = \max(U_1, U_2, U_3) \forall j \neq K$, onde U_1 é

o benefício líquido proveniente da opção pela ocupação empreendedor empregador, U_2 o ganho auferido com ocupação empregador autônomo e U_3 o benefício do trabalho assalariado.

O benefício líquido da alternativa j é dado por uma função de utilidade estocástica do tipo:

$$U_j = \gamma_j Y_j + \theta_j Z_j + v_j \forall j = 1, 2, 3 \quad (6)$$

Onde: Y_j é o logaritmo do salário esperado da escolha j ; θ_j é um vetor de características que afetam a escolha ocupacional dos idosos; γ_j e θ_j são parâmetros estruturais e v_j é o termo de erro estocástico.

O salário proveniente da escolha j depende de um vetor de atributos pessoais (A_j) e de características não observáveis, representadas por um termo de erro aleatório (ε_j). Portanto, para cada opção de arbitragem tem-se uma equação de salários do tipo *minceriana*:

$$Y_j = \beta_j A_j + \varepsilon_j \forall j = 1, 2, 3 \quad (7)$$

Onde: β_j é um vetor de parâmetros.

Após substituir (7) em (6) chega-se a forma reduzida do modelo (Equação de seleção), cujas probabilidades individuais de escolha podem ser estimadas a partir de um *logit multinomial* por Máxima Verossimilhança (MADDALA, 1983):

$$P_j = \frac{\exp(\pi_j X_j + \epsilon_j)}{\sum_{s=1}^K \exp(\pi_s X_s + \epsilon_s)} \forall j = 1, 2, 3 \quad (8)$$

Onde: π_j e π_s são vetores de parâmetros, $X_j \subset [A_j, Z_j]$ e $X_s \subset [A_s, Z_s]$ vetores de atributos pessoais e ϵ_j e ϵ_s termos estocásticos.

Adotando uma categoria como referência ($\pi_1 = 0$), escapa-se da indeterminação *logit multinomial* e é possível obter, através da estimativa dos demais coeficientes, mudanças relativas nas razões de probabilidades (GREENE, 2002).

Para evitar o problema de autoseleção na amostra que tornaria os coeficientes das equações de salários tendenciosas será usado o método em dois estágios proposto por Lee (1983). O primeiro passo é estimar o modelo *logit multinomial* para as condições assalariado (categoria base), autônomo e empregador. A partir dessas estimativas é possível calcular os três termos de correção de viés de seleção: $\lambda_1 = \left[-\frac{\phi(F^{-1}(\hat{P}_1))}{\hat{P}_1} \right]$ os autônomos, $\lambda_2 = \left[-\frac{\phi(F^{-1}(\hat{P}_2))}{\hat{P}_2} \right]$ para os empregadores e $\lambda_3 = \left[-\frac{\phi(F^{-1}(\hat{P}_3))}{\hat{P}_3} \right]$ para os assalariados, onde ϕ é a função de densidade normal, F^{-1} a função inversa da densidade normal acumulada e $P_j \forall j = 1, 2, 3$ é a probabilidade predita da escolha j (LEE, 1983).

Como segunda etapa, o termo de correção (λ_1 , λ_2 e λ_3) é inserido como regressor adicional na equação de rendimento da respectiva escolha ocupacional.

3.3 Base de Dados e Tratamentos

A base de dados que será utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003 e 2013. A escolha se deu em função de ser a base de dados mais atual disponível à época do estudo.

A amostra constitui-se somente de indivíduos com 60 anos ou mais de idade. Critério baseado na Lei do Idoso e Estatuto do idoso, que são os critérios de análise usualmente utilizados na literatura para fins de estudo da população idosa.

Foram mantidos na amostra apenas os indivíduos ocupados que apresentam rendimento: autônomos, empregadores, empregados com e sem carteira assinada, trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada. Também foram excluídos os indivíduos sem declaração de informações, não determinadas ou dados ignorados.

De acordo com o IBGE empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado e conta própria é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. Inicialmente serão utilizadas ambas as definições para definir o empreendedorismo, isto é, conceito de empreendedorismo aplicado aqui é composto por empregadores e autônomos (conta-própria). A variável dependente Y_i assume o valor de um se o indivíduo for empreendedor (empregador ou autônomo) e zero caso contrário no caso do modelo básico. No modelo ampliado, a variável dependente empreendedor é desagregada em suas duas definições propostas anteriormente, de modo que serão analisados de maneira distinta o autônomo (conta-própria), empregador, e o assalariado (empregados com carteira e sem carteira assinada).

Para analisar os determinantes do empreendedorismo no Brasil serão utilizadas as variáveis explicativas relacionadas a fatores socioeconômicos e de localização como: sexo, raça, idade, idade ao quadrado, *dummies* para escolaridade⁵, estado civil, chefe de família, pensionista, aposentado, residência setorial, metropolitana e por fim *dummies* para as regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste. As mesmas foram selecionadas com base na literatura existente sobre economia do empreendedorismo.

Para identificar os modelos básico e ampliado, que são estimados conforme a metodologia de Heckman (1979) e de Lee (1983), respectivamente, para evitar os vieses de seleção já discutidos é usado o método por exclusão de variáveis proposto por Maddala (1986).

As variáveis escolhidas foram aposentado e pensionista que se enquadram em outras fontes de renda que não são frutos do trabalho e afetam a escolha da ocupação pelo idoso, mas não afetam diretamente os salários. O procedimento para a escolha das variáveis excluídas foi baseado em critérios teóricos e estatísticos.

A tabela 1 descreve o tamanho da amostra utilizada. Está dividida por gênero e posição de ocupação para as bases de dados da PNAD dos anos de 2003 e 2013.

Tabela 1 - Número dos indivíduos da amostra por ocupação e gênero para 2003 e 2013

Ocupação	2003			2013		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total

⁵ A escolaridade está classificada como: sem instrução, fund1 (1-4 anos de estudo), fund2 (5-8 anos de estudo), médio (9-11 anos de estudo) e superior (12 anos de estudo ou mais).

Empregado com carteira	680	174	854	1.177	348	1.525
Empregado sem carteira	819	173	992	841	232	1.073
Trabalhador doméstico com carteira	24	61	85	45	117	162
Trabalhador doméstico sem carteira	59	273	332	89	420	509
Conta própria	3.201	1.063	4.264	3.429	1.255	4.684
Empregador	634	116	750	555	130	685
Total	5.417	1.860	7.277	6.136	2.502	8.638

Fonte: IBGE/ PNAD - Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD de 2003 e 2013

A Tabela A.1, em Apêndice, fornece maiores informações sobre as variáveis utilizadas nos modelos. Na tabela, constam as estatísticas descritivas da amostra.

4. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados gerados a partir dos modelos básico e ampliado, nesta ordem, para os anos de 2003 e 2013.

4.1. Resultado do modelo básico

De um modo geral, os resultados da primeira etapa do modelo básico gerados pelo *probit*, expostos na tabela 2, apresentaram os sinais dos coeficientes de acordo com o esperado. O resultado do teste *chi-quadrado* demonstra que as variáveis explicativas são conjuntamente importantes para explicar a variável dependente, visto que é estatisticamente significativo. Constata-se que a maioria das variáveis de análise são estatisticamente significativas ao nível de 1% de significância.

Tabela 2 – Brasil - Determinantes do Empreendedorismo para idosos - Probit 2003 e 2013

Variáveis	Modelo básico	
	Coeficientes	
	2003	2013
Sexo	0,02402 (0,0500)	0,0573 (-0,0359)
Raça	0,1912*** (0,0368)	0,1618*** (-0,0319)
Idade	0,0212*** (0,0035)	0,0870*** (-0,0259)
Idade2	-0,0000228*** (3,0,55e-06)	-0,0007* (-0,0003)
Fund1	0,1987*** (0,0399)	0,0640 (0,0413)
Fund2	0,2152*** (0,0550)	0,0555 (0,0471)
Medio	0,1003 (0,0706)	-0,0499 (0,0527)
Superior	0,0643 (0,0722)	0,0684 (0,0558)
Casado	0,2367*** (0,0438)	0,1895*** (0,0360)

Chefe	0,0502 (0,0543)	0,1603*** (0,0359)
Metrop	-0,1180*** (0,0374)	-0,1279*** (0,0322)
Urb	-0,4914*** (0,0441)	-0,4955*** (0,0439)
Norte	0,4056*** (0,0644)	0,4691*** (0,0509)
Nordeste	0,4937*** (0,0437)	0,4050*** (0,0393)
Sul	0,1030** (0,0475)	0,0625 (0,0411)
Centro-oeste	0,1623*** (0,0579)	0,1284** (0,0533)
Aposentado	0,3125*** (0,0364)	0,1573*** (0,0321)
Pensionista	0,3246*** (0,0703)	0,2364*** (0,0646)
Constante	-1,3051*** (0,2367)	-4,8411*** (1,3118)
Observações	7277	8638
Teste de Wald	$\chi^2 = 729,65^{***}$	$\chi^2 = 905,38^{***}$

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2003 e 2013. OBS.: os desvios-padrões são robustos à heterocedasticidade. *parâmetros significativos à 10%; ** parâmetros significativos à 5%; *** parâmetros significativos à 1%.

A interpretação do *probit* refere-se apenas ao sinal do coeficiente, portanto, as variáveis que apresentam coeficientes positivos favorecem a participação do idoso na ocupação de empreendedor.

A variável raça apresenta coeficiente positivo para os dois anos, indicando que o idoso de cor branca possui maiores chances de ser empreendedor do que a categoria de referência (não brancos). Este resultado está de acordo com o apresentado por Queiroz e Ramalho (2009) e Menezes *et al.* (2015).

O coeficiente da variável idade foi positivo o que concorda com os trabalhos de Blanchflower e J. Oswald (1998), Blanchflower (2000) e Parker (2009), que argumentam sobre a maior probabilidade de o indivíduo se tornar empreendedor com o avanço da idade.

Dentre as características pessoais, ser casado influencia positivamente na participação do idoso como empreendedor, tanto em 2003 quanto 2013. Este resultado está de acordo com Blanchflower e Oswald (1998) e com Zissimpoulos e Karoly (2009). Estes últimos autores constataram uma maior propensão do idoso casado retornar ao mercado de trabalho na forma de empreendedor. A condição de chefe de família também apresenta relação positiva, embora somente para o ano de 2013 e está de acordo com o resultado encontrado por Souza (2004). Menezes *et al.* (2015) também verificou que os indivíduos responsáveis pelas suas famílias têm maior propensão ao empreendedorismo.

Quanto as variáveis de localização, é possível verificar que residir tanto em regiões urbanas quanto em metrópoles são fatores que dificultam a ocupação empreendedora nos dois anos considerados. Esse resultado sugere que há mais facilidade destes indivíduos conseguirem ocupações assalariadas devido à maior oferta de vagas de trabalho e melhores salários. Esse

resultado está em concordância com o encontrado por Menezes et al. (2015) para toda a população. Quanto as *dummies* regionais destaca-se que todas as regiões de análise apresentaram coeficiente positivo, exceto a região Sul que não foi estatisticamente significativa para o ano de 2013. Portanto, os idosos residentes de todas essas regiões têm mais chance de ser empreendedor do que a categoria omitida (Sudeste), especialmente nas regiões Norte e Nordeste do que nas demais.

As condições de aposentados ou pensionistas se mostram determinantes positivos para a inserção como empreendedor. A literatura aponta que os idosos que recebem tais benefícios têm mais chance de estar inseridos como autônomos ou empregadores uma vez que estas ocupações possibilitam ao idoso trabalhar menos horas (FURTADO, 2005). Além disso, através dessas ocupações é possível o idoso permanecer economicamente ativo contribuindo para elevar padrão de vida, dado que muitas vezes os benefícios auferidos não são suficientes para manter o nível de consumo (LIBERATO, 2003; PEREZ *et. al.*, 2006).

As variáveis de nível de escolaridade dos indivíduos só se mostraram estatisticamente significativas para o fundamental 1 e 2 no ano de 2003, indicando que os idosos com tais graus de estudo têm mais chance de ser empreendedor, quando comparados com a categoria de comparação sem instrução.

A tabela 3 apresenta a segunda etapa da estimação das equações de rendimentos geradas pelo modelo de Heckman. Os coeficientes de correção de viés de seleção, λ_1 e λ_2 , foram estatisticamente significativos, embora, o coeficiente da variável de correção, λ_1 , gerado a partir da equação de escolha da ocupação empreendedora para o ano de 2013, não tenha se mostrado significativo. Entretanto, pelo menos um desses coeficientes de cada ano deve ser significativo para justificar a importância do método *heckit* na correção de viés de seleção.

Tabela 3 - Equações de rendimentos estimadas pelo método de Heckman – Modelo básico 2003 e 2013

Variáveis	Empreendedor		Assalariado	
	2003	2013	2003	2013
Sexo	0,2026*** (0,0482)	0,3562*** (0,0383)	0,0933** (0,0440)	0,2404*** (0,0326)
Raca	0,3822*** (0,0373)	0,2097*** (0,0424)	0,1126*** (0,0387)	0,0765* (0,0419)
Idade	0,0099** (0,0039)	-0,0177 (0,0323)	-0,0076* (0,0044)	0,0005 (0,0373)
Idade2	-9,93e-06** (4,01e-06)	0,0002 (0,0004)	7,44e-06* (4,49e-06)	-0,0002 (0,0004)
Fund1	0,4439*** (0,0390)	0,2885*** (0,0423)	0,2403*** (0,0398)	0,1146*** (0,0391)
Fund2	0,7832*** (0,0569)	0,5836*** (0,0498)	0,5358*** (0,0563)	0,3310*** (0,0457)
Medio	1,3210*** (0,0762)	1,0540*** (0,0584)	1,0055*** (0,0712)	0,6610*** (0,0524)
Superior	2,1897*** (0,0733)	1,8537*** (0,0621)	2,0496*** (0,0872)	1,4595*** (0,0616)
Casado	0,2738*** (0,0451)	0,1847*** (0,0449)	0,0922** (0,0448)	-0,0075 (0,0447)
Chefe	0,2596***	0,0821*	0,0499	0,0306

	(0,0550)	(0,0458)	(0,0462)	(0,0431)
Metrop	0,0152	0,2244***	0,1990***	0,1902***
	(0,0392)	(0,0398)	(0,0372)	(0,0360)
Urb	-0,0040	0,1970***	0,3434***	0,3747***
	(0,0553)	(0,0743)	(0,0630)	(0,0879)
Norte	0,0371	-0,1498*	-0,2423***	-0,0859
	(0,0651)	(0,0823)	(0,0683)	(0,0888)
Nordeste	-0,3455***	-0,4282***	-0,2747***	-0,3501***
	(0,0585)	(0,0725)	(0,0596)	(0,0768)
Sul	-0,0813*	0,0197	-0,0471	-0,0177
	(0,0481)	(0,0435)	(0,0479)	(0,0387)
Centro-oeste	0,1328**	0,2344***	0,0492	0,0805*
	(0,0589)	(0,0577)	(0,0584)	(0,0476)
λ_1	1,6027***	-0,0407		
	(0,5770)	(0,8406)		
λ_2			-0,6347*	-1,2325**
			(0,3557)	(0,5893)
Constante	0,1339	2,8973	1,5018***	1,0689
	-0,4783	(1,9558)	(0,3245)	(1,6316)
Observações	5014	5369	2263	3269
R ²	0,3551	0,3358	0,4558	0,3385

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2003 e 2013. OBS.: os desvios-padrões são robustos à heterocedasticidade. *parâmetros significativos à 10%; ** parâmetros significativos à 5%; *** parâmetros significativos à 1%.

Através das equações de rendimentos entre empreendedores e assalariados é possível identificar que o homem empreendedor tem maiores rendimentos do que a mulher (categoria omitida). Comparando ambas as equações verifica-se ainda que o homem empreendedor ganha mais do que o assalariado para os dois anos considerados.

O indivíduo de cor branca que escolhe a ocupação de empreendedor tem maiores rendimentos do que o branco assalariado. Comparando o idoso branco com o não branco, é possível notar uma tendência de aproximação dos rendimentos em ambas as ocupações, visto que em 2003 a diferença era maior em favor do idoso de cor branca.

Percebe-se que o aumento da idade eleva o rendimento do empreendedor em 2003 a taxas decrescentes (sinal negativo da idade²). Entretanto, a mesma variável se mostra negativa para o assalariado, ou seja, o salário do assalariado decresce a taxas crescentes em 2003. Afonso e Schor (2001) destacam uma indisposição de empregadores em contratar trabalhadores de idade avançada, o que pode repercutir em menores salários.

Destaca-se a importância que exercem os níveis educacionais sobre os rendimentos, pois quanto mais elevada a instrução educacional dos indivíduos, maiores serão os rendimentos para ambas as categorias, especialmente para a ocupação empreendedora nos dois anos. Cabe mencionar que em 2003 os ganhos salariais em todos os níveis de escolaridade são maiores do que em 2013 em ambas as ocupações. Portanto, confirma-se a relação positiva que os níveis educacionais exercem sobre os rendimentos para a escolha empreendedora.

Dentre as características pessoais, ser casado e chefe de família, são características que elevam os rendimentos dos ocupados como empreendedores e estão de acordo com a análise dos fatores determinantes para este tipo de ocupação.

As variáveis de localização sugerem que as regiões Norte e Nordeste desfavorecem os rendimentos tanto para a ocupação de empreendedor, quanto para a ocupação de assalariado, quando comparados à categoria omitida (região sudeste). Em contrapartida a região centro-oeste se mostra positiva para ambas as ocupações. Para aqueles que se localizam em áreas metropolitanas notam-se maiores rendimentos para o empreendedor quando comparado ao assalariado no ano de 2013. A variável urbano demonstra o oposto, indicando maiores rendimento para o assalariado frente ao empreendedor para 2013. Os rendimentos do assalariado, apresentaram pouca variação de um ano para o outro.

Interessante ressaltar que os empreendedores ganham mais para a maior parte dos determinantes considerados, evidenciando que os idosos estariam mais propensos a este tipo de ocupação, visto que lhes representa mais ganhos, enquanto a ocupação assalariada parece pouco atraente para este grupo.

4.2. Resultado do modelo ampliado

Os resultados apresentados na tabela 4 exibem os resultados do modelo ampliado para o ano de 2013 cujos determinantes do empreendedorismo foram estimados a partir de um *logit* multinomial que permite distinguir o empreendedorismo entre conta própria ou autônomo e empregador. Através desse método é possível interpretar a probabilidade de inserção idosa em três ocupações: autônomo, empregador e assalariado. Os resultados apresentados constam os coeficientes e a razão de chances, tomando a categoria assalariado como referência.

Tabela 4 - Brasil - Determinantes do Empreendedorismo para idosos Logit Multinomial - Taxas relativas de risco 2013

Variáveis	Modelo Ampliado			
	Autônomo X Assalariado		Empregador X Assalariado	
	Coeficientes	TRR	Coeficientes	TRR
Sexo	0,0569 (0,0602)	1,0586 (0,0637)	0,3848*** (0,1253)	1,4694*** (0,1841)
Raca	0,2097*** (0,0538)	1,2333*** (0,0664)	0,6784*** (0,1021)	1,9708*** (0,2013)
Idade	0,1463*** (0,0463)	1,1576*** (0,0536)	0,1271 (0,0784)	1,1355 (0,0891)
Idade2	-0,0011* (0,0006)	0,9988* (0,0006)	-0,0007 (0,0010)	0,9992 (0,0010)
Fund1	0,0869 (0,0691)	1,0908 (0,0754)	0,3732** (0,1684)	1,4524** (0,2447)
Fund2	0,0277 (0,0787)	1,0281 (0,0809)	0,8551*** (0,1777)	2,3516*** (0,4180)
Medio	-0,2791*** (0,0894)	0,7564*** (0,0676)	1,3886*** (0,1789)	4,0093*** (0,7173)
Superior	-0,2476** (0,0971)	0,7806** (0,0758)	1,9576*** (0,1795)	7,0829*** (0,1271)
Casado	0,2441*** (0,0608)	1,2765*** (0,0777)	0,7427*** (0,1269)	2,1016*** (0,2667)
Chefe	0,2126***	1,2370***	0,5711***	1,7702***

	(0,0603)	(0,0746)	(0,1185)	(0,2098)
Metrop	-0,1563***	0,8552***	-0,5209***	0,5939***
	(0,0543)	(0,0465)	(0,1004)	(0,0596)
Urb	-0,8714***	0,4183***	-0,5194***	0,5948***
	(0,0768)	(0,0321)	(0,1408)	(0,0837)
Norte	0,8094***	2,2467***	0,3313*	1,3928*
	(0,0866)	(0,1946)	(0,1730)	(0,2410)
Nordeste	0,6742***	1,9626***	0,5331***	1,7043***
	(0,0663)	(0,1301)	(0,1239)	(0,2111)
Sul	0,0986	1,1036	0,0991	1,1041
	(0,0695)	(0,0767)	(0,1226)	(0,1354)
Centro-oeste	0,1666*	1,1813*	0,5335***	1,7048***
	(0,0914)	(0,1080)	(0,1501)	(0,2560)
Aposentado	0,2325***	1,2618***	0,3320***	1,3938***
	(0,0542)	(0,0684)	(0,1023)	(0,1426)
Pensionista	0,3828***	1,4664***	0,3500	1,4191
	(0,1085)	(0,1591)	(0,2299)	(0,3263)
_cons	-7,9977***	0,0003***	-1,1386***	0,0000113***
	(2,3376)	(0,0007)	(3,9905)	(0,00004)
Observações	8638			
Teste de Wald	$\chi^2 = 1382,68***$			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2013. Os desvios-padrões são robustos à heterocedasticidade. *parâmetros significativos à 10%; ** parâmetros significativos à 5%; *** parâmetros significativos à 1%.

Os resultados encontrados apresentam concordância com os apresentados na tabela 2 referente ao modelo básico. Todavia, chama-se a atenção que, no *logit multinomial*, algumas variáveis exibiram significância estatística, como a variável sexo. Assim, a chance de o idoso do sexo masculino estar inserido na ocupação de empregador é de aproximadamente 46,9% maior quando confrontado com o assalariado.

O idoso branco tem mais chance de inserção tanto na ocupação autônoma quanto na de empregador, quando comparado com a ocupação assalariada, embora essa chance seja maior para o empregador (97%) do que para o autônomo (23,3%).

A idade, também interpretada como um indicador de experiência no trabalho, indica que para um ano a mais de idade aumenta em aproximadamente 15,7% a chance de o idoso se tornar um autônomo. Destaca-se ainda que o avanço não-linear da produtividade no ciclo de vida do indivíduo, representado pela variável idade ao quadrado, apresenta sinal negativo, indicando que o avanço da idade passa em algum momento a reduzir as chances de inserção nessa ocupação.

Quanto ao nível educacional, verifica-se diferenças importantes com o aumento da escolaridade entre a inserção como autônomo e empregador. Os coeficientes para a inserção como autônomo com nível médio e superior são negativos, indicando que as probabilidades se reduzem em cerca de 24,4% e 22%, respectivamente, quando comparado a ocupação assalariada. Por outro lado, quando se analisa a inserção como empregador, constata-se que as chances de um idoso se tornar empregador são crescentes com o nível de estudo, chegando a ser 7 vezes maiores para o nível superior. Esse resultado evidencia a importância do capital

humano para a decisão de ser empregador e sugere empreendedorismo por oportunidade para os idosos com maior instrução, enquanto que a inserção como autônomo sugere empreendedorismo por necessidade. Este resultado está de acordo com os resultados encontrados por Menezes *et. al.* (2015) para toda a população.

A condição de aposentado apontou maiores chances de o idoso estar inserido em ocupações empreendedoras, tanto na condição de autônomo (26,1%), quanto na condição de empregador (39,3%), quando se compara com a categoria base (assalariado). Embora, verifique-se que a probabilidade de se tornar empregador seja maior para o aposentado. Já o pensionista tem mais chance de ser autônomo (47%). Desse modo, o benefício auferido com a aposentadoria pode ser a fonte de recursos para financiar a entrada nessas ocupações.

As variáveis que apresentam maior razão de chance para a ocupação empreendedora foram as de educação. As características pessoais como casado, chefe de família, raça e sexo, apresentam razão positiva com elevada probabilidade de inserção no trabalho empregador. As *dummies* regionais norte e nordeste, bem como as variáveis aposentado e pensionista também indicaram razão positiva. A variável de razão negativa com maior magnitude foi urbano, seguida de metrópole.

Na tabela 5 são exibidos os determinantes do empreendedorismo do modelo ampliado para o ano de 2003.

Tabela 5 - Brasil - Determinantes do Empreendedorismo para idosos Logit Multinomial - Taxas relativas de risco 2003

Variáveis	Modelo Ampliado			
	Autônomo X Assalariado		Empregador X Assalariado	
	Coeficientes	TRR	Coeficientes	TRR
Sexo	-0,0029 (0,0846)	0,9970 (0,0843)	0,3452** (0,1574)	1,4123** (0,2223)
Raca	0,2394*** (0,0631)	1,2705*** (0,0801)	0,8328*** (0,1063)	2,2997*** (0,2446)
Idade	0,0308*** (0,0062)	1,0312*** (0,0064)	0,0637*** (0,0092)	1,0658*** (0,0098)
Idade2	-0,00003*** (6,30e-06)	0,9999*** (6,30e-06)	-0,00006*** (9,31e-06)	0,9999*** (9,31e-06)
Fund1	0,2727*** (0,0678)	1,3135*** (0,0891)	0,9372*** (0,1311)	2,5529*** (0,3347)
Fund2	0,1972** (0,0940)	1,2181** (0,1145)	1,5132*** (0,1598)	4,5413*** (0,7258)
Medio	-0,1635 (0,1266)	0,8491 (0,1075)	1,8312*** (0,1800)	6,2414*** (1,1238)
Superior	-0,2796** (0,1300)	0,7560** (0,0983)	1,8200*** (0,1833)	6,1723*** (1,1316)
Casado	0,3295*** (0,0749)	1,3903*** (0,1042)	0,7536*** (0,1351)	2,1247*** (0,2870)
Chefe	0,0170 (0,0921)	1,0172 (0,0937)	0,5018*** (0,1683)	1,6517*** (0,2781)
Metrop	-0,1362** (0,0639)	0,8726** (0,0558)	-0,4867*** (0,1065)	0,6146*** (0,0654)
Urb	-0,8330***	0,4347***	-0,7765***	0,4599***

	(0,0781)	(0,0339)	(0,1239)	(0,0570)
Norte	0,7062***	2,0263***	0,5204***	1,6827***
	(0,1096)	(0,2221)	(0,1912)	(0,3218)
Nordeste	0,8548***	2,3510***	0,6308***	1,8792***
	(0,0758)	(0,1782)	(0,1209)	(0,2272)
Sul	0,2252***	1,2525***	-0,1573	0,8543
	(0,0813)	(0,1019)	(0,1306)	(0,1115)
Centro-oeste	0,2565**	1,2924**	0,3100**	1,3635**
	(0,0991)	(0,1282)	(0,1542)	(0,2102)
Aposentado	0,5322***	1,7026***	0,3713***	1,4497***
	(0,0628)	(0,1070)	(0,1020)	(0,1479)
Pensionista	0,5131***	1,6706***	0,6210***	1,8609***
	(0,1202)	(0,2009)	(0,2074)	(0,3860)
Constante	-1,8197***	0,1620***	-7,6708***	0,0004***
	(0,4199)	(0,0680)	(0,6333)	(0,0002)
Observações	7277			
Teste de Wald	$\chi^2 = 1120,53***$			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2003. Os desvios-padrões são robustos à heterocedasticidade. *parâmetros significativos à 10%; ** parâmetros significativos à 5%; *** parâmetros significativos à 1%.

O ano de 2003 foi escolhido visado inferir possíveis mudanças ocorridas nos determinantes do empreendedorismo em um intervalo de 10 anos. De um modo geral, verifica-se que todas as variáveis apresentam resultados similares aos expostos na tabela 4, distinguindo-se apenas pela magnitude dos coeficientes.

A variável sexo apresentou uma chance de 41,2% de o homem estar inserido como empregador, quando comparado a ocupação de assalariado, que indica cerca de 5 p.p. abaixo do apresentado para 2013.

A variável raça apresenta maiores chances de o indivíduo de cor branca se inserir nas ocupações autônomo e empregador, frente ao assalariado, sendo maiores do que o verificado para 2013, especialmente para os empregadores.

A idade apresentou resultados interessantes, pois se mostrou estatisticamente significativa tanto para a inserção como autônomo quanto como empregador e o seu coeficiente foi positivo, indicando que para cada ano a mais de vida a chance de o idoso se inserir na ocupação autônoma cresce em torno de 3,1%, e para o empregador aumenta em 6,5%. Embora o sinal negativo da idade ao quadrado indica que esse crescimento decai a taxas decrescentes. Logo, a idade se tornou um determinante importante nessa inserção uma vez que demonstrou um significativo crescimento entre 2003 e 2013, no que tange ao trabalho autônomo que foi de 16% a mais de chance em 2013. Esse resultado pode estar apontando para a importância da população idosa no mercado de trabalho, que aumentou sua inserção nesse período.

As variáveis de escolaridade apresentam resultados similares com o ano de 2013. Chama-se atenção que os níveis de ensino iniciais, como fundamental 1 e 2, foram estatisticamente significativos e exibiram sinal positivo dos coeficientes, ou seja, os idosos

menos escolarizados têm mais chance de trabalho autônomo (31% e 22%, respectivamente). Da mesma forma que o verificado em 2013, a chance de inserção do idoso com nível médio e superior como autônomo em 2003 se reduziu em aproximadamente 15% e 24,4%, respectivamente. Desse modo, há mais propensão ao empreendedorismo por necessidade dos menos escolarizados.

As características pessoais como casado e chefe de família foram determinantes positivos para ambas ocupações. Destaca-se que o casado tem uma chance de 39% maior de inserção na posição de autônomo frente ao assalariado. Já para o chefe de família verificou-se que a probabilidade foi de aproximadamente 65% maior para a ocupação empregadora quando comparado ao assalariado. Para o ano de 2013, a condição de casado aumentou a chance de inserção autônoma em 27,6% e a condição de chefe de família elevou essa chance em aproximadamente 77% na ocupação empregador.

A variável metrópole apresentou pouca variação de um ano para outro, sendo cerca de 1% menor em 2013 para todas as ocupações. Em contrapartida a variável urbano apresentou uma significativa mudança para a ocupação empregadora: em 2003 a chance de se tornar empregador foi 54% menor, já em 2013 caiu para 41%.

As *dummies* Norte e Nordeste, assim como apresentado para 2013, foram as variáveis regionais com maiores razões de chance para inserção na ocupação empregador. Destaca-se a região Sul, que foi estatisticamente significativa ao nível de 1% de significância, como determinante positivo para a ocupação autônoma, apresentando cerca de 25,2% a mais de chance de o idoso estar inserido como assalariado.

Ser aposentado aumenta em 70,2% a chance de trabalho autônomo e em 44,9% a probabilidade de trabalho empregador, comparado com a ocupação assalariado em 2003. A condição de aposentado apresentou probabilidades menores para o ano de 2013, sendo de 26,1% e 39,3% para o autônomo e empregador, respectivamente.

A tabela 6 apresenta as equações de salários para as ocupações de autônomo, empregador e assalariado, que é a segunda etapa do modelo ampliado. Os resultados apresentados concordam com os já expostos na tabela 3, porém agora é possível analisar de forma mais detalhada os fatores que afetam os rendimentos das ocupações empreendedoras.

Tabela 6 - Brasil - Equações de rendimentos estimadas pelo método de Heckman - 2003 e 2013

Variáveis	Modelo Ampliado					
	Autônomo		Empregador		Assalariado	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Sexo	0,1827*** (0,0474)	0,3451*** (0,0387)	0,0796 (0,2074)	0,2375 (0,1880)	0,0958** (0,0440)	0,2392*** (0,0325)
Raca	0,2582*** (0,0341)	0,1384*** (0,03614)	0,6390 (0,3795)	0,5132** (0,2274)	0,1034*** (0,0383)	0,0679* (0,0405)
Idade	-0,0003 (0,0033)	-0,0088 (0,0286)	0,0314 (0,0237)	-0,1015 (0,1021)	-0,0094** (0,0045)	-0,0023 (0,0373)
Idade2	4,96e-07 (3,51e-06)	0,00004 (0,0003)	-0,00003 (0,00002)	0,0017 (0,0013)	9,29e-06** (4,62e-06)	-0,0002 (0,0004)
Fund1	0,3385*** (0,0357)	0,2735*** (0,0413)	0,7956** (0,4031)	0,2974 (0,2230)	0,2312*** (0,0404)	0,1152*** (0,0395)
Fund2	0,5131*** (0,0543)	0,5170*** (0,0484)	1,3952* (0,7257)	0,8036** (0,3770)	0,5274*** (0,0564)	0,3307*** (0,0464)

Medio	0,8840*** (0,0915)	0,9150*** (0,0829)	1,9306* (1,0109)	1,2749** (0,5864)	0,9985*** (0,0709)	0,6645*** (0,0520)
Superior	1,8772*** (0,1024)	1,7234*** (0,1009)	2,5227** (1,0265)	1,9761** (0,7724)	2,0431*** (0,0872)	1,4609*** (0,0615)
Casado	0,1882*** (0,0410)	0,1408*** (0,0392)	0,3716 (0,3107)	0,2813 (0,2440)	0,0818* (0,0445)	-0,01487 (0,04261)
Chefe	0,1585*** (0,0535)	0,0406 (0,0410)	0,5582 (0,3583)	0,2556 (0,2089)	0,0429 (0,0460)	0,0228 (0,0418)
Metrop	0,1142*** (0,0380)	0,2687*** (0,0355)	-0,1762 (0,2246)	0,0576 (0,1942)	0,2040*** (0,0367)	0,1940*** (0,0337)
Urb	-0,0200 (0,0544)	0,1868** (0,0817)	0,1677 (0,1362)	0,2454 (0,1669)	0,3739*** (0,0664)	0,4269*** (0,0987)
Norte	0,0276 (0,0669)	-0,1921** (0,0901)	0,0073 (0,1432)	0,3158* (0,1850)	-0,2575*** (0,0689)	-0,1065 (0,0887)
Nordeste	-0,3407*** (0,0614)	-0,4757*** (0,0748)	-0,4805*** (0,1082)	-0,0749 (0,1437)	-0,2979*** (0,0618)	-0,3673*** (0,0734)
Sul	-0,0152 (0,0514)	0,0474 (0,0458)	-0,1781 (0,2031)	-0,0557 (0,1113)	-0,0516 (0,0478)	-0,0179 (0,0378)
Centro-oeste	0,0528 (0,0561)	0,1928*** (0,0598)	0,3642** (0,1476)	0,4174** (0,1910)	0,0455 (0,0584)	0,0752 (0,0470)

λ_1	-0,4148** (0,1794)	0,0857 (0,2800)				
λ_2			-0,8538 -1,2166	-0,6533 (0,8391)		
λ_3					-0,3073** (0,1384)	-0,5799*** (0,2371)
Constante	1,3791*** (0,3008)	2,6348 (1,6283)	-2,074 (4,7517)	5,7707 (6,7113)	2,0841*** (0,2269)	2,1615 (1,8079)
Observações	4264	4684	750	685	2263	3269
R ²	0,2992	0,2965	0,3386	0,2239	0,4562	0,3389

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2003 e 2013. OBS.: os desvios-padrões são robustos à heterocedasticidade. *parâmetros significativos à 10%; ** parâmetros significativos à 5%; *** parâmetros significativos à 1%.

A variável sexo indica que houve um crescimento no rendimento dos homens autônomos e assalariados entre o ano de 2003 e 2013. Entretanto, para ambos os anos, o homem inserido na ocupação de autônomo ganha mais do que na condição de assalariado.

A idade, por sua vez, só se mostrou estatisticamente significativa para os assalariados no ano de 2003. O sinal negativo indica que o rendimento decai com a idade a taxas crescentes (sinal positivo da idade ao quadrado). Esse resultado pode estar relacionado com a queda na produtividade do idoso com o avanço da idade, que se reflete no desempenho nas ocupações assalariadas, aliado ao desinteresse por parte dos empregadores em contratá-los (AFONSO; SCHOR, 2001).

A variável raça indica, para todas as ocupações, maiores rendimentos do idoso de cor branca no ano de 2003, comparado ao ano de 2013. Ressalta-se ainda que os maiores rendimentos auferidos por este mesmo grupo estão na condição de empregador.

Dentre as variáveis de educação, verifica-se que os idosos empregadores ganhavam mais para todos os níveis de estudo nos dois anos de comparação. Para o ano de 2003, verifica-se que os assalariados que tinham médio e superior, em especial, ganhavam mais do que os autônomos, o que difere dos resultados encontrados para 2013, onde se verifica maiores rendimentos para o autônomo com os mesmos graus de instrução, frente ao assalariado. Os resultados ressaltam mais uma vez o empreendedorismo por oportunidade dos mais instruídos.

Quanto a variável metrópole percebe-se a mesma inversão de um ano para o outro, ou seja, em 2003 é possível verificar maiores rendimentos para o assalariado quando comparado com o autônomo, para 2013 percebe-se o oposto. Por sua vez, os assalariados que moram no setor urbano ganham mais do que os autônomos em 2013, resultado que pode explicar a maior probabilidade de inserção dos idosos como assalariados no setor urbano.

As *dummies* das regiões Norte e Nordeste foram negativas para a ocupação de autônomo, entretanto, para o empregador a região Norte se apresentou positiva, corroborando com as análises já apresentadas anteriormente. A região Centro-Oeste se mostra positiva para ambas ocupações.

As variáveis de correção do viés de seleção da amostra, λ_1 e λ_3 apresentaram-se estatisticamente significativas no ano de 2003. Já para o ano de 2013, somente o λ_3 foi estatisticamente significativo. Segundo Cameron e Trivedi (2005), pelo menos um desses termos de correção deve ser estatisticamente significativo para justificar o uso do método. Desse modo, é indispensável a inserção desses termos para a correção da seletividade amostral presente, o que torna as estimativas dos salários não tendenciosas.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi investigar como o empreendedorismo afeta os rendimentos dos idosos brasileiros usando os dados da PNAD de 2003 e 2013. Para corrigir os possíveis vieses de seleção que poderiam surgir e tornar as estimativas dos salários tendenciosas foram usados os métodos de Heckman (1979) e Lee (1983).

Os resultados mostram que os principais determinantes do empreendedorismo para os idosos no Brasil são influenciados principalmente por características pessoais do indivíduo. Os modelos de escolha ocupacional estimados demonstraram que favorecem a inserção do idoso na ocupação empreendedora as seguintes variáveis: sexo, raça, idade, o estado civil de casado, ser chefe de família e aposentado. Os níveis educacionais, médio e superior, afetam negativamente a escolha do idoso em se tornar um empreendedor autônomo, o que evidencia, portanto, a maior propensão daqueles com menores níveis de instrução ao empreendedorismo por necessidade. Entretanto para a condição de empregador as *dummies* educacionais, dos níveis, médio e superior, se mostraram positivas, indicando possivelmente que possuir mais educação lhes capacita a reconhecer melhores oportunidades e, sobretudo maior propensão para abrir o próprio negócio. Com base nas variáveis de localização percebe-se a maior propensão do idoso em se tornar empreendedor autônomo nas regiões Norte e Nordeste.

Com relação as equações de rendimento estimadas para empreendedores e empregados assalariados, percebe-se que há diferenças significativas nos efeitos de algumas variáveis sobre a determinação dos rendimentos dos indivíduos analisados. As variáveis que apresentaram maior influência no acréscimo de rendimento para o idoso foram referentes à raça, idade, educação, estado civil de casado e ser chefe de família. Os resultados empíricos para as equações de rendimento revelaram que existe uma vantagem na escolha pela ocupação empreendedora. Evidenciando que os indivíduos estão agindo racionalmente dado suas características e preferências maximizando sua função de utilidade.

Realizando um comparativo das duas bases de dados utilizadas percebemos uma tendência decrescente na disparidade dos rendimentos, principalmente para os idosos do sexo feminino e os não brancos. Percebe-se que para 2003 os assalariados com os níveis de ensino médio e superior apresentaram maiores rendimentos frente aos autônomos com mesmo grau de instrução, sofrendo uma inflexão no ano de 2013 onde se notam maiores rendimentos aos autônomos, apontando para o empreendedorismo por oportunidade dos mais bem instruídos.

Por fim, as evidências produzidas neste trabalho fornecem subsídios que podem ser utilizados para a formulação de políticas públicas com intuito de melhorar o bem-estar dos idosos. Dentre os fatores que podem favorecer as condições para empreendedores idosos no Brasil podem ser citados os níveis de instrução educacional devido a sua relação positiva com o empreendedorismo, bem como menos tributação. Destacando que melhores condições ao empreendedorismo tendem a contribuir para o crescimento econômico e redução do desemprego, visto que os empreendedores são geradores de emprego. Ademais, outras extensões desse estudo poderiam ser feitas, tais como avaliar o impacto da tributação sobre o empreendedorismo entre os idosos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. E. & SCHOR, A. (2001). Oferta de trabalho dos indivíduos com idade superior a 50 anos: Algumas características da década de 90. In **Anais do XXIX. Encontro Nacional de Economia**, pages 1–16, Salvador. ANPEC.
- BLANCHFLOWER, D. G. Self-employment in OECD countries. **Labour economics**, v. 7, n. 5, p. 471–505, 2000.
- BLANCHFLOWER, D. G.; J. OSWALD, A. What Makes an Entrepreneur. **Labour economics**, v. 16, n. 1, p. 26–60, 1998.
- BLAU, D. M. A Time-Series Analysis of Self-Employment in the United States. **Journal of Political Economy**, v. 95, n. 3, p. 445–467, 1 jun. 1987.
- CAMARANO, A. A. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. **Texto para discussão/IPEA**, Rio de Janeiro. n. 830, 2001.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: Methods and Applications**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2005.
- EARLE, J. S.; SAKOVA, Z. Business start-ups or disguised unemployment? Evidence on the character of self-employment from transition economies. **Labour Economics**, [SI]. v. 7, n. 5, p. 575–601, 2000.
- FERNANDEZ, J. C. MENEZES, W. F. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 1 p.52-67, jan.-mar. 2001
- FRITSCH, M. RUSAKOVA A. Entrepreneurial Choice across Occupations: an empirical investigation of occupation-specific ‘push’- and ‘pull’ factors. **DIW Berlin** German Institute for Economic Research, 2011.
- FURTADO, A. (2005). A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema8/2004_13576.pdf. Acesso em: 03 abril 2008, p. 1–24
- GREENE, W. H. (2002). *Econometric Analysis*. Prentice Hall, 5th edition.
- HECKMAN, J. J. Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica*, v. 47, n. 1, p. 153–161, 1 jan. 1979.
- IBGE (2002); Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil – 2000; Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 9,
- IBGE(2015); Mudança demográfica no Brasil no Início do Século XXI.
- LEE, L.F. (1978). Unionism and wage rates: A simultaneous equations model with qualitative and limited dependent variables. **International Economic Review**, 19(2):415–433.
- LEE, L.-F. Generalized Econometric Models with Selectivity. **Econometrica**, v. 51, n. 2, p. 507, mar. 1983.
- LIBERATO, V. C. (2003). **A oferta de trabalho masculina “pós-aposentadoria” Brasil urbano – 1981/2001**. Master’s thesis, Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LUCAS, R. E. On the Size Distribution of Business Firms. **Bell Journal of Economics**, v. 9, n. 2, p. 508–523, 1978.
- MADDALA, G. (1983). **Limited-Dependent and Qualitative Variables in Econometrics**. Cambridge University Press, Cambridge.
- MAGALHÃES, C. P. **Análise das estratégias de inserção no mercado de trabalho brasileiro: trabalhadores por conta – própria e empregadores**. Dissertação (Mestrado em Economia)—Belo Horizonte: Faculdade em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- MENEZES, G. QUEIROZ, V. S. FEIJO, F.T. Determinantes do Empreendedorismo no Brasil: uma análise da escolha ocupacional e dos rendimentos **XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - XIII ENABER**. 2015
- MOURA, C. S.; CUNHA, M. S. Fatores determinantes da participação e do rendimento do idoso e não-idoso no mercado de trabalho brasileiro. **A Economia em Revista** Volume 18 Número 2 Dezembro de 2010
- PARKER, S. C. **The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PARKER, S. C. **The Economics of Entrepreneurship**. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 2009.
- PÉREZ, E. R.; WAJNMAN, S. e OLIVEIRA, A. M. H. C. **Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 269-286, jul./dez. 2006.

- QUEIROZ, V. S. e RAMALHO, H. M. B. A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: evidências para o Brasil. **Economia, Selecta, Brasília** (DF), v.10, n.4, p. 817-848, 2009.
- SLUIS, J. VAN DER; PRAAG, M. VAN; VIJVERBERG, W. Entrepreneurship Selection and Performance: A Meta-Analysis of the Impact of Education in Developing Economies. **The World Bank Economic Review**, v. 19, n. 2, p. 225-261, 1 jan. 2005.
- SOUZA, R. M. & MACHADO, A. F. (2004). Melhor idade: Evidências sobre a participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro (1994/2000). **Revista de Economia Aplicada**, 8(3):439-478.
- TAYLOR, M. P. Earnings, Independence or Unemployment: Why Become Self-Employed? **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 58, n. 2, p. 253-266, 1 maio 1996
- WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C., & OLIVEIRA, E. L. (2004). Os idosos no mercado de trabalho: Tendências e consequências. In Camarano, A. A., editor, *Os Novos Idosos Brasileiros Muito Além dos 60?* IPEA, Rio de Janeiro.
- WIT, G. DE. **Determinants of Self-employment**. Heidelberg; New York: Physica, 1993.
- ZISSIMOPOULOS, J. M.; KAROLY, L. A. Labor-Force Dynamics at Older Ages: Movements Into Self-Employment for Workers and Nonworkers. **Research on Aging**, [SI]. v. 31, n. 1, p. 89-111, jan. 2009

APÊNDICE

Tabela A.1 - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas regressões

Variável	2003					2013				
	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
raca	7277	0,52	0,49	0	1	8638	0,48	0,49	0	1
idade	7277	66,09	5,71	60	99	8638	65,34	5,36	60	105
idade2	7277	1373,6	463,99	931,59	4.833,31	8638	1071,55	392,67	726,38	5.176,80
seminstr	7277	0,34	0,47	0	1	8638	0,21	0,41	0	1
fund1	7277	0,39	0,48	0	1	8638	0,33	0,47	0	1
fund2	7277	0,13	0,33	0	1	8638	0,19	0,39	0	1
medio	7277	0,06	0,25	0	1	8638	0,13	0,33	0	1
superior	7277	0,07	0,25	0	1	8638	0,12	0,33	0	1
casado	7277	0,73	0,43	0	1	8638	0,71	0,45	0	1
chefe	7277	0,85	0,35	0	1	8638	0,75	0,42	0	1
metrop	7277	0,31	0,46	0	1	8638	0,36	0,48	0	1
urb	7277	0,75	0,43	0	1	8638	0,81	0,38	0	1
norte	7277	0,08	0,27	0	1	8638	0,12	0,33	0	1
nordeste	7277	0,34	0,47	0	1	8638	0,25	0,43	0	1
sudeste	7277	0,29	0,45	0	1	8638	0,33	0,47	0	1
sul	7277	0,17	0,38	0	1	8638	0,18	0,39	0	1
centroeste	7277	0,09	0,29	0	1	8638	0,09	0,29	0	1
aposentado	7277	0,56	0,49	0	1	8638	0,49	0,50	0	1
pensionista	7277	0,07	0,25	0	1	8638	0,06	0,23	0	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD de 2003 e 2013.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517



Características do emprego dos trabalhadores com deficiência no município de Campinas (SP)

Guirlanda Maria Maia de Castro Benevides

Mestra em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho - CESIT/IE/UNICAMP
Servidora pública da Gerência Regional do Trabalho em Campinas/Ministério do Trabalho
guirlanda.b@hotmail.com

Vinicius Gaspar Garcia

Doutor em Economia Social e do Trabalho – CESIT/IE/UNICAMP
Professor na Faculdade de Campinas – FACAMP
vggarcia30@gmail.com

Amilton J. Moretto

Doutor em Desenvolvimento Econômico – CESIT/IE/UNICAMP
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA
amilton.moretto@gmail.com

Resumo: Esse artigo apresenta uma síntese dos dados obtidos nas fontes oficiais disponíveis sobre a inserção no trabalho das pessoas com deficiência no município de Campinas-SP. Para tanto, dividi-se em duas partes: a) breve discussão metodológica acerca das diferenças e possibilidades de uso das fontes oficiais – Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no que se refere a essa temática; b) apresentação das características do emprego dos trabalhadores com deficiência em Campinas com base nas referidas fontes. Assim sendo, busca-se atingir um duplo objetivo: esclarecer questões metodológicas que, por vezes, dificultam uma análise mais apurada do trabalho das pessoas com deficiência e, simultaneamente, fornecer um panorama da realidade recente de inclusão laboral desse contingente de pessoas. Dessa forma, espera-se contribuir para discussão sobre ações e políticas públicas que possam incrementar, em termos de qualidade e volume, o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; mercado de trabalho; Campinas.

INTRODUÇÃO

A avaliação sobre as condições de acesso e permanência no trabalho das pessoas com deficiência no Brasil não é tarefa simples. Existem dificuldades de ordem metodológica que podem dificultar as pesquisas nessa área, levando inclusive a distorções nos resultados observados. Tais dificuldades relacionam-se tanto às definições sobre quem são as pessoas com deficiência (que é também um grupo heterogêneo entre si), como aos critérios estabelecidos nas pesquisas e registros oficiais sobre o tema, notadamente o Censo Demográfico e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Diante desse quadro, o primeiro objetivo desse artigo é procurar esclarecer esses obstáculos conceituais e metodológicos. Para tanto, na primeira seção do trabalho são apresentadas as características e as diferenças no que tange à “variável deficiência” no Censo e na RAIS.

Essa discussão se realiza tendo em vista a chamada “Lei de Cotas”, isto é, a legislação definida no artigo 93 da Lei 8.213/91, regulamentada por Decretos posteriores, que estabelece percentuais de 2% a 5% a serem ocupados por pessoas com deficiência nas grandes empresas (cem ou mais funcionários). Ela constitui-se num importante instrumento de ação afirmativa para inserção no trabalho de um grupo historicamente excluído e discriminado, além de socialmente vulnerável.

No intuito de ilustrar essa realidade, na segunda parte do artigo serão apresentados dados relativos ao trabalho das pessoas com deficiência no município de Campinas. Com base no último Censo Demográfico e na RAIS, busca-se traçar um panorama dessa inserção no trabalho em termos da participação no mercado formal. Além disso, os dados do Censo permitem um estudo comparativo entre as populações com e sem deficiência no que tange a indicadores clássicos do mercado de trabalho, como as taxas de participação e desemprego. Por fim, em relação aos dados da RAIS, as análises por tipo de deficiência – física, sensorial (auditiva e visual) e mental/intelectual, gênero e ocupação – possibilitam a identificação de tendências deste mercado de trabalho.

Ao final busca-se discutir, de maneira objetiva, ações, iniciativas e políticas públicas que poderiam aumentar o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho formal. Cientes, porém, que esse não é um objetivo facilmente alcançado na atual conjuntura política, social e econômica brasileira.

1- Breve discussão metodológica sobre a “variável” deficiência

O Censo Demográfico representa uma valiosa fonte de informação sobre a população, o que contribui para a formulação de políticas públicas no país. Não é diferente em relação às pessoas com deficiência, apesar das alterações ocorridas ao longo do tempo quanto aos critérios utilizados para a captação de dados deste segmento populacional. A realização de pesquisas sobre pessoas com algum tipo de deficiência na população brasileira, apesar de pouco conhecida e divulgada, remonta ao primeiro censo demográfico, em 1872, pela Diretoria Geral de Estatística do Império. Mas, foi somente o artigo 17 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispôs sobre a obrigatoriedade de se incluir no censo demográfico as questões pertinentes às pessoas com deficiência (Benevides, 2017).

Dessa forma, nos últimos três Censos Demográficos, em 1991, 2000 e 2010, tivemos questões relacionadas às pessoas com deficiência. Nesse artigo, não busca-se aprofundar a discussão acerca das diferenças conceituais de cada um dos levantamentos, mas é preciso assinalar que elas existem e é necessário levá-las em conta, ainda mais se o objetivo for fazer comparações intertemporais.

No Censo de 1991, houve apenas uma única pergunta para avaliar a participação da população com deficiência. Em 2000, a mudança mais importante foi dirigida às limitações de atividades funcionais dos indivíduos, o que teve como resultado um aumento substancial no número de pessoas com deficiência declarada no país. No Censo de 2010, outra alteração do conceito e no modo de captação desse contingente de pessoas teve também como consequência um redimensionamento dessa população.

Como nossa preocupação maior recai sobre o último Censo Demográfico, valem algumas considerações sobre a pesquisa domiciliar realizada em 2010. Baseado na ideia chave de funcionalidade, o questionário amostral foi elaborado buscando identificar a dificuldade permanente do indivíduo de enxergar, ouvir, ou de caminhar/subir degraus, todas com o uso de prótese corretiva, quando fosse o caso. Assim, as perguntas se referiam a identificar as deficiências visual, auditiva e motora pelos seguintes graus de dificuldade: (i) tem alguma dificuldade em realizar; (ii) tem grande dificuldade e, (iii) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual.

Mais adiante, quando da apresentação dos dados do Censo, será sugerida uma metodologia de análise para tratar desse contingente populacional a partir dos diferentes graus de limitação funcional.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é também uma importante fonte de informações sobre o emprego das pessoas com deficiência. Essa base de dados, juntamente com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), são registros administrativos de declaração obrigatória por parte de todos os estabelecimentos da atividade produtiva, constituindo-se numa valiosa fonte de pesquisa sobre o mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, as informações disponíveis na RAIS possibilitam caracterizar: i) o posto de trabalho – e.g., o tipo de contrato, remuneração etc.; ii) o estabelecimento contratante – localização, porte em número de empregados, atividade econômica; iii) além das características do trabalhador – como sexo, idade, raça/cor etc. Isso permite a construção de

diversos indicadores para utilização em estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho que subsidiem as formulações e decisões de políticas públicas.

No que interessa especificamente ao nosso estudo, essa base possibilita identificar e caracterizar as pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro, informação que passou a constar a partir de 2007. Desde então, pode-se realizar estudos para verificar, no âmbito laboral, as desigualdades e eventuais discriminações que despontam contra esse contingente de pessoas.

Deve-se registrar que, apesar de permitir identificar as pessoas com deficiência que estão empregadas, e com isso quantificar e caracterizar esse conjunto de trabalhadores, os dados não possibilitam associar, diretamente, sobre a situação das empresas quanto ao cumprimento de cotas definidas pela legislação. Isso decorre do fato de que a declaração da RAIS ser realizada por “estabelecimento”, enquanto que a legislação, Decreto nº 3.298/99, no seu artigo 36 define que a obrigatoriedade de cumprimento da cota de trabalhadores com deficiência é da “empresa” com cem ou mais empregados (Benevides, 2017).

Esse fato pode ocasionar problemas de interpretação dos dados caso não seja considerado na análise, pois uma determinada empresa pode ter vários estabelecimentos, existindo a possibilidade de que um de seus estabelecimentos conte com menos de cem empregados e, mesmo assim, tenha entre seus empregados, pessoas com deficiência. Ou seja, este estabelecimento com menos de cem empregados pode declarar na RAIS a contratação de pessoas com deficiência, enquanto os demais estabelecimentos dessa empresa, mesmo aqueles com cem ou mais empregados, podem não ter nenhuma pessoa com deficiência contratada.

Mesmo levando em consideração essa especificidade das informações disponibilizadas pela RAIS no que tange às cotas, fato é que esse instrumento tem um conjunto de dados importante para a análise da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal.

A RAIS fornece informações pelo tipo de deficiência, gênero, rendimentos no total de vínculos formais exercidos por trabalhadores que foram declarados como tendo deficiência. Desde que se passou a registrar os vínculos desse contingente, em 2007, verifica-se que o número de contratações tem crescido sistematicamente depois da queda inicial em 2008 e 2009, provavelmente associado aos efeitos crise internacional. Esse movimento acompanhou o crescimento observado do vínculo de pessoas sem deficiência no período, mas enquanto a trajetória deste último inflexiona a partir de 2013 e cai em 2015, os vínculos das pessoas com deficiência continuaram a trajetória de crescimento. Apesar desse crescimento, a participação das pessoas com deficiência no total do emprego assalariado formal não se alterou, mantendo-se em torno de 0,8% ao longo do período.

2- Panorama recente sobre o mercado de trabalho

A partir dos aspectos metodológicos anteriormente discutidos, a presente seção dividi-se em duas partes: a) características da população com e sem deficiência e indicadores do mercado de trabalho com base no Censo Demográfico de 2010; b) uma análise das informações sobre a inserção das pessoas com deficiência no emprego formal considerando os estabelecimentos localizados em Campinas, com base na RAIS 2015.

2.1- A população com deficiência em Campinas – características do trabalho com base nos dados do Censo

A investigação sobre as condições de trabalho das pessoas com deficiência pode ser realizada de forma mais detalhada e refinada se forem utilizados grupos populacionais distintos, de acordo com o nível da incapacidade e/ou limitação funcional (Garcia, 2010). Com base no questionário do IBGE que foi utilizado no último Censo Demográfico, cujas principais características foram apresentadas na seção anterior, três grupos populacionais podem ser observados:

a) “pessoas com deficiência” (**PcD**), dado por aqueles que disseram ter “total” ou “grande” incapacidade para enxergar, ouvir e/ou andar/subir escadas; acrescidos daqueles que assinalaram “sim” quanto à “deficiência intelectual/mental”;

b) “pessoas com limitação funcional” (**PLF**), que declararam ter apenas “alguma” dificuldade para enxergar, ouvir e/ou andar/subir escadas;

c) o contingente de pessoas que não declarou qualquer tipo de deficiência ou limitação funcional (**PsDLF**).

Em função do maior comprometimento físico, sensorial ou cognitivo, é plausível imaginar que as “pessoas com deficiência” (PcD) enfrentam condições mais adversas em termos de formação escolar e acesso ao trabalho do que aqueles com “limitação funcional”, decorrentes, muitas vezes, das barreiras e obstáculos ainda existentes na sociedade. Ao priorizar este grupo, não se está desconsiderando as demais condições, mas sim se estabelecendo um critério mais rigoroso para identificar a população potencial que, em tese, estaria apta a fazer uso da ação afirmativa prevista na “Lei de Cotas”, imaginando que aqueles com “total” ou “grande” incapacidade funcional muito provavelmente se enquadrariam nos critérios técnicos estipulados nas legislações que definem os parâmetros para as cotas (Garcia, 2013).

De acordo com esses critérios, temos os seguintes dados para o município de Campinas:

Tabela 1 - População Total e com Deficiência em Campinas - 2010

Condição	N. Pessoas	%
Pessoas com deficiência (PcD)	60.675	5,6
Pessoas com limitação funcional (PLF)	171.375	15,9
Sem deficiência e sem limitação funcional (PsDLF)	845.694	78,3
Total	1.080.113	100,0

Fonte: Censo 2010, IBGE. Site: "Perfil Social" (www.perfilsocial.com.br)

Considerando uma população de um pouco mais do que 1 milhão de habitantes, em 2010, cerca de 60 mil pessoas (5,6%) disseram ter total ou grande incapacidade funcional/cognitiva, caracterizando o grupo aqui chamado de “pessoas com deficiência”.

Ainda segundo as categorias propostas, observa-se na tabela abaixo o número de “pessoas ocupadas” no município em 2010:

Tabela 2 - População Ocupada - Total e com Deficiência em Campinas - 2010

Condição	N. Pessoas	%
Pessoas com deficiência (PcD)	20.492	3,8
Pessoas com limitação funcional (PLF)	89.357	16,4
Sem deficiência e sem limitação funcional (PsDLF)	433.455	79,8
Total	543.550	100,0

Fonte: Censo 2010, IBGE. Site: "Perfil Social" (www.perfilsocial.com.br)

A participação das pessoas com deficiência – aqueles com total ou grande incapacidade para ouvir, enxergar e andar, além das pessoas com deficiência intelectual – dentre os ocupados no município de Campinas era bastante reduzida, apenas de 3,8%, pouco mais do que 20 mil indivíduos nessa condição de trabalho.

A introdução da faixa etária, considerando a população em idade ativa (PIA), além do contingente de desempregados, permite a verificação de indicadores chaves do mercado de trabalho, como a taxa de participação e a taxa de desemprego. A primeira se obtém pela relação entre aqueles economicamente ativos (PEA = ocupados + desempregados) sobre a PIA. Já o desemprego mede o contingente que está nessa condição sobre a PEA. A tabela abaixo apresenta essas informações, mas, para fins de comparação, se refere ao grupo das pessoas com deficiência (PcD) em contraste aos que não declararam qualquer tipo de limitação ou incapacidade funcional (PsDLF). Além disso, dado o peso mais do que proporcional da faixa etária superior aos 60 anos na população com deficiência (em função do processo natural de envelhecimento e suas consequências), considerou-se a PIA para aqueles entre 15 e 60 anos de idade.

Tabela 3 - Indicadores Mercado de Trabalho - PCD e PsDLF - Campinas, 2010

	PCD	PsDLF
População em Idade Ativa (PIA*)	36.570	613.712
População Ocupada	18.191	423.176
População Desempregada	1.499	31.998
População Economicamente Ativa (PEA)	19.690	455.174
Taxa de Participação (PEA/PIA)	53,8	74,2
Taxa de Desemprego	7,6	7,0

* 15 até 60 anos

Fonte: Censo 2010, IBGE. Site: "Perfil Social" (www.perfilsocial.com.br)

Em relação à taxa de desemprego, a diferença entre os índices observados para as populações com e sem deficiência não é muito significativa, sendo de 7,6% para o primeiro e 7,0% para o segundo grupo. Porém, em termos da taxa de participação, nota-se claramente como o percentual de pessoas com deficiência economicamente ativo (53,8%) é bastante reduzido se comparado ao verificado para a população em geral (74,2%), sem deficiência declarada.

Isso indica um grande contingente de “inativos” na população com deficiência, da mesma forma como ocorre no Brasil (Garcia, 2013). Provavelmente, por não serem ocupadas e nem estar procurando emprego, estas pessoas sobrevivem mediante suporte familiar e/ou por meio do recebimento de benefícios assistenciais/aposentadorias por invalidez.

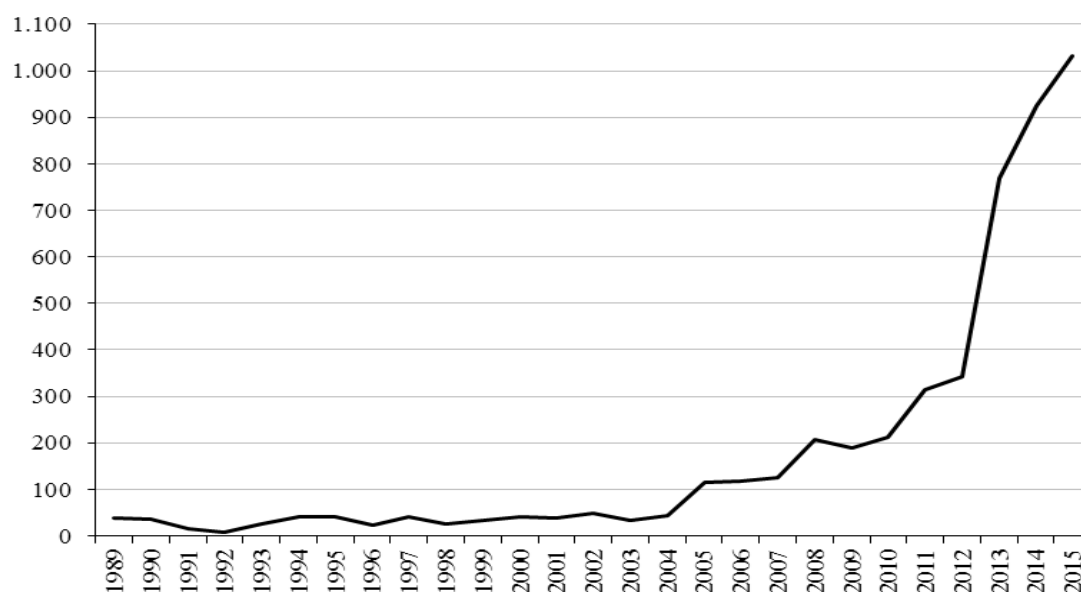
Outras informações e aprofundamentos poderiam ser feitos com base no Censo Demográfico de 2010. Porém, o objetivo aqui é somente traçar um panorama com dados mais recentes sobre a inserção no trabalho das pessoas com deficiência em Campinas. Nesse sentido, vale considerar com mais atenção os números da RAIS e dos resultados do Programa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho em Campinas, apresentados na sequência e que trazem uma realidade mais próxima desse processo.

2.2- Panorama acerca dos vínculos empregatícios formais exercidos pelas pessoas com deficiência – RAIS 2015

Desde 2000, os indicadores do mercado de trabalho, de maneira geral, mostraram-se positivos, com crescimento do emprego e queda da taxa de desemprego, tendência que somente se reverte a partir de 2015. Chama a atenção, contudo, que as contratações de pessoas com deficiência apresentam uma mudança na tendência após 2004, que coincide com a implementação dos chamados “Núcleo de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Trabalho”, que na GRT/Campinas ocorreu no final de 2003 e a sua continuidade pelo Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.

Observa-se no gráfico 1, onde se restringiu a análise apenas para o período posterior aos anos 1989, que anterior ao ano de 2004, apesar da existência da “Lei de Cotas” e da promulgação do Decreto nº 3.298/99, não houve qualquer indicação de alteração positiva quanto à inserção de pessoas com deficiência no conjunto de empresas com mais de cem empregados. Esse comportamento sugere que o aumento no número de contratações de pessoas com deficiência parece estar relacionado ao trabalho mais efetivo em torno desta temática a partir da criação do “Núcleo”.

GRÁFICO 1 – Evolução do número de pessoas com deficiência e reabilitados empregadas. Área de abrangência da GRT em Campinas/SP. 1989-2015.



Fonte: MTb/IDEB – Sistema Índices de Débito do FGTS (IDEB). Elaboração própria

Considerada essa tendência geral, importante reforçar que as bases de dados da RAIS 2015 que subsidiam esta seção têm como referência os estabelecimentos sediados em Campinas, propiciando um panorama sobre o mercado formal que inclui as pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados pela Previdência Social e que exercem suas atividades neste município.

A respeito do universo dos estabelecimentos que compõem a base, como enfatiza Jaime e Carmo (2005) necessita-se excluir aqueles de natureza pública, na qual o processo de inclusão das pessoas com deficiência depende de concurso público, não sendo objeto desta investigação. Foram também excluídos das bases, os dados declarados que se reportavam aos vínculos relacionados aos contratos de aprendizagem, uma vez que não geram efeitos para a “Lei de Cotas”.

Diante dessas considerações, observa-se nesse período analisado um conjunto de informações que identificaram as tendências do mercado de trabalho no setor privado que incluem as pessoas com deficiência no município de Campinas, totalizando **5.281 vínculos empregatícios formais**, dos quais 1.444 representam novos vínculos, ou seja, admitidos em 2015. No entanto, ainda neste ano, houve 1.346 desligamentos, dos quais, 38% referiam-se a demissão sem justa causa por iniciativa do empregador, enquanto 27% à demissão sem justa causa por iniciativa do empregado. Apesar de requerer um estudo mais aprofundado sobre este elevado percentual diante das circunstâncias instáveis do mercado de trabalho no período, pode-se inferir que havia a possibilidade de o trabalhador rescindir o seu contrato por encontrar outra colocação em melhores condições de salário e trabalho.

Tabela 4 - Total de desligamentos de vínculos empregatícios, por tipo e gênero. Município de Campinas, 2015.

Tipo de desligamento	Feminino	Masculino	Total Geral (N)	%
Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador	177	335	512	38,0
Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado	184	184	368	27,3
Transf/mov empregado/servidor ou dirigente sindical, sem ônus p/cedente	87	223	310	23,0
Término do contrato trabalho	40	67	107	7,9
Rescisão por justa causa por iniciativa do empregador	8	13	21	1,6
Falecimento.	1	9	10	0,7
Transf/mov empregado, com onus p/cedente	3	6	9	0,7
Rescisão com justa causa por iniciativa do empregado (rescisão indireta).	2	1	3	0,2
Aposentadoria por invalidez	2	4	6	0,4
Total Geral	504	842	1346	100,0

Fonte: RAIS/2015. MTb. Elaboração própria.

Tomando-se como referência o **número total de 5.281 vínculos empregatícios regulados pela CLT**, distribuído por tipos de deficiência e gênero confirma-se a tendência de maior índice de participação das pessoas com deficiências física (45,7%) auditiva (18,4%) e menor inserção das pessoas com deficiências intelectual e visual. Observou-se, ainda, como característica marcante do mercado de trabalho no Brasil a maior incidência da presença masculina.

Tabela 5 - Vínculos empregatícios ativos formais, por tipo de deficiência e gênero. Município de Campinas, 2015.

Tipo de Deficiência	Feminino		Masculino		Total Geral N	Participação %
	N	%	N	%		
Física	943	46,4	1471	45,3	2.414	45,7
Auditiva	450	22,1	522	16,1	972	18,4
Intelectual/mental	223	11,0	452	13,9	675	12,8
Múltipla	28	1,4	33	1,0	61	1,2
Visual	194	9,5	314	9,7	508	9,6
Reabilitado	195	9,6	456	14,0	651	12,3
Total Geral	2.033	100,0	3.248	100,0	5.281	100,0

Fonte: RAIS 2015. MTb. Elaboração própria.

No tocante ao grau de instrução, houve predominância do ensino médio completo, com 2.657 vínculos empregatícios, aproximadamente 50% dos empregos. Destaca-se nessa análise que os trabalhadores (pessoas com deficiência e reabilitados) que exercem suas atividades neste município tiveram representatividade significativa (13,7%) com nível superior completo.

Tabela 6 – Vínculos empregatícios formais, segundo o grau de instrução e gênero, nas empresas situadas em Campinas. 2015

Grau de instrução	Feminino	Masculino	Total Geral (N)	Participação %
Analfabeto	16	38	54	1,0
Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental	42	120	162	3,1
5º ano completo do Ensino Fundamental.	35	87	122	2,3
Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto	78	266	344	6,5
Ensino Fundamental completo	152	437	589	11,2
Ensino médio incompleto	132	217	349	6,6
Ensino médio completo	1107	1550	2657	50,3
Educação Superior incompleta	104	124	228	4,3
Educação Superior completa	344	380	724	13,7
Mestrado completo	6	12	18	0,3
Doutorado completo	17	17	34	0,6
Total Geral	2033	3248	5281	100,0

Fonte: RAIS 2015. Elaboração própria.

Considerando a ocupação profissional desse segmento populacional, extraiu-se os dados referentes ao Código Ocupacional de Ocupação (CBO). Constatou-se que aproximadamente 55% estavam em atividades administrativas, representando nessa RAIS de 2015 as funções denominadas como “auxiliar de escritório” e “assistente administrativo” que totalizavam quase 20% do total das ocupações.

Tabela 7– Vínculos empregatícios formais, segundo a ocupação, nas empresas situadas em Campinas. 2015.

Ocupação	N	Participação (%)
Auxiliar de escritório, em geral	670	12,7
Assistente administrativo	374	7,1
Faxineiro	290	5,5
Operador de máquinas-ferramenta convencionais	262	5,0
Almoxarife	177	3,4
Embalador, a mão	170	3,2
Repositor de mercadorias	162	3,1
Vendedor de comércio varejista	117	2,2
Recepcionista, em geral	110	2,1
Alimentador de linha de produção	84	1,6
Porteiro de edifícios	83	1,6
Operador de caixa	79	1,5
Operador de máquinas fixas, em geral	58	1,1
Operador de telemarketing receptivo	54	1,0
Outros	2.591	49,1
Total Geral	5.281	100,0

Fonte: RAIS /2015. Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou brevemente da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no município de Campinas. A análise combinou duas bases de dados diferentes – Censo Demográfico e RAIS – destacando aspectos diferentes sobre o mercado de trabalho que cada base permite observar. Enquanto o Censo possibilita uma visão ampla do mercado de trabalho para o nível local, a RAIS fornece informações acerca do emprego formal, sem esquecer da periodicidade de cada fonte: decenal para o Censo e anual para a RAIS.

Os dados observados mostram que o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho tem crescido, especialmente em relação ao emprego formal. Porém, ainda persistem certos obstáculos que precisam ser transpostos, como mostra a comparação da menor taxa de participação da pessoa com deficiência em torno de 54% em 2010, bem abaixo da verificada para as pessoas sem deficiência, cuja taxa era de 74% no mesmo ano. Apesar disso, a taxa de desemprego entre as pessoas com deficiência era ligeiramente maior 7,6%, contra 7,0% entre as pessoas sem deficiência.

Os dados da RAIS mostram que o aumento do emprego das pessoas com deficiência se manteve mesmo após a reversão do crescimento econômico em 2015. Em grande medida esse aumento do emprego da pessoa com deficiência está associado ao estabelecimento da obrigatoriedade de empresas com mais de cem empregados admitirem trabalhadores pertencentes a esses grupos, mas também ao maior empenho do Estado em fiscalizar o cumprimento da legislação. Entre os empregados com deficiência, a metade tinha o ensino médio completo, sendo que predominavam as pessoas com deficiência física, sexo masculino e em funções essencialmente administrativas.

A continuidade da trajetória ascendente de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, em especial no emprego formal, depende, evidentemente, da retomada do crescimento econômico, mas especialmente de políticas públicas que garantam esse direito a esse grupo populacional. Ainda que a existência de uma legislação que estabeleça a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência, sua efetividade depende de uma ação decidida de parte do governo em fazê-la cumprir, bem como de se implementar políticas públicas em outras esferas que permitam a plena inclusão social desse grupo, em áreas como acessibilidade, inserção escolar e capacitação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, G. M. M. C. **O mercado de trabalho das pessoas com deficiência e o impacto da lei de cotas: Aspectos metodológicos e a experiência no município de Campinas/SP.** Dissertação de mestrado. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.**

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.**

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.**

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

BRASIL. **MTb RAIS**

BRASIL. MTE. **O Mercado de Trabalho Formal no Brasil nos últimos 15 anos: avanços, mudanças e continuidades. Uma leitura a partir da RAIS.** Brasília, 2010.

BRASIL. MTE. **Nota Técnica MTE 093/2014** (13/08/2014) Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Departamento de Emprego e Salário/Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho.

BRASIL. MTE. **Portaria Nº 219, de 7 de maio de 2008,**

GARCIA, V.G. **Características Ocupacionais, Nível de Rendimentos e Perfil Social dos Trabalhadores com Deficiência no Brasil**, Revista ABET, Revista da ABET.VOL 12. Nº 2, jul/dez/2013.

GARCIA, V.G. **Inclusão de Pessoas com Deficiência e o Mercado de Trabalho – Histórico e o Contexto Contemporâneo.** Tese de doutorado. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico. 2000/2010.

JAIME, L.R.; CARMO, J.C. **A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: o resgate de um direito de cidadania.** São Paulo: Edição dos Autores, 2005.

Desemprego metropolitano fluminense e política econômica

Helcio de Medeiros Junior*

Resumo: Esta investigação procurou decompor a taxa de desocupação para identificar os efeitos que tem influenciado sua elevação, alguns dos quais não são sensíveis à política econômica liberal utilizada pelo governo, que apesar de a economia brasileira ter entrado em recessão promoveu a contração monetária que levou à piora das contas públicas e à queda do nível de atividade econômica, ocasionando perda de renda e de emprego. A elevação da taxa de desocupação ao longo de 2015 reflete ações alinhadas ao pensamento novo-clássico, que no Brasil subordina a atividade econômica ao alcance da meta de inflação, independentemente dos efeitos regionais desiguais, como os sofridos pelos trabalhadores dos municípios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que arcaram com os maiores custos. A decomposição da desocupação demonstrou que, relativamente à capital, a elevação da taxa na periferia tem sido mais influenciada pela queda da demanda de trabalho.

Palavras-chave: Taxa de desocupação. Política econômica. Decomposição da taxa de desocupação. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cidade do Rio de Janeiro.

1. Introdução

A desocupação da força de trabalho vem sendo tratada pela política econômica dos países capitalistas de centro como um desequilíbrio decorrente da excessiva intervenção nos mecanismos de ajustamento automático via preços em economias de mercado, motivo porque para seu ajuste se demanda maior flexibilidade. Tais proposições têm sido adotadas em países

* Economista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) e Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

periféricos dependentes quando há gestão federal orientada por ideias liberais e a política econômica, além de não eliminar o desemprego involuntário da mão de obra, desconhece a existência da desigualdade socioespacial motivada pelas decisões locacionais do capital e de seu deslocamento, promovendo também a concentração de atividade econômica em áreas melhor servidas de serviços públicos e condições de vida, que polarizam outras menos aquinhoadas em sua periferia.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a elevada concentração econômica e populacional é uma das razões da desigualdade socioeconômica intermunicipal¹, com cidades do entorno ainda dependentes da capital em termos de oportunidades laborais, haja vista parcela relevante dos residentes estarem nela ocupados². Assim, e com o propósito de identificar para cada recorte – centro e periferia – qual das influências foi determinante para a elevação da taxa de desocupação, este trabalho se estrutura em quatro seções, contemplando além desta introdução, a segunda, na qual se farão considerações sobre questões teóricas do tratamento da desocupação e da ausência da questão regional em suas formulações; da terceira, na qual se exporá a alternativa metodológica utilizada para decompor a desocupação e a análise dos dados e; a quarta e última sessão, que trará reflexões sobre as impressões obtidas da interpretação dos resultados.

2. Política econômica: abordagens teóricas e território

As abordagens teóricas que mencionam o uso de políticas econômicas para tratar de desequilíbrios do sistema econômico são, em síntese, a liberal e a intervencionista. Cada uma adota um posicionamento distinto quanto à forma de tratamento dos desequilíbrios potenciais, quais sejam: nos mercados, quando há descasamento entre oferta e procura globais; no alcance do pleno emprego *vis-à-vis* o problema nos mercados; no trato monetário e na inflação, e; no relacionamento com o setor externo. Segundo Jacques G  n  reux (1995), o uso de políticas econômicas para lidar com os desequilíbrios depende de dois fatores: se há, ou não, mecanismos de ajustamento espontâneo dos mercados sem que o Estado intervenha, e se os prazos para o

¹ A taxa média de desocup  o na RMRJ em 2010 era de 10,3%, enquanto na capital alcançava 7,2%.

² Do total de 2,4 milhões de pessoas residentes ocupadas nos municípios da periferia em 2010, 25,1% trabalhava na Cidade do Rio de Janeiro (605 mil), enquanto apenas 2,9% dos residentes cariocas estava ocupado fora da capital.

ajustamento são pertinentes para gerar novos equilíbrios. Observe-se que, seja em termos dos desequilíbrios do sistema econômico ou quanto ao uso de políticas econômicas, não há menção ao espaço geográfico como variável a ser considerada para a proposição de soluções dos desvios ao suposto equilíbrio de mercado, o que na prática implica que a desigualdade socioespacial promovida pela ação do capital no território é desconsiderada.

Em termos históricos, a teoria liberal abrange o pensamento dos economistas clássicos, neoclássicos, monetaristas e, mais recentemente, dos novo-clássicos, e suas propostas de ação têm sido largamente utilizadas por governos dos países do centro do sistema capitalista e dominado a política econômica em países dependentes da periferia, por meio de representantes formados em suas escolas que ocupam posições-chave nos governos nacionais. Em termos práticos e tendo em perspectiva a relação capital-trabalho em questão nesta investigação, as premissas dos economistas novo-clássicos não diferem em demasia da dos clássicos/neoclássicos no que diz respeito à capacidade dos mercados se equilibrarem via preços e os agentes (empresas e trabalhadores) se comportarem segundo seus interesses (maximizam suas funções de lucro e utilidade, respectivamente).

Segundo os liberais, as pessoas são livres e dotadas de mobilidade de qualquer natureza para buscarem o emprego que melhor lhes convier, tomam o salário real como referência para decidirem sua inserção no mercado de trabalho e, se este não lhes agradar, decidem voluntariamente se desempregar. Portanto, exceto se estiverem mudando de emprego (desemprego friccional) ou tenham decidido optar pelo lazer (desemprego voluntário), se empregam a qualquer momento. Além disso, por intermédio da curva de Phillips³ (que procura elucidar a ligação entre inflação e desemprego), Lucas e Sargent (1978)⁴ propuseram que políticas intervencionistas não são capazes de modificar variáveis reais (emprego e produto) e só geram inflação no curto prazo, sendo preferível deixar ao mercado e ao arcabouço novo-clássico⁵ direcionar a economia.

Já a lógica intervencionista iniciada por trabalhos de John Maynard Keynes (1883-1946) considera que, no curto prazo, os preços e os salários são na maioria das vezes rígidos com

³ Proposta por Alban W. H. Phillips em 1958, procurou estabelecer uma relação negativa entre a taxa de desemprego e as taxas de variação dos salários nominais.

⁴ Tomando como base expectativas racionais (o futuro é conhecido) e o monetarismo de Milton Friedman.

⁵ Compõe-se de independência do Banco Central, que deve funcionar segundo o trinômio credibilidade-reputação-delegação, e do sistema de metas inflacionárias.

adaptações não tão automáticas defendidas pelos liberais, mas sim devido a que os agentes preferem ajustar quantidades (emprego, produção, investimento) em vez de preços e salários, e assim manipular oferta e demanda globais nos mercados de outra maneira. Além disso, considera que os desequilíbrios são persistentes, justificando intervenções corretivas do Estado, haja vista os mercados serem imperfeitos. No que diz respeito ao trato dos outros desequilíbrios: a) quanto ao desequilíbrio monetário considera que a moeda não é neutra, pois além do efeito sobre os preços também influencia a produção, o consumo, o investimento e o emprego; b) quanto à inflação, teria múltiplas origens (choques na demanda – elevação do consumo, das despesas públicas etc. –, choques de oferta ou de custos – crise energética, elevação dos salários etc.) e para cujo tratamento haveria diferentes tipos de política, tais como políticas monetária e fiscal restritivas no caso de inflação de demanda e políticas de preços e rendas quando houvesse inflação de custos (MARQUES; 1987). Portanto, a implementação da política monetária não deveria ser tomada como referência única para o tratamento de desequilíbrios dos preços, como largamente utilizado pelos economistas liberais com elevados custos para a demanda efetiva. Já quanto ao ajustamento de desequilíbrios externos, os preços não reagiriam sempre como previsto e as trocas externas podem ser pouco sensíveis a variações nos preços.

Em termos dos custos sociais do funcionamento do mercado de trabalho, no que diz respeito ao desemprego conjuntural a tese liberal da baixa de salários para reabsorver o desemprego gerado é frágil e não se apoia em evidências históricas irrefutáveis. Além disso, os defensores da lógica liberal sugerem que o mercado de trabalho sofre de problemas institucionais que tornam rígidos os salários e impedem o seu adequado funcionamento. Ou seja, a falta de liberdade tornaria ineficazes os mecanismos de ajustamento da economia de mercado⁶. Já o desemprego estrutural, decorrente da insuficiência da procura global, não se resolveria pela flexibilidade dos salários, uma vez que o que o faz existir são as transformações ocorridas na estrutura da procura e no processo de produção, estas datadas no último quarto do século XX em razão da reestruturação produtiva que procurou combater a queda da taxa de lucro e da produtividade nos países centrais.

⁶ Segundo essa hipótese, caberia flexibilizar o mercado de trabalho para que os mecanismos de ajustamento via preços se manifestassem.

2.1 Os efeitos da ação do capital no território

Como anteriormente mencionado, questões relacionadas aos efeitos da política econômica no território não fazem parte da corrente dominante (*mainstream*), o que implica desconsiderar a desigualdade gerada pelo desenvolvimento desequilibrado promovido pelo capital (TROTSKY, 1977; SMITH, 1988), que resulta na especialização dos lugares e na divisão territorial do trabalho (LÊNIN, 1988). A ação do capital ao localizar-se no território com vistas à acumulação e sua reprodução, mobiliza a força de trabalho a se deslocar espacialmente (SINGER, 1977; ZELINSKY, 1971) por ter a necessidade de ofertar trabalho e garantir sua sobrevivência (GAUDEMAR, 1977), já que goza de fragilidade intrínseca perante os capitalistas contratantes, representando o elo fraco no diferencial de poder (OFFE; HINRICH, 1989). Ao capital importa ter trabalhadores à disposição no exército industrial de reserva (MARX, 1996), para que possa direcionar a demanda de trabalho com o propósito de reduzir o custo variável, extrair mais-valia e obter maior taxa de lucro, o que faz da desocupação um meio útil para que as relações sociais de produção o valorizem e o reproduzam.

A reprodução, garantida mediante processo constante de acumulação de capital que não seja inviabilizado por custos variáveis (salários) crescentes (HARVEY, 2013), pode se dar por meios não necessariamente produtivos, mas decorrentes da revalorização do capital pela circulação financeira, levando, assim, à financeirização da economia (BRUNO; CAFFÉ, 2015). Neste particular, por exemplo, se a política monetária se torna contracionista e eleva a taxa real de juros afastando capitais do investimento produtivo, a acumulação se dá por meio de produtos financeiros que lhe garantam a reprodução, preservando a riqueza financeira dos agentes produtivos e empobrecendo a classe trabalhadora.

3. A decomposição da taxa de desocupação

A desocupação, por seu turno, sofre a influência de efeitos não considerados nas estratégias de ajuste novo-clássico, o que potencializa os resultados perversos de sua manipulação. Em síntese, leva em conta elementos que se relacionam tanto ao comportamento das pessoas quanto das empresas, sendo estas decorrentes da política econômica. Em termos formais, e em conformidade com o proposto pelo Banco Central do Brasil (2014), sua trajetória pode ser decomposta em três efeitos:

$$\Delta TD \approx -(1 - TD) \frac{\Delta PO}{PO} + (1 - TD) \frac{\Delta PIT}{PIT} + (1 - TD) \frac{\Delta TP}{TP} \quad (1)$$

onde: Δ é o operador que identifica a variação da variável de interesse⁷; TD é a taxa de desocupação; PO é a população ocupada; PIT é a população em idade de trabalhar, e; TP é a taxa de participação (ou de atividade). Segundo a relação proposta em (1), a variação da taxa de desocupação é aproximadamente a soma do resultado de três efeitos: a) o efeito relacionado à população ocupada (efeito PO), ou o comportamento do nível de emprego, que responde mais imediatamente à política monetária praticada pelo Governo Federal e, que por natureza, é inverso ao da desocupação, uma vez que aumentos da ocupação levam à redução do número de desocupados e da taxa de desocupação; b) o efeito devido à população em idade de trabalhar (efeito PIT), que responde às variações demográficas em cada recorte espacial e é determinado por influências históricas de decisões tomadas no âmbito das famílias, é aquele que menos influência recebe das mudanças nos juros, tendo em vista a transição demográfica em curso, sendo sua influência direta, pois sua elevação (queda) gera acréscimos (decréscimos) na taxa de desocupação, e; c) o efeito Taxa de participação (efeito TP), ou taxa de atividade, relacionado à pressão exercida pela oferta de trabalho, que varia segundo a opção dos trabalhadores quanto à sua inserção no mercado de trabalho ou pela inatividade. A exemplo do anterior, também age de maneira direta sobre a taxa de desocupação, elevando-a quando aumenta e reduzindo-a quando cai⁸.

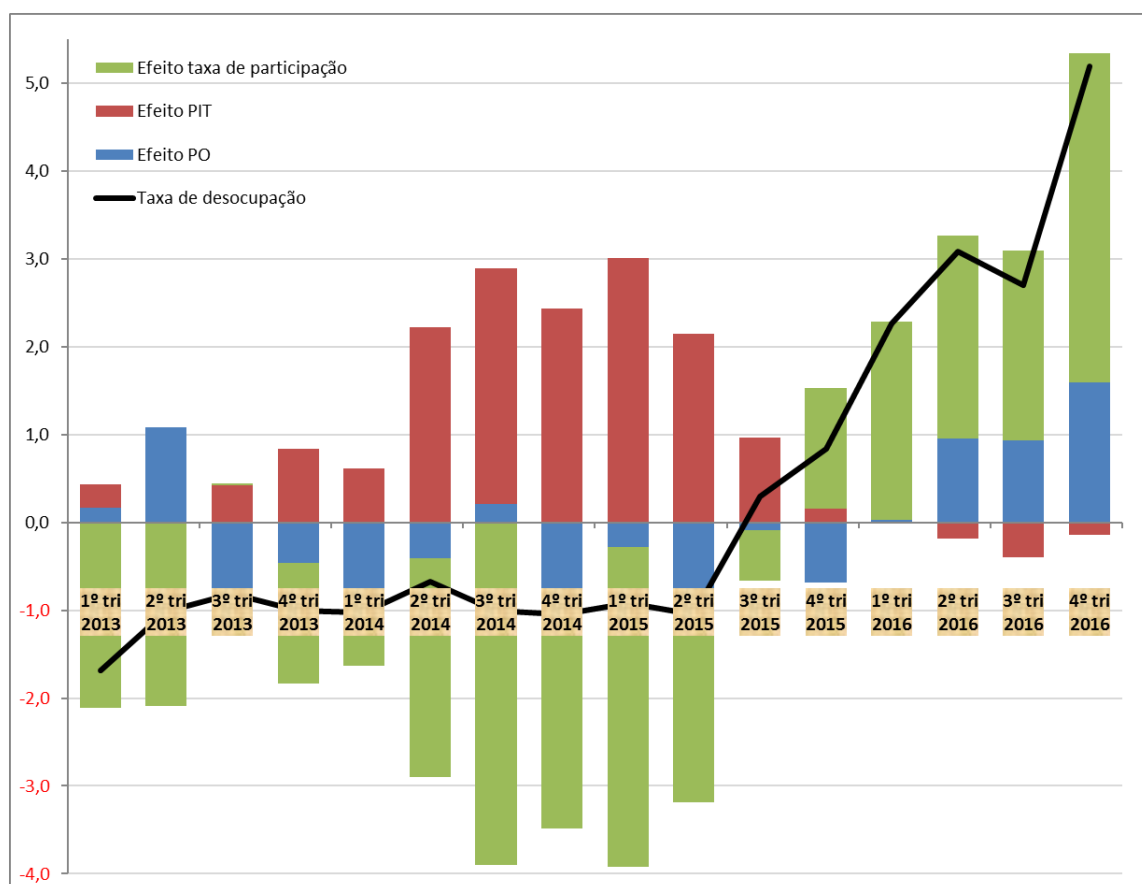
3.1 A evolução da taxa de desocupação metropolitana fluminense no centro e na periferia

A evolução diferenciada da capital e da RMRJ tem motivações as mais diversas, tais como as obras necessárias para a realização de eventos na capital (Copa do Mundo e Olimpíadas, por exemplo), à baixa evolução da PIA por questões demográficas e da força de trabalho (PFT) em razão de maiores níveis de rendimento médio, que também são decorrentes do elevado número de aposentados das instituições federais ali sediadas desde a época em que foi capital federal etc. Entretanto, apesar das mencionadas peculiaridades, a taxa de desocupação reagiu

⁷ Neste exercício, refere-se à diferença em doze meses a partir da comparação do trimestre respectivo sobre seu homólogo do ano anterior.

⁸ Para o entendimento da trajetória da taxa de desocupação neste exercício, se o confronto entre o peso dos efeitos fosse nulo a série seguiria o eixo das abcissas, mas na medida em que a influência de cada efeito age sobre ela, e em termos líquidos a pressiona no sentido de elevá-la, ela evoluirá acima do respectivo eixo, representando aumento do custo social; caso contrário, se posicionará abaixo, o que implica em melhoria (ou redução do custo) social. Além disso, em razão da natureza dos efeitos e do tipo de pressão que exercem sobre a taxa de desocupação, as barras relativas a cada efeito estarão posicionadas acima ou abaixo do eixo, indicando o sentido de sua ação.

negativamente a partir de 2015, e sua decomposição a partir das informações trimestrais da PNAD Contínua, permitirá observar quais efeitos foram determinantes para sua evolução (Figuras 1 e 2). Pelo que se pode perceber, a taxa de desocupação na capital (Figura 1) evoluiu até o segundo trimestre de 2015 abaixo do eixo das abscissas, demonstrando que as influências da atividade econômica eram favoráveis à manutenção da desocupação abaixo da existente no ano anterior, enquanto que na RMRJ como um todo a taxa se aproximou daquela existente no ano anterior no segundo trimestre de 2014, e a superou no segundo trimestre de 2015 (Figura 2), demonstrando que as pressões para o aumento seriam devidas às condições existentes nos municípios fora da capital⁹.



⁹ Para o entendimento da evolução diferenciada da capital e da “periferia”, aqui entendida como o conjunto dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro menos a capital, parte-se do pressuposto que a magnitude das variações e o comportamento dos efeitos da capital e da RMRJ virá elucidar se a cidade do Rio ou a periferia da RMRJ seriam responsáveis pelo resultado analisado.

Figura 1 – Decomposição da taxa de desocupação na Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Ao se observar as influências para o comportamento diferenciado em cada um dos citados trimestres, no segundo trimestre de 2014 o efeito PO favorecia a queda da desocupação na capital, mas atuava de maneira contrária na RMRJ, e a oferta de trabalho (efeito TP) contribuía mais fortemente para a queda da taxa na cidade do Rio. Já no segundo trimestre de 2015, aparentemente a ausência de oferta de trabalho (efeito TP) foi determinante para que a desocupação se mantivesse baixa na cidade do Rio, efeito não observável para o conjunto da RMRJ. Ou seja, a demanda de trabalho favorável foi determinante para o comportamento positivo e redutor da desocupação na cidade do Rio no 2º trimestre de 2014, fato que não ocorreu na periferia, e no 2º trimestre de 2015 a redução da oferta de trabalho propiciou a manutenção da taxa de desocupação carioca em níveis inferiores ao do ano anterior, enquanto na periferia aparentemente a oferta de trabalho já se preparava para pressionar negativamente a desocupação, como veio a ocorrer no trimestre seguinte de maneira mais clara. Portanto, enquanto na cidade do Rio a mudança de comportamento dos trabalhadores ofertando trabalho no mercado e pressionando negativamente a taxa de desocupação só veio ocorrer no 4º trimestre de 2015, na periferia a deterioração das condições sociais já se apresentava no trimestre anterior. Este comportamento diferenciado sugere, *per se*, que o comportamento regional diferenciado expressa atributos peculiares dos trabalhadores em espaços geográficos diferentes, negando, portanto, a pretensa homogeneidade dos novo-clássicos para todo trabalhador e em qualquer lugar.

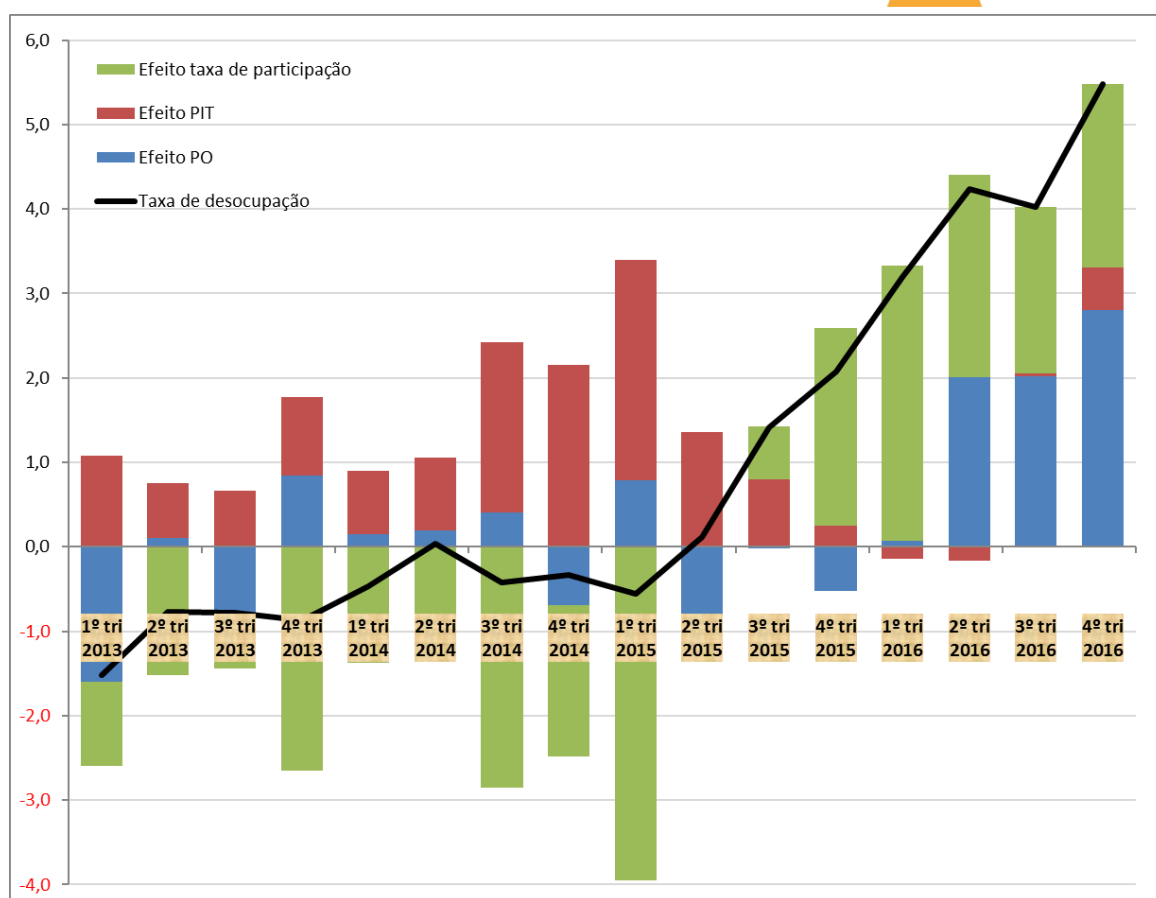


Figura 2 – Decomposição da taxa de desocupação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

A transição em fins de 2014 e início de 2015, quando a taxa de desocupação passa a crescer, foi motivada principalmente pelo aumento da oferta de trabalho, haja vista o efeito TP dominar a parte acima do eixo, tanto na capital como na RMRJ, mas a magnitude do efeito na periferia é maior devido ao fato de que as barras alcançam valores superiores. Além disso, na RMRJ o efeito reducionista da demanda de trabalho (efeito PO) foi inferior ao observado na capital no último trimestre de 2015. Já em 2016, o primeiro trimestre presenciou para ambos os recortes geográficos o aumento da desocupação motivada exclusivamente pela oferta de trabalho (efeito TP), com prevalência de maior intensidade na periferia. Nos segundo e terceiro trimestres, a queda da demanda de trabalho (efeito PO) passou a pressionar a taxa de desocupação junto com o crescimento da oferta de trabalho, e apesar da taxa sugerir certa estabilização, no último trimestre de 2016 a desocupação voltou a aumentar em ambos os territórios analisados, mas

com motivações específicas: na capital por maior pressão da oferta de trabalho e na periferia em razão da queda da demanda de trabalho.

Em vista do exposto, a especificidade do comportamento recente da taxa de desocupação em cada um dos territórios considerados nesta investigação demonstra que os efeitos da política monetária contracionista praticada pelo Banco Central do Brasil (BCB), de acordo com as premissas do regime monetário de metas de inflação (RMI) que segue, leva a que se acentue a precariedade dos espaços que não contam com mercados de trabalho mais estruturados, como o da capital. Na periferia, a pressão vivenciada pelo momento recessivo por que passa a economia metropolitana leva a que a queda da demanda de trabalho seja mais impactante para a força de trabalho do que na capital, que mesmo possuindo melhores condições elevou a oferta de trabalho por não poder dar-se ao luxo de viver na inatividade, sendo esta fragilidade útil ao capital.

4. Considerações finais

Esta investigação procurou demonstrar que a taxa de desocupação, indicador de elevada relevância social, possui componentes que não reagem de pronto à política monetária em curso, que tem nos pressupostos do RMI sua orientação. Por expressar a angústia daqueles que lutam pela sobrevivência digna e que tem a autoestima abalada quando sua força de trabalho é rejeitada, carecendo de meios apropriados para garantir sua reprodução e a de seus familiares, a desocupação é variável de ajuste para o pensamento novo-clássico com vistas ao equilíbrio de mercado, haja vista ser um meio para disciplinar a mão de obra e reduzir o custo do capitalista que persegue maior acumulação de capital.

Ao desconsiderarem o território em suas formulações e proposições de política, os neoclássicos/novo-clássicos perpetuam e/ou agravam a desigualdade socioespacial que leva à mobilidade da força de trabalho em migrações pendulares por motivo de trabalho, como na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou de natureza mais estrutural com o abandono do lugar de origem, alimentando o exército de reserva na periferia dos centros polarizadores nos quais irão ofertar trabalho conforme os interesses dos capitalistas.

Já quanto à política econômica adotada a partir do segundo governo Dilma, se, porventura, fosse do interesse dos formuladores liberais neoclássicos/novo-clássicos minorarem as

condições nefastas para a classe trabalhadora, além da revisão do mandato do BCB junto ao CMN quanto as variáveis de referência para o atingimento da meta do RMI, incluindo o produto além da inflação, teriam proposto políticas que privilegiassem a continuidade dos programas sociais direcionados para grupos de renda mais baixa, e imposto maior sacrifício aos grupos de renda mais elevada. Fosse assim, o ajuste à “normalidade” não seria desproporcionalmente cobrado daqueles que menos possuem.

5. Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Decomposição da evolução da taxa de desemprego [Box]. **Relatório de inflação**. Brasília, set. 2014, p. 16-18. Disponível em: <www.bcb.gov.br>.

BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil. In: BRUNO, Miguel (Org.). **População, espaço e sustentabilidade**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GÉNÉREUX, Jacques. **Introdução à política econômica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilyich U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. v. 2, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

LUCAS, Robert F.; SARGENT, Thomas. After keynesian macroeconomics. In: **After the Phillips curve**: persistence of high inflation and high unemployment. Federal Reserve Bank of Boston, 1978.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. Uma resenha das teorias de inflação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 185-223, abr./jun. 1987.

MARX, Karl. **O capital**. v. 1, l. 1, t. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1989 (Biblioteca Tempo Universitário n. 85. Série Estudos Alemães).



SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1977. (Coleção economia e planejamento. Série teses e pesquisas).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

ZELINSKY, Wilbur. The hypothesis of the mobility transition. **The Geographical Review**, 61(2), p. 219-249, 1971.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS JORNALISTAS: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei¹

Janara Nicoletti²

Resumo:

O artigo apresenta uma análise sobre o mercado de trabalho dos jornalistas, tomando como referência o estado de Santa Catarina. Inicialmente faz-se uma breve discussão sobre as principais alterações que ocorreram recentemente nas relações de trabalho, para na sequência discutir a precarização da profissão do jornalista em geral. Posteriormente discutem-se as condições de trabalho dessa categoria no estado de Santa Catarina, constatando-se que tal profissão se reduziu nos últimos dois anos, sendo que cortes de vagas e de cargos e enxugamentos de funções verificados em Santa Catarina seguem o mesmo movimento que ocorre em nível nacional. Além disso, percebeu-se que as condições de trabalho e o nível de renda são bastante semelhantes aos resultados encontrados em outras regiões do país. Assim, pode-se afirmar que as exigências mercadológicas das empresas para garantir quadros profissionais mais qualificados e preparados para o ofício não têm se refletido numa melhor remuneração do conjunto dos jornalistas catarinenses.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Jornalistas; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas mudanças no quadro econômico mundial causadas pela terceira revolução industrial, pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela ascensão da globalização econômica vinculada à ideologia neoliberal, processos esses que transformaram a dinâmica do sistema de produção capitalista e causaram profundos impactos sobre o mundo do trabalho.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje. De um lado, encontram-se os países periféricos produzindo bens manufaturados com baixa tecnologia e usando mão-de-obra barata e flexível e elevado volume de matéria-prima e energia, geralmente em atividades insalubres, poluidoras e precarizadas. De outro, localizam-se os países centrais onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção. Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos os que mais sofrem os efeitos desse processo, em função da desregulamentação do mercado de trabalho.

1 Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em administração, ambos da UFSC.
Email: l.mattei@ufsc.br

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Email: janarant@gmail.com.

dos níveis de emprego como uma reação ao processo de mudanças gerais na economia, que recomendava a racionalização da produção e o enxugamento do quadro de pessoal como forma de reduzir gastos empresariais. Em todo esse período observou-se que o crescimento do PIB não foi acompanhado por similar crescimento na contratação de postos de trabalho, fato que favoreceu a expansão do desemprego e o aumento da informalidade. Além disso, as relações de trabalho sofreram transformações relativas à formatação e à legislação vigentes até então, enquanto que o movimento de reestruturação das empresas acabou por incorporar novas formas de contratação, como os trabalhadores temporários e terceirizados, as quais precarizaram ainda mais as relações trabalhistas.

As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a privatização das empresas estatais. Como consequência, observa-se que, paralelamente a essas mudanças econômicas, ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, expansão do desemprego e ampliação das ocupações informais. Especificamente em relação ao mundo do trabalho, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram ainda mais a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho se deu em um período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, acabou promovendo uma retirada de direitos dos trabalhadores.

O mercado de trabalho do jornalista, tanto no Brasil como na maioria dos países do mundo, também foi afetado por esse processo de transformações. As mudanças tecnológicas recentes passaram a exigir novas habilidades funcionais, bem como apresentaram novos desafios empresariais sobre o modelo de gestão dos negócios, fatos que ainda geram incertezas sobre o futuro desse mercado de trabalho. Para se ter uma ligeira dimensão dessas transformações, registra-se que somente no ano de 2016 centenas de vagas de trabalho foram fechadas em diferentes redações brasileiras, ao mesmo tempo em que vários setores tiveram suas atividades diminuídas e/ou eliminadas por conta da reestruturação realizada pelo setor.

O objetivo desse trabalho é analisar o comportamento do mercado de trabalho dos jornalistas nesse contexto, tomando-se como referência as informações relativas ao estado de Santa Catarina. Para tanto, o estudo está organizado em mais cinco seções, além dessa introdução. A primeira seção discute a precarização da profissão do jornalista, enquanto a segunda seção apresenta breve caracterização do mercado de trabalho do jornalista no Brasil e em Santa Catarina. A terceira seção mostra os procedimentos metodológicos adotados pelo estudo, enquanto a quarta seção

analisa os principais resultados empíricos. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais do trabalho, destacando as contradições e desafios do trabalho dos jornalistas atualmente.

1-A PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO JORNALISTA

A história do jornalismo mundial é marcada por diferentes momentos de transições e reestruturações do mundo do trabalho, provocadas pelas novas tecnologias e também por padrões sociais. Para Müller (2012, p. 159), as causas das crises dos jornais são mais antigas e amplas do que o advento da internet, mas a partir da chamada a grande onda da informatização das redações, “os ganhos obtidos com a eliminação das funções e a agilização de processos não vão muito além de melhorias incrementais”. O autor avalia ainda que os sucessivos cortes para readequar as estruturas e enxugar equipes se refletiram na queda da qualidade e diminuição da fidelidade da audiência, o que se intensificou com a chegada das mídias digitais.

A primeira grande crise da indústria jornalística ocorreu na década de 1970, com o aumento de 187% do valor do papel jornal entre 1971 e 1974, além disso, o setor sofreu uma queda da arrecadação publicitária, que passou para a TV (SILVA, 2011). Uma década depois a informatização das redações substituiu as antigas máquinas de escrever por computadores e, como consequência, houve a eliminação dos *copydesks* e revisores, que faziam a edição e revisão final do texto. Já nos anos 1990, a digitalização também trouxe mudanças no setor de diagramação, que substituiu os montadores de páginas e pestapistas por *softwares* de edição de imagens e editoração eletrônica. Na mesma época, a impressão *offset* eliminou o fotolito, o que também gerou novos cortes de cargos, desta vez, dos montadores de fotolito, laboratoristas e motoboys (SILVA, 2011).

Na década de 1990, com a migração de conteúdos jornalísticos para a internet, a partir de 1995, novas funções passaram a surgir para atender à nova demanda por profissionais especializados no ambiente online, porém, ao mesmo tempo, o emprego formal diminuiu e passou a surgir uma nova categoria de trabalhadores, o multitarefa ou multimídia, quando uma mesma pessoa, desenvolve diversas funções dentro da mesma empresa (MICK, 2015). Com isso, “a chamada flexibilidade acaba por transferir aos trabalhadores o peso das incertezas do mercado. Como mão de obra maleável [...], esses profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos econômicos e em termos afetivos” (FIGARO, 2013, p. 46).

As condições de trabalho observadas no Brasil não são exclusivas da imprensa local, uma vez que a precarização da atividade jornalística vem sendo observada em diferentes regiões do mundo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o percentual de jornalistas que se diziam muito satisfeitos com o trabalho era de 49% em 1971 e caiu para 23,3% em 2013 (WILLNAT; WEAVER, 2013). Neste estudo norte-americano, 62,6% dos respondentes afirmaram que a força de trabalho diminuiu nos locais onde laboram. Realidade também presente na Alemanha, onde se percebeu um aumento da pressão sobre o profissional. Naquele país, estudos indicam que o trabalho do jornalista está ficando mais estressante porque um número menor de profissionais faz uma cobertura mais ampla para um maior número de meios de comunicação (WEISCHEINBERG, MALIK, SCHOLL, 2012). No Reino Unido, 25% dos jornalistas admitem já ter publicado informação sem checar as fontes por falta de tempo. Após a internet, cada profissional produz entre cinco e dez matérias por dia (THURMAN, CORNIA, KUNERT, 2016).

Ao analisar os efeitos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a saúde, Heloani (2003) alerta que a atividade os leva a um nível de *stress* que beira a exaustão. O autor avalia que é a idealização do jornalismo o que mantém muitos profissionais trabalhando em condições, às vezes, extremamente desgastantes.

2-BREVES NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DOS JORNALISTAS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

As possibilidades de atuação dos jornalistas ampliaram nas últimas décadas, mas o mercado profissional ficou mais restrito e a concorrência, mais acirrada. Em geral, estes trabalhadores desenvolvem jornadas entre 8 e 12 horas diárias e combinam atividades dentro da mídia, em veículos clássicos e digitais - jornal, televisão, revista, rádio e internet - ou em funções fora dela, como comunicação organizacional e assessoria de imprensa (MICK; LIMA, 2013). Dentre os jornalistas que atuam diretamente em mídia, 76% trabalham com internet, mas apenas 38,6% têm como atividade-fim veículos online. “Esta proliferação de canais de produção jornalística tem, inevitavelmente, aumentado a pressão sobre os jornalistas. Quase metade (45%) produz mais conteúdo e um terço (34%) trabalha mais horas” (ORIELLA, 2011).

No Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013) observou-se um cenário crescente de condições precarizadas de contratação, com o crescimento do número de trabalhadores PJ (pessoa jurídica), que atuam como prestadores de serviço em período integral para uma mesma empresa, mas não possuem as garantias trabalhistas de um contrato pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Figaro (2013) pontua que esta condição afeta especialmente os mais jovens. Desta forma, a

juvenização é apontada como um reflexo do processo de precarização do setor. Silva (2011) destaca outro indicador: o crescimento da contratação de mulheres num processo de feminização do mercado, “ou seja, da substituição de mão de obra masculina bem-remunerada por mão de obra feminina mais mal-remunerada” (SILVA, 2011, p. 181).

Assim, Lima (2015) considera que há diferentes formas de precarização do trabalho jornalístico, como jornada de trabalho excessiva, a intensidade do trabalho, quando há a exigência de múltiplas funções e habilidades, que em alguns casos mantém o profissional ligado à sua atividade 24h por dia; vínculo precário, com o aumento dos contratos freelancer, freelancer fixo, e PJ, baixos salários “61% ganham até cinco salários mínimos” (LIMA, 2015, p. 213).

Em Santa Catarina, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a maior parte dos jornalistas está concentrada na Grande Florianópolis (29% em 2014), seguido por Vale do Itajaí (28%); Oeste (14%); Norte e Sul catarinense (13% cada) e Serra (2%). Estes números são resultado de um estudo feito pelo Dieese com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, encomendado pelo Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, para negociação da convenção coletiva de 2016, que foi encaminhada para dissídio por falta de acordo entre os sindicatos trabalhista e empregador.

Apesar de existirem pequenos negócios jornalísticos, localizados na cobertura regional ou local, o mercado é dominado praticamente por dois grupos de comunicação. O Grupo NC adquiriu em março de 2016 a parte do Grupo RBS em Santa Catarina. Hoje possui seis emissoras de televisão: em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Centro-Oeste, Chapecó e Criciúma; os jornais: Hora de Santa Catarina, A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense (e portais online), e o portal online ClicRBS; e três emissoras de rádio: CBN Diário, Itapema e Atlântida. Seu principal concorrente, o Grupo RIC, detém sete emissoras de televisão: Ric TV Florianópolis, Joinville, Itajaí, Blumenau, Chapecó, Xanxerê, e uma emissora da Record News; além do jornal Notícias do Dia Florianópolis (com portais online também); Revista ITS e portal Destino SC. Portanto, não é descabido afirmar que o mercado profissional dos jornalistas catarinenses é bastante restrito e determinado, em grande medida, por esses dois grupos empresariais.

Portanto, nesse artigo faz-se uma breve análise da evolução do mercado de trabalho formal do jornalista catarinense, dado a disponibilidade de informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a relação entre a escolaridade e o ganho médio real dos jornalistas catarinenses usou-se os dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no estado de Santa Catarina entre os anos de 2006 e 2015. Tal série se justifica pelo fato de que houve uma mudança na metodologia de coletas de dados da RAIS no ano de 2006. Com isso, os dados dos períodos anteriores não são compatíveis, especialmente no quesito formação.

Para realizar a análise optou-se em utilizar as informações ocupacionais constantes somente na família “Profissionais de jornalismo”, composta pelas seguintes funções: jornalista; editor; repórter (exclusive rádio e televisão), assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto, arquivista pesquisador (jornalismo). É importante destacar que outros grupos, como especialistas em editoração também possuem cargos presentes na indústria jornalística, porém, também podem ser encontrados em outros setores da área de comunicação, como em empresas de marketing. Assim, a decisão de concentrar a análise nas informações do grupo “Profissionais de Jornalismo” foi no sentido de tentar garantir a avaliação de trabalhadores que atuam diretamente em empresas jornalísticas ou assessorias de imprensa no estado catarinense.

A relação entre formação e evolução da média salarial foi obtida a partir da comparação do ganho real absoluto com o percentual de crescimento do nível educacional dos profissionais de jornalismo ao longo dos anos. Além dessas informações, também foram utilizados os critérios idade, gênero e o piso salarial baseado nas informações do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC).

4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

Nos últimos anos, o número de trabalhadores empregados no setor vem se mantendo praticamente estável, embora prevaleça o fechamento de cadernos em jornais e postos de trabalho permanentes em diferentes redações. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quadro 1, o número de profissionais de jornalismo registrados era de 2.321, sendo que deste total, 1.340 eram mulheres e 981 homens. Esse número corresponde praticamente ao mesmo patamar verificado no ano de 2006, quando 2.308 trabalhadores encontravam-se empregados como profissionais de jornalismo.

Quadro 1: Evolução do número dos jornalistas em SC, 2006-2015

PROFISSIONAIS DO JORNALISMO EM SC										
Ano	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Total	2321	2428	2425	2396	2427	2390	2663	2695	2711	2308
Gênero										
Masculino	981	1007	1035	988	1032	960	965	797	764	637
Feminino	1340	1421	1390	1408	1395	1430	1698	1898	1947	1671

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, elaborada pelos autores

No que diz respeito à faixa etária, adultos jovens e profissionais em início de carreira predominam neste mercado. Segundo os dados da RAIS, em 2015, 1. 686 trabalhadores tinham entre 18 e 39 anos. Neste caso, confirma-se o fato do jornalismo ser uma profissão exercida por pessoas jovens e adultos jovens. À medida que os profissionais se tornam sêniores (acima dos 40 anos), a taxa de empregados com nessa faixa etária diminui significativamente em Santa Catarina.

Além de jovem, a família dos profissionais de jornalismo passou a contar com trabalhadores mais qualificados ao longo da série histórica analisada, conforme indicado pelos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quadro 2. De 2006 a 2015, o número de trabalhadores com ensino superior completo ou mais teve crescimento médio de 8,96%, atingindo o pico entre 2007 e 2011, quando a taxa de crescimento no período chegou a 14,97%.

Quadro 2: Grau de formação dos Jornalistas entre 2006 e 2015

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAIS DO JORNALISMO										
Nível de formação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Doutorado	0	1	1	1	2	2	2	4	3	3
Mestrado	1	2	2	5	5	5	9	12	16	25
Superior Completo	582	710	833	974	983	1152	1199	1255	1225	1197
Superior Incompleto	115	135	146	157	164	150	164	164	170	149
Médio Completo	656	743	707	760	699	690	630	691	716	672
Médio Incompleto	247	253	213	164	140	116	122	107	106	93
Fundamental Completo	379	540	508	392	254	185	172	126	114	109
6ª a 9ª Fundamental	185	178	152	105	74		56	33	46	40
5ª Completo Fundamental	121	126	109	75	51	41	25	21	19	24
Até 5ª Incompleto	22	23	24	31	18	18	17	12	13	9
Crescimento ensino superior ou mais		22,30%	17,25%	17,22%	1,02%	17,07%	4,40%	5,04%	-2,12%	-1,53%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, elaborada pelos autores

Entre 2006 e 2015 também houve um aumento no número de mestres contratados, saindo de 1 profissional em 2006 para 25 mestres em 2015. Já os trabalhadores com nível de doutorado aparecem de forma bem mais tímida. O primeiro registro desse tipo de profissional ocorreu em 2007, com uma pessoa. Em 2013 eram quatro doutores e nos dois anos seguintes, se mantiveram

três pessoas. Desta forma, é possível inferir que a qualificação profissional em Santa Catarina vem crescendo lentamente nesses níveis educacionais.

Do ponto de vista da remuneração, os profissionais de jornalismo de Santa Catarina têm como base o piso salarial da categoria, acordado todo ano no mês de maio por meio de convenções coletivas assinadas pelo sindicato dos trabalhadores e pelos sindicatos patronais. Atualmente esse piso é de R\$ 2.100, particularmente para aqueles profissionais que estão ingressando na carreira.

Para avaliar o nível de ganho real da remuneração auferida pelos jornalistas catarinenses, analisou-se o piso salarial do jornalista entre 2006 e 2015, utilizando-se o índice acumulado do IPCA do mês de maio, pois este mês é a data-base dos jornalistas em Santa Catarina, como índice deflator (quadro 3). Imediatamente percebeu-se que, apesar de haver uma evolução do piso nominal, ao se avaliar o ganho real observa-se um movimento inverso, ou seja, enquanto o aumento no valor do piso salarial em 2015 foi de 19,43%, comparativamente ao ano de 2014, o ganho real foi de apenas R\$ 10,00.

Quadro 3 – Ganho real da remuneração dos jornalistas catarinenses entre 2006 e 2015

Piso salarial do jornalista catarinense											
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor (R\$)	1010	1050	1123,07	1200,45	1300	1395,68	1535	1714,56	1750	2090	2100
Variação		3,96%	6,96%	6,89%	8,29%	7,36%	9,98%	11,70%	2,07%	19,43%	0,48%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, elaborada pelos autores

Assim, ao se considerar o período de nove anos, observou-se que o ganho real absoluto do da remuneração dos jornalistas catarinenses foi de apenas R\$ 269,61. Esses dados revelam o processo de desvalorização da média salarial da categoria nos últimos anos, o que pode ser reflexo da diminuição dos salários individuais em patamares maiores.

Apesar de ter ocorrido um avanço significativo na qualificação dos profissionais ao longo dos anos, verifica-se que a remuneração média dos trabalhadores não acompanhou essa evolução em todo o período analisado. Para se ter uma ideia, o aumento real da média salarial dos jornalistas foi de 9,51% em 2010, caiu para 8,21% em 2011; chegou a 3,01% em 2012; decresceu -1,33% em 2013, teve uma elevação de 2,61% em 2014 e, em 2015, aparece um reajuste de 4,36%³. Já quando se observa a qualificação, ano a ano ocorre um crescimento significativo no número de profissionais com ensino superior e/ou mestrado e doutorado. Em 2006, eles eram 25,26% do total de

3 Cálculo com base no IPCA de cada mês de janeiro

profissionais de jornalismo com vínculos formais no estado; em 2010 este número correspondia proporcionalmente a 41,42% da população e em 2015 atingiu a 52,78%

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados e informações analisados, pode-se inferir que há baixa valorização da categoria profissional dos jornalistas, uma vez que a maioria dos trabalhadores recebe remunerações próximas ao piso salarial, o qual praticamente não se valorizou no período considerado apesar de se observar uma melhora constante na formação. Quando se analisa a remuneração média, observa-se que houve um ajuste pouco significativo dos vencimentos nos últimos cinco anos, o que interfere no poder aquisitivo profissional. Além de implicar nas condições de compra de itens básicos, como alimentação, roupa e medicamentos, também pode se refletir negativamente sobre o desenvolvimento profissional e educacional desses trabalhadores, bem como em questões relacionadas à qualidade de vida.

Considerando se tratar de um setor de importante relevância social, uma vez que serve de mediador entre diversos poderes e a sociedade, a desvalorização do jornalista pode-se refletir na queda da qualidade das informações veiculadas, bem como na precarização das condições de trabalho dentro das redações. Na verdade, esta parece ser uma condição que já está impregnada no inconsciente do profissional, que se adapta à condição e atua em uma categoria bastante desunida em favor de suas próprias reivindicações. Desde a faculdade, aprende-se que a categoria atua sob pressão, por conta da natureza da atividade e também devido aos conflitos organizacionais e a precarização das relações trabalhistas. Diante deste contexto, o recém-formado inicia sua atividade profissional ciente de que enfrentará adversidades, como baixos salários, jornadas extenuantes e concorrência acirrada dentro e fora da redação. Além disso, a grande concorrência do mercado exige cada vez mais qualificação e habilidades, que acabam sendo remuneradas de forma inadequada.

As causas efetivas que compõem o cenário anteriormente retratado, bem como os perfis profissionais que estão mais suscetíveis a essa desvalorização, precisam ser analisados com maior detalhamento em trabalhos futuros. Todavia, o estudo permite afirmar que as exigências mercadológicas das empresas para garantir quadros profissionais mais qualificados e preparados para o ofício não têm se refletido numa melhor remuneração do conjunto dos jornalistas catarinenses.

REFERÊNCIAS

FIGARO, Roseli (Org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas Editora, 2013.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. Relatório de pesquisa nº 12/2003. EAESP/FGV/NPP: São Paulo, 2003.

LIMA, Samuel. **A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros**. In.: Anais do Mejor: III Colóquio Internacional - Os silêncios do Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 12 a 15 de maio de 2015. pp. 212 -227.

SILVA, Camila Rodrigues da. **Operário multimídia: mudanças do mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros**. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

MICK; Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MÜLLER, Carlos Alves. **A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais**. Impactos sobre a produção jornalística. In.: PEREIRA, Fábio Henrique. MOURA, Dione Oliveira. ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade - Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012. pp. 61-79.

THURMAN, Neil. CORNIA, Alessio. Jessica KUNERT. **Journalists in the UK**. Reuters Institute for the Study of Journalism: University of Oxford, 2016.

WEISCHEINBERG, Siegfried. MALIK, Maja. SCHOLL, Armin. **Journalism in Germany in the 21st Century**. In.: WEAVER, David H. WILLNAT, Lars. **The Global journalist in the 21st Century**. ROUTLEDGE: New York, 2012.

WILLNAT, Lars; WEAVER, David H. **The American Journalist in the digital Age: key findings**. School of Journalism, Indiana University: Indiana, 2014.

Os jovens e o mercado de trabalho no Brasil e no estado do Pará nos anos 2000: características gerais

João Gustavo Gouveia Loureiro¹

Mariza Felipe Mathis²

Márcia de Lima Pereira Couto³

Mariana Nascimento Oliveira⁴

RESUMO: As mudanças na estrutura produtiva e a própria reorganização da atividade econômica no Brasil geraram como elemento geral profundas alterações no mercado de trabalho, no qual, embora a partir dos anos 2000 tenha iniciado um período com sinais de melhorias em termos do cenário vivenciado na década anterior, persistem enormes desafios que marcam não apenas a realidade nacional e estadual, mas também a mundial, como a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as características da inserção dos jovens no mercado de trabalho do Brasil e do estado do Pará, a partir de uma construção metodológica baseada na análise de estatísticas descritivas de emprego e renda, obtidas nos órgãos e institutos de pesquisa oficiais. Os primeiros resultados apontam, por exemplo, um declínio em termos de taxa de ocupação dos jovens, predomínio de jovens ocupados com ensino médio completo e do sexo masculino, tendência crescente nos níveis de formalização, mas também salários relativamente baixos comparados às pessoas em idade adulta, denotando, sobretudo, a premente necessidade de políticas que se voltem para esses trabalhadores de maneira específica e que se atente para as diversas realidades do país, como é o caso do estado do Pará.

Palavras-chave: juventude; mercado de trabalho; Brasil; Pará.

1. Introdução

¹Graduando em Ciências Econômicas – UFPA. Bolsista de Iniciação Científica – Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET). (gustavoloureiro@gmail.com)

²Graduanda em Ciências Econômicas – UFPA. Bolsista de Iniciação Científica – Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET). (marizamathis@gmail.com)

³Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia - PPGE/UFPA. Professora da Unidade Acadêmica de Economia - UAECOM (UFPA). (marcialpbr@yahoo.com.br)

⁴Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia - PPGE/UFPA. (mariana.oliveira.2@hotmail.com)

A questão do trabalho no Brasil nos últimos anos tem se tornado cada vez mais discutida e questionada quanto à capacidade de gerar novos empregos e qual a qualidade destes. Analisar e discutir as características e evolução do pessoal ocupado, procurando canalizar o enfoque quanto às faixas etárias e a juventude, formam importante objeto de estudo na busca da identificação das condições de trabalho e da representatividade desta dimensão de análise no mercado de trabalho brasileiro. Ademais, o refinamento do conhecimento teórico e empírico desta temática laboral consolida bases para auxiliar a formulação e execução de políticas públicas do emprego e renda voltadas à juventude brasileira.

O contexto internacional, marcado por aquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza como uma “crise do emprego juvenil” – cujos aspectos mais marcantes são a existência de 73 milhões de jovens desempregados no mundo e de outros 200 milhões cujo trabalho não gera renda suficiente para superar a situação de pobreza – aumenta a importância de diagnósticos acurados que contribuam para a compreensão da singularidade da experiência brasileira e, no caso especial deste trabalho, paraense (CORSEUIL e BOTELHO, 2014).

Alguns dados preliminares, porém relevantes, corroboraram a necessidade de estudos da juventude e das faixas etárias mediante a dinâmica vivenciada no mercado de trabalho nacional e regional. Por exemplo, no ano de 2015, no Brasil e no Estado do Pará, os jovens de 15 a 29 anos representaram, respectivamente, 31% e 29% da força de trabalho empregado formalmente (RAIS, 2017).

Com base nos elementos expostos e na expressividade desta faixa etária no mercado de trabalho brasileiro e paraense, o objetivo deste artigo consiste em debater a juventude e suas condições de empregabilidade, principalmente quanto aos rendimentos, a escolaridade, a participação por gênero, a taxa de ocupação, a ocupação por setores e a ocupação por categoria de emprego.

Para alcançar tal objetivo, a construção metodológica adotada envolve componentes tanto qualitativos quanto quantitativos. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico para organização de referencial teórico específico acerca do mercado de trabalho brasileiro e relacionada, de alguma maneira, a temática da juventude. Com vistas a subsidiar, empiricamente, o arcabouço teórico, fez-se uso de estatísticas descritivas, utilizando bases de dados disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho (MTb), como a

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), além do apoio dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD).

Para efeito de análise, foram considerados jovens aqueles que têm de 10 a 29 anos de idade, por dois motivos: são os que apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; para compatibilizar a mesma faixa etária nos dados disponibilizados pelas diferentes fontes utilizadas.

Além desta introdução, o trabalho se organiza da seguinte maneira: a seção dois apresenta uma breve exposição das relações de trabalho na perspectiva marxista; na seção três é dedicada a uma caracterização da juventude no mercado de trabalho no Brasil e no Pará e, por fim, são apresentadas algumas conclusões.

2. Relações de trabalho na perspectiva marxista

Em Marx, o desemprego seria inerente ao próprio modo de produção capitalista e para explicitar como se dá o processo de flutuação do emprego, ele parte do entendimento sobre a composição do capital, segundo o valor (capital constante e capital variável) e segundo a matéria (meios de produção e força de trabalho) e a forma pela qual o processo de acumulação influencia as relações de trabalho. (HARVEY, 2013).

Considerando, a princípio, como inalterada a composição orgânica do capital, a condição necessária para sua ampliação é um crescimento concomitante de suas partes constitutivas: capital constante e variável. Então, no processo de reprodução ampliada do capital, pressupõe-se que uma parte da mais-valia é adicionada ao capital original a cada ano, o que implica na ampliação do capital já empregado, o que promove ao capitalista um enriquecimento cada vez mais elevado, por exemplo, através de novos e consecutivos investimentos, provocando, por sua vez, súbita ampliação da acumulação de capital, que, nestas condições, pode se elevar a um patamar no qual a oferta de força de trabalho seja inferior a quantidade demandada, provocando uma elevação nos salários. (MARX, 1984).

Convém destacar que a incorporação de força de trabalho de maneira continuada ao capital só ocorre pela sua capacidade de valorizar este, ao produzir um valor além daquele que paga seu salário. Assim, a utilização da força de trabalho no processo produtivo não ocorre para satisfazer certas necessidades sociais e sim para que sejam

produzidas mercadorias cujo valor seja superior ao que foi pago para a utilização da mesma.

Se num primeiro momento quando se considera inalterada a composição orgânica do capital, pode-se ter uma elevação salarial, cabe frisar, conforme Marx, que este processo avança e atinge uma outra fase, caracterizada principalmente pelo desenvolvimento da produtividade social, que amplia ainda mais a acumulação de capital, provocando variações na composição deste e que pode elevar o grau de produtividade do trabalho, o capitalista pode reduzir seus gastos com força de trabalho ou capital variável, já que, teria garantida a acumulação mantendo agora menor volume de mão de obra empregada e que é capaz de produzir um maior número de mercadorias, ou seja, tem-se uma modificação na composição técnica do capital, uma vez que a parte constante do capital é acrescida de valor, isso em termos comparativos com a parte variável. (MARX, 1984).

Além disso, o acúmulo de capital conduz a um novo processo de acumulação, gerando concentração de riquezas nas mãos de capitalistas individuais, distanciando ainda mais a condição entre capitalistas e trabalhadores e a própria busca por mais capital ao promover a exacerbação da concorrência, promove a busca pelo barateamento das mercadorias, o que pode levar ao declínio dos capitais maiores em relação aos menores, denotando o chamado processo de centralização de capitais, que ao reforçar e ampliar os efeitos da acumulação, promove efeitos consideráveis na composição técnica do capital, que ao tornar declinante a parte variável em relação à constante, diminuindo a demanda relativa de trabalho. (MARX, p. 198, 1984).

Desse modo, o modo de produção capitalista produz constantemente uma população adicional de trabalhadores, supérflua ou subsidiária, em virtude de não ser plenamente aproveitada pelo capital, denominados “Exército Industrial de Reserva”, denotando que exista uma massa de trabalhadores à disposição para ser chamada no processo produtivo, caso necessário, sem que o ritmo de produção seja afetado.

Ademais, convém destacar também que a inserção da população mais jovem e feminina no processo produtivo se constitui em um dos elementos fundamentais para o processo de acumulação capitalista, tendo em vista que a mudança na composição do trabalho nos primeiros estágios do capitalismo ocorre necessariamente com a própria Revolução Industrial no século XVIII e, segundo Marx, a introdução da máquina-

ferramenta foi o ponto de partida para uma produção mecanizada, e assim o esforço físico despendido pelos trabalhadores do sexo masculino em atividades artesanais ou manufatureiras era agora exercido pelas máquinas, dirigidas pela maleabilidade do trabalho feminino e infantil. Dessa maneira, o valor da força de trabalho, que antes era determinado pelo tempo de trabalho necessário à reprodução individual, torna-se elemento necessário à manutenção de toda família, visto que o pai, na condição de um mercador de escravos, dispõe à venda sua mulher e filhos.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (MARX, p. 23, 1984).

Cabe ressaltar que Marx destaca ainda que a condição de flexibilização do trabalho nesse período teve como base a precarização e a desvalorização do valor trabalho, tendo em vista que a inserção de mulheres e de crianças nos processos produtivos pressionou os salários abaixo do valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, promoveu um aumento do grau de exploração do trabalho, como forma de permitir uma redução do preço das mercadorias, e taxas de lucro extraordinárias para os capitalistas. Muitas crianças, menores de 13 anos, foram forçadas pela família a trabalharem como adultos nas fábricas, portanto, a força de trabalho se tornava cada vez mais jovem, feminina e intensa.

3. Caracterização do emprego na juventude: Brasil e estado do Pará

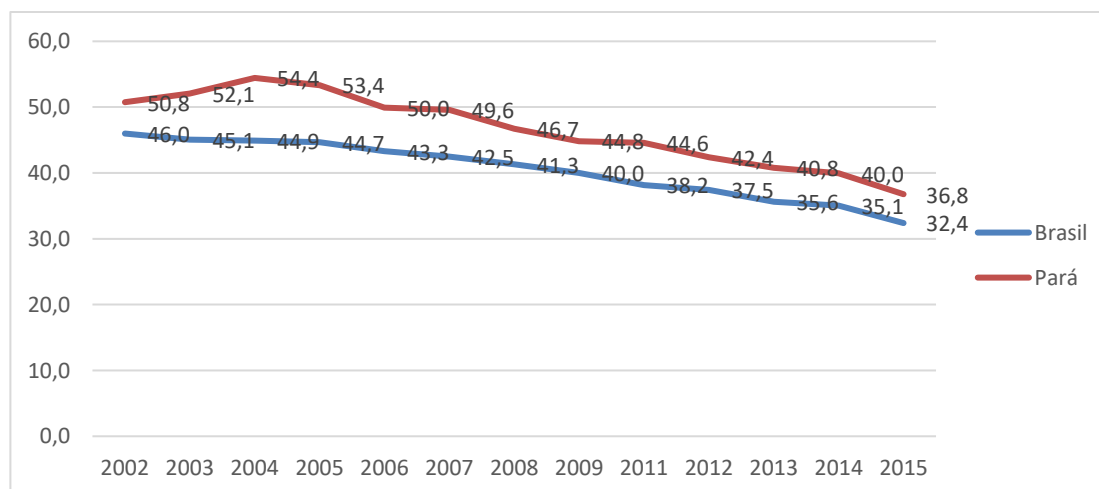
A juventude pode ser caracterizada como o período da vida em que o indivíduo inicia certo planejamento a respeito de sua posição econômica e laboral no futuro. É o momento em que começam a se pensar as decisões a respeito do que cursar no ensino técnico/tecnológico, superior ou mesmo em qual posição se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, como afirma Venturi & Torini (2014):

A crise global de emprego agravou a vulnerabilidade dos jovens em termos de: i) aumento do desemprego, subemprego e condições precárias de inserção no mercado de trabalho; ii) empregos de menor qualidade para aqueles que encontram trabalho, iii) maior desigualdade no mercado de trabalho entre os diferentes grupos de jovens, iv) transições da escola para o trabalho mais longas e inseguras, e v) afastamentos prolongados do mercado de trabalho.

Tal dinâmica recente evidencia, então, os desafios postos aos jovens neste processo de inserção e permanência no mercado de trabalho não somente em nível global, mas também a nível de Brasil.

Observando inicialmente a Taxa de Ocupação dos jovens (10 a 29 anos) no Brasil entre os anos de 2002 a 2015, verifica-se um declínio na mesma desde o primeiro ano da série quando atingiu 46% do total dos jovens antes de tornar-se declinante, fechando o período observado com uma taxa de 32,4% em 2015. Para o estado do Pará, constata-se uma tendência ascendente, atingindo maior percentual nos anos de 2005 e 2006 (53,4%), declinando em seguida e atingindo 36,8% de ocupação da população jovem no último ano da série. A análise da série para ambas localidades revela que a taxa de ocupação dos jovens do Pará é mais elevada que o Brasil. A queda mais evidente ocorre nos anos de 2013-2015 quando a taxa de ocupação reduz em 4 pontos percentuais em média, tanto para o Brasil quanto para o estado do Pará (Gráfico 1).

Gráfico 1: Taxa de ocupação dos jovens de 10 a 29 anos – Brasil e Pará – 2002 a 2015

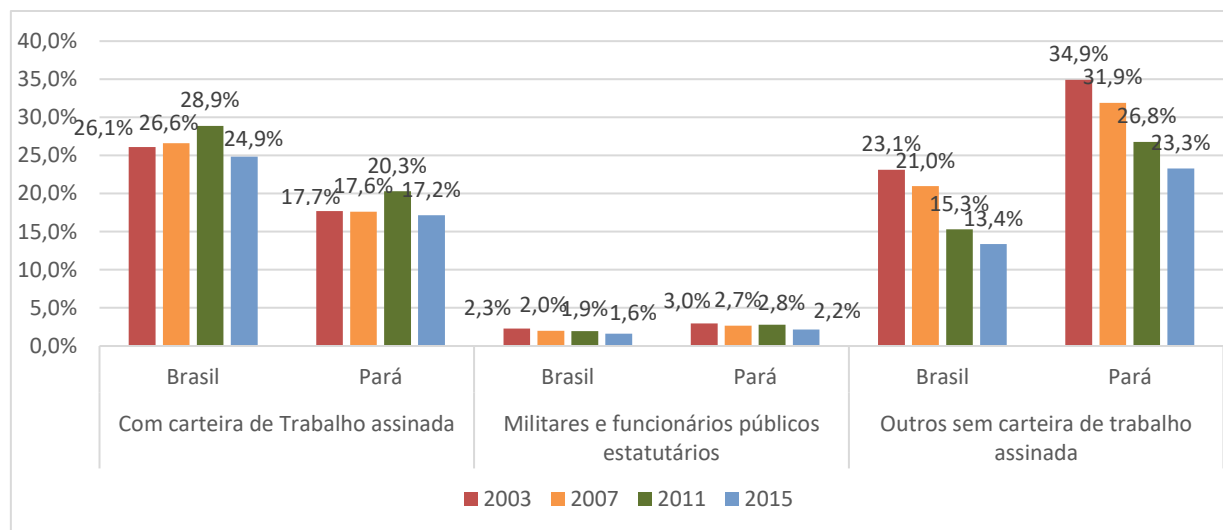


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA – IBGE.

Acerca da distribuição dos jovens empregados por categoria do emprego para os anos 2002 a 2015 (Gráfico 2), percebe-se uma tendência de declínio no número de jovens empregados com carteira de trabalho assinada para as duas dimensões geográficas. Em relação a condição de militar ou funcionário público, o percentual de jovens é pouco representativo e praticamente não se alterou no período observado para ambos. Em termos percentuais, houve pouca alteração no percentual de jovens com carteira assinada: no Brasil correspondiam a 26% em 2003, atingindo 28,9% em 2011, antes de decair para 24,9% novamente, em 2015; no Pará, correspondiam a 17%, em 2003 e alcançam 20%, em 2011 e em 2015 voltam para níveis de 2002, 17,2%.

Destaca-se ainda que o percentual de jovens empregados sem carteira assinada no estado é consideravelmente superior ao observado para o Brasil. Em 2003, apresentava 34%, passando para representação de 23% no ano de 2015. Já o Brasil apresentava 23% dos jovens nessa condição em 2003, declinando para 13% em 2015. Portanto, apesar da tendência declinante para ambos, a informalidade do emprego do jovem paraense é consideravelmente superior a média do país.

Gráfico 2: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por categoria do emprego - Brasil e Pará (Em %) – 2003, 2007, 2011* e 2015

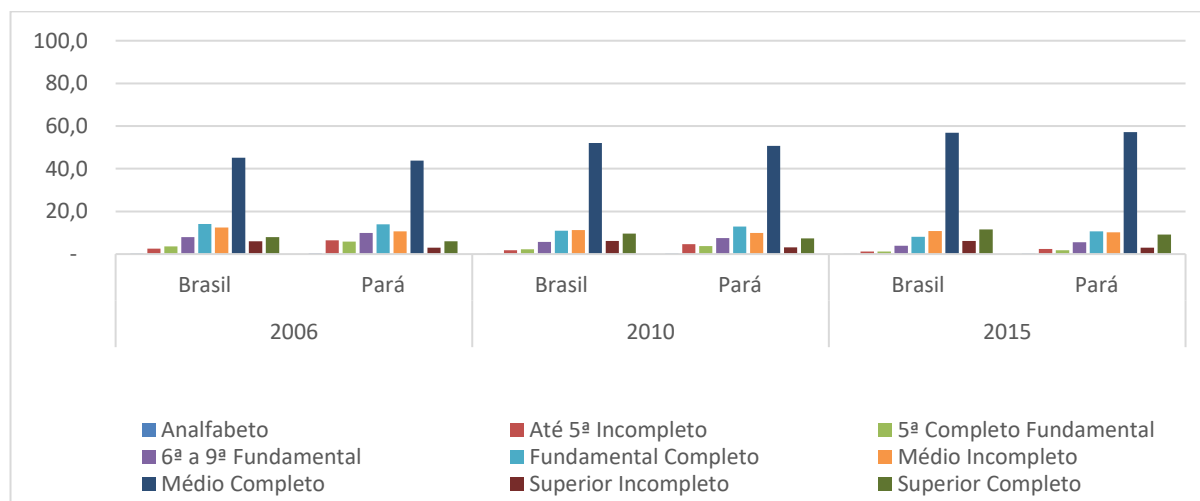


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA – IBGE.

*Utilizou-se 2011, porque em 2010 a PNAD não foi realizada, dado que foi ano de realização do Censo Demográfico.

No que tange ao nível de escolaridade dos jovens empregados formalmente (Gráfico 3), nota-se que mais da metade dos jovens ocupados no Brasil e no Pará possuem o ensino médio completo, e este percentual evoluiu cerca de 11% de 2006 a 2015 em ambas áreas de comparação, o que corrobora que o nível de escolaridade mediano é o perfil mais comum do jovem ativo no país (8,3 milhões).

Gráfico 3: Distribuição percentual dos jovens entre 10 e 29 anos ocupados no emprego formal por nível de escolaridade – Brasil e Pará (2006, 2010 e 2015)



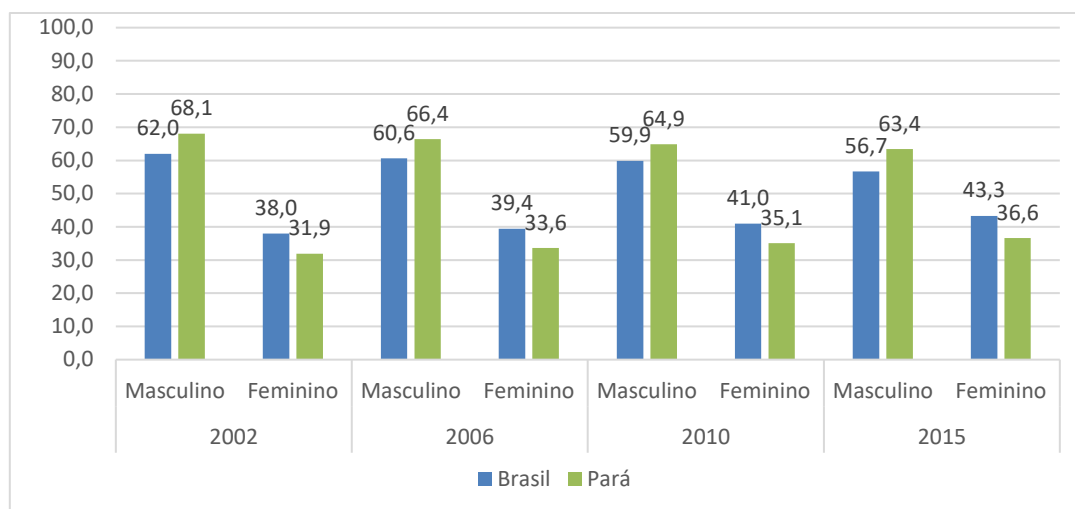
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS – MTPS

Por conseguinte, houve uma redução no número de jovens analfabetos e com fundamental incompleto, devido a intensificação de políticas públicas⁵ de incentivo a maior participação escolar, e, é provável que a melhoria real na renda da população, ocorrida na primeira década deste século, tenha contribuído para a redução do tempo de trabalho destes jovens, permitindo que parte desse tempo livre seja dedicada ao estudo. O número de jovens que completaram o ensino superior também cresceu. Tanto no Brasil quanto no estado do Pará o aumento foi de 3%, sendo mais de 1,7 milhão de jovens de 10 a 29 anos com formação superior em todo país. No entanto, apesar da distribuição da escolaridade ser semelhante no Brasil e Pará, este segundo, de modo geral, possui o nível de escolaridade mais baixa que no restante do país.

Quando analisado o mercado de trabalho jovem segundo o gênero (Gráfico 4), é evidente a diferença na participação entre homens e mulheres, que, apesar da redução em torno de 10% no período analisado (2002-2015) para o Brasil e Pará, ainda existe uma prevalência de 13,4% de homens no mercado brasileiro e o dobro desse percentual no estado do Pará, 26,8%. Apesar da tendência de queda na desigualdade da participação entre os sexos, o estado do Pará revela que o desequilíbrio persiste de forma mais acentuada numa economia menos dinâmica, como a paraense, em que a presença de empregos se faz concentrada no setor terciário e primário.

Gráfico 4: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por sexo - Brasil e Pará (Em %) – 2002, 2006, 2010 e 2015)

⁵ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, mais de 14 milhões de famílias eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, movimentando um montante financeiro de 2,3 bilhões de reais.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA – IBGE

Tais dados expressam a constante desigualdade de gênero, um dos eixos estruturantes da matriz de desigualdade social tanto a nível nacional quanto regional quando trata-se do mercado de trabalho, no qual as diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Estas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente (ABRAMO, 2006).

Acerca da distribuição dos jovens empregados por setor de atividade econômica (Tabela 1), percebe-se na Indústria Extrativa Mineral, em decorrência de sua vocação, maior significância na empregabilidade no Pará do que no Brasil nos anos analisados. Em relação à Indústria de Transformação, constata-se o contrário, tendo o Brasil maior parte de seus jovens empregados neste setor do que o Pará. Este último apresentou, ainda, tendência declinante no percentual de empregos no setor, passando de 17,6 % em 2003 à 10% em 2015.

Os setores do Comércio e de Serviços apresentaram dinâmicas semelhantes de crescimento em ambas as regiões analisadas entre 2003 e 2015. Entretanto, ao passo que o Comércio expõe percentuais muito semelhantes, o setor de Serviços revela certa disparidade entre as regiões, tendo o Brasil maior percentual de jovens empregados neste segmento. Em relação a Administração Pública, observa-se uma grande diferença na

participação dos jovens no Brasil e no Pará. Nos quatro anos analisados, a representação paraense foi sempre próxima do dobro da representação brasileira.

Tabela 2: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por setor (IBGE) – Brasil e Pará (em %) – 2003, 2007, 2011 e 2015.

Setores de Atividade Econômica	2003		2007		2011		2015	
	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Brasil	Pará
Extrativa Mineral	0,3%	0,8%	0,4%	1,5%	0,4%	1,8%	0,4%	2,0%
Indústria de Transformação	22,2%	17,6%	22,8%	14,8%	20,5%	10,7%	17,7%	10,0%
Serviços Industriais de Util. Púb.	0,6%	0,8%	0,6%	0,7%	0,5%	0,4%	0,6%	0,5%
Construção Civil	3,3%	4,2%	3,9%	6,4%	6,0%	8,7%	5,2%	9,9%
Comércio	26,3%	28,2%	26,6%	29,0%	27,5%	28,7%	29,4%	31,9%
Serviços	32,7%	24,3%	32,4%	21,3%	33,9%	23,6%	36,3%	24,7%
Administração Pública	10,5%	19,5%	9,7%	20,6%	8,3%	21,0%	7,6%	15,7%
Agropecuária, Ext. Veg., Caça e Pesca	4,1%	4,6%	3,5%	5,7%	2,8%	5,0%	2,8%	5,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTPS

Outro setor relevante a ser pontuado é o da Construção Civil. No Brasil, o mesmo apresentou dinâmica de expansão no percentual de jovens empregados até o ano de 2011, demonstrando uma leve queda no ano de 2015, já em decorrência da crise econômica iniciada. No Pará, em todo o período analisado houve crescimento na participação deste setor no emprego dos jovens. O crescimento desta participação mais que dobrou considerando os anos inicial e final. Tal dinâmica pode ser explicada por investimentos em programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, o qual tem a característica de alavancar a indústria da Construção Civil e, conseqüentemente, a geração de empregos.

4. Conclusões

Apesar das melhorias constatadas no mercado de trabalho brasileiro no período mais recente, alguns aspectos ainda se constituem em objetos a serem debatidos e pensados em termos de políticas públicas e um desses aspectos consiste na condição dos jovens, sendo esta uma temática atual e de preocupação a nível mundial e que, portanto, merece ter ampliado seu debate no cenário brasileiro e em realidades específicas, como o caso do estado do Pará.

Neste sentido, verifica-se que apesar dos níveis de ocupação em geral terem aumentado no país, as taxas de ocupação dos jovens nas duas dimensões geográficas

tratadas apresentaram tendências declinantes a partir de 2000, denotando uma situação de adversidade e de crescente necessidade de maior atenção por parte das políticas públicas para esses indivíduos.

Outro aspecto que se destaca refere-se a questão da escolaridade, em que se verifica para ambas as regiões analisadas um predomínio de jovens com ensino médio completo e fundamental e quando se avança para faixas superiores de escolaridade, constata-se menor representatividade de jovens ocupados do Pará em relação à média do país, os quais apresentam menor representatividade em termos de ocupação nos menores níveis de qualificação. Tal elemento sugere, possivelmente, piores condições de trabalho, as quais se refletem na questão dos rendimentos que embora sejam inferiores àqueles recebidos nas faixas etárias acima de 29 anos em termos gerais, apresentam-se ainda menores para jovens paraenses em relação aos jovens do Brasil como um todo.

No que concerne a questões de gênero, constata-se que, apesar de se observar uma elevação em termos de inserção de mulheres em relação aos homens, estes últimos apresentam maior participação e para o estado do Pará a discrepância é ainda mais elevada, denotando a necessidade de intensificação de políticas de emprego para mulheres e combate a preconceito de gênero.

Com relação a formalização do emprego, observou-se que o número de ocupados jovens em ambas as regiões com carteira assinada cresceu, sobretudo no Brasil. E no que se refere aos setores onde os jovens estão inseridos tem-se uma preponderância nas atividades de serviços e comércio para o Brasil e para o Pará. A indústria de transformação apresenta maior participação de jovens em nível nacional e a construção civil e a extração mineral um maior percentual de representação no estado do Pará, podendo este último aspecto estar relacionado ao desempenho desses setores de maneira mais acentuada.

Assim, a partir dos elementos expostos pode-se concluir que as melhorias que ocorreram no mercado de trabalho do país não geraram os resultados esperados no que se refere a inserção dos jovens, sobretudo os que estão inseridos em uma realidade cuja atividade econômica apresenta historicamente um menor dinamismo em comparação a outras realidades do país. Assim sendo, persistem desafios para essa parcela da população, que ainda é fortemente afetada por uma condição de maior vulnerabilidade nas flutuações do emprego mediante oscilações econômicas, empregos com menor remuneração e de

baixa qualidade, precariedade e discriminação, chamando a atenção para ampliação dos debates nessa temática.

5. Referências

ABRAMO, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.** Cienc. Cult. 2006, vol.58, n.4, pp. 40-41.

CAMARGO, Fernanda Sartori. **Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira.** Piracicaba: USP/ESALQ, 2006.

CORSEUIL, Carlos Henrique e BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

HARVEY, David. **A Acumulação capitalista.** In: Para entender O Capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD:** Dados e Estatísticas. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPTS. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS:** Dados e Estatísticas. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>> Acesso em: maio de 2017.

SILVA, E. R. A. et al. **A Informalidade do Trabalho da Juventude no Brasil:** o que pensam os/as integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para juventude. Brasília: OIT, 2015. 56 p.

VENTURI, G., TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil.** Genebra: OIT, 2014. 72 p.

EMPREGO TERCEIRIZADO NO CEARÁ PARA OS ANOS DE 2006, 2012 E 2015.

Keslem Raiane Gomes

Graduanda em Ciências Econômicas/URCA, Crato/CE.

E-mail: keslemraiane@gmail.com

Rosemary de Matos Cordeiro

Doutora em Geografia, professora Adjunta da URCA e professora do IFCE, Crato/Brasil.

E-mail: Rosymatos@hotmail.com

RESUMO: A terceirização consiste em um processo de redução da estrutura organizacional da empresa, com fins de reduzir custos e elevar rentabilidade, tendo rebatimentos negativos sobre o mercado de trabalho. Este estudo tem por objetivo analisar o perfil do empregado que trabalha em empresas terceirizadas no Ceará, para os anos de 2006, 2012 e 2015. Os dados secundários foram extraídos da base de dados do MTE/RAIS. As categorias analisadas da CNAE 2.0 foram: seleção e agenciamento de mão de obra; locação de mão de obra; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. As variáveis investigadas foram: sexo, nível de escolaridade e faixa de remuneração. Os dados explanados expressam uma expansão dos trabalhadores empregados nas categorias terceirizadas, com predominância do sexo masculino, escolaridade reduzida indicando uma má qualificação profissional dos trabalhadores e baixa remuneração, afora a instabilidade do emprego revelada no período de crise.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização; Trabalhador; Ceará.

INTRODUÇÃO

O início dos anos 1970 apresentou a crise de produtividade e rentabilidade do regime fordista de acumulação de capitais. Observou-se também o renascimento dos princípios liberais de organização econômica, baseados nas políticas de Estado mínimo. Esses princípios irão nortear as políticas de desestatização, de Estado mínimo, de desregulamentação dos mercados de trabalho e abertura comercial, a partir dos anos 1980. Além disso, há a emergência de um

novo paradigma tecnológico, advindo da automação microeletrônica, a ser adotado pelo aparelho produtivo.

Essa abertura e a busca de rentabilidade em escala global determinaram os novos padrões de competitividade em escala mundial com adoção de métodos de produção flexível, desintegração vertical de unidades produtivas, divisão de etapas produtivas em diferentes localidades com fins de ampliar a rentabilidade da empresa, associação de empresas em redes dentre outras estratégias empresariais; além da adaptação dos processos produtivos ao novo padrão tecnológico a fim de reduzir custos e elevar competitividade.

O processo de terceirização, objeto deste estudo, consiste no processo de transferência de funções de uma empresa chamada empresa-origem que será executada por outra empresa chamada de empresa-destino para efetuar serviços que antes eram prestados dentro de sua instituição pela própria instituição. Essas funções podem ser tanto serviços de apoio para a empresa que contrata quanto a serviços ligados à produção de determinado bem. Dentre os motivos estão: a transferência de custos fixos para terceiros transformando esses custos em variáveis, reduções de custos, redução dos níveis hierárquicos; com isso ela decide terceirizar a sua empresa, possibilitando um enxugamento na sua estrutura organizacional, melhorando também a sua dinâmica decisória. (BRASIL, 1993).

Segundo Amato Neto (1995, p. 34), as “empresas passaram a adotar estratégias voltadas a uma maior descentralização produtiva”, focando apenas na sua principal função de produção. Desta forma ela poderia se concentrar naquilo que fazia de melhor e contrataria outras empresas para ficar a cargo dos serviços de apoio, manutenção, fornecimento de peças para a produção final, entre outros. Com isso a empresa ganharia maior produtividade e iria inserir-se no mercado com maior competitividade.

Porém, para Borges e Druck (1993), o enxugamento das empresas e o uso racional da força de trabalho, contudo, acarretou na elevação do desemprego, através de reduções no quadro de funcionários; bem como os que permanecem empregados tiveram que se transformar em trabalhadores multifuncionais sem correção salarial frente a novas atividades que iriam desempenhar.

Para Antunes (2009), os rebatimentos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho têm gerado elevação dos indicadores de desemprego, precarização estrutural do trabalho, rebaixamento salarial e perda dos direitos trabalhistas. Os mecanismos desta

reestruturação produtiva visam propiciar a rentabilidade do aparelho produtivo, conforme afirma Benko (1999).

Considerando as discussões acima acerca das mudanças estruturais, as quais fomentam a busca da flexibilidade e da redução de custos por meio das empresas para manutenção da competitividade e rentabilidade destas em âmbito mundial, torna-se necessário implantar estratégias empresariais para o alcance de tais objetivos; dentre estas, os processos de terceirização nas unidades produtivas, contribuindo para ampliação da precarização nas relações de trabalho, o presente estudo tem por objetivo geral observar as características do emprego terceirizado no Ceará para os anos de 2006, 2012 e 2015.

2. METODOLOGIA

A pesquisa em questão utilizou-se de pesquisa descritiva, com fins de observar as relações de trabalho nas empresas terceirizadas do Estado do Ceará. E para consecução dos objetivos, houve etapas de pesquisa bibliográfica e estudo empírico, utilizando-se de pesquisa de dados secundários.

Os dados secundários foram extraídos da base de dados do MTE/RAIS. As categorias da CNAE 2.0 a serem utilizadas, as quais expressam o comportamento da terceirização de mão de obra são: seleção e agenciamento de mão de obra; locação de mão de obra; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros de forma unificada, ou seja, os dados apresentados são o somatório das classes em questão para cada variável. As variáveis investigadas são: sexo, nível de escolaridade e faixa de remuneração.

Observou-se o desempenho do grupo de categorias para os anos de 2006, 2012 e 2015. Dada a concentração de trabalhadores terceirizados em Fortaleza e demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, dividiu-se a apresentação dos dados nas seguintes categorias: Fortaleza; RMF exceto Fortaleza; restante dos municípios do Ceará.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa inicialmente observou o aporte de vínculos ativos para os anos selecionados de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2015, conforme expostos na tabela 01, 02 e 03. Inicialmente

são apresentados os dados da seleção e agenciamento de mão de obra, posteriormente locação de mão de obra, fornecimento e gestão de recursos para terceiros.

Os dados da tabela 01 permitem averiguar a evolução do emprego terceirizado no Ceará na categoria seleção e agenciamento de mão de obra. Observa-se uma expansão do mesmo na unidade federativa em questão, na série de 2006 a 2014, equivalente a aproximadamente 60,57%. O ano de 2015, com a acentuada crise econômica e política, a presença de postos de trabalho formais se reduz drasticamente, representando apenas 2,40% do emprego gerado no ano anterior.

Em relação às localidades estudadas para esta categoria, no período observado, ocorre a concentração de postos de trabalho terceirizados em Fortaleza, equivalendo a 79,35% dos postos de trabalhos ativos em 2006 e 96,4% em 2015. Nota-se também, no período em Fortaleza, um aumento na quantidade de vínculos ativos do período de 2006 a 2014, com uma redução significativa para o ano de 2015.

Tabela 01 – Seleção e agenciamento de mão de obra no Ceará, anos de 2006 a 2015.

Anos	Fortaleza	RMF exceto Fortaleza	Demais municípios do CE	CEARÁ
2006	265.462	51.888	17.161	334.511
2008	323.764	61.975	0	385.739
2010	376.035	110.512	593	487.140
2012	413.595	10.178	92	423.865
2014	523.312	13.745	73	537.130
2015	12.394	453	5	12.852

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da RAIS/MTE

Na RMF exceto Fortaleza se dá expansão do emprego no período de 2006 a 2010, com redução para o ano de 2012, com recuperação em 2014 e retração significativa no ano de 2015. No restante do Ceará existia uma quantidade elevada de vínculos no ano de 2006, sem nenhum resultado em 2008 (ausência de dados) e redução nos anos sucessivos representando, portanto, uma reduzida proporção do emprego terceirizado e formal do Ceará. Haja vista ser essa uma das três categorias observadas, enfatizamos o elevado número de trabalhadores empregados sobre essa condição, fazendo-nos concordar com Antunes (2009) acerca da expansão da terceirização como uma forma de manter rentabilidade do aparelho produtivo.

A seguir são expostos os dados da locação de mão de obra no Ceará, através da tabela

02.

Os dados da tabela 02 apresentam um crescimento expressivo da locação de mão de obra no Ceará, no período de 2006 a 2012 (96,18%), período de relativo crescimento dos indicadores econômicos no país e da unidade federativa. Porém, verificou-se a redução em 2014, com redução significativa em 2015, o que reflete o cenário macroeconômico do país e suas repercussões sobre o mercado de trabalho. Também se observou a concentração da locação de mão de obra em Fortaleza – 2006 (71,24%) e em 2014 (95,78%).

Tabela 02 - Locação de mão de obra no Ceará, anos de 2006 a 2015

	Fortaleza	RMF exceto Fortaleza	Demais regiões do Ceará	TOTAL CE
2006	338.707	133.544	3.179	475.430
2008	342.022	81.407	11.472	434.901
2010	340.115	17.790	13.567	371.472
2012	897.100	19.940	15.652	932.692
2014	859.057	22.393	15.492	896.942
2015	22.840	482	401	23.723

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da RAIS/MTE

Para esta categoria, locação da mão de obra, em relação aos subespaços verificou-se para Fortaleza, ao longo do período analisado, um aumento do número de vínculos ativos até o ano de 2012, com retração em 2014 e uma redução drástica no ano de 2015. Na RMF exceto Fortaleza, de 2006 até 2010 teve-se uma retração significativa nos vínculos ativos, com crescimento no intervalo de 2010-2014, e redução acentuada em 2015. Nos demais municípios do Ceará, apesar da reduzida participação nos vínculos ativos, tem-se um aumento dos mesmos no intervalo de 2006 até 2012 e uma redução a partir deste ano (também com redução significativa em 2015).

Os dados seguintes, expostos na tabela 03, expressam o comportamento dos vínculos ativos na categoria fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros.

No caso do Ceará, tem-se um comportamento oscilante entre os anos estudados, refletido pela expansão seguida de redução do número de vínculos ativos. Apesar desse comportamento, ocorre elevação significativa entre os anos de 2012 e 2014, sendo a mesma de aproximadamente 67%, e queda brusca entre 2014 e 2015.

Na tabela 03 também se observa, à semelhança das demais categorias, a concentração da terceirização de vínculos ativos em Fortaleza, representando 100% em 2006 e 65,50 em

2014. Neste caso, em Fortaleza houve oscilações nas variações da quantidade de vínculos ativos, mas com redução brusca para o ano de 2015. Na RMF exceto Fortaleza apenas os anos de 2012 e 2014 apresentam dados, ocorrendo um aumento da quantidade de vínculos ativos nesse biênio. Nos demais municípios do Ceará não foram apresentados resultados nos três primeiros anos pesquisados, mas nos últimos três anos verificou-se uma redução de 2012 para 2014 com uma leve recuperação para 2015 (aspecto que difere da expansão do desemprego no país para o ano em questão).

Tabela 03 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros no Ceará, período 2006-2015.

Anos	Fortaleza	RMF exceto Fortaleza	Demais regiões do Ceará	Ceará
2006	101.979	-	-	101.979
2008	99.257	-	-	99.257
2010	217.059	-	-	217.059
2012	145.250	48.921	917	195.088
2014	213.334	62.339	50	325.672
2015	6.133	-	90	6.223

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da RAIS/TEM

Na tabela 04 podemos notar, primeiramente, a evolução no número de empregados no setor terceirizado (exceção de 2015, dados os reflexos da crise econômica) e posteriormente a quantidade de empregados para cada sexo.

Inicialmente observa-se a maior concentração de trabalhadores terceirizados em Fortaleza. Sobre o número de empregados, verificou-se que em Fortaleza houve uma expansão dos empregados ao longo do período para ambos os sexos. A RMF exceto Fortaleza, durante o período analisado, teve uma redução na quantia de empregados em ambos os sexos. Nos demais municípios da unidade federativa tem-se um comportamento oscilante entre os anos, refletido por uma expansão do período de 2006 a 2012 seguido de uma redução no ano de 2015 para o sexo masculino; uma redução drástica do ano de 2006 para 2015 e uma expansão verificada em 2015.

Tabela 04 – Emprego terceirizado no Ceará, por gênero, para os anos de 2006, 2012 e 2015.

Sexo	Fortaleza			RMF exceto Fortaleza			Restante do Ceará		
	2006	2012	2015	2006	2012	2015	2006	2012	2015
Masculino	13392	20850	22151	2341	1311	517	309	433	390
Feminino	7657	18737	19216	1781	918	418	294	25	106
Total	21049	39587	41367	4122	2229	935	603	458	496

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Constatou-se ainda uma predominância para todos os subespaços estudados do sexo masculino empregado em todo o período analisado, chegando até o sexo masculino representar 174,90% mais que o sexo feminino no ano de 2006 em Fortaleza, por exemplo. Demonstrando assim, a participação feminina ainda menor, refletindo a desigualdade em gêneros do mercado de trabalho (ANTUNES, 2009; SOARES, 2003).

Tabela 05 – Faixas de escolaridade dos trabalhadores terceirizados no Ceará, para os anos de 2006, 2012 e 2015.

	Fortaleza			RMF exceto Fortaleza			Restante do Ceará		
	2006	2012	2015	2006	2012	2015	2006	2012	2015
Analfabeto	145	81	93	29	1	0	2	0	5
Até 5ª Incompleto	411	520	267	91	9	4	12	9	11
5ª a 9ª Fundamental Completo	402	626	686	171	7	3	17	12	31
6ª a 9ª Fundamental	1795	3191	2770	790	49	20	45	54	33
Fundamental Completo	4454	6324	5119	749	135	81	72	73	98
Médio Incompleto	1945	3004	2124	290	146	37	35	81	49
		2189	2530						
Médio Completo	10444	5	5	1777	1381	768	280	216	248
Superior Incompleto	635	1388	1508	90	95	7	68	8	15
Superior Completo	817	2546	3164	110	402	13	72	5	1
Mestrado	1	5	1	2	4	0	0	0	0
Doutorado	2	2	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da RAIS/MTE

De acordo com a tabela 05, o nível de escolaridade de maior incidência é o ensino médio completo, seguido do ensino fundamental completo em todos os subespaços e ao longo do período, enfatizando assim um baixo nível de qualificação profissional destes empregados, o

que dificulta a elevação da renda dos trabalhos conforme será demonstrado na sequência; bem como a reinserção no mercado de trabalho, caso se desvinculem dos atuais vínculos. É interessante notar também que embora haja uma quantia relativamente significativa de empregados com o nível superior completo em sua maioria em Fortaleza, há uma baixa representatividade dos níveis escolares mestrado e doutorado, refletindo uma precarização do trabalho e maior parte dos empregados sendo mão de obra desqualificada.

Com isto, o aumento quantitativo de profissionais de baixa escolaridade, inclusive sem escolaridade formal, representa uma dificuldade maior de empregabilidade a partir dos padrões exigidos no mercado de trabalho, em conformidade com a discussão apresentada por Soares (2003).

Tabela 06 – Faixas de renda dos trabalhadores terceirizados no Ceará, para os anos de 2006, 2012 e 2015.

	Fortaleza			RMF exceto Fortaleza			Restante do Ceará		
	2006	2012	2015	2006	2012	2015	2006	2012	2015
Até 0,50	214	396	187	1	3	8	190	5	20
0,51 a 1,00	2513	1972	1294	82	31	63	386	21	77
		2966	2925				1070		
1,01 a 1,50	14390	1	9	3475	1244	653	8	291	238
1,51 a 2,00	2678	3155	4256	282	266	101	1644	50	76
2,01 a 3,00	844	2290	3314	125	305	71	659	88	74
3,01 a 4,00	177	627	804	61	82	11	166	5	1
4,01 a 5,00	64	387	544	11	59	3	26	0	0
5,01 a 7,00	81	302	535	55	124	8	60	0	0
7,01 a 10,00	34	160	254	11	100	2	31	0	0
10,01 ou mais	2852	24	30	2	6	0	5	0	0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da RAIS/MTE

A maior faixa de renda apresentada para os empregados das categorias no período estudado, conforme a tabela 06, está entre 1,01 a 1,50 salário mínimo, seguido da faixa de renda 1,51 a 2,00 salários mínimos. Os dados demonstram assim, uma baixa remuneração destes empregados, talvez devido ao baixo nível de escolaridade conforme descrito na tabela 05. Estes dados valem para todas as localidades e ainda durante todo o período. A ideia de precarização do trabalho é reafirmada ainda pela presença de trabalhadores auferindo até 0,50, como também recebendo 0,51 a 1,00 salário mínimo, bem como pela menor incidência de trabalhadores nas faixas de rendimentos mais elevados.

4. CONCLUSÕES

A busca para se manter em um mercado competitivo, levou as empresas a adotarem medidas para reduzir custos por meio de uma reestruturação produtiva, enxugando suas estruturas. Sendo assim, a terceirização foi uma das estratégias adotadas pelo mercado para consecução de tais fins. Porém, grandes pensadores como Antunes (2009), debatem sobre o impacto negativo que essa mudança trouxe para os trabalhadores, como precarização do trabalho, rebaixamento de salários no qual foi demonstrado ao longo deste trabalho por meio de algumas variáveis como sexo, escolaridade e faixa de renda.

O trabalho demonstrou elevada presença de emprego terceirizado no Ceará, para as categorias selecionadas, concentrados espacialmente em Fortaleza. Quanto a variável sexo, pôde-se constatar que os maiores números de empregados terceirizados são do sexo masculino com grande diferença entre os anos de um sexo para o outro. Em relação à variável faixa de escolaridade, constatou-se predominância do ensino médio, seguido do ensino fundamental, com pouca representatividade de empregados com ensino superior e pós-graduações. A faixa de renda predominante do emprego terceirizado do Ceará foi de 1,01 a 1,50 salário mínimo, demonstrando uma baixa remuneração.

Dessa forma, os dados explanados expressam uma expansão dos trabalhadores empregados nas categorias terceirizadas, com predominância do sexo masculino, escolaridade reduzida indicando uma má qualificação profissional dos trabalhadores e baixa remuneração, afora a instabilidade do emprego revelada no período de crise; o que nos faz concordar com os autores anteriormente estudados os quais apontam a terceirização como uma forma de manter a rentabilidade do sistema capitalista e uma condição de precarização para o mundo do trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2. São Paulo, 1995: p. 33-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a06v35n2.pdf>. Acesso em: Julho/2016.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.



BORGES, Â. DRUCK, M. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **In: Caderno CRH**, n. 19. Salvador, 1993.

BRASIL, H. A Empresa e a estratégia da terceirização. **In: Revista de administração de empresas**, v. 33, n. 2. São Paulo, 1993: p. 6-11.

SOARES, L. T. R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record: 2003.

Principais características e transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010.

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro
(mdscarneiro@uol.com.br)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA.

Introdução

Em publicação anterior (Carneiro, 2013), procurei identificar e discutir as principais tendências presentes no comportamento do mercado de terras e no mercado de trabalho agropecuário no estado do Maranhão, utilizando principalmente os dados disponíveis das últimas edições do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No artigo atual, inspirado em estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o estado da Bahia (DIEESE, 2012), aprofundo a discussão sobre a dinâmica do mercado de trabalho agropecuário (que envolve também as atividades florestais, da aquicultura e da pesca), considerando os dados sobre ocupação e emprego dos dois últimos Censos Demográficos, realizados em 2000 e 2010.

Ao utilizar essas informações do Censo Demográfico, considereirei, de forma semelhante aos critérios utilizados por outros autores (Basaldi, 2008; DIEESE, 2012; Baccarin, 2016), que as categorias censitárias de “trabalhador por conta própria”, “membros não remunerados da família” e “trabalhadores na produção para o próprio consumo” envolvidos em atividades agropecuárias¹ correspondem ao que denominamos de agricultor familiar, enquanto os “empregados” e “empregadores” equivalem, respectivamente, aos assalariados rurais e empresários rurais (Quadro 1).

¹ Por uma questão de simplificação, utilizarei a expressão atividade ou setor agropecuário para me referir às informações que são contabilizadas nos Censos Demográficos como correspondentes às atividades agrícolas, pecuárias, florestais, aquícolas e da pesca.

Quadro 1: Definições do IBGE para as categorias da posição na ocupação.

Categoria	Descrição
Empregado	Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, vestuário, treinamento, etc.).
Empregador	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado.
Conta Própria	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado.
Não Remunerado	Pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado.
Trabalhador na produção para o próprio consumo	Pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, na produção de bens, em atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca ou aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Fonte: (IBGE, 2013).

Como mostrarei de forma mais detalhada a seguir, a utilização dessa base de informações² permitirá a discussão de algumas tendências que não tinha destacado no estudo anterior, como o aumento do assalariamento em atividades agropecuárias e florestais e a redução importante do número de ocupados nas atividades da agricultura familiar, especialmente os mais jovens, identificados pela categoria de “membros não remunerados da família³”.

Vale destacar, contudo, que a observação dessas tendências não está relacionada somente com a análise dos dados estatísticos, mas, estão em consonância com o acompanhamento que venho realizando através do estudo da dinâmica da expansão do agronegócio, de forma mais específica da atividade sojícola (Carneiro et al., 2008) e da silvicultura para produção de carvão ou celulose (Mancini, 2015), da reprodução da agricultura familiar (Carneiro, 2013) e de estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho no campo maranhense (Carneiro; Moura, 2016; Gomes, 2017).

² Vale destacar que o estudo do DIEESE sobre o mercado de trabalho agrícola na Bahia difere um pouco do nosso, pois, não considera o trabalhador por conta própria como integrando a agricultura familiar. De acordo com o DIEESE os trabalhadores por conta própria podem ser aproximados das ocupações que envolvem agricultores familiares, considerando que a lei que define a agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006), mas, por outro lado, diz que “nem todo trabalhador por conta própria é um agricultor familiar” (DIEESE, 2012, p.13). O efeito dessa diferença é que na Bahia a presença da agricultura familiar pode estar subestimada, enquanto no nosso caso pode estar superestimada.

³ Em análise sobre a evolução da ocupação e emprego na agricultura brasileira, relativa ao período 1992-2004, Otavio Basaldi (2008) identificou tendência semelhante, com uma redução global de 2 milhões de pessoas ocupadas, das quais, 1,3 milhão eram membros remunerados da família.

Destarte, o artigo está organizado em três seções, além dessa introdução e a conclusão. Na primeira seção destaco o papel da atividade agropecuária na geração de ocupações e empregos na economia maranhense; na segunda discuto a distribuição das ocupações segundo o tipo de atividade agropecuária e de cultivos agrícolas; enquanto na terceira seção me concentro na análise da dinâmica da geração de ocupações e empregos⁴, discutindo de forma mais detalhada o processo de redução dos efetivos da agricultura familiar e as características do crescimento do emprego rural, considerando sua distribuição pelas diferentes regiões do estado. Na conclusão destaco as principais dinâmicas identificadas no comportamento do mercado de trabalho, chamando atenção para as principais perspectivas quanto ao desenvolvimento da agricultura familiar e do emprego rural gerado pelas atividades do chamado agronegócio.

1 – A dinâmica do mercado de trabalho estadual e a contribuição do setor agropecuário.

De acordo com as informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, relativas a ocupação das pessoas acima de dez anos de idade por seção de atividade do trabalho principal no estado do Maranhão (**Quadro 2**), a agropecuária é de longe a atividade mais importante na geração direta de ocupações, com 853 mil postos de trabalho em 2000 e 751.678 em 2010. Outras atividades que mais se destacam são o comércio (240.306 em 2000, 380.332 em 2010), a indústria extrativa e de transformação (120.896 em 2000, 126.089 em 2010), a construção civil (96.245 em 2000, 189.559 em 2010) e os diferentes tipos de serviços.

Quadro 2: Ocupações de pessoas acima de 10 anos por seção atividade de trabalho principal – Maranhão (2000 a 2010).

⁴ Como diferencia Paul Singer: “Ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação” (SINGER, 1998, p.14).

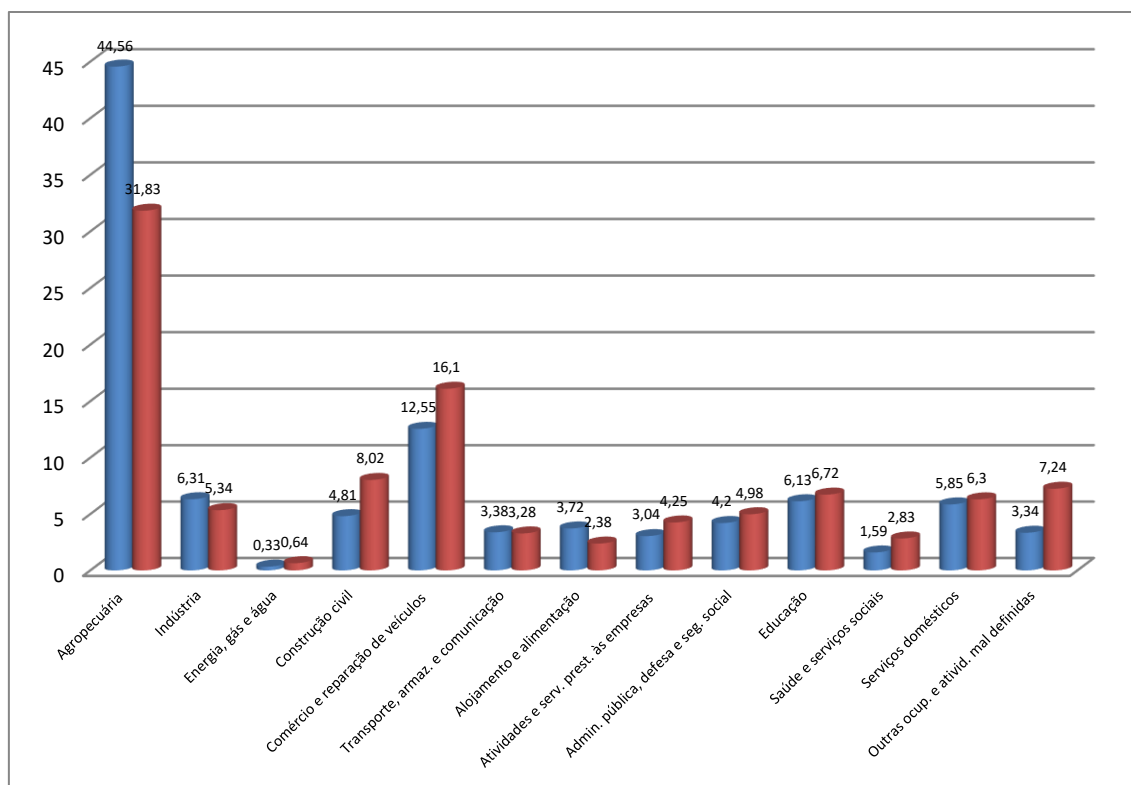
Atividade do Trabalho Principal	2000		2010	
	Número	Em %	Número	Em %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	853.000	44,56	751.678	31,83
Indústrias extrativas e de transformação*	120.896	6,31	126.089	5,34
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6.412	0,33	15.387	0,64
Construção Civil	96.245	4,81	189.559	8,02
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	240.306	12,55	380.332	16,10
Transporte, armazenagem e comunicação, armazenagem e correios	64.788	3,38	77.645	3,28
Alojamento e alimentação	71.293	3,72	56.306	2,38
Atividades imobiliárias, serviços prest. às empresas e intermediação financeira*	58.292	3,04	100.591	4,25
Administração pública, defesa e seguridade social	80.493	4,20	117.670	4,98
Educação	117.473	6,13	158.883	6,72
Saúde e serviços sociais/Saúde humana e serviços sociais	30.617	1,59	66.859	2,83
Serviços domésticos	112.013	5,85	148.862	6,30
Outras ocupações e atividades de serviços*	46.730	2,44	69.485	2,94
Atividades mal especificadas/mal definidas	15.482	0,80	101.683	4,30
Total	1.914.040	100,00	2.361.389	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

(*) Com modificações nas tabelas originais.

Analizados de uma perspectiva diacrônica (**Gráfico 1**), essas informações mostram que mesmo perdendo importância relativa entre 2000 e 2010, passando de 44,56% para 31,83% da população ocupada, a agropecuária ainda responde por quase 1/3 das ocupações diretas no mercado de trabalho maranhense, o que está em consonância com a informação obtida através da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), para o ano de 2009, que identificou o trabalho na atividade agrícola como responsável por cerca de 34% das ocupações das pessoas de 10 anos ou mais de idade no estado do maranhão (CARNEIRO, 2013).

Gráfico 1: Evolução do nº de pessoas ocupadas - acima de 10 anos - por seção atividade de trabalho principal no estado do Maranhão (2000 a 2010) (Em %).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

(*) Com modificações nas tabelas originais.

Como pode ser observado no gráfico, a redução da participação da agropecuária foi contrabalançada principalmente pela expansão das ocupações no comércio (12,55% em 2000, 16,10% em 2010), na construção civil (4,81% em 2000, 8,02% em 2010) e pela ampliação do número de pessoas em outras ocupações e atividades mal definidas (3,34% em 2000, 7,24% em 2010). Vale destacar ainda, a ampliação das ocupações relacionadas com as atividades de educação e saúde, a diminuição relativa da participação das ocupações relacionadas com a atividade industrial e a presença significativa de ocupações no serviço doméstico, que, nesse momento, ainda não havia obtido avanços legais que serão estabelecidos pela Lei Complementar nº 150⁵, se caracterizando, portanto, por um elevado nível de precarização.

⁵ Lei que estabeleceu um conjunto de obrigações legais para o empregado doméstico, dentre as quais se destacam a obrigação do pagamento de horas-extras, de adicional noturno e da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2 – As características do mercado de trabalho agropecuário segundo o tipo de atividade agropecuária e de cultura agrícola.

Como indiquei anteriormente, os dados da atividade agropecuária agregam informações do trabalho realizado em atividades agrícolas, pecuárias, florestais, da pesca e aquicultura. Em um nível mais desagregado, podemos identificar também quais tipos de culturas agrícolas geram mais ocupações, uma vez que, como já indicado na bibliografia sobre o tema (Belik et al, 2003; Basaldi, 2008), existem culturas fortemente capital-intensivo, ou seja, que apesar de ocuparem amplas extensões de terra, geram poucos postos de trabalho, em função do uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas, como é o caso da sojicultura⁶.

O quadro a seguir apresenta informações sobre as pessoas acima de dez anos ocupadas, de acordo com sua distribuição entre as diferentes atividades que compõe o setor da agropecuária, para os anos de 2000 e 2010, no estado do Maranhão. Como destacamos na seção anterior, no período analisado houve uma diminuição importante no número de pessoas ocupadas na agropecuária (-101.322). Contudo, ao desagregar esse dado, verificamos que houve redução de postos de trabalho nas atividades agrícolas e florestais, ao passo que a ocupação cresceu, ainda que de forma tímida, na pecuária, pesca e aquicultura (Quadro 3).

No caso da redução de postos de trabalho na atividade florestal, a explicação mais plausível pode ser relacionada à crise enfrentada pela indústria de produção de ferro gusa, que, sob o efeito da crise econômica de 2008, reduziu de forma acentuada suas atividades e, por consequência, os plantios de eucaliptos que são utilizados para a produção de carvão vegetal, principal insumo energético da atividade siderúrgica (MANCINI, 2016).

⁶ Como apontam Belik e colaboradores, em estudo sobre evolução da ocupação na agricultura brasileira nos 1990: “É importante salientar que, em termos de área cultivada, a soja é destaque, com 13,6 milhões de hectares, (...). Apesar disso, a soja respondeu por apenas 5,8% da demanda de mão de obra agrícola, ficando muito atrás do milho (16,7%), do café (11,6%), do feijão (10,6%), da mandioca (10,0%), da cana-de-açúcar (9,6%) e do arroz (9,0%)” (BELIK et al., 2003, p. 163).

Quadro 3: Pessoas acima de dez anos ocupadas na agropecuária – Maranhão (2000 e 2010).

	2000		2010		Variação
	Número	Em %	Número	Em %	
Agricultura	671.653	78,74	599.026	79,69	- 72.627
Pecuária	51.408	6,02	59.180	7,87	+ 7.772
Produção Florestal	81.626	9,56	31.381	4,17	- 50.245
Pesca e aquicultura	48.313	5,66	62.091	8,26	+ 13.778
Total	853.000	100,00	751.678	100,00	- 101.322

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

A explicação para a diminuição de ocupações na atividade agrícola é mais complexa, uma vez que os dados sobre a evolução da ocupação por tipo de cultivo agrícola (Quadro 4)⁷ apresentam uma discrepância importante, com o crescimento desproporcional da categoria “Cultivos (Lavouras) não especificados”, que, no Censo Demográfico de 2010, respondeu por cerca de 60% dos postos de trabalho identificados, quando em 2000, essa mesma rubrica representava apenas 11,99% do total ocupado.

Quadro 4: Ocupação no trabalho principal segundo o tipo de cultivo agrícola – Maranhão (2000 e 2010).

Tipo de Cultivo Agrícola	2000		2010	
	Nº	Em %	Nº	Em %
Cultivo de arroz	315.021	47,61	100.774	17,55
Cultivo de milho	18.302	2,76	9.547	1,66
Cultivo de outros cereais para grãos	26.584	4,01	3.040	0,52
Cultivo de cana-de-açúcar	2.124	0,32	4.851	0,84
Cultivo de soja	1.420	0,21	1.770	0,30
Cultivo de mandioca	174.549	26,38	63.667	11,08
Outros produtos de lavoura temporária	29.006	4,38	17.389	3,02
Cultivo de hortaliças e legumes	12.205	1,84	20.853	3,63
Cultivo de banana	2.201	0,33	1.767	0,30
Outros produtos de lavoura permanente	787	0,11	1.677	0,29
Produção de sementes e mudas certificadas	----	----	6.325	1,10
Lavoura (cultivo) não especificada	79.362	11,99	342.463	59,64
Total	661.561	100,00	574.123	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

⁷ Para a construção desse quadro não foi considerada a informação das pessoas ocupadas nos “serviços relacionados com a agricultura”, o que faz com que os efetivos da agricultura sejam menores que os indicados no Quadro 3.

Outro dado discrepante apresentado nesse quadro é a forte redução das ocupações geradas nas culturas do arroz e da mandioca, com a diminuição, entre 2000 e 2010, de 214.247 postos de trabalho na atividade rizícola e de 110.882 na mandiocultura. Como não houve uma queda abrupta na área planta ou colhida dessas duas culturas no período abarcado pelos dois censos⁸ e não ocorreu nenhum processo radical de introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, o mais provável é que a redução dos trabalhadores nessas ocupações esteja relacionada com o crescimento desproporcional do número identificado na rubrica “Lavoura não especificada”.

Mesmo com esses problemas, que dificultam uma compreensão mais fina da dinâmica da evolução das ocupações por tipo de cultivo, os dados do Quadro 4 servem para destacar algumas características dos cultivos permanentes e temporários na geração de postos de trabalho. Nesse sentido, vale destacar a importância da rizicultura e da mandiocultura como grandes geradoras de postos de trabalho no campo maranhense e a pequena contribuição da sojicultura na geração de ocupações (1.420 em 2000 e 1.770 em 2010), apesar da forte expansão da área plantada essa lavoura, que, no mesmo período, passou de 179 mil para 496 mil hectares. Merece destaque também o crescimento das ocupações geradas pela horticultura, que passaram de 12.205 em 2000 para 20.853 em 2010, o que está relacionado com a expansão da chamada agricultura periurbana na área de influência dos maiores centros urbanos do estado (Lago, 2015).

3 - O mercado de trabalho agropecuário segundo a posição na ocupação.

Outra forma de analisar a evolução do mercado de trabalho agropecuário é através da utilização das informações sobre a posição na ocupação, conforme as categorias censitárias de “trabalhador por conta própria”, “membros não remunerados da família”, “trabalhadores na produção para o próprio consumo”, “empregados” e “empregadores”, considerando, como destaquei na introdução, as três primeiras como representando os efetivos da agricultura familiar (Quadro 5).

⁸ De acordo com as informações da Produção Agrícola Municipal, a área plantada com arroz passou de 449.615 em 1999 hectares para 469.052 hectares em 2011, ou seja, teve um pequeno crescimento. No caso da cultura da mandioca ocorre um crescimento maior, com a área plantada passando de 142.787 hectares em 2000 para 207.554 hectares em 2010. No caso da área colhida a variação foi semelhante. Cf. <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>

Quadro 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego na agropecuária – Maranhão (2000 e 2010).

Posição na ocupação	2000		2010	
	Número	Em %	Número	Em %
Empregador	3.814	0,44	2.396	0,31
Empregado	94.986	11,13	153.432	20,41
Agricultores Familiares	754.200	88,41	595.851	79,25
- Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	156.987	18,40	33.497	4,45
- Trabalhador na produção para o próprio consumo	217.797	25,53	291.711	38,80
- Conta própria	379.416	44,48	270.643	36,00
Total de Ocupados	853.000	100,00	751.678	100,00

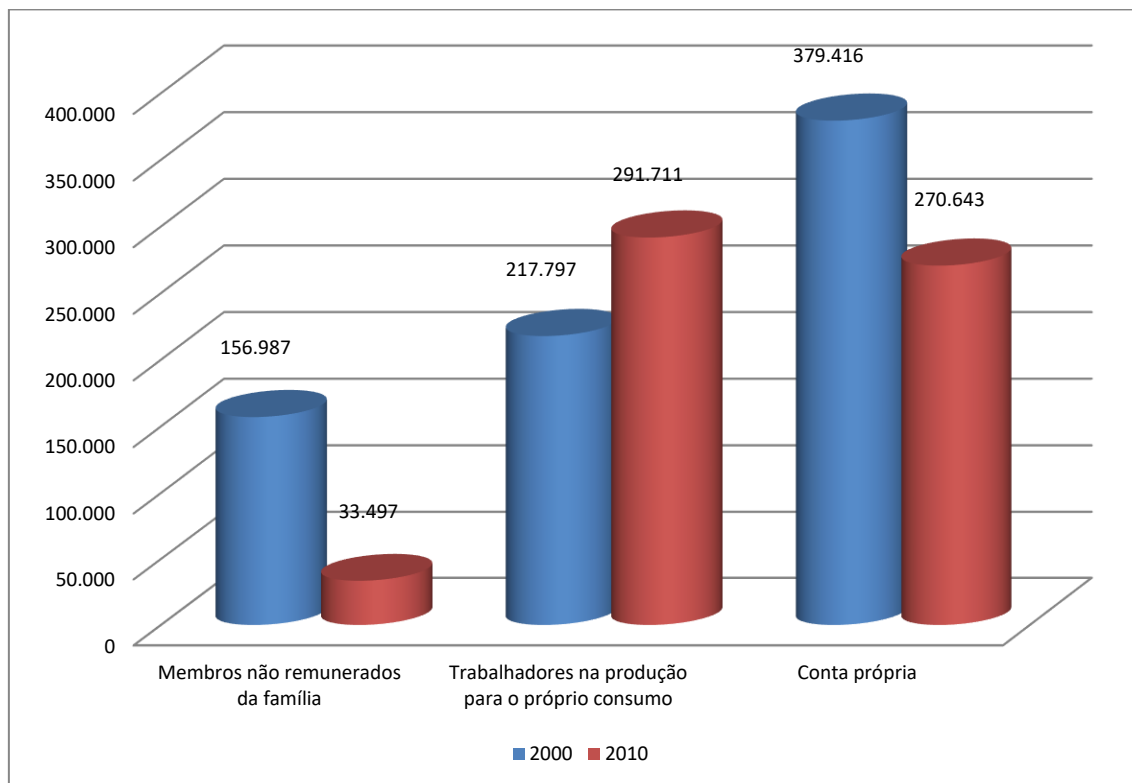
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

Compilando as informações da posição na ocupação, verifica-se que os agricultores familiares compunham a maior parcela dos trabalhadores ocupados na agropecuária maranhense nos dois recenseamentos, representando 88,41% do total em 2000 e 79,26% em 2010. Os assalariados rurais, identificados pela categoria empregados, representavam 11,13% em 2000 e 20,41% em 2010, enquanto os empresários rurais (empregadores) tinham uma representação residual (0,44% em 2000 e 0,31% em 2010). De um ponto de vista diacrônico, as principais transformações observadas ao longo desse período referem-se à redução do número de agricultores familiares (-158.349) e o aumento dos assalariados rurais (+ 58.446).

No gráfico a seguir apresento a variação das ocupações agropecuárias, considerando somente as categorias que compõem a agricultura familiar, de forma a procurar explicar as razões para a redução desse grupo social entre os dois recenseamentos (Gráfico 2). Como pode ser observado nesse gráfico, somente uma posição na ocupação obteve incremento no número de ocupações, caso dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (+73.914), ao passo que os trabalhadores por conta própria – que podem ser associados com um tipo de agricultor familiar mais inserido em circuitos mercantis⁹ – e os membros não remunerados que trabalham com a família tiveram, respectivamente, uma redução de 108.773 e 123.490 postos de trabalho.

⁹ Acredito que a diferença estabelecida entre produção somente para o consumo e produção para o mercado, presente nas categorias “trabalhador na produção para o próprio consumo” e “trabalhador por conta própria” acentua uma diferenciação que na prática é mais sutil, pois, como argumentam corretamente Garcia Jr. & Heredia (2013), a maior/menor inserção de camponeses (ou agricultores familiares) em mercado de

Gráfico 2: Evolução das pessoas ocupadas acima de 10 anos na agricultura familiar, segundo a posição na ocupação - Maranhão (2000 a 2010).



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

Essa forte redução dos membros não remunerados da família pode estar relacionada, em consonância com relatos observados de lideranças do sindicalismo rural oriundas de diferentes regiões do estado do Maranhão e com observações de pesquisas de campo, com a saída dos membros mais novos das famílias de agricultores para estudar ou para o ingresso em empregos formais no mercado de trabalho¹⁰. Nesse sentido, esses dados apontam para as dificuldades de reprodução da agricultura familiar, considerando os diferentes mecanismos de violência simbólica¹¹ que pesam contra a reprodução desse

produtos deve ser observada em consonância com a evolução do ciclo de vida familiar e das características socioeconômicas dos contextos de inserção desses grupos familiares.

¹⁰ Na pesquisa sobre trabalhadores que migraram dos municípios de Timbiras e Codó para a atividade sucroalcooleira em São Paulo e para outros destinos, verificamos uma presença importante de jovens, compreendidos na faixa de 15 a 19 e de 20 a 24 anos (CARNEIRO et al., 2007).

¹¹ Bourdieu (2002), no estudo sobre a reprodução interrompida dos camponeses no sudoeste da França, chama atenção para fatores estruturais como a unificação do mercado matrimonial e da desvalorização da condição camponesa pela instituição escolar no processo de fragilização da reprodução do grupo social camponês.

grupo social (BOURDIEU, 2002) e os efeitos que a ampliação do emprego formal, com carteira assinada¹² exerce sobre os membros mais jovens, que ajudam o chefe de família nas atividades agropecuárias.

No que concerne ao aumento do número de assalariados rurais (+ 58.445 postos de trabalho), apresentado no quadro 6, vale destacar que cerca de 69% do incremento observado foi de trabalhadores sem carteira assinada, o que significa dizer que a maior parte do emprego agrícola que vem sendo gerado no campo maranhense caracteriza-se por uma forte precarização, pois, é realizado sem a garantia mínima de formalização do trabalho que representa a assinatura da carteira de trabalho.

Quadro 6: Evolução do número de empregados agrícolas com e sem carteira de trabalho assinada – Maranhão (2000 e 2010).

Empregados	2000		2010		Variação	
	Nº	Em %	Nº	Em %	Nº	Em %
Com carteira de trabalho assinada	16.005	16,84	34.123	22,23	18.118	31,01
Sem carteira de trabalho assinada	78.981	83,15	119.308	77,75	40.327	68,99
Total	94.986	100,00	153.432	100,00	58.445	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>

No quadro a seguir (Quadro 7), apresento informações sobre o emprego total, o emprego com carteira assinada e área plantada por principais cultivos segundo as Microrregiões Homogêneas do estado do Maranhão. O objetivo desse quadro é: i) procurar identificar diferentes padrões de assalariamento no campo maranhense, considerando a relação entre o emprego com carteira assinada sobre o emprego total como um indicador de precariedade das relações de trabalho e, ii) associar esses diferentes padrões com determinados tipos de atividade econômica (sojicultura, pecuária, plantações florestais, produção de açúcar, etc.)¹³.

De acordo com essas informações, pode ser verificado que as Microrregiões Pindaré, Imperatriz, Baixada Maranhense, Médio Mearim e Alto Mearim e Grajaú,

¹² De acordo com Adalberto Cardoso, a partir dos anos 1990, a aspiração dos migrantes do campo deixou ser o estabelecimento na cidade em uma atividade por conta própria e passou a ser o “desejo de um emprego com carteira assinada, portanto com direitos trabalhistas e alguma segurança em um ambiente de grandes turbulências na economia” (CARDOSO, 2013, p.52).

¹³ As informações sobre a predominância de determinado tipo de atividade econômica nas microrregiões homogêneas foi obtida através da análise dos dados sobre o tipo de utilização das terras e a área de lavoura plantada, considerando os dados, respectivamente, no Censo Agropecuário de 2006 e na Produção Agrícola Municipal de 2010.

destacam-se pelo número mais elevado do total de empregados e, à exceção da MRH de Imperatriz, se caracterizam também por um baixíssimo nível de formalização das relações de trabalho, com indicador da relação entre empregados com carteira assinada e empregados na faixa de 0,14 a 0,21.

Quadro 7: Número de empregados (a), de empregados com carteira de trabalho (b), relação entre b/a, segundo as MRHs do estado do Maranhão – 2010.

MRH	(a) Empregados	(b) Empregados Com Carteira de Trabalho	Relação entre b/a
Pindaré	20.989	3.170	0,15
Imperatriz	18.052	5.995	0,33
Baixada Maranhense	13.662	2.039	0,14
Médio Mearim	12.209	2.021	0,16
Alto Mearim e Grajaú	11.916	2.547	0,21
Presidente Dutra	8.588	1.407	0,16
Chapadas do Alto Itapecuru	8.014	1.624	0,20
Caxias	6.041	1.612	0,26
Codó	5.784	1.349	0,23
Chapadinha	5.546	1.757	0,31
Gurupi	5.473	588	0,10
Gerais de Balsas	5.095	2.353	0,46
Itapecuru Mirim	4.303	586	0,13
Litoral Ocid. Maranhense	4.280	360	0,08
Porto Franco	3.984	1.125	0,28
Lençóis Maranhenses	3.980	498	0,12
Aglom. Urbana de São Luís	3.899	1.505	0,38
Baixo Parnaíba Maranhense	3.351	453	0,13
Coelho Neto	3.316	1.743	0,52
Chapadas das Mangabeiras	2.878	850	0,31
Rosário	2.068	389	0,18

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010) e Censo Agropecuário (2006).

Por sua vez, o emprego com carteira de trabalho assinada, em termos proporcionais, é mais forte nas MRHs de Coelho Neto (0,52), Gerais de Balsas (0,46), Aglomeração Urbana de São Luís (0,38), Imperatriz (0,33) e Chapada das Mangabeiras (0,31). Na microrregião de Coelho Neto predomina o plantio de cana-de-açúcar, enquanto nas MRHs de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras a produção de grãos, com destaque para os plantios de soja e algodão. Na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís a atividades da produção de hortifrutigranjeiros é a mais importante, ao passo

que na região de Imperatriz predominam a atividade florestal (plantios de eucalipto para celulose e produção de carvão vegetal) e da pecuária. Esta última caracterizada pelo forte precariedade (CARNEIRO; MOURA, 2016) e a atividade florestal por um processo de formalização das relações de trabalho (MANCINI, 2016).

Conclusão

Esse artigo teve por objetivo compreender as principais características e transformações do mercado de trabalho no campo maranhense, utilizando como base de dado principal as informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, produzidas pelo IBGE. De acordo com a análise dessas informações foi possível constatar que as atividades da “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” ainda ocupam a maior parcela da força de trabalho no estado do Maranhão, respondendo, em 2010, por cerca de 32% do total das ocupações para pessoas acima de dez anos na economia maranhense.

Apesar dessa inegável importância, vale destacar que no período analisado – 2000 a 2010 – essa participação diminuiu em termos absolutos e relativos, por conta da redução dos efetivos na atividade agrícola e da produção florestal. A diminuição de postos de trabalho na atividade florestal (-50.245 pessoas ocupadas) pode ser explicada como um efeito da crise que atingiu o setor siderúrgico em 2008, que, por consequência, reduziu o consumo de lenha (e carvão vegetal) de suas florestas plantadas (CARNEIRO, 2016). O caso da redução de ocupações na atividade agrícola (-72.627 pessoas ocupadas) é mais complexo, pois, de acordo com os dados censitários, houve uma forte redução dos trabalhadores ocupados na atividade rizícola e na mandiocultura, mas, com um forte crescimento na atividade classificada como “lavouras não especificadas”. Por outro lado, é importante sublinhar que a forte elevação da área plantada com soja no estado, que, no período em questão passou de 179 para 496 mil hectares, não significou o crescimento correspondente de postos de trabalho, que passou de 1.420 para 1.720 ocupações.

No que concerne ao comportamento do mercado de trabalho segundo a posição na ocupação, que permite diferenciar a dinâmica da evolução da agricultura familiar e do trabalho assalariado no campo, observou-se que a agricultura familiar continua sendo a maior geradora de ocupações no campo maranhense, respondendo por cerca de 80% de todo o pessoal ocupado acima de dez anos em 2010. Todavia, de uma perspectiva

diacrônica, foi possível verificar que essa participação diminuiu em 158.349 postos de trabalho entre 2000 e 2010, ao passo que o número de assalariados rurais cresceu de forma importante, passando, no mesmo período de 94.986 para 153.432 empregos. A redução das ocupações na agricultura familiar merece uma discussão mais pormenorizada, da mesma forma que esse crescimento do emprego assalariado. No caso da agricultura familiar é preciso observar, como vimos no gráfico 2, que o maior decréscimo das ocupações ocorreu na posição na ocupação classificada como membros não remunerados na família (-123.490 ocupações), isto é, trata-se de uma diminuição principalmente no número de filhos¹⁴ que ajudam o chefe de família nas atividades agrícolas. Nesse sentido, é possível sugerir que essa redução tenha sido acompanhada de uma transferência dos membros mais jovens da família para empregos urbanos – entre 2003 e 2009 foram gerados 11,5 milhões de empregos formais no Brasil (CARDOSO, 2013, p. 87) – ou mesmo para atividades escolares, conforme mostram os estudos sobre as dificuldades de reprodução da agricultura familiar.

Quanto ao crescimento do emprego assalariado, o dado mais saliente refere-se ao fato de que essa expansão ocorreu em trabalhos sem carteira assinada, que, em 2010, representavam cerca de 78% dos empregados no campo maranhense. Ou seja, podemos afirmar que essa expansão do assalariamento vem ocorrendo em atividades precárias, que não garantem ao trabalhador as condições mínimas de cidadania que a carteira de trabalho estabelece.

Entre 2010 e 2016, período não coberto pelos dados analisados, ocorreram alguns eventos que tendem a reforçar algumas das tendências observadas e modificar outras. A inauguração em 2014 de uma fábrica para a produção de celulose do grupo Suzano de Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz/MA, tende a reverter o processo de redução dos trabalhadores na atividade florestal, dada a amplitude da área de plantações florestais que vem sendo implantadas pela empresa. No que concerne à cadeia sojícola, dadas as características capital-intensiva dessa cultura, a continuação da

¹⁴ A redução no número de membros não remunerados pode envolver outros componentes da família, como a chamada força de trabalho marginal (TEPITCH, 1973), que engloba os membros mais velhos e as crianças que ainda não possuem idade para as tarefas mais pesadas.

expansão da área plantada não deve produzir efeitos mais relevantes no mercado de trabalho¹⁵.

Quanto ao desenvolvimento da agricultura familiar, o aspecto mais relevante em termos do incremento produtivo parece ser o desenvolvimento de uma importante cadeia da pecuária de leite no oeste maranhense, contudo, a continuidade da inserção dos agricultores nessa cadeia dependerá em muito do apoio que eles virão a receber para adequação de sua produção aos parâmetros estabelecidos pela convenção de qualidade dominante no setor, de tipo industrial, que, pelos critérios atuais, tenderá a excluí-los dessa importante cadeia produtiva (CARNEIRO, 2015; LIMA NETO, 2017).

Bibliografia Consultada

BASALDI, Otavio V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2008.

BACCARIN, José G. A dinâmica recente do mercado de trabalho agrícola no Brasil e no estado de São Paulo. In: MOURA, Flavia de A; TEIXEIRA, Tadeu G; KELLER, Paulo F. (Org) **Trabalho em contexto de crise: regulação, informalidade e tendências setoriais**. São Luis: EDUFMA, 2016

BELIK, W.; BASALDI, O.V.; BORIN, M.R.; CAMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M.E.; SILVA, J.G. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, Marcelo W.; HENRIQUE, W. (org) **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo/Campinas: Editora da UNESP/Editora da UNICAMP, 2003, p.153-198.

BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires. Crise de la société paysanne au Béarn**. Paris: Editions du Seuil, 2002.

CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

CARNEIRO, Marcelo S. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. **Sinais Sociais**, v.10, p.129 - 149, 2015.

_____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

¹⁵ O governo estadual vem tentando implantar adensar a cadeia da soja, através do estímulo à implantação de unidades de criação e processamento de aves, contudo, ainda não disponho de informações suficientes para mensurar os efeitos dessa iniciativa.



CARNEIRO, Marcelo S; MOURA, Flavia de A. A economia da precisão e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 11, p. 375-387, 2016.

CARNEIRO, Marcelo S; VIEIRA, Anderson S; BARROSO, Alex S; SILVA JUNIOR, Amâncio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão In: SCHLESINGER, S. et al.. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-147.

CARNEIRO, Marcelo S; MARINHO, Karlene; SANTOS, Andréa J. (2007) Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2007, p. 215-232.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Análise ocupacional na agricultura familiar e segurança alimentar na Bahia – Desempenho recente do setor agropecuário**. Contrato de Prestação de Serviços nº 165/2012 – SETRE/DIEESE. Salvador, 2012.

GARCIA JR., Afrânio; HEREDIA, Beatriz. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODÓI, E.P; MENEZES, M. A; MARIN, R.A. (org) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. 2. São Paulo: Brasília/EDUNESP/NEAD, 2009, p. 213-244.

GOMES, Lia Renata. **Análise da implantação da indústria de celulose e do processo de trabalho nas plantações florestais no oeste maranhense**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2017. (Versão para defesa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.

LIMA NETO, Evaristo José. **A implantação de normas sanitárias e a construção de uma convenção de qualidade no mercado do leite na microrregião de Imperatriz/MA**. Versão preliminar da Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Submetida a exame de qualificação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016, 147p.

MANCINI, Roberto M. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2015.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

DESEMPREGO E INATIVIDADE EM REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: POR FAIXA ETÁRIA, ESCOLARIDADE, GÊNERO E COR

Matheus Demambre Bacchi¹

Eduardo Filipe Ferreira²

Katy Maia³

Resumo:

A inatividade e o desemprego são objetos de estudo de grande interesse no mercado de trabalho brasileiro. Diversas são as variáveis que influenciam na busca por um emprego e na decisão de trabalhar. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar o desemprego e a inatividade entre gêneros, faixas etárias, níveis de escolaridade e etnias, no mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2014. Por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), foi realizada uma estimativa probabilística de inatividade e de desemprego com base no modelo *Logit* Multinomial. Em geral, os resultados apontaram maiores probabilidades de desemprego e inatividade para o gênero feminino. A cor da pele também mostrou ser uma variável influenciadora, sendo desfavorável aos negros em relação aos brancos. Tais constatações demonstram que a distinção entre determinados grupos manteve-se ao longo do tempo no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas do Brasil.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Emprego. Regiões metropolitanas.

¹Mestrando em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo (Esa/q/USP). E-mail: matheus.dbacchi@gmail.com.

²Economista, Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: eduardofilipe.uel@gmail.com.

³Departamento de Economia, Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: katymaia@terra.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Inatividade e desemprego são temas de constante preocupação para a sociedade brasileira. Em 2013, observou-se no país uma taxa média de desemprego relativamente baixa, em torno de 5,3%. Tal fato ocorreu, pois, a geração de emprego superou o ritmo de crescimento da oferta de trabalho. Porém, apesar da aparente melhora no quadro do desemprego, em 2014 a expectativa seria de uma desaceleração do rendimento real, decorrente baixo desempenho da economia do país, e por consequência, uma queda de crescimento tanto na oferta de trabalho como na geração de novos empregos. (IBGE, 2014).

Há uma grande variação nas taxas de desemprego, quando se compara as diferentes regiões brasileiras e entre seus grupos (por faixa etária, escolaridade, gênero e cor de pele). Estas variações e diferenças exibem o panorama de uma economia desigual e regionalizada, o que pode elevar ainda mais as diferenças socioeconômicas do país.

Os jovens tendem a encontrar maiores dificuldades na busca de um emprego. O mesmo ocorre no caso de indivíduos com baixo nível de escolaridade. Em grupos com mais anos de estudo, a tendência que se observa é de taxas de desemprego reduzidas, quando comparadas com os grupos com pouco ou nenhum estudo. Tal fato se dá muitas vezes pelas assimetrias no mercado de trabalho (CAMARGO; REIS, 2005).

No âmbito teórico, é imprescindível que seja feita a caracterização correta e a distinção das nomenclaturas e definições⁴ que abarcam a temática do mercado de trabalho, a fim de que não haja duplas interpretações do que se quer analisar, tais como as definições de População Economicamente Ativa (PEA), que se caracteriza como sendo a parcela da PIA classificada como apta ao mercado de trabalho, seja empregada ou desempregada, além de outros conceitos importantes, como informalidade e desemprego.

Na esfera empírica, diversos autores buscaram analisar as condições do mercado de trabalho sob as óticas econômica e social, em diversas regiões brasileiras e em diferentes períodos. Dentre eles, Fernandes e Picchetti (1999), Camargo e Reis (2005), Pochmann (2007), Antunes e Pochmann (2007), Schwartzman e Cossio (2007), Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009).

⁴ Ver Dedecca (1998) e Borjas (2010).

Tendo em vista a relevância do tema para o entendimento do mercado de trabalho brasileiro, este estudo fundamenta-se na necessidade de analisar a real situação em que vive a sociedade brasileira em relação ao mercado de trabalho. Este estudo procura contribuir, deste modo, na compreensão da evolução e do desenvolvimento das taxas de desemprego no país.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar o desemprego e a inatividade entre gêneros, faixas etárias, níveis de escolaridade e etnias, no mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2014.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Base de dados

Para atender aos objetivos deste estudo, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/IBGE, do ano de 2014. A PNAD é amplamente utilizada em estudos a respeito do panorama do mercado de trabalho brasileiro, neste estudo em específico, além da variável desemprego, utilizou-se a variável inatividade, buscando assim uma maior compreensão e entendimento do quadro geral de emprego e desemprego no Brasil.

Foram utilizadas as seguintes variáveis: gênero, idade, anos de estudo, renda familiar, renda domiciliar, renda domiciliar per capita, quantidade de crianças no domicílio (inferior a 10 anos), quantidade de adultos no domicílio (10 anos ou mais), cor da pele, condição de chefe na família, cônjuge, filho, aposentado e as variáveis referentes às regiões metropolitanas em estudo: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

2.2. Procedimentos metodológicos

A fim de atender ao objetivo proposto, o procedimento metodológico central utilizado nesse estudo se baseou na utilização do modelo *Logit* Multinomial para determinar as probabilidades de inatividade e desemprego da população brasileira para o ano de 2014.

Foram incluídas neste estudo as mesmas variáveis utilizadas por Fernandes e Picchetti (1999) e Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009), com o intuito de possibilitar comparações com

os resultados destes autores para os anos de 1995 e 2004, respectivamente. O enfoque maior deste estudo é na influência das variáveis gênero, faixa etária, escolaridade e cor de pele, na inatividade e no desemprego. A respeito do gênero, a justificativa para a escolha de tal variável se dá devido às diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade brasileira, no que se refere à busca ou não de um emprego (SOARES, 2000). No caso da faixa etária e escolaridade, Camargo e Reis (2005) demonstraram diferenças entre determinados grupos por idade e nível de estudo, no que se refere ao desemprego e inatividade.

Balassiano, Seabra e Lemos (2005), também indicaram a existência de uma relação entre anos de estudo e a empregabilidade ou não do indivíduo. Portanto, uma maior atenção se faz necessária para determinados grupos. E por fim, a cor de pele do indivíduo pode influenciar na sua decisão em buscar ou não um emprego, assim como o fato de estar empregado ou não também pode decorrer de tal variável (CAMPANTE; CRESPO; LEITE, 2004).

2.3. Modelo *Logit* Multinomial

De acordo com Long e Freese (2001) e Hill, Griffiths e Judge (2006), o modelo de regressão *Logit* Multinomial tem como base uma função de distribuição acumulada logística, a qual consiste em que a variável dependente deva ter mais de duas categorias, neste caso, que o indivíduo se encontre ocupado, desocupado ou inativo.

$$p_{ij} = \Pr (y_i = i) = \frac{1}{1 + \sum_{m=2}^k e^{(x_j \beta_m)}} , \text{ se } i = 1 \quad (1)$$

$$p_{ij} = \Pr (y_i = i) = \frac{e^{(x_j \beta_m)}}{1 + \sum_{m=2}^k e^{(x_j \beta_m)}} , \text{ se } i > 1 \quad (2)$$

Em que i é o número de equações resolvidas para se obter a probabilidade; x_j o conjunto de variáveis explicativas; e β_m os coeficientes das categorias. Para este estudo, foi definido como base o indivíduo que se encontra em situação “ocupada” em relação ao mercado de trabalho.

O modelo *Logit* Multinomial tem sido utilizado em diversas pesquisas que visam uma

maior compreensão do desemprego e da inatividade no país. Reforçando-se, portanto, sua escolha do modelo, a fim de demonstrar de uma maneira clara e objetiva, o real panorama do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras para o ano de 2014.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como em Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009), o modelo *logit* multinomial foi estimado para ambos os gêneros neste estudo, diferentemente da análise abarcada por Fernandes e Picchetti (1999), em que homens e mulheres formaram apenas um grupo. Assim, os sinais do modelo *Logit* Multinomial, nos anos de 2004 e 2014, mostraram a diferença entre os gêneros em relação às referidas variáveis. Essas probabilidades podem ser observadas na Tabela 1:

Tabela 1. Sinais dos coeficientes de regressão do modelo *Logit* Multinomial

Variável	1995		2004				2014			
	Inatividade	Desemprego	Inatividade		Desemprego		Inatividade		Desemprego	
			H	M	H	M	H	M	H	M
Anos de Estudo	-	+	-	+	+	+	-	NS	+	+
Anos de Estudo ²	-	-	NS	-	-	-	NS	NS	NS	-
Idade	-	-	-	-	-	NS	-	-	-	-
Idade ²	+	-	+	+	NS	-	NS	NS	NS	NS
Renda Domiciliar	+	-	+	+	-	-	NS	NS	NS	NS
Nº de Crianças	+	+	-	+	NS	+	-	+	-	+
Nº de Adultos	-	NS	NS	+	NS	+	-	+	+	+
Pardo	-	NS	NS	-	NS	NS	-	-	-	+
Negro	-	NS	NS	-	+	NS	-	-	+	+
Filho	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Cônjuge	+	+	-	+	+	NS	-	+	NS	-
Outra Condição	+	+	+	+	+	NS	+	+	+	+
Aposentados	+	+	+	+	+	NS	+	+	+	-
Belém (PA)	+	NS	NS	+	-	-	+	+	+	+
Fortaleza (CE)	+	NS	NS	+	-	-	+	+	-	-
Recife (PE)	+	NS	+	+	NS	+	+	+	+	+

Salvador (BA)	+	NS	NS	NS	NS	+	-	+	+	+
Belo Horizonte (MG)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro (RJ)	+	NS	+	+	-	NS	+	+	-	+
Curitiba (PR)	-	-	-	-	-	-	NS	-	-	-
Porto Alegre (RS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constante			+	+	-	-	+	+	-	-

Fonte: PNAD 1995, Fernandes e Picchetti (1999); PNAD 2004, Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009); PNAD 2014, elaboração própria.

Nota: NS = Não significativo a 1%.

A respeito das relações probabilísticas exibidas na Tabela 1, algumas merecem destaque. Em 2014, a variável "Número de Crianças" apresenta um efeito negativo tanto na probabilidade de inatividade, como na de desemprego para os homens. Em 2004, os valores obtidos apresentaram uma relação negativa na probabilidade de inatividade, e não significativa para o desemprego. No caso das mulheres, tanto em 2004 como em 2014, esta mesma variável mostrou um valor positivo em todas as situações, diferentemente dos homens.

O número de adultos no domicílio teve um efeito negativo na inatividade e positivo no desemprego para o gênero masculino em 2014. No caso do gênero feminino, tanto para a situação inativa como para a de desemprego, as relações foram positivas para os anos em questão. Ainda, para a renda domiciliar, houve um efeito positivo nas chances de inatividade tanto para os homens como para as mulheres, e um efeito negativo no desemprego para ambos.

3.1. Faixa Etária

As probabilidades de inatividade para homens e mulheres, por idade, mostraram-se decrescentes na faixa etária de 10 a 40 anos, sendo as menores encontradas entre 30 e 50 anos (Figura 1). A partir desta idade, a probabilidade de inatividade para ambos os gêneros voltou a crescer. Observa-se um formato em “U” na Figura 1, pois se verifica que as maiores chances de se encontrarem inativos são entre os mais jovens e os mais idosos, sendo as mulheres com maiores probabilidades em todas as faixas etárias.

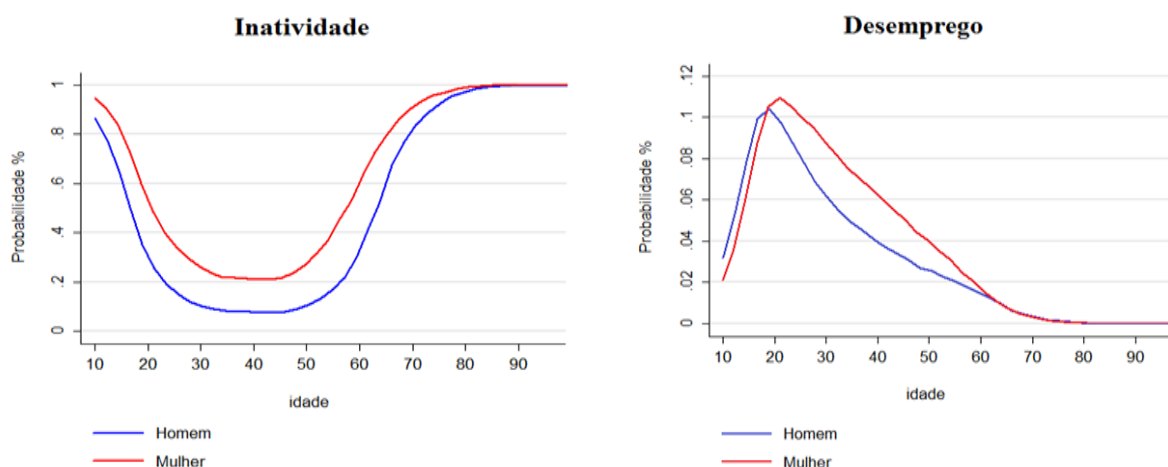


Figura 1. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e faixa etária, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

Com relação ao desemprego, a partir dos 10 anos de idade, observou-se uma tendência crescente, sendo a probabilidade máxima por volta de 20 anos. Nota-se que até esta faixa etária, as chances de as mulheres estarem em situação de desemprego são menores quando comparadas às dos homens. A partir dos 20 anos, tal situação se inverte. Os valores tendem a decair à medida que os anos aumentam e as probabilidades de desemprego para o gênero feminino são maiores.

3.2. Escolaridade

Ao examinar a probabilidade de inatividade, segundo a escolaridade, observa-se que à medida que os anos de estudos aumentam, menores as chances de o indivíduo se encontrar na situação inativa (Figura 2). Um dos fatores que pode ser considerado relevante para tal resultado, é o custo de oportunidade relativamente alto em estar fora do mercado de trabalho com uma escolaridade elevada. Tal custo, neste contexto, consiste no valor que o indivíduo estaria deixando de receber caso fique em situação de inatividade, valor o qual, a princípio, se eleva à medida que a pessoa se especializa, por isto a relação inversa anos de estudo e probabilidade de inatividade. Em todos os casos, a probabilidade de inatividade para as mulheres, são maiores se comparadas às dos homens.

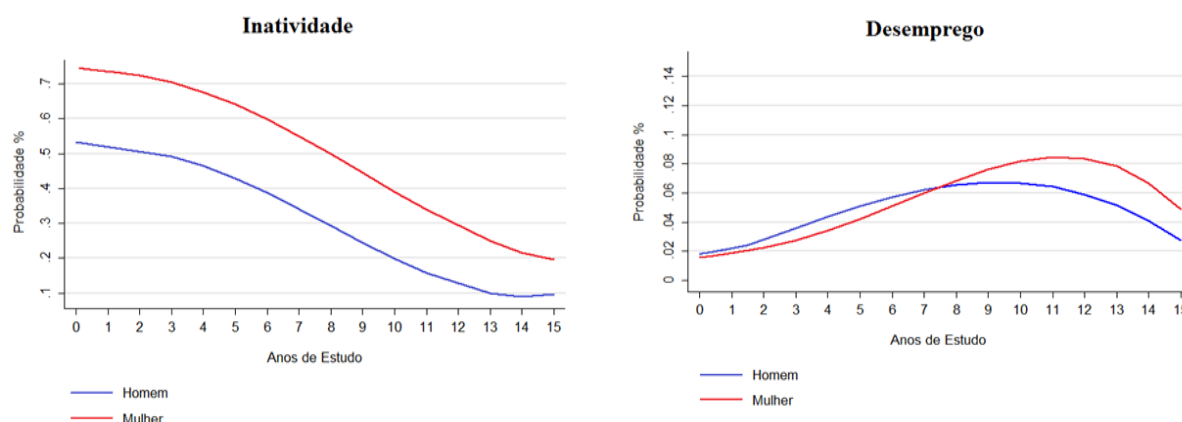


Figura 2. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e escolaridade, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

No caso do desemprego, nos primeiros anos de estudo há uma tendência crescente até determinado ponto. Para os homens, tal tendência permanece até por volta dos 9 anos de estudo, enquanto que para as mulheres essa relação positiva entre anos de estudo e probabilidade de desemprego se perdura um pouco mais, até por volta dos 11 anos. Após isto, a situação se inverte, e à medida que a escolaridade se eleva, a probabilidade de desemprego se reduz. Vale salientar que entre aproximadamente 0 a 7 anos de estudo, as probabilidades de uma mulher se encontrar em situação de desemprego é menor do que se comparado à dos homens. Porém, a partir dos 8 anos de estudo os valores se invertem, tendo o gênero masculino as menores taxas de probabilidade de desemprego.

Desse modo, a Figura 2 uma curva em formato de “U” invertido, padrão também demonstrado por Camargo e Reis (2005), com dados de 1999 para o mercado de trabalho brasileiro. Uma das justificativas para isto seria a assimetria de informação entre empregadores e empregados, ou seja, a incapacidade de o empregador ter um total conhecimento a respeito do indivíduo levando em consideração apenas os anos de estudos, e sendo a faixa com 9 anos de estudo a mais heterogênea. (CAMARGO; REIS, 2005).

3.3. Renda domiciliar

A probabilidade de inatividade possui relação direta com a renda no domicílio. Apesar de a variação ser baixa, a tendência encontrada é que à medida que a renda domiciliar se eleva, as

taxas probabilísticas de inatividade também aumentam (Figura 3). Assim, quanto maior a renda domiciliar, os incentivos da entrada no mercado de trabalho em busca de um emprego são inferiores.

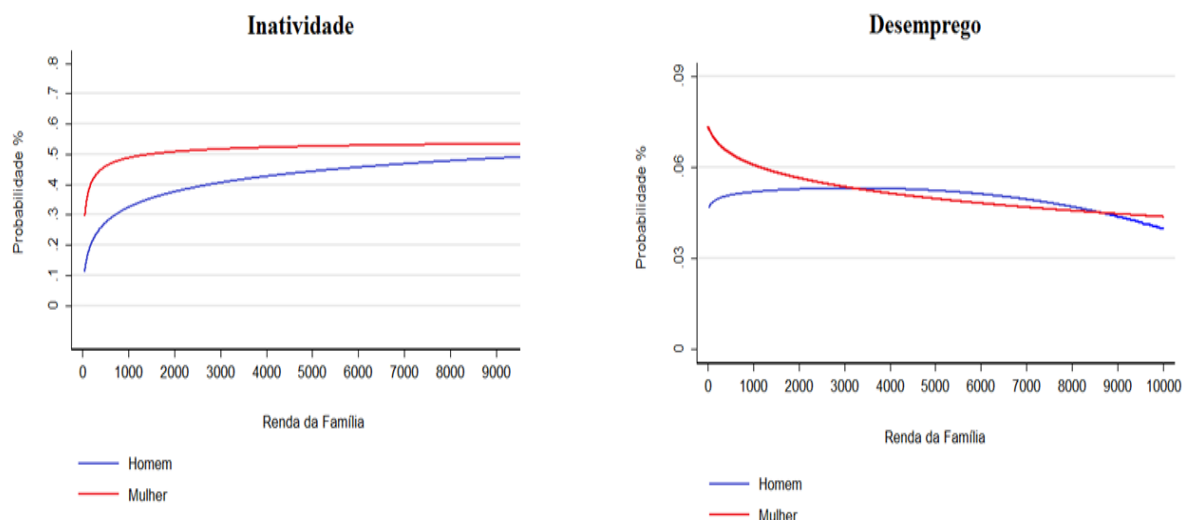


Figura 3. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e renda domiciliar, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

Acerca da probabilidade de desemprego, nota-se que, para ambos os gêneros, a tendência foi de redução, na medida em que houvesse elevações na renda. Desse modo, as maiores probabilidades de desemprego foram encontradas quando as rendas se aproximavam de zero. Em todos os casos, as mulheres apresentaram maiores taxas que os homens. Os valores ficaram em torno de 4% para os homens, e entre 4% e 7% para as mulheres.

3.4. Número de crianças no domicílio

A Figura 4 mostra a probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e número de crianças no domicílio. Sendo assim, com a presença de uma criança no domicílio, as probabilidades de inatividade caem, porém, a partir de uma segunda criança, há uma relação positiva na probabilidade de inatividade, tanto para os homens, como para as mulheres. As taxas para as mulheres, se comparada às dos homens, ficaram acima em todos os casos. O maior número de crianças no domicílio pode, de alguma maneira desmotivar as pessoas a

estarem ativas no mercado de trabalho.

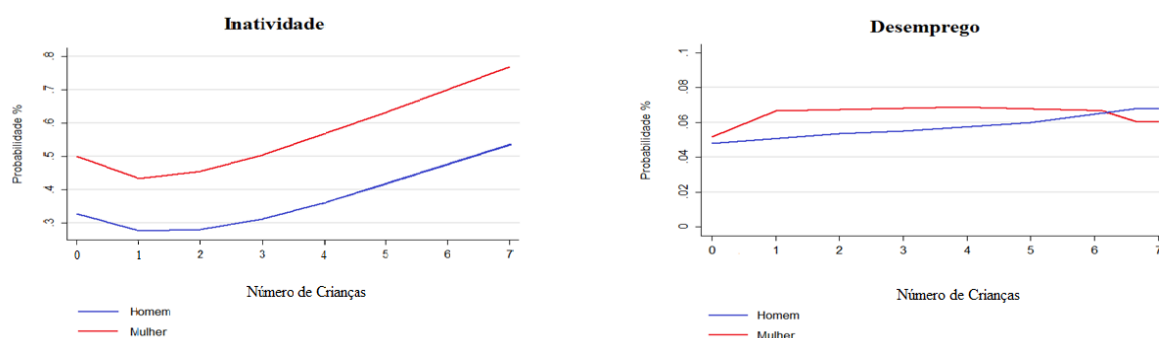


Figura 4. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e número de crianças, 2014
Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

Quanto à probabilidade de desemprego, percebe-se que para os homens há uma relação positiva entre o número de filhos e a elevação das taxas. Porém, tal elevação é pequena, variando de aproximadamente 5% para sem filho a 7% para mais de sete. Para as mulheres, o primeiro filho aumenta a probabilidade de desemprego em dois p.p. De uma a seis crianças, as taxas são constantes em 7%. A partir de seis crianças, a taxa volta a decrescer, ficando em 6%. Vale salientar que de zero a seis filhos, as chances de a mulher estar desempregada são maiores do que para os homens, por outro lado, a partir deste número, as taxas se invertem, estando o homem com as maiores probabilidades de desemprego.

3.5. Número de crianças de mulheres pobres e não pobres

A relação entre probabilidade de inatividade e desemprego segundo o número de crianças, além de variar por gênero, varia também de acordo com a renda das mulheres (Figura 5). Para este estudo, foram consideradas mulheres pobres aquelas com renda domiciliar *per capita* igual ou abaixo de R\$ 150,00 mensais, e mulheres não pobres, acima de R\$ 150,00 mensais *per capita* por domicílio.

No ano de 2014, as probabilidades mostraram tendências contrárias para mulheres

pobres e não pobres. Para mulheres com renda *per capita* mensal domiciliar igual ou inferior a R\$ 150,00, o aumento no número de crianças no domicílio eleva a probabilidade de inatividade, enquanto que para renda *per capita* mensal no domicílio superior a este valor, as chances de inatividade diminuem com a elevação do número de crianças. Uma das causas que pode interferir nesta mudança de tendência é a dificuldade de a mulher com rendas inferiores encontrar uma creche ou escola para deixar as crianças em detrimento da busca por um trabalho.

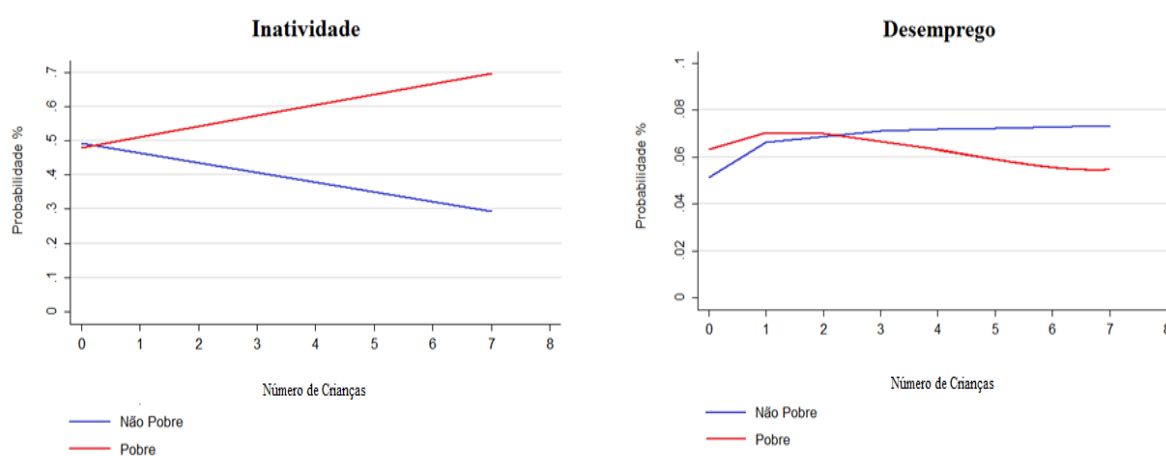


Figura 5. Probabilidade de inatividade e desemprego de mulheres pobres e não pobres, segundo o número de crianças, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

A probabilidade de desemprego entre as mulheres não pobres se eleva à medida que o número de crianças aumenta. O oposto ocorre com mulheres consideradas pobres, demonstrando uma relação inversa entre as variáveis. A maior necessidade de estar trabalhando, e consequentemente elevar a renda domiciliar, pode justificar a menor probabilidade de desemprego das mulheres pobres.

3.6. Número de adultos no domicílio

O termo “adulto” foi abordado no estudo como sendo a parcela da população com 10 anos ou mais de idade. Sendo assim, a Figura 6 mostra a influência que tal variável causa na probabilidade de desemprego e inatividade. Com um ou dois adultos no domicílio, a probabilidade de o indivíduo ser inativo decresce. A partir de três adultos, a tendência é de que

à medida que o número de pessoas acima de 10 anos no domicílio aumente, há maiores chances de o indivíduo encontrar-se em situação inativa no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres. Em todos os casos, o gênero feminino possui taxas mais elevadas se comparadas às dos homens.

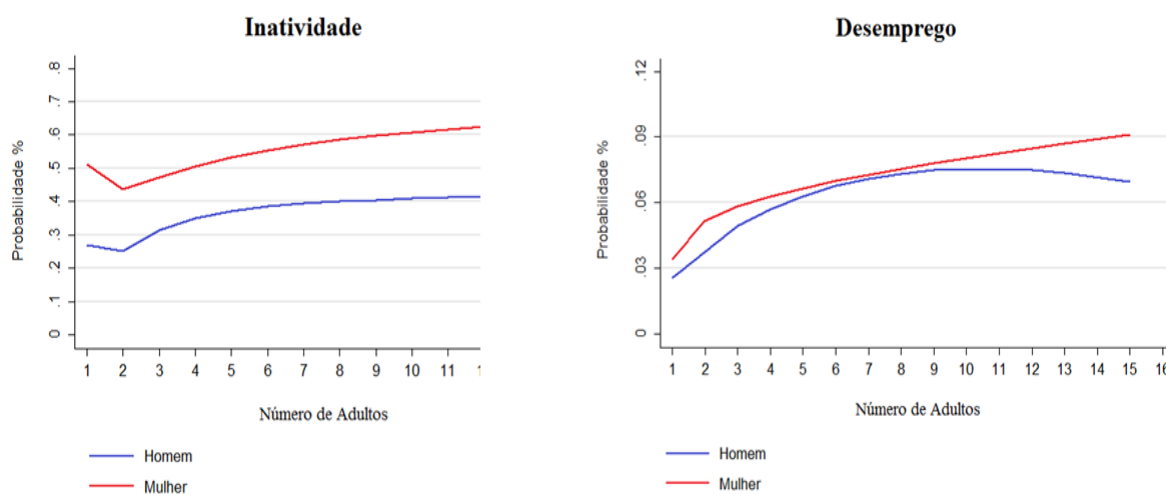


Figura 6. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e número de adultos, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

O desemprego também apresenta uma tendência semelhante à da inatividade, visto que o aumento do número de adultos no domicílio acarreta em uma elevação probabilística de o indivíduo se encontrar desempregado. Vale salientar que tanto em relação à inatividade como no desemprego, o gênero feminino apresentou as maiores probabilidades.

3.7. Etnia

Na Figura 7 são mostradas as probabilidades de inatividade e desemprego de acordo com a cor da pele. Os indivíduos negros apresentaram as menores probabilidades de estar fora do mercado de trabalho, cerca de 28% para os homens, e 44% para as mulheres. Em todas as etnias consideradas, as chances do gênero feminino estar em situação de inatividade foram maiores se comparadas às do gênero masculino.

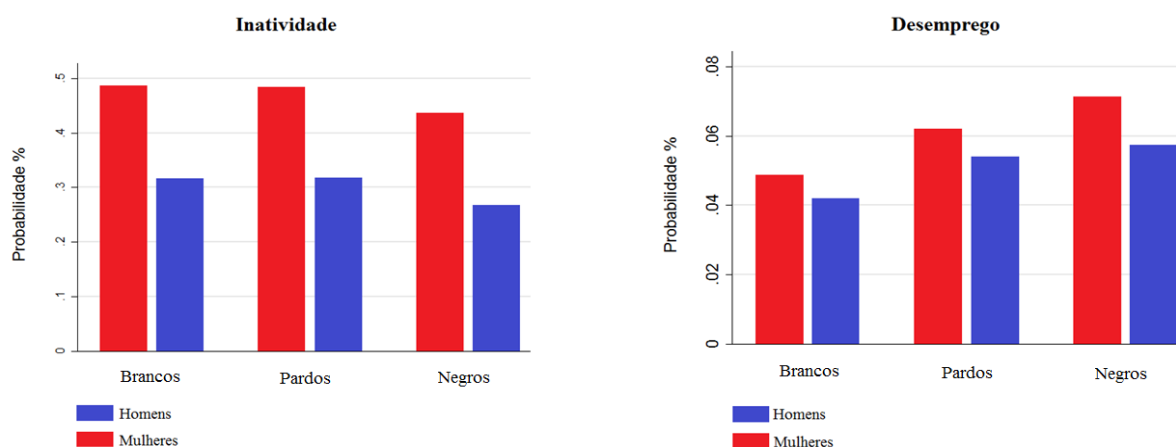


Figura 7. Probabilidade de inatividade e desemprego por gênero e cor de pele, 2014

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2014.

Em 2014 os indivíduos negros apresentaram as maiores probabilidades de desemprego, seguidos dos pardos e dos brancos, bem como no caso das mulheres para a inatividade e desemprego. No que tange à etnia, cabe a discussão acerca da possibilidade da discriminação no mercado de trabalho.

Para a análise do desemprego, pode-se realizar uma comparação com as diferenças nos rendimentos entre determinados grupos inseridos no mercado de trabalho. Desse modo, salienta-se que os maiores diferenciais de salário são encontrados na comparação entre os homens brancos e as mulheres não brancas. Isso ocorre em circunstância de que o gênero e a cor, em conjunto, potencializam as diferenças salariais, corroborando a existência de diferenciais de salários em favor de homens e brancos e elevada discriminação salarial sobre os grupos discriminados, mulheres e não brancos (SOUZA et al., 2015).

Ao comparar os resultados de 2014 com os de Fernandes e Picchetti (1999) para 1995 e de Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) para 2004, foi possível verificar uma participação maior das mulheres no mercado de trabalho, apesar de ainda sofrerem mais com o desemprego do que os homens. Os resultados aqui obtidos demonstram que apesar de ter ocorrido redução nas desigualdades entre as etnias, tal discriminação ainda persiste.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar o desemprego e a inatividade entre gêneros,

faixas etárias, níveis de escolaridade e etnias, no mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2014. Para tanto, o enfoque foi direcionado em análises probabilísticas por gênero, faixa etária, escolaridade e por cor da pele dos indivíduos.

Por meio do modelo *Logit* Multinomial foi possível analisar a influência das variáveis nas probabilidades de uma pessoa encontrar-se em situação inativa ou desempregada. Em geral, observou-se que as probabilidades tanto de inatividade como a de desemprego, para o gênero feminino foram maiores do que as do gênero masculino.

A cor da pele também mostrou ser uma variável influenciadora, sendo desfavorável aos negros em relação aos brancos no que tange a probabilidade de desemprego. A parcela da população de cor negra apresentou maiores chances de estar ativa na sociedade, no entanto foi o grupo com maior probabilidade de desemprego.

Dessa forma, é notório que, apesar da evolução entre 1995 e 2014, as desigualdades em relação à inatividade e desemprego ainda persistem entre determinados grupos. As explicações para tais distinções podem decorrer de inúmeros fatores. No que tange as peculiaridades do mercado de trabalho, há demandas por mão de obra de formas distintas para faixas etárias, ou com menor ou maior escolaridade. Por outro lado, as diferenças entre homens e mulheres, assim como entre as cores de pele, podem estar ligadas a fatores históricos enraizados na cultura do país que tem perdurado ao longo do tempo, atrasando o processo de construção de um país mais igualitário.

Referências

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**, Porto Alegre, p.195-208, 2007.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 4, p. 31-52, 2005.

BORJAS, G. **Labour Economics**. New York, New York. The Mcgraw-Hill Companies. 2010.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, p. 381-425, 2005.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 185-210, 2004.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, p. 95-111, 1998.

FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.29, n.1, p.87-112, 2009.

HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. **Econometria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2014.

LONG, J. S.; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variables using Stata**. College Station, 2001.

OLIVEIRA, P. R.; SCORZAFAVE, L. G.; PAZELLO, E. T. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova economia**, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

POCHMANN, M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos Jovens no Brasil: Os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **Revista Brasileira de Economia**, v.61, n.4, p.493-518, 2007.

SCHWARTZMAN, F. F. Estimativa de Curva de Phillips para o Brasil com preços desagregados. **Economia Aplicada**, v.1, n.10, p.137-155, 2006.

SCHWARTZMAN, S.; COSSIO, M. B. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer-Geração Futuro**, v. 7, n. 2, p. 51-65, 2007.

SOARES, S. S. D. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. (Texto para Discussão). Ipea. Brasília, 2000.

SOUZA, S. C. I.; MAIA, K.; FIUZA-MOURA, F. K.; GOMES, M. R.; SILVA, R. J. Diferenças salariais por gênero e cor e o impacto da discriminação econômica. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 9, n. 1, p. 32-49, 2015.

Mercado de trabalho na construção civil: o subsetor de edificações durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000

Melissa Ronconi de Oliveira

meronconi@gmail.com

Economista, mestra e doutoranda em
Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP

Resumo

A partir dos anos 2000 os estímulos à construção civil são retomados, especialmente com o lançamento do PAC e do PMCMV, levando à abertura de novas frentes de trabalho por todo o país. Com isso, inúmeros postos de trabalho são criados no setor, cabendo então a pergunta que norteia este artigo: esse dinamismo foi acompanhado de melhoras das condições de trabalho no setor? Frente às diferenças que marcam o trabalho na infraestrutura e na construção de edifícios, este artigo analisa o mercado de trabalho no subsetor de edificações durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000. Como será visto, houve uma forte geração de empregos formais e salários entrando em trajetória de valorização real. Porém, as condições de trabalho continuaram precárias, como pode ser constatado pela elevada acidentalidade e pela manutenção de resgates de trabalhadores em condições análogas ao escravo. A rotatividade do setor, já elevada, aumenta ainda mais com o crescimento do número de vínculos, demonstrando a fragilidade da *manutenção* desse novo patamar de emprego pelo setor.

Introdução

A construção civil tem sido recorrentemente usada na história do país para a geração de postos de trabalho de baixa qualificação. Durante a ditadura militar, tivemos grandes programas como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Especialmente o BNH teve papel central no contexto urbano, ao permitir a abertura de frentes de trabalho de baixa qualificação, importantes para a absorção de migrantes que chegavam às cidades durante as décadas de 1960 a 1970.

Mais de dez anos se passaram sem políticas claras de fomento direto à construção civil e somente nos anos 2000 assistimos à retomada de grandes obras de infraestrutura e edificações. Dois foram os programas centrais para o dinamismo apresentado pela construção na década: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O dinamismo da construção se deu, portanto, em duas frentes: grandes projetos de infraestrutura e construção de moradias. Pelas marcantes diferenças entre as condições de trabalho e remunerações entre o emprego na infraestrutura e nas edificações¹, este artigo dará ênfase ao trabalho no subsetor da Construção de Edifícios. Para tanto, começamos com uma breve revisão da retomada do financiamento habitacional, seus feitos e contradições.

A retomada do financiamento habitacional e o PMCMV

Entre o fim do BNH e o PMCMV o país experimentou um período errático de fomento à produção residencial. A criação do Ministério das Cidades (2003) abre uma nova fase de esperanças na retomada da produção habitacional. No começo do governo foi formulada uma nova política nacional de habitação, o PlanHab, que, porém, não pôde ser implementada de imediato devido ao contingenciamento de recursos. Ainda assim foram destinados recursos ao Fundo Nacional de Habitação (FNH) e instituído o Sistema Nacional Habitação de Interesse Social, ainda que em montantes bastante inferiores aos previstos. Ampliou-se com isso o atendimento as camadas de mais baixa renda a partir de 2005 e 2006. Em 2007 é lançado o PAC, que previa uma parte dos seus investimentos à habitação, aumentando a destinação de recursos não onerosos à habitação a partir de 2007 (BONDUKI, 2009).

Além disso, o financiamento para a classe média foi alargado após a resolução do Banco Central que passou a exigir dos bancos a aplicação de parte dos recursos da poupança para o crédito habitacional. A lei nº10.931 de 2004 também permitiu essa

¹ A infraestrutura utiliza maior quantidade de maquinário – o que reflete na necessidade de maior parcela de trabalhadores especializados. Além disso, a infraestrutura muitas vezes desloca trabalhadores para o interior do país, gerando um processo de socialização e padrão de remuneração específicos.

ampliação para o mercado de classes médias, dando segurança jurídica ao mercado ao regulamentar a alienação fiduciária (BONDUKI, 2009; FIX, 2011)

A retomada do financiamento habitacional está inserida na reativação dos mecanismos de incentivo ao consumo e à produção. A construção vinha apresentando elevado crescimento, porém, é um setor duramente atingindo pela reversão de expectativas a partir da eclosão da crise internacional de 2008. Buscando manter o dinamismo de um setor com grandes encadeamentos e importante empregador, uma nova política habitacional é lançada.

O PMCMV é lançado no começo de 2009 como uma das principais políticas anticíclicas frente à crise. Por cumprir um papel de ativação da economia, o programa centra sua atuação no financiamento apenas de novas unidades, em abandono de diversos outros modelos de provisão habitacional que poderiam ser adotados, como o financiamento de imóveis usados, o aluguel social ou mesmo a desapropriação de imóveis vagos – que no caso brasileiro cobriria em termos numéricos grande parte do déficit. O programa, ao restringir sua atuação para a produção de novas unidades, reproduz a *ideologia da casa própria* (FIX, 2011).

Apesar das críticas, a retomada do dinamismo da construção residencial teve impacto direto na elevação do número de empregados do setor. Especialmente no caso do PMCMV – formulado como política anticíclica – o ciclo entre injeção de financiamento para a produção e geração de empregos era central para a manutenção do dinamismo após a reversão de expectativas causada pela eclosão da crise econômica internacional.

Mercado de trabalho na Construção Civil

A análise de dados secundários permite esboçar o perfil do emprego gerado pela construção, cabendo algumas observações iniciais. São diversas as formas de produção da moradia no Brasil: ainda é muito comum a autoprodução da moradia - fora do mercado² – e diversas formas de produção de mercado – que ocorre a partir da contratação de profissionais autônomos ou pela construção por empresas. A construção

² Classificamos como ‘fora do mercado’ aqui partindo do entendimento apenas que neste caso ocorre sem compra e venda de força de trabalho. No mais, reconhecemos a importância da autoconstrução para o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, em uma dinâmica desta forma, integrada à produção capitalista no subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003).

civil é um setor que apresenta grande informalidade do trabalho, tanto pela grande parcela de construções realizadas por trabalhadores conta própria – uma produção *informal de mercado*, como pelos empregados de estabelecimentos sem carteira de trabalho – descumprimento da legislação trabalhista dentro da produção *formal de mercado*³. Apesar das elevada variabilidade de modos de edificar, a análise a partir de dados secundários deste mercado de trabalho encontra limites nas atuais pesquisas de mercado de trabalho. Neste artigo daremos ênfase aos trabalhadores formais, a partir das informações extraídas da RAIS/MTE.

A construção civil⁴ foi o setor com maior taxa de crescimento do emprego formal na série estudada, apresentando uma variação de 115% do número de vínculos entre 2006 e 2013. Dentre os que trabalham na construção, mais de 42% estavam no subsetor de Construção de Edifícios em todos os anos. O crescimento total dos vínculos formais nos oito primeiros anos da série é de 114,1% para a Construção de Edifícios, 85,7% na Infraestrutura e 167,9% nos Serviços Especializados. Esse crescimento acumulado resulta em um crescimento anual, respectivamente, de 11,5%, 9,2% e 15,1%. São taxas elevadas, indicando que o setor estava desaquecido e, frente aos estímulos, cresce rapidamente, incorporando novos trabalhadores e formalizando os informais.

Evolução dos vínculos formais de trabalho

Ano	Edificações		Infraestrutura		Serviços Especializados		Total Construção	
	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação
2006	630.410	-	514.513	-	293.790	-	1.438.713	-
2007	718.472	13,97%	610.393	18,64%	345.618	17,64%	1.674.483	16,39%
2008	852.125	18,60%	720.109	17,97%	414.897	20,04%	1.987.131	18,67%
2009	957.057	12,31%	788.111	9,44%	476.086	14,75%	2.221.254	11,78%
2010	1.197.149	25,09%	847.985	7,60%	588.540	23,62%	2.633.674	18,57%
2011	1.309.243	9,36%	920.170	8,51%	679.718	15,49%	2.909.131	10,46%
2012	1.339.911	2,34%	945.889	2,80%	729.573	7,33%	3.015.373	3,65%
2013	1.351.652	0,88%	955.272	0,99%	787.229	7,90%	3.094.153	2,61%
2014	1.318.124	-2,48%	889.164	-6,92%	812.139	3,16%	3.019.427	-2,42%
2015	1.117.557	-15,22%	730.394	-17,86%	737.217	-9,23%	2.585.168	-14,38%

³ Para mais detalhes consultar as Notas Metodológicas de Oliveira (2016).

⁴ Pela CNAE 2.0 a Construção é dividida em três subsetores: Construção de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção.

Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

É possível ver na série o desaquecimento que já vem ocorrendo na construção a partir de 2014, com particularidades entre os três subsetores. Como visto, o financiamento habitacional vem sendo retomado desde 2004 e o PAC é criado em 2007, refletindo em crescimento intenso dos setores de Edificações e Infraestrutura no período 2006 – 2008. Em 2009, com o lançamento do PMCMV há uma continuidade do crescimento do subsetor de Construção de Edifícios, já que o crescimento do número de vínculos anual era de 16,2% entre 2006 e 2008 e passa a 15,3% entre 2008 e 2011. Esses números permitem identificar que o PMCMV teve como função *manter* o dinamismo de um setor que já vinha aquecido desde meados da década.

A construção de grandes obras não contou com políticas específicas frente à crise internacional, o que reflete no crescimento deste subsetor – o número de vínculos cresceu a uma taxa anual de 18,3% entre 2006 e 2008 e cai para 8,5% entre 2008 e 2011 - ainda com essa queda apresenta taxas de crescimento bastante elevadas. Há, portanto, particularidades entre os subsetores frente aos movimentos da economia brasileira.

A dinâmica econômica continua piorando nos anos seguintes à 2011, com reflexos diretos no crescimento da Construção Civil. Após essa série de intenso crescimento, a Construção de Edifícios passa a patamares decrescentes de geração de emprego, até 2014 e 2015 quando o estoque de vínculos decresce: - 2,5% em 2014 e - 15,2% em 2015. É também entre 2014 e 2015 que ocorre variação negativa dos empregados na Infraestrutura, uma queda de 6,9% em 2014 e de 17,9% em 2015.

O subsetor de Serviços Especializados apresenta um dinamismo diferente. Teve o crescimento mais intenso entre os subsetores da construção civil no auge e mantém o crescimento mais elevado após a crise de 2008. Esse elevado e contínuo crescimento dos Serviços está associado a um movimento estrutural de maior utilização da terceirização de atividades da construção civil – diferente da dinâmica cíclica associada a um movimento conjuntural dos demais subsetores. Na série, os vínculos no subsetor de Serviços crescem 176,4% entre 2006 e 2014, o que resulta em uma taxa de 13,5% ao ano. Mesmo apresentando uma desaceleração após 2011, permanece com uma taxa anual de 6,1% entre 2011 e 2014, com decréscimo no estoque de trabalhadores apenas em 2015.

Com o aquecimento do setor, o salário da construção entra em uma trajetória de aumento real. Durante os anos estudados, os reajustes da construção superam os reajustes do mínimo nacional, porém, sua remuneração média permanece abaixo do conjunto do emprego formal.

Salários – comparação

Ano	Salário Mínimo				Salário Médio do Emprego Formal				Salário Médio da Construção Civil			
	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)
2006	350	548,8	-	-	1.236,19	1.938,33	-	-	904,85	1.418,79	-	-
2008	415	581,1	5,89	2,90	1.436,70	2.011,83	3,79	1,88	1.140,29	1.596,76	12,54	6,09
2011	545	649,0	11,69	3,75	1.827,45	2.176,29	8,17	2,65	1.484,67	1.768,08	10,73	3,46
2014	724	724,0	11,55	3,71	2.352,42	2.352,42	8,09	2,63	1.932,56	1.932,56	9,30	3,01

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

A Construção de Edifícios ainda concentra parcela expressiva de Ajudantes e Pedreiros – somando 50% em todos os anos estudados. Esses profissionais, típicos do modo manufatureiro de edificar⁵, aumentam sua participação entre o total de vínculos – e só apresenta queda com o agravamento da crise após 2013. São profissionais abundantes nos canteiros das Edificações, mas com uma frágil inserção – além dos baixos salários, oscilam com o ritmo das obras: com o agravamento da crise são os primeiros a serem dispensados.

Frequência, salário médio e coeficiente de variação por ocupação selecionada na Construção de Edifícios

⁵ Há um extenso debate sobre o modo de produção da casa no Brasil, especialmente a partir da contribuição de Sérgio Ferro (1969). Para mais, ver Pereira (1988) e Farah (1996). Durante a retomada do financiamento habitacional nos 2000, retorna um debate sobre uma possível industrialização da construção. Sobre o tema, ver Baravelli (2014) e Bertasso (2012).

Construção de Edifícios													
Ocupação	Frequência da ocupação (%)				Salário médio				Coeficiente de Variação				
	2006	2008	2011	2014	2006 (em R\$ 2014)	Variação 2006-2008	Variação 2008-2011	Variação 2011-2014	2014 (em R\$ 2014)	2006	2008	2011	2014
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	1.188,59	10,81	11,03	14,45	1.673,62	1,259	1,423	1,303	1,211
Ajudantes de obras civis	31,86	32,17	32,45	29,09	721,13	6,60	11,88	12,51	967,66	0,601	0,504	0,595	0,538
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	2,27	1,25	0,80	0,94	766,93	4,63	5,98	18,32	1.006,19	1,232	0,408	0,462	0,441
Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações	0,01	0,07	0,00	0,01	889,23	33,97	1,29	24,89	1.507,04	0,753	0,515	0,728	0,472
Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	0,80	0,79	0,58	0,45	903,61	5,38	27,19	28,68	1.558,43	0,782	0,710	0,742	0,743
Porteiros, guardas e vigias	1,59	1,48	1,42	1,49	960,95	2,32	6,73	11,27	1.167,74	0,499	0,647	0,485	0,450
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	19,77	20,42	20,55	20,60	973,89	8,48	12,60	15,85	1.378,10	0,516	0,526	0,571	0,553
Gesseiros	0,12	0,16	0,22	0,29	980,75	7,01	11,25	15,85	1.352,67	0,465	0,456	0,607	0,561
Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	1,50	1,60	1,70	1,79	993,77	6,02	16,28	13,90	1.395,47	0,488	0,495	0,572	0,543
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis	6,78	6,70	6,38	6,15	1.073,85	9,84	12,91	12,26	1.495,10	0,519	0,544	0,583	0,559
Montadores de estruturas de concreto armado	2,36	2,75	2,71	2,67	1.095,49	8,79	12,44	12,03	1.501,22	0,489	0,473	0,563	0,508
Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração	0,03	0,05	0,06	0,05	1.131,91	-9,16	6,39	27,84	1.398,59	0,619	0,548	0,589	0,608
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados	0,15	0,12	0,18	0,13	1.166,79	20,46	1,83	15,35	1.650,78	0,525	0,692	0,521	0,513
Trabalhadores de instalações elétricas	1,51	1,51	1,54	1,58	1.175,55	9,82	9,27	16,56	1.644,27	0,657	0,640	0,651	0,612
Encanadores e instaladores de tubulações	1,02	1,11	1,19	1,30	1.212,35	1,93	14,01	12,21	1.580,86	0,699	0,580	0,614	0,547
Eletricistas-eletrônicos de manutenção	0,46	0,48	0,48	0,61	1.234,97	10,92	19,02	9,25	1.781,22	0,621	0,595	0,542	0,513
Almoxarifes e armazenistas	0,87	0,95	1,08	1,18	1.279,27	5,63	11,61	12,63	1.698,70	0,668	0,616	0,622	0,587
Motoristas de veículos de cargas em geral	1,00	0,99	0,94	1,06	1.340,76	2,71	12,44	14,30	1.769,80	0,535	0,553	0,541	0,494
Trabalhadores de tracagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos	0,23	0,25	0,23	0,27	1.353,39	11,69	9,23	-4,31	1.580,00	1,659	0,646	0,541	0,600
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	0,72	0,67	0,61	0,64	1.354,03	6,60	5,64	8,92	1.660,91	0,748	1,080	0,748	0,809
Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações	0,86	0,81	0,85	1,02	1.392,75	7,37	17,13	12,69	1.973,69	0,594	0,606	0,582	0,543
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4,68	4,74	4,78	5,20	1.487,11	19,08	-4,40	3,00	1.743,76	1,113	1,151	1,083	1,126
Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos	0,41	0,42	0,37	0,41	1.660,16	1,56	9,39	9,18	2.013,77	0,839	0,650	0,645	0,603
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	0,15	0,14	0,09	0,12	1.757,55	-21,89	-1,05	26,72	1.721,29	0,810	0,756	0,817	0,688
Trabalhadores de caldearia e serralheria	0,34	0,28	0,27	0,29	1.982,67	-26,66	13,56	21,61	2.007,99	1,258	0,685	0,717	0,722
Supervisores da construção civil	3,66	3,79	3,92	4,16	2.065,24	10,54	17,38	12,93	3.026,28	0,811	0,827	0,813	0,763
Técnicos em construção civil (edificações)	0,57	0,65	0,76	0,97	2.253,69	22,15	-1,56	-0,02	2.709,36	0,819	0,953	0,748	0,788
Técnicos em segurança no trabalho	0,35	0,44	0,59	0,74	2.293,36	-0,41	7,57	5,33	2.587,85	0,656	0,655	0,655	0,627
Engenheiros civis e afins	1,41	1,37	1,22	1,28	4.700,30	17,62	20,25	8,46	7.209,80	0,732	0,726	0,712	0,690

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Os profissionais cujas médias estão mais próximas do salário mínimo tendem a acompanhar a sua trajetória de valorização. Já os profissionais especializados – que foram escassos durante o boom de novas obras nos anos 2000 – tem variações reais de salário acima do mínimo. A explicação para o elevado reajuste salarial médio da Construção vem não apenas da política de valorização do mínimo nacional, mas também do rápido e intenso crescimento da Construção Civil nos anos 2000. Os estímulos foram combinados para os diferentes subsetores: ao mesmo tempo que se retoma o financiamento habitacional, o PAC é lançado. Os dois subsetores passaram por um período de busca de profissionais especializados comuns, como engenheiros, marceneiros, etc. – que experimentaram reajustes salariais elevados.

Escolaridade

Escolaridade	Construção de Edifícios				Total Emprego Formal Brasil			
	2006	2008	2011	2014	2006	2008	2011	2014
Analfabeto	1,6	1,4	1,3	1,1	0,7	0,6	0,4	0,3
Até 5ª Incompleto	14,3	12,5	12,6	11,3	4,5	3,9	3,5	2,9
5ª Completo Fundamental	16,2	13,9	10,7	7,6	6,4	5,4	4,2	3,1
6ª a 9ª Fundamental	21,1	20,1	16,7	14,6	9,8	8,8	7,4	6,1
Fundamental Completo	19,8	21,2	19,7	18,6	15,4	14,2	12,4	10,8
Médio Incompleto	6,7	7,3	8,4	8,5	8,6	8,3	7,9	7,4
Médio Completo	14,5	17,4	24,2	30,6	35,3	38,6	43,2	46,1
Superior Incompleto	1,6	1,7	1,9	2,1	4,3	4,3	4,1	3,8
Superior Completo	4,2	4,5	4,7	5,6	15,0	15,9	17,0	19,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Na década há uma elevação da escolaridade em todos os subsetores da construção, reflexo das melhoras educacionais do conjunto do país. O setor, porém, segue gerando emprego de baixa escolaridade, e é nas edificações onde se concentram os empregados com pior distribuição de escolaridade dentro da Construção. Apesar de não concentrar a maior proporção entre aqueles que chegaram ao ensino superior é nos Serviços Especializados que se encontra a maior escolaridade média – fator também associado à menor idade dos seus trabalhadores. A proporção de analfabetos na Construção de Edifícios, apesar de baixa, é duas vezes maior que a do total do emprego formal em 2006 e passa a ser 3,6 vezes maior em 2014. Há um aumento da escolaridade dos empregados

das Edificações, com aumento do número de profissionais que chegam ou concluem o nível superior e maior presença daqueles que possuem entre o fundamental incompleto e o médio completo – em contrapartida da acentuada queda daqueles que frequentaram a escola, mas não concluíram o ensino fundamental – que caem de 51,6% em 2006 para 33,4% em 2014. As Edificações ainda absorvem trabalhadores com pouca formação: apesar de uma tendência de melhora na distribuição da escolaridade dos vínculos, quando comparada ao total do emprego formal no Brasil percebe-se a elevada proporção de analfabetos e trabalhadores que frequentaram a escola por poucos anos. Apesar da maior escolaridade dos trabalhadores da Construção de Edifícios durante a série, esta ainda apresenta distribuição distinta com relação ao emprego formal total do Brasil. Isso reflete o padrão de absorção de trabalho do setor: o setor ainda gera postos de trabalho de baixa escolaridade (OLIVEIRA, 2016).

Com uma demanda prolongada o subsetor estrutura-se: apesar de abundante, reduz a proporção de estabelecimentos da Construção de Edifícios de até 49 empregados, aumentando a participação dos médios e grandes. O setor formal da Construção de Edifícios contrata em sua maioria empregados CLT para jornada integral. O setor segue predominantemente masculino e a estrutura de idade, apesar de não apresentar grandes mudanças, permite visualizar a maior absorção do jovem em postos formais de trabalho (OLIVEIRA, 2016).

A rotatividade é elevada em todos os subsetores da construção, resultado das demissões que costumam ocorrer com a sucessão de equipes profissionais ao longo da obra e ao seu término. Entre 2006 e 2014 a rotatividade da Construção de Edifícios aumenta, já que o maior fluxo de trabalhadores está associado a momentos de maior atividade econômica, como é possível verificar a partir da tabela abaixo.

Rotatividade – Edificações

	2006	2008	2011	2014
Admitidos no ano	769.295	1.128.740	1.695.737	1.635.798
Desligados no ano	675.536	982.953	1.541.374	1.638.875
Estoque em 31/12/2016	630.410	852.125	1.309.243	1.351.652
Fluxo de contratação e dispensa	115,8%	126,1%	125,1%	120,9%

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Para além da análise de dados de mercado de trabalho, é necessário pontuar fatores qualitativos sobre esse montante de emprego gerado. A construção civil permanece campeã em acidentes e mortes como resultado de acidentes de trabalho. A tabela abaixo permite visualizar como a evolução dos vínculos se dá com o avanço dos acidentes no total da construção e em seus subsetores.

Acidentes

Ano	Edificações			Serviços Especializados			Infraestrutura		
	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes
2007	14,0%	-1,1%	26,6%	17,6%	2,9%	33,1%	18,6%	10,1%	29,1%
2008	18,6%	26,0%	41,7%	20,0%	40,3%	57,1%	18,0%	25,3%	35,2%
2009	12,3%	6,6%	5,1%	14,7%	17,0%	13,6%	9,4%	3,0%	2,2%
2010	25,1%	10,6%	4,4%	23,6%	4,8%	3,5%	7,6%	-0,5%	-4,7%
2011	9,4%	13,8%	14,6%	15,5%	12,3%	10,1%	8,5%	-0,7%	0,1%
2012	2,3%	3,3%	5,5%	7,3%	3,6%	1,0%	2,8%	9,9%	10,0%
2013	0,9%	-0,9%	-3,3%	7,9%	2,4%	-0,2%	1,0%	-4,2%	-5,5%

Fonte: RAIS e INFOLOGO/INSS. Elaboração própria.

É alta a taxa de mortalidade da construção civil. A participação da construção civil entre os óbitos como resultado de acidentes do trabalho era de 10% em 2006, passando para 16% em 2013. A construção civil empregava cerca de 4% em 2006 e 6,3% em 2013 dos trabalhadores formais, mas participa com maiores proporções entre o total de acidentes fatais, representando um setor de maior insegurança laboral.

Acidentes fatais

Ano	Acidentes fatais Construção	Participação da Construção no total de acidentes fatais	Vínculos Construção	Participação da Construção no total do emprego formal
2006	284	10,15	1.438.713	4,09
2007	319	11,21	1.674.483	4,45
2008	384	13,63	1.987.131	5,04
2009	407	15,90	2.221.254	5,39
2010	456	16,56	2.633.674	5,98
2011	492	16,75	2.909.131	6,28
2012	456	16,47	3.015.373	6,35
2013	451	16,12	3.094.153	6,32

Fonte: RAIS e INFOLOGO/INSS. Elaboração própria.

O cenário da segurança do trabalho nos canteiros parece ter piorado. Os investimentos e financiamentos públicos para a construção não vieram com exigências de contrapartidas para o mundo do trabalho. Ao contrário, as empresas do setor aproveitam-se das condições degradantes de gestão do trabalho construídas historicamente para o setor no país para ampliar seus lucros num cenário de grande disponibilidade de financiamento.

Apesar de não ser possível identificar um padrão claro de relações entre a evolução dos vínculos e dos acidentes, pode-se perceber que estes apresentam uma tendência de aumento com o maior número de empregados e caem com a perda de dinamismo do setor a partir de 2013. Isto permite reforçar o argumento presente na revisão da literatura quanto à um processo de *incorporação seletiva de tecnologia* (FILGUEIRAS, 2015):

Essa característica é evidenciada, por exemplo, pelo caráter pró-cíclico dos acidentes no Brasil, tanto no conjunto da economia, quanto na construção civil, quando o avanço da tecnologia poderia implicar exatamente o contrário, ou seja, a redução sistemática do adoecimento laboral. Inclusive, e essa é outra evidência desse padrão predatório, (...) que a adoção de tecnologia pelas empresas é seletiva, e tende a não incluir aquelas que versam sobre segurança do trabalho. Ao reverso, as

iniciativas predominantes são de resistência à incorporação de novas tecnologias mais seguras. (FILGUEIRAS, 2015, p. 17).

Além da elevada acidentalidade, uma mostra das condições degradantes que ainda imperam no trabalho na construção fica expressa nos frequentes casos divulgados pela mídia de trabalho análogo ao escravo⁶ no setor. Na tabela abaixo temos o total de resgates na construção civil, explicitados os relativos às empresas classificadas como Edificações, Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção, assim como o total de resgatados no ano.

Importante ressaltar que os dados refletem apenas a amostra de trabalhadores em condições análogas que foram resgatados, portanto, apenas parte do total da população. Os grupos de fiscalização atuam a partir de denúncias ou a partir de iniciativas próprias da equipe, portanto, os dados refletirão o viés das investigações ocorridas no ano. Objetiva-se aqui, assim, apenas apresentar como a realidade do trabalho degradante ainda é uma realidade na construção civil em todos os seus subsetores.

Resgates

Subsetor	2011	2012	2013	2014
Total Construção	348	344	1.151	262
Edificações	286	325	809	161
Infraestrutura	62	4	303	99
Serviços	0	15	39	2

Fonte: Repórter Brasil. Elaboração própria.

Considerações Finais

O financiamento habitacional é retomado com força durante os anos 2000, impulsionado pelo crescimento econômico e recuperação dos tradicionais *fundings* do setor – FGTS e SBPE. Logo após a eclosão da crise de 2008, o governo brasileiro reagiu com medidas de estímulo ao crescimento econômico, quando o PMCMV foi lançado,

⁶ Constantemente a divulgação da “lista suja” é suspensa ou retomada pela justiça, limitando a formação de uma série para análise.

permitindo a continuidade temporária do dinamismo do setor imobiliário, gerando renda e empregos.

Entre 2006 e 2014 a Construção foi o setor que apresentou maior proporção de crescimento de número de vínculos formais no Brasil. Porém, já é possível visualizar os fortes impactos do agravamento da crise internacional no Brasil e seus reflexos no setor: após ter mantido taxas elevadas de crescimento do número de vínculos, a partir de 2011 o setor emprega a taxa decrescentes até chegar à reversão, quando passa a demitir mais do que contratar: uma variação negativa de 2,2% nos vínculos em 2014 e de -14,38% em 2015.

Na Construção de Edifícios é possível constatar o impacto da retomada do financiamento habitacional em meados dos anos 2000 no aumento dos vínculos e o papel cumprido pelo PMCMV em sustentar o crescimento do subsetor após os impactos iniciais da crise. Na Infraestrutura o crescimento do emprego é maior nos primeiros anos da série, devido às obras do PAC e depois da crise o subsetor passa a apresentar taxas decrescentes. Em ambos os subsetores já é possível visualizar os impactos do agravamento da crise econômica no emprego do setor – Construção de Edifícios e Infraestrutura, após anos de taxas elevadas de crescimento, têm grande queda no ritmo em 2013 e em 2014 e 2015 têm saldo negativo no emprego – a Construção de Edifícios diminui seus vínculos em 2,5% e a Infraestrutura em 6,9% em 2014 e 15,2% e 17,9% respectivamente em 2015. O subsetor de Serviços Especializados também tem oscilações no seu dinamismo com as mudanças econômicas na década, mas apresenta um movimento mais sustentado de crescimento do emprego indicando um movimento estrutural de aumento da terceirização na Construção Civil.

Esse intenso dinamismo da construção civil dentro de um contexto de crescimento econômico e de valorização do salário mínimo teve reflexos nos reajustes obtidos pelo setor: o salário médio da Construção obteve crescimento real anual superior à variação do mínimo e do salário médio do emprego formal. O setor não só cresceu: cresceu gerando empregos formais e com salário em trajetória de valorização.

Porém, apesar dos reajustes, a Construção se mantém com uma estrutura de baixos salários e ao salário médio baixo soma-se uma alta dispersão dos salários em torno

da média. Analisando os salários de algumas famílias ocupacionais selecionadas, foi possível constatar a amplitude do leque salarial e os reajustes desiguais de salário por ocupação.

Apesar do aumento explosivo dos vínculos e dos ganhos reais de salário, a rotatividade do trabalhador da Construção de Edifícios permanece elevada e eleva-se ainda mais com o maior dinamismo durante a série: o setor não passou por mudanças que levassem a maior fixação dos trabalhadores no emprego. Esta alta rotatividade permite entender a facilidade da reversão da sua estrutura de emprego. Na década, o setor chegou a dobrar o número de postos formais. Diferentemente de outros setores industriais, a expansão do emprego na construção não está (necessariamente) associada à instalação conjunta de grande estrutura de capital fixo: a expansão das obras se dá com a abertura de novos canteiros. Sua elevada rotatividade está associada a essa dinâmica de funcionamento da construção e permite entender a rapidez com que o setor reage à políticas de estímulo e, também, da rápida contração quando cessam os fluxos de financiamento. Portanto, os impactos da construção como medida anticíclica tendem a ser limitados no tempo, condicionados à manutenção da injeção de recursos.

Referências Bibliográficas

AMORE, C.S. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BARAVELLI, J. E. **Trabalho e tecnologia no programa MCMV**. 2014. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP, São Paulo, 2014.

BERTASSO, B. **Edificações**: impasses da modernização no ciclo de crescimento dos anos 2000. Tese (Economia) – IE-UNICAMP, Campinas, 2012.

BONDUKI, N. Do projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 82, 2009.

FARAH, M. **Processo de trabalho na construção habitacional**. São Paulo: Annablume, 1996.

FERREIRA, J. S. W. Segmento econômico e Programa Minha Casa Minha Vida. In: **Produzir casas ou construir cidades?** São Paulo: LabHab; FUPAM, 2012.

FERRO, S. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FILGUEIRAS, V. A. Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira. In: **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracajú: J. Andrade, 2015.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (doutorado) – IE/UNICAMP, Campinas, 2011.

FIX, M.; ARANTES, P. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. **Correio da cidadania**, 2009.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, M. R. **Mercado de trabalho na construção civil: o subsetor da Construção de Edifícios durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000**. Dissertação (mestrado) – IE/UNICAMP, Campinas, 2016.

PEREIRA, P. C. X. **Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1988.



FEMINIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DIFERENCIAIS SALARIAIS NO BRASIL

Natiaê Silva Bonoto Cigani

Graduada em Economia - UFJF

natiaecigani@hotmail.com

Ricardo da Silva Freguglia

Professor Associado em Economia - UFJF

ricardo.freguglia@ufjf.edu.br

Débora Chaves Meireles

Doutoranda em Economia - UFJF

deborameireles88@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da feminização das ocupações sobre os salários no Brasil. Aponta-se a permanência do hiato salarial por gênero, que se mantém favorável aos homens, mesmo controlando para características do local de trabalho, capital humano e habilidades específicas do trabalhador. Ou seja, há uma penalização salarial, ao se mover para uma ocupação tipicamente feminina ou permanecer nela, consequentemente, com ganhos menores de salários independentemente de serem homem ou mulher.

Palavras-chave: Feminização. Ocupações. Salário.

1 INTRODUÇÃO

No recente contexto de mudanças culturais e econômicas pelas quais o país vem passando, algumas questões no campo do mercado de trabalho ganharam relevância, a partir da intensidade no crescimento de participação feminina, podendo-se observar, inclusive, significativas diferenças salariais por gênero, mesmo ao se comparar indivíduos com nível de escolaridade em ocupações semelhantes. Os homens, além de possuírem melhores remunerações por hora, tendem a cumprir uma jornada maior de trabalho, ampliando ainda mais a diferença salarial, ao passo que o crescente número de mulheres empregadas permite constatar que as ocupações em que elas predominam geralmente pagam menos *vis-à-vis* aos homens.

Os estudos que documentam significativas e persistentes diferenças salariais entre gênero foram, por muito tempo, baseados na Teoria da Discriminação e do Capital Humano, sendo que a abordagem teórica usual para as habilidades específicas no trabalho entre gênero tem origem no trabalho de Becker (1985). Segundo Becker, os empregadores pagam salários mais baixos em ocupações tipicamente femininas, uma vez que a produtividade nestas ocupações é menor em razão dos empregos exigirem baixa qualificação, além do fato das mulheres, usualmente, ajustarem o tempo de trabalho na tarefa de cuidar da família e dos filhos.

Ao passo que, como observado por Sorensen (1994) e Inglaterra *et al.* (2007), quando as características individuais de homens e mulheres determinam os salários, e não mais a produtividade, incorre-se em um processo de desvalorização cultural por gênero.

Sob outra perspectiva, os estudos de Babcock e Laschever (2003), Small *et al.* (2007) e Leibbrandt e List (2012) salientaram que parte do diferencial salarial por gênero se deve pelas mulheres serem pouco propensas às negociações salariais, enquanto os trabalhadores homens são mais organizados em sindicatos, preferindo ambientes onde as regras da determinação do salário não têm nenhum aspecto explícito e os salários são negociáveis, e apreciando, deste modo, um maior poder de barganha do que as mulheres.

Neste caso, a literatura internacional, em vários países e em diferentes momentos, tem dado destaque à associação negativa entre o salário e a proporção de mulheres empregadas e, portanto, à evidência empírica em apoio à teoria da desvalorização, isto é, a decisão do empregador sobre os salários nas ocupações é influenciada pelo preconceito de gênero (MURPHY; OESCH, 2015; ENGLAND *et al.* 2007).

No entanto, a literatura nacional tem dado pouca atenção para a causalidade da proporção de mulheres nas ocupações sobre o efeito negativo nos salários. No Brasil, em particular, existem evidências que diferenças salariais entre ocupações representam cerca de 1/3 do diferencial salarial total por sexo (FERNANDES, 2013). Inclusive, as mulheres estão se concentrando em determinadas ocupações com remunerações mais baixas e que oferecem menores oportunidades de crescimento no emprego (HERMETO, 1997). Além disso, a maior parte das diferenças salariais entre homens e mulheres (diferença em torno de 50%) estão intragrupos ocupacionais (BARROS *et al.*, 2001), contudo, não se obtêm vestígios empíricos de que as ocupações com o maior percentual de mulheres são aquelas como menores salários.

O objetivo do estudo, portanto, é analisar o impacto da feminização das ocupações sobre os salários no Brasil. Como metodologia, através dos microdados longitudinais da Relação Anual de Informações Sociais Identificada (RAIS Identificada), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), no período de 2003, 2008 e 2013, utilizamos o método de efeitos fixos para controlar a heterogeneidade não observada constante no tempo. Esse tipo de especificação, até onde foi investigado, não foi utilizada na literatura empírica nacional, uma vez que as análises dos diferenciais salariais nas ocupações utilizavam os dados *cross-section*.

O estudo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na Seção 2 será apresentada uma discussão teórica sobre a feminização das ocupações. Os aspectos metodológicos estão descritos na Seção 3. Na Seção 4 serão analisados os resultados. E, por fim, as considerações finais.

2 FEMINIZAÇÃO OCUPACIONAL

2.1.1 Diferenças em habilidades específicas por gênero

O trabalho de Becker (1985) refletiu na importância da especialização familiar entre homens e mulheres. O autor mostra que a relação entre gênero são bem distintas, pois, de um lado as mulheres optam por ocupações que exigem menos esforço e treinamento, além de buscarem se especializar em cuidar do lar

e dos filhos. Por outro lado, os homens investem em habilidades específicas e em consequência se especializam em trabalho remunerado. Na medida em que a produtividade marginal das mulheres é menor em relação à dos homens, isso proporciona que o lado da demanda do mercado de trabalho, isto é, os empregadores, paguem menores salários em ocupações tipicamente feminina.

Para Polavieja (2008; 2012), existem aspectos que implicam no diferencial de produtividade. O investimento desigual em capital humano apresenta-se como um dos principais mecanismos. As mulheres são mais propensas de interromper suas carreiras no mercado de trabalho do que os homens, em razão de assumirem mais responsabilidade pela criação dos filhos e tarefas domésticas, o que resulta em um menor incentivo para as mulheres investirem em formação, e também para os empregadores em relação ao capital humano femininos na formação profissional específicas do trabalho, enquanto que os homens recebem mais formação. Portanto, os salários mais baixos para as mulheres são fatores para as habilidades e tempo gasto em formação profissional específicas serem distintas por gênero.

Embora as mulheres ultrapassem os homens nos níveis educacionais, elas ainda são menos propensas do que os homens para ter um ensino profissional. Para Tam (1997), os níveis de formação profissional específicas de trabalho são mais intensivos para as ocupações preenchidas por homens. Neste caso, os empregadores subestimam as competências nas ocupações tipicamente femininas, pois controlam as características individuais em função de habilidades específicas e não gerais.

2.1.2 Diferenças na especialização por gênero nas famílias

O segundo mecanismo está relacionado com o investimento das mulheres nas famílias. De acordo com Becker (1985), os cuidados com o lar e dos filhos apresentam-se como pontos limites para o acesso a empregos que exigem maiores horas trabalhadas e viagens. Neste caso, espera-se que, as maiores exigências em relação a disponibilidade de trabalho extra ou viagens para negócios faz com que as mulheres e mães casadas evitem esses tipos específicos de ocupações. Para Polavieja (2008), as mulheres são mais propensas a receberem salários mais baixos em ocupações que ofereçam direito às condições de trabalho familiar, e isto ocorre quando elas são selecionadas em ocupações menos valorizadas e com menores rendimentos.

Para Becker (1985), esses fatos acometem mais as mulheres com filhos homens. O primeiro aspecto sobre a especialização de gênero no mercado de trabalho refere-se ao nascimento do primeiro filho, que deve afetar negativamente a carreira das mulheres. O segundo aspecto chave está relacionado com a especialização do trabalho doméstico, em que as mulheres sem filhos devem ser mais propensas que os homens a renunciarem a determinadas ocupações, para obter um trabalho menos exigente, mais confortável e familiar. Portanto, considera que há dois fatores explicativos para o efeito negativo da participação das mulheres em uma ocupação que são: as diferenças individuais no tempo gasto em tarefas domésticas e de assistência à infância, isto é, investimento para o lar; e, o tempo de trabalho extra, ou seja, investimento no trabalho.

2.1.3 Desvalorização Cultural

Sob outra perspectiva, os estudos de Gneezy *et al.* (2003) com os de Niederle e Vesterlund (2007) mostraram que o diferencial de renda entre gênero pode ser explicado pela tendência dos homens aceitarem trabalhar em postos de trabalhos mais competitivos. Flory *et al.* ((2010) apontam que os homens e as mulheres preferem não ser competitivos, mas o fato de o local de trabalho ser competitivo pode diminuir significativamente a propensão das mulheres para se candidatarem a um emprego comparado aos homens.

Em termos de competitividade e de ambiente econômico, o hiato de gênero é mais acentuado em locais de trabalho com maiores salários. Nesse caso, as mulheres são mais predispostas a se afastarem de

locais de trabalho competitivos, caso exista outra opção com salário fixo. Os autores ainda destacam que os fatores que diminuem o diferencial de gênero quando a tarefa de trabalho é orientada por mulheres. O regime de compensação é levemente baseado no desempenho relativo individual, e a tarefa é realizada em equipe no mercado de trabalho.

3 DADOS E MÉTODO

A RAIS Identificada é uma base de dados do setor formal derivada do registro administrativo da RAIS do MTPS. Desse universo de trabalhadores, os dados foram organizados de forma longitudinal que, por meio do vínculo empregatício ativo e com idade entre 15 a 65 anos, permitiu o acompanhamento geográfico e ocupacional do mesmo trabalhador ao longo do tempo, através do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Em seguida, extraiu-se uma amostra aleatória de 1% do total de trabalhadores, que constitui um painel não balanceado com 1.189.363 observações dos trabalhadores entre 2003, 2008 e 2013.

A vantagem do método de painel longitudinal com Efeitos Fixos a nível individual consiste no fato de que ele controla a heterogeneidade não observada constante no tempo, eliminando as características das preferências individuais, que afetariam os potenciais ganhos de um trabalhador, mensurando apenas as características não observáveis do trabalhador que não se alteram ao longo do tempo (WOOLDRIDGE, 2002).

Uma suposição necessária do método de Efeito Fixo é a exogeneidade estrita, implicando as variáveis explicativas não são correlacionadas com o termo de erro em cada período do tempo (ε_{it}). A equação salarial (1) é dada por:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 W_{it} + \beta_2 GFEM_{it} + \beta_3 H_{it} + \gamma_{t+\alpha_i} + \varepsilon_{it}, (t = 1, 2, \dots, T) \quad (1)$$

Em que as variáveis estão identificadas para o indivíduo i no tempo t , em que t tende de 1, 2 a T . Indicando que a variável: Y_{it} é o logaritmo do salário mensal¹; W_{it} é o vetor de controle de local de trabalho, capital humano, ocupações e regiões; $GFEM_{it}$ é a proporção de mulheres em determinada ocupação (%) para cada ano, isto é, o grau de feminização; H_{it} é um vetor de tempo que varia de acordo com investimento em habilidades específicas dos trabalhadores; $\gamma_{t+\alpha_i}$ são as *dummies* de anos, para o conjunto de variáveis constantes não observadas (α_i), no qual se removeu as características invariantes no tempo que se distingue entre os indivíduos e as ocupações; ε_{it} é o termo de erro aleatório. Foram estimadas, também, regressões separadas para homens e mulheres.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como se observa nas estatísticas descritivas dos salários médios dos trabalhadores, apresentada na Tabela 1, a diferença das médias salariais diminuiu nos últimos anos. Contudo, as mulheres ainda vivenciam no mercado de trabalho formal uma posição desigual comparada aos homens, apesar do crescimento da participação feminina no mercado, o diferencial salarial por gênero no Brasil não é homogêneo. Em média, as mulheres, mesmo com nível de escolaridade mais elevado que os homens, recebem salários menores, indicando a possibilidade de discriminação por gênero.

¹ Deflacionada pelo IPCA, que é realizado pelo IPEA, adotando-se 2013 como o ano base.

As consequências, do ponto de vista, da distribuição salarial etária dos trabalhadores, os trabalhadores mais velhos apresentam uma remuneração média superior aos mais novos, e isso está relacionado com a maior experiência no mercado de trabalho.

Nas macrorregiões brasileiras, a região Nordeste sofreu um aumento do salário de 39,67% entre 2003 a 2008. Entre 2008 e 2013, esse incremento foi de 20,15%. Na região Sudeste e Centro-Oeste, em 2003, os salários eram 35,88% e 37,37% respectivamente maior que no Nordeste. Já em 2013, a diferença caiu para 27,5% em relação ao Sudeste e 32% em relação ao Centro-Oeste. Logo, a diferença salarial entre as regiões mais ricas e o Nordeste caiu.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos salários, no Brasil

Variável	2003		2008		2013	
	Salário Médio	Desvio Padrão	Salário Médio	Desvio Padrão	Salário Médio	Desvio Padrão
Interrupção ocupação						
Mudou de CBO	1385.75	2472.56	1268.44	2992.03	1622.10	2163.99
Não mudou de CBO	1667.43	2300.60	1967.79	1881.29	2440.96	3439.75
Gênero						
Homem	1643.63	2600.63	1793.03	2805.78	2107.31	3011.74
Mulher	1343.90	2005.95	1463.60	2209.27	1700.59	2332.40
Escolaridade						
Fundamental	1036.59	1061.52	1120.39	1109.90	1310.09	1186.73
Médio	1383.61	1645.64	1396.98	1616.57	1520.35	1523.87
Superior	4484.12	5147.28	4769.83	5562.30	4964.95	5473.58
Faixa etária						
18 a 24	831.72	800.19	908.64	699.51	1040.34	680.18
25 a 29	1185.90	1407.62	1312.90	1442.72	1575.30	1531.77
30 a 39	1583.03	2245.35	1692.75	2394.97	2004.42	2495.74
40 a 49	2078.01	3127.22	2172.00	3333.39	2361.76	3335.87
50 a 65	2170.29	3639.78	2500.93	4045.58	2800.19	4295.36
Regiões Brasileiras						
Centro Oeste	1738.33	2936.90	1989.41	3184.29	2235.94	3220.14
Nordeste	1088.71	1789.46	1265.56	2005.13	1520.59	2148.79
Norte	1333.98	2006.87	1499.84	2237.06	1758.43	2340.21
Sul	1397.82	1916.48	1538.70	2102.81	1821.75	2195.17
Sudeste	1697.88	2611.35	1795.36	2803.01	2088.61	3031.03

Fonte: Elaboração própria.

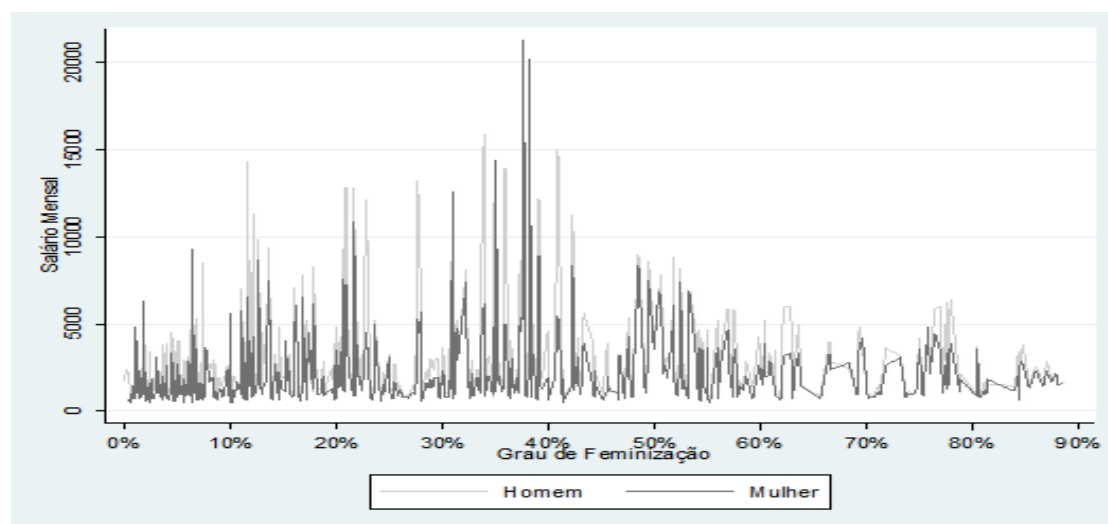
A Figura 1 apresenta a relação entre o grau de feminização e o salário por gênero. Como parte destes diferenciais por gênero poderia ser decorrente do aumento da proporção de mulheres nas ocupações, verifica-se que os níveis salariais caem tanto para homens quanto para as mulheres. Por sua vez, quando os trabalhadores homens estão em ocupações tipicamente dominadas por mulheres, não necessariamente terão salários maiores, pois sofreram uma penalização salarial. E para as mulheres que permanecerem em ocupações tipicamente femininas, também, há uma considerável perda salarial.

Vale ressaltar que, mesmo identificando os efeitos da feminização ocupacional sobre os salários, tais efeitos podem não estar totalmente isolados um do outro e os níveis salariais ainda são maiores para os homens do que para as mulheres.

Na Tabela 2, são reportados, comparativamente, os resultados das estimativas dos efeitos da feminização nas ocupações sobre os salários para homens e mulheres, no Brasil e nas regiões brasileiras usando o método de Mínimos Quadrados Agrupados (MQA) e Efeitos Fixos.

A proposta dessas quatro especificações é buscar captar se há uma acentuada penalização salarial devido o quão feminino for o mercado de trabalho, indicado pelo sinal negativo. Caso apresente um sinal positivo, isso representa uma maior homogeneização nas ocupações por gênero, que é acompanhada por salários mais elevados. Os resultados foram significativos à 1% de significância.

Figura 1 - Grau de Feminização e salário por gênero, no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A princípio, os resultados das estimativas de MQA evidenciam a desigualdade salarial brasileira. Além do mais, os valores do coeficiente são aproximadamente maiores, principalmente, para as regiões brasileiras. Ao se controlar pelo método de Efeitos Fixos, percebe-se uma relevante modificação nos diferenciais salariais estimados. Isso implica que os potenciais ganhos salariais das mulheres que trabalham em ocupações tipicamente femininas são menores do que em predominância masculina no Brasil e nas demais regiões, com exceção do Sul e do Centro-Oeste, sendo possível notar que os homens em ocupações femininas sofrem a mesma penalização salarial no Brasil nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Em suma, uma mudança de um trabalhador homem para uma ocupação feminina, ou caso a trabalhadora permaneça em uma ocupação que é tipicamente feminina, isso implica em uma perda salarial.

Tabela 2 - Os efeitos da feminização nas ocupações nos salários

País/ Regiões	Gênero	MO MQA	MO Efeitos Fixos (EF)	M1 EF com controles do local de trabalho	M2 EF com capital humano	M3 EF com habilidades específicas no trabalho
Brasil	Mulher	-0.368 (0.004)***	-0.216 (0.006)***	-0.216 (0.006)***	-0.212 (0.005)***	-0.224 (0.005)***
	Homem	-0.282 (0.003)***	-0.251 (0.004)***	-0.234 (0.004)***	-0.208 (0.004)***	-0.242 (0.004)***
Norte	Mulher	-0.177 (0.209)***	-0.132 (0.028)***	-0.127 (0.028)***	-0.142 (0.028)***	-0.171 (0.028)***
	Homem	-0.230 (0.013)***	-0.225 (0.019)***	-0.210 (0.019)***	-0.192 (0.028)***	-0.241 (0.020)***
Nordeste	Mulher	-0.317 (0.005)***	-0.223 (0.015)***	-0.233 (0.015)***	-0.232 (0.014)***	-0.230 (0.014)***
	Homem	-0.298 (0.007)***	-0.212 (0.009)***	-0.205 (0.009)***	-0.188 (0.009)***	-0.215 (0.009)***
Sudeste	Mulher	-0.451 (0.006)***	-0.231 (0.008)***	-0.227 (0.008)***	-0.216 (0.008)***	-0.234 (0.008)***
	Homem	-0.329 (0.004)***	-0.272 (0.005)***	-0.254 (0.005)***	-0.221 (0.005)***	-0.255 (0.005)***

Centro-Oeste	Mulher	-0.367 (0.020)***	-0.190 (0.024)***	-0.197 (0.024)***	-0.198 (0.023)***	-0.205 (0.023)***
	Homem	-0.031 (0.118)***	-0.158 (0.015)***	-0.152 (0.015)***	-0.138 (0.014)***	-0.154 (0.015)***
Sul	Mulher	-0.114 (0.004)***	-0.125 (0.127)***	-0.129 (0.012)***	-0.122 (0.012)***	-0.140 (0.012)***
	Homem	-0.135 (0.007)***	-0.189 (0.010)***	-0.183 (0.010)***	-0.151 (0.009)***	-0.207 (0.010)***

Fonte: Elaboração própria. Os desvios padrões estão entre parênteses. Os coeficientes com *** são significativos a 1%.

Nota: O modelo M0 são estimados pelos métodos de MQA e Efeitos Fixos: proporção de mulheres nas ocupações, período, horas trabalhadas e a proporção de empregados por ocupação.

No modelo M1: *dummies* de regiões brasileiras; do tamanho do estabelecimento, da indústria e da interrupção na ocupação.

No modelo M2: idade; idade ao quadrado; período de desemprego; grau de instrução e status temporário e parcial, além das variáveis do modelo anterior.

No modelo M3: *on the job training*; experiência; experiência ao quadrado; média da educação por ocupação; formação profissional e capacitação para o trabalho.

Adicionalmente, assumindo-se os dois modelos subsequentes (M1 e M2), verificam-se poucas mudanças nos valores dos coeficientes dos salários associados à proporção de mulheres ocupadas. Depois de controladas as características do local de trabalho e capital humano, os resultados indicam que o diferencial salarial permanece existindo, devido à desvalorização cultural que gera discriminação no mercado de trabalho contra as mulheres, ou seja, o empregador não valoriza o trabalho feminino da mesma forma que o masculino. Os salários das mulheres no Brasil sofreram uma perda salarial de cerca 21,6%, enquanto que os homens de 23,4% no modelo M1 e, respectivamente, 21,2% e 20,8% no modelo M2, valores estes que se reduziram após o controle de capital humano.

Nas regiões Sudeste e Nordeste, há muitas formas dos empregadores e das empresas administrarem a gestão sobre os salários na maior parte dos locais de trabalho. No entanto, nas demais regiões mais conservadoras, as práticas coletivas no nível da empresa devem impedir a ampliação da desvalorização do gênero. Portanto, a desvalorização cultural implica em um efeito maior da participação das mulheres em uma ocupação sobre os salários no Sudeste e no Nordeste do que no Norte e, sobretudo, no Centro-Oeste e no Sul.

Por fim, também são analisadas as habilidades específicas do trabalhador, para averiguar se são os melhores fatores explicativos dos menores salários nas ocupações tipicamente femininas, a partir do modelo M3. Assim, as habilidades do trabalhador devem explicar melhor o diferencial salarial por gênero no mercado de trabalho no Nordeste e Sudeste do que nas demais regiões. No Brasil, observa-se um elevado grau de feminização das ocupações.

A perda salarial associada à movimentação de um trabalhador do gênero masculino para uma ocupação feminina torna-se substancialmente maior no Brasil e regiões, com exceção para as mulheres no Nordeste. No entanto, a penalização salarial associada ao grau de feminização não desaparece por completo, dado que todos os coeficientes permaneceram negativos no Brasil e nas macrorregiões brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o efeito da feminização das ocupações implica em uma penalização salarial no Brasil e nas regiões. Complementa-se a estimação inserindo modelos de local de trabalho e capital humano, verificando-se pouca alteração nos valores dos coeficientes dos salários, o que indica uma desvalorização cultural contra a mulher, que pode ser motivada por uma discriminação no mercado de trabalho.

No Brasil, os salários das mulheres sofrem uma perda salarial com magnitude acentuada após controlar pelo modelo de local de trabalho. Nas regiões brasileiras, o Sudeste e o Nordeste apresentam uma ideologia de gênero mais igualitária, além de terem tido as melhores explicações sobre o hiato salarial para o modelo de controle para habilidades específicas do trabalhador. Para o Brasil, observou-se um forte impacto da feminização das ocupações, para ambos os gêneros, ratificando-se que as diferenças de produtividade não são capazes de explicar por completo o diferencial salarial nas ocupações.

Portanto, apesar dos avanços na conquista de direitos mais justos e iguais no mercado de trabalho, ainda, é necessário aprimorar os estudos na temática sobre gênero, em particular, da mulher e de seus papéis sociais.

6 REFERÊNCIAS

- BABCOCK, L.; LASCHEVER, S. **Women don't ask: Negotiation and the gender divide**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
- BARROS, R. P. et al. **Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n. 796, 2001.
- BECKER, G. S. Human Capital, Effort, and the Sexual Division Labor. **Journal of Labor Economics**, 1985.
- ENGLAND, P.; ALLISON, P.; WU, Y. **Does bad pay cause occupations to feminize, Does feminization reduce pay, and How can we tell with longitudinal data?** Social science research, v. 36, n. 3, p. 1237-1256, 2007.
- FERNANDES, M. **Ensaio em microeconomia aplicada**. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FLORY, J.; LEIBBRANDT, A.; LIST, J.A. Do Competitive Work Places Deter Female Workers? A Large-scale Natural Field Experiment on Job-Entry Decisions. **NBER Working Paper** nº 16546, 2010.
- GNEEZY, U.; NIEDERLE, M.; RUSTICHINI, A. Performance in Competitive Environments: Gender Differences. **Quarterly Journal of Economics**, 118(3): 1049–1074, 2003.
- HERMETO, A. M. **Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- LEIBBRANDT, A.; LIST, J.A. Do women avoid salary negotiations? Evidence from a large scale natural field experiment. **NBER Working Paper** nº 18511, 2012.
- MURPHY, E.; OESCH, D. **The Feminization of Occupations and Change in Wages: A Panel Analysis of Britain, Germany, and Switzerland**. Social Forces, v. 94, n. 3, p. 1221-1255, 2015.
- NIEDERLE, M.; VESTERLUND L. **Do women shy away from competition? Do men compete too much?** The Quarterly Journal of Economics, MIT Press, vol. 122, p. 1067-1101, 2008.
- POLAVIEJA, J. G. Socially Embedded Investments: Explaining Gender Differences in Job-Specific Skills1. **American Journal of Sociology**, v. 118, n. 3, p. 592-634, 2012.



POLAVIEJA, J. G. The effect of occupational sex-composition on earnings: Job-specialization, sex-role attitudes and the division of domestic labour in Spain. Europe an **Sociological Review**, v. 24, n. 2, p. 199-213, 2008.

SMALL, D. A.; GELFAND, M.; BABCOCK, L.; GETTMAN, H. Who goes to the bargaining table? The influence of gender and framing on the initiation of negotiation. **Journal of Personality and Social Psychology** 93 (4), 600–613, 2007.

SORENSEN, E. **Comparable Worth: Is It a Worthy Policy?** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

TAM, T. **Sex Segregation and Occupational Gender Inequality in the United States:** Devaluation or Specialized Training? 1. American Journal of Sociology, v. 102, n. 6, p. 1652-1692, 1997.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge, Mass: The MIT Press, 2002.

Impacto da concentração de trabalhadores no setor público sobre o rendimento

Pamella Kamiya Alves¹

Priscila Casari²

Resumo

Este artigo investiga o impacto da concentração de trabalhadores no setor público sobre a determinação de rendimentos neste setor. Se as firmas possuem diferentes condições de trabalho e os empregados apresentam diferentes preferências destas condições, então o empregador que atende as condições preferíveis consegue desfrutar do poder de monopsonio. No caso deste artigo, este empregador é o Estado. Para alcançar este objetivo, são estimadas equações de rendimento por meio do método de regressão quantílica, com base nos dados da PNAD (IBGE) de 2012 a 2015. Considera-se que, quanto maior a participação do setor público no total de trabalhadores, menores os rendimentos dos servidores públicos. Os resultados encontrados mostram que a concentração de trabalhadores no setor público está associada a um efeito negativo sobre os rendimentos dos servidores públicos. Com isso, o Estado consegue utilizar seu poder de monopsonio para oferecer menores aumentos de remuneração aos seus funcionários nas ocupações mais concentradas.

Palavras-chave: Monopsonio, Concentração no mercado de trabalho, Setor Público

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Goiás e Bolsista FAPEG. Email: kamiya.pamella@gmail.com

² Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo e Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Goiás. Email: pricasari@gmail.com

1 Introdução

No Brasil, há diferenças significativas entre o trabalho no setor público e no setor privado. Essas diferenças são evidenciadas, principalmente, pela exigência de seleção por concurso público, pelo direito à estabilidade e pelo regime previdenciário diferenciado dos servidores públicos. A heterogeneidade entre os setores se reflete em segmentação do mercado de trabalho e em diferenciais de rendimento entre os trabalhadores. Belluzzo, Anuatti-Neto e Pazello (2005) e Vaz e Hoffmann (2007), entre outros, mostram que, em geral, esses diferenciais ocorrem em favor do setor público. A maior remuneração e os demais benefícios dos servidores públicos atraem muitos trabalhadores, que procuram por concursos e revelam sua preferência pelo serviço público.

Nesta situação, segundo Boal e Ransom (1997), quando existem diferenças em condições de trabalho e trabalhadores que têm preferência por determinadas condições, há poder de monopólio por parte do empregador que atende às preferências dos trabalhadores, ou seja, por parte do setor público no caso brasileiro. O monopólio³ se refere existência de apenas um comprador que se depara com diversos vendedores e, então, tem poder de definir os preços de mercado.

Ashenfelter, Farber e Ransom (2010) argumentam que mercados monopolistas necessitam de profissionais específicos para a produção do bem de monopólio. Consequentemente, a empresa monopolista obtém poder de monopólio sobre os trabalhadores. Como a estrutura burocrática do Estado, no Brasil, é grande e algumas atividades são consideradas como de direito ao acesso universal pelos cidadãos, como educação e saúde, por exemplo, muitas ocupações apresentam elevadas participações de servidores públicos. Com isso, o Estado consegue exercer poder de monopólio sobre as ocupações mais concentradas.

Boal e Ransom (1997) utilizam um modelo de salário eficiência para mostrar que pode existir uma relação positiva entre o tamanho do empregador e o rendimento, pois os custos de monitoramento são reduzidos se o rendimento for elevado acima do equilíbrio. Dessa forma, o

³Para uma revisão bibliográfica mais detalhada sobre a relação entre o poder de monopólio das firmas e o mercado de trabalho, além dos artigos citados nesta introdução, sugere-se: Robinson (1933), Blair e Harrison (1992), Green, Machin e Manning (1996), Staiger, Spetz e Phibbs (2010) e Corseuil e Foguel (2011).

salário eficiência pode explicar em parte os diferenciais de rendimento encontrados em favor do setor público no Brasil.

Por outro lado, conforme Manning (2003), há fricções na busca por emprego, dando poder de monopólio para que o empregador faça cortes (ou ofereça menores aumentos) de salários sem perder seus empregados. Assim, se a concentração de trabalhadores no serviço público for elevada, a demanda por trabalho no setor privado será pequena, o que gerará maiores fricções em uma eventual troca de emprego público pelo privado. Neste caso, considera-se que quanto maior a concentração de trabalhadores no setor público, menor o incentivo para que o Estado ofereça maiores rendimentos.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o impacto do poder de monopólio do Estado sobre os rendimentos dos trabalhadores no setor público. Parte-se da hipótese de que quanto maior a participação de indivíduos funcionários públicos em cada ocupação, menores os rendimentos destes trabalhadores.

Este trabalho utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012 a 2015 e são estimadas equações de rendimento por meio do método de regressão quantílica para funcionários públicos federais, estaduais e municipais. É importante ressaltar que, embora haja diferentes estudos sobre os rendimentos dos trabalhadores dos setores público e privado no Brasil, não foram encontradas pesquisas que analisam a relação entre a concentração de trabalhadores no setor público e o rendimento, nem trabalhos que discutam o poder de monopólio do Estado.

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na próxima seção apresenta os dados e a metodologia utilizada; em seguida, os resultados serão discutidos e, por fim, serão expostas as considerações finais.

2 Estratégia Empírica

Para analisar o poder de monopólio do Estado e seu impacto sobre os vencimentos dos funcionários públicos, este artigo utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2012 a 2015. A PNAD apresenta dados bastante completos sobre trabalho no Brasil e o período analisado é necessário para formar uma amostra maior de

funcionários públicos federais. A amostra total compreende 298.491 indivíduos com idade entre 18 e 70 anos, funcionários públicos, exceto militares e empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada, exceto empregados domésticos.

A variável utilizada para identificar indivíduos que trabalham no setor público e privado foi a variável da PNAD com descrição "Setor do emprego no trabalho principal da semana de referência". A variável "Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade" é utilizada para restringir a amostra dos trabalhadores, uma vez que a amostra de servidores públicos não considera militares e os empregados privados são aqueles com carteira de trabalho assinada, exceto empregados domésticos.

Para analisar os rendimentos dos trabalhadores do setor público e do setor privado ao longo da distribuição de rendimentos, são estimadas regressões quantílicas sobre o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora. Conforme visto na literatura sobre segmentação entre os setores público e privado, a remuneração oferecida por estes setores varia conforme os quantis. Os quantis utilizados neste artigo são: 10o, 25o, 50o, 75o e 90o.

Koenker e Bassett-Junior (1978) argumentam que um estimador convencional de mínimos quadrados pode ser deficiente em estimar modelos lineares com erros não gaussianos. Desta maneira, o autor introduz uma nova classe estatística de estimadores alternativos e robustos para modelos lineares chamada de regressão quantílica, considerando que esta possui propriedades análogas aos quantis de amostras ordinárias de um modelo de localização. Este método permite uma visão mais ampla entre a variável dependente e as variáveis explicativas, pois estima parâmetros para diversos pontos da distribuição.

Este artigo estima três regressões quantílicas, sendo uma para cada esfera de governo. A variável utilizada para separar as esferas de governo foi "Área do emprego no trabalho principal da semana de referência". Desta forma, é possível captar o impacto do poder de monopólio do Estado na remuneração dos funcionários públicos por esfera de governo. As regressões quantílicas utilizadas tem a seguinte forma:

$$Y_i = \alpha_i + \beta Z_i + \theta X_i + \mu_i$$

onde,

- Y_i é o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora;

- Zi se refere às variáveis de concentração no setor público: Concentração Municipal, Concentração Estadual ou Concentração Federal (estas variáveis apresentam intervalo de 0% a 100%);
- Xi é um conjunto de variáveis que refletem as características individuais dos indivíduos. O conjunto X compreende as variáveis apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Variáveis de concentração no setor público.

Variável	Descrição
Gênero	Valor 1 para homens e 0 para mulheres.
Branco	Valor 1 para brancos e amarelos e 0 para as demais raças.
Idade	E seu valor ao quadrado (Idade ²).
Chefe	Valor 1 para a pessoa de referência do domicílio e 0 para as demais condições.
Educação	Variável que representa os anos de estudo, seu valor mínimo é zero e seu valor máximo é quinze, este valor máximo considera indivíduos com 15 anos ou mais de estudo.
Região	Conjunto de variáveis binárias para identificar as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Distrito Federal), sendo a região sudeste a referência.
Urbana	Valor 1 para área Urbana e 0 para área rural.
Sindicato	Valor 1 para indivíduos sindicalizados e 0 para não sindicalizados.
Grupamentos Ocupacionais	Conjunto de variáveis binárias para identificar os grupamentos ocupacionais (dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviço do comércio, trabalhadores agrícolas e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção), sendo o grupamento de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção a referência.
Ano	Conjunto de variáveis binárias para identificar os anos utilizados na amostra (2012, 2013, 2014 e 2015), sendo o ano de 2012 a referência.

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

- ai é a constante;
- ui é o termo de erro.

A variável dependente logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora está atualizada para o ano de 2015 por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Devido à grande concentração de servidores públicos no Distrito Federal, esta unidade federativa foi separada da região Centro-Oeste. Portanto, neste trabalho, são analisadas as cinco regiões brasileiras mais o Distrito Federal.

As variáveis de concentração se referem ao percentual de indivíduos no setor público em relação ao total de trabalhadores em cada ocupação existente na Relação de Códigos de

Ocupação do IBGE. Esta forma de cálculo foi decidida para verificar as proporções de empregados do setor privado e de funcionários públicos em cada ocupação. Com isso, pode-se inferir como a concentração de trabalhadores no setor público está relacionada ao rendimento do trabalho.

Neste artigo, foram criadas as seguintes variáveis apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2 – Variáveis de concentração no setor público.

Variável	Descrição
Concentração Municipal	Esta variável se refere à proporção de indivíduos empregados em cada ocupação como funcionário público municipal em relação ao total de indivíduos empregados em cada ocupação, dentro de cada estado brasileiro. Esta variável é utilizada na regressão que utiliza como amostra apenas funcionários públicos da esfera municipal do governo.
Concentração Estadual	Esta variável se refere à proporção de indivíduos empregados em cada ocupação como funcionário público estadual em relação ao total de indivíduos empregados em cada ocupação, dentro de cada estado brasileiro. Esta variável é utilizada na regressão que utiliza como amostra apenas funcionários públicos da esfera estadual do governo.
Concentração Federal	Esta variável se refere à proporção de indivíduos empregados em cada ocupação como funcionário público federal em relação ao total de indivíduos empregados em cada ocupação no Brasil. Esta variável é utilizada na regressão que utiliza como amostra apenas funcionários públicos da esfera federal do governo.

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

Devido ao menor tamanho da amostra, a regressão que considera apenas a amostra de servidores públicos federais apresentam os resultados com a variável de peso amostral. A variável de peso amostral é a variável que se refere ao peso da pessoa no dicionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Para a seleção das variáveis do banco de dados e para as análises econométricas, foi utilizado o *software* estatístico STATA 13. As regressões quantílicas calculadas sem o uso de peso amostral consideram erros padrões calculados com *bootstrapping* e as regressões quantílicas calculadas com o uso de peso amostral consideram erros padrões robustos.

As tabelas apresentadas na seção de resultados são versões reduzidas das regressões calculadas. No entanto, as tabelas completas se encontram no apêndice, no fim deste artigo.

3 Impacto da participação dos trabalhadores do setor público no mercado de trabalho sobre o rendimento

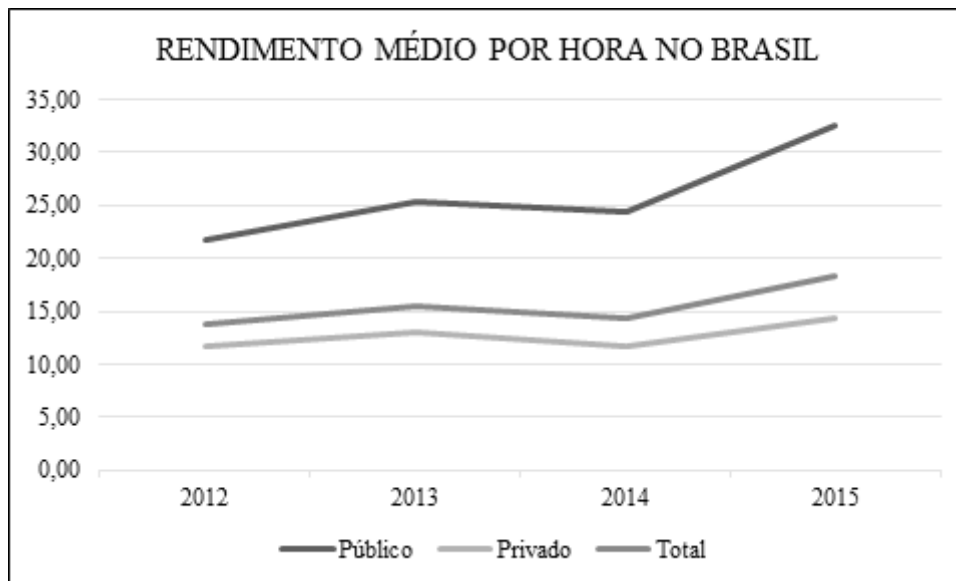
Nesta seção, são discutidos os resultados obtidos sobre os rendimentos de funcionários públicos no Brasil. Deste modo, primeiro serão expostas as estatísticas descritivas e, em seguida, os resultados econométricos.

Conforme a amostra utilizada neste artigo, 78,83% dos indivíduos são empregados no setor privado e 21,17% são funcionários públicos. A idade média dos servidores públicos no Brasil é de, aproximadamente, 42 anos, enquanto no setor privado, a idade média dos indivíduos é de, aproximadamente, 35 anos. Quanto à escolaridade destes indivíduos, servidores públicos têm, em média, 12 anos de estudo. No setor privado, este valor diminui para, aproximadamente, 10 anos de estudo.

Os resultados estão de acordo com estudos anteriores. Foguel et al. (2000) mostram que funcionários públicos costumam ser mais educados, mais velhos e possuem mais tempo de posse. Além disso, Souza e Medeiros (2013b), Souza e Medeiros (2013a) e Vaz e Hoffmann (2007) também afirmam que a escolaridade de indivíduos empregados no setor público é maior do que a escolaridade no setor privado.

A Figura 1 expõe os rendimentos médios por hora (com valores atualizados para o ano de 2015, conforme INPC) de trabalhadores dos setores público e privado, apenas de servidores públicos e apenas de empregados privados. Em todos os anos, trabalhadores do setor público recebem, em média, mais do que os empregados do setor privado. Além disso, é possível notar que a taxa de crescimento dos rendimentos no setor público, em geral, é maior do que no setor privado. Assim, a variação da remuneração média por hora ao longo dos anos analisados, é maior entre funcionários públicos do que entre empregados privados.

Figura 1 – Rendimento médio por hora nos setores público e privado no Brasil nos anos de 2012 a 2015 (%).



Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria

O rendimento médio por hora de todos os trabalhadores é mais próximo da remuneração média por hora dos empregados privados, devido a grande quantidade de trabalhadores no setor privado em comparação com o setor público. Conforme a amostra utilizada neste artigo, 21,17% dos indivíduos empregados pertencem ao setor público, enquanto 78,83% de todos os trabalhadores analisados pertencem ao setor privado.

Em geral, a literatura sobre segmentação entre os setores público e privado demonstra que indivíduos funcionários públicos possuem vantagem de rendimentos em relação aos trabalhadores no setor privado. Conforme Souza e Medeiros (2013b), esta vantagem está relacionada ao maior nível de escolaridade dos servidores públicos em relação à média da mão de obra e, portanto recebem salários mais altos. Medeiros e Souza (2014) argumentam que os direitos previdenciários também colaboram para a vantagem de rendimentos do setor público.

A Tabela 3 apresenta os resultados econométricos das variáveis de concentração referentes à amostra de funcionários públicos nos anos de 2012 a 2015, no Brasil. Os resultados completos desta tabela são apresentados no apêndice no fim deste artigo. Cada variável de concentração desta tabela se refere a uma regressão diferente. Desta forma, a variável de concentração municipal é calculada na regressão que considera apenas funcionários públicos municipais. A concentração estadual é estimada considerando somente servidores públicos

estaduais. Por fim, a concentração federal é calculada observando apenas a amostra de funcionários públicos federais.

Tabela 3 – Resultados das variáveis de concentração das regressões quantílicas para a amostra de trabalhadores do setor público.

Variáveis/Quantis	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
Concentração Municipal	-0,0004 * (0,0001)	-0,0009 * (0,0001)	-0,0018 * (0,0002)	-0,0017 * (0,0002)	-0,0013 * (0,0003)
Pseudo R²	0,1394	0,2382	0,2808	0,2721	0,2349
Número de Obs.	31.310				
Concentração Estadual	0,0028 * (0,0003)	0,0021 * (0,0003)	0,0018 * (0,0003)	0,0014 * (0,0003)	0,0019 * (0,0004)
Pseudo R²	0,2389	0,2579	0,2355	0,2012	0,1734
Número de Obs.	20.439				
Concentração Federal	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)	-0,0018 * (0,0000)	-0,0030 * (0,0000)
Pseudo R²	0,3077	0,3191	0,2968	0,2459	0,1858
Número de Obs.	4.542.824				
Erro Padrão entre parênteses					
*** p<0,10, ** p<0,05, * p<0,01					

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

Os resultados da Tabela 3 demonstram que, nas esferas municipais e federais, o Estado provavelmente usa seu poder de monopsonio para oferecer menores aumentos de rendimentos às categorias tipicamente públicas. Isso é visto por meio coeficiente negativo e significativo das duas variáveis que revela reduções salariais associadas a concentração de trabalhadores no setor público. Além disso, é possível notar que o comportamento destas variáveis é crescente (em módulo) ao longo dos quantis, mostrando que a regressão quantílica é adequada para este tipo de análise.

O comportamento crescente destas variáveis pode ser justificado porque o tamanho da categoria ocupacional empregada no setor público importa na decisão de aumentos nos vencimentos. Uma vez que o tamanho a categoria é grande, se torna mais difícil alcançar grandes aumentos na remuneração, pois o peso sobre o orçamento da esfera de governo é maior. Com isso, é possível que funcionários públicos municipais e federais apresentem baixo poder de barganha diante da sua esfera de governo.

O Estado pode usar seu poder de monopsonio para oferecer aumentos de remuneração mais baixos para seus funcionários. No entanto, devido ao Estado possivelmente ser o maior empregador das ocupações mais concentradas e oferecer benefícios, como estabilidade e

previdência diferenciada, não disponibilizados no setor privado, acredita-se que a maioria dos funcionários públicos prefere manter o cargo público a buscar emprego no setor privado.

Quanto à variável de concentração estadual, observa-se coeficientes positivos e significativos. Nesse sentido, os funcionários públicos estaduais aparentam ter poder de barganha diante do governo estadual. No entanto, o impacto positivo diminui à medida que se avança nos quantis, possivelmente devido ao peso que as categorias dos quantis mais altos representam no orçamento dos governos.

Esta seção demonstra que, em geral, o nível de concentração de trabalhadores do setor público tende a interferir de maneira negativa nos rendimentos médios de funcionários públicos, exceto os servidores estaduais. Esse resultado mostra que, possivelmente, o governo federal e os governos municipais utilizam seu poder de monopólio sobre as ocupações mais concentradas.

4 Considerações Finais

O objetivo deste artigo é analisar o impacto do poder de monopólio do Estado sobre a remuneração do trabalhadores no setor público. Para alcançar este objetivo, este trabalho utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 2012 a 2015 e estima equações de rendimento por meio do método de regressão quantílica.

As estatísticas descritivas mostram as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores dos setores público e privado. Já a análise econométrica permite estimar o impacto da concentração de trabalhadores no setor público sobre o rendimento neste setor. Este impacto é negativo nas esferas municipal e federal, mostrando que o Estado pode agir usando seu poder de monopólio para oferecer aumentos de remuneração menores. Na esfera estadual o efeito é positivo.

Uma consequência da utilização do poder de monopólio pelo Estado é a oferta de menores aumentos de salário aos servidores públicos, reduzindo o diferencial de rendimentos entre o setor público e o setor privado. A redução do diferencial, a princípio, pode ser desejável, pois reduziria a fricção entre os setores. No entanto, no longo prazo, a elevada concentração de trabalhadores no setor público associada ao uso do poder de monopólio pode levar a uma redução contínua de rendimentos, gerando salários inferiores à produtividade dos trabalhadores.

A partir dos resultados encontrados, fica claro que é necessário discutir os efeitos da oferta de bens e serviços pelo Estado não só para os usuários, como também para os próprios servidores públicos, uma vez que a concentração de empregados no setor público pode ser prejudicial aos trabalhadores, em termos de rendimentos menores. Sugere-se novas pesquisas que se aprofundem em ocupações específicas ou utilizem painéis de dados que permitam avaliar a dinâmica ao longo do tempo.

Referências

- ASHENFELTER, O. C.; FARBER, H.; RANSOM, M. R. Labor market monopsony. *Journal of Labor Economics*, v. 28, n. 2, p. 203–210, 2010.
- BELLUZZO, W.; ANUATTI-NETO, F.; PAZELLO, E. T. Distribuição de salários e o diferencial público-privado no brasil. *Revista brasileira de economia*, v. 59, n. 4, p. 511–533, 2005.
- BLAIR, R. D.; HARRISON, J. L. The measurement of monopsony power. *The Antitrust Bulletin*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 37, n. 1, p. 133–150, 1992.
- BOAL, W. M.; RANSOM, M. R. Monopsony in the labor market. *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 1, p. 86–112, 1997.
- CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N. Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.
- FOGUEL, M. N. et al. The public-private wage gap in brazil. *Revista brasileira de economia*, v. 54, n. 4, p. 433–472, 2000.
- GREEN, F.; MACHIN, S.; MANNING, A. The employer size-wage effect: can dynamic monopsony provide an explanation? *Oxford Economic Papers*, v. 48, n. 3, p. 433–455, 1996.
- KOENKER, R.; BASSETT-JUNIOR, G. Regression quantiles. *Econometrica: journal of the Econometric Society*, p. 33–50, 1978.
- MANNING, A. The real thin theory: monopsony in modern labour markets. *Labour Economics*, v. 10, n. 2, p. 105–131, 2003.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. Previdência dos trabalhadores dos setores público e privado e desigualdade no brasil. *Economia Aplicada*, v. 18, n. 4, p. 603–623, 2014.
- MELLO, C. E. Diferenças básicas entre setor público e privado. 2011. Disponível em: <<http://claudioeduardomello.blogspot.com.br/2011/06/diferencas-basicas-entresetorpublico.html>>. Acesso em 28 de junho de 2016.
- ROBINSON, J. The economics of imperfect competition. London: St. Martin's, 1933.
- SOUZA, P.; MEDEIROS, M. Gasto público, tributos e desigualdade de renda no brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M. Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 5–28, jan.-mar. 2013.

STAIGER, D. O.; SPETZ, J.; PHIBBS, C. S. Is there monopsony in the labor market? Evidence from a natural experiment. Journal of Labor Economics, v. 28, n. 2, p. 211–236, 2010.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Remuneração nos serviços no brasil: o contraste entre funcionários públicos e privados. Economia e Sociedade, v. 16, n. 2, p. 199–232, 2007.

Apêndice A

Tabela 4 – Regressões quantílicas com amostra de trabalhadores do setor público na esfera municipal.

Variável/Quantis	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
Concentração	-0,0004*	-0,0009*	-0,0018*	-0,0017*	-0,0013*
Municipal	(0,0001)	(0,0002)	(0,0002)	(0,0002)	(0,0004)
Gênero	0,0372*	0,0775*	0,1403*	0,1936*	0,2494*
	(0,0042)	(0,0063)	(0,0072)	(0,0070)	(0,0143)
Branco	0,0295*	0,0455*	0,0619*	0,0812*	0,1010*
	(0,0063)	(0,0073)	(0,0061)	(0,0069)	(0,0126)
Idade	0,0084*	0,0111*	0,0174*	0,0146*	0,0112**
	(0,0012)	(0,0020)	(0,0020)	(0,0020)	(0,0051)
Idade2	-0,0001*	-0,0001**	-0,0001*	-0,0000	0,0001
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0001)
Chefe	0,0145*	0,0441*	0,0472*	0,0540*	0,0570*
	(0,0046)	(0,0071)	(0,0088)	(0,0074)	(0,0109)
Educação	0,0205*	0,0295*	0,0404*	0,0506*	0,0568*
	(0,0012)	(0,0009)	(0,0011)	(0,0014)	(0,0019)
Norte	-0,0524*	-0,0696*	-0,0666*	-0,0435*	-0,0363**
	(0,0072)	(0,0092)	(0,0113)	(0,0165)	(0,0153)
Nordeste	-0,0943*	-0,1206*	-0,1398*	-0,1354*	-0,1217*
	(0,0072)	(0,0051)	(0,0066)	(0,0089)	(0,0178)
Sul	0,0332**	0,0519*	0,0536*	0,0655*	0,0644*
	(0,0134)	(0,0085)	(0,0091)	(0,0122)	(0,0152)
Centro-Oeste	-0,0339*	-0,0380*	-0,0468*	-0,0565**	-0,0894*
	(0,0071)	(0,0101)	(0,0101)	(0,0220)	(0,0276)
Distrito Federal	0,1829	0,3127**	0,3921*	0,5495*	0,5421**
	(0,1411)	(0,1266)	(0,1470)	(0,1091)	(0,2218)
Urbana	0,0154***	0,0376*	0,0739*	0,1066*	0,1464*
	(0,0087)	(0,0056)	(0,0075)	(0,0098)	(0,0128)
Sindicato	0,0691*	0,0869*	0,1062*	0,0886*	0,0734*
	(0,0040)	(0,0036)	(0,0052)	(0,0071)	(0,0110)
Formal	-0,0452*	-0,0637*	-0,0850*	-0,1098*	-0,1263*
	(0,0063)	(0,0055)	(0,0066)	(0,0071)	(0,0138)
Dirigentes em Geral	0,4681*	0,6108*	0,7640*	0,8448*	1,0525*
	(0,0231)	(0,0242)	(0,0301)	(0,0485)	(0,0502)
Profissionais das	0,4445*	0,5995*	0,7140*	0,7313*	0,8343*
Ciências e Artes	(0,0161)	(0,0159)	(0,0181)	(0,0235)	(0,0347)
Técnicos de	0,0310*	0,0692*	0,1508*	0,2143*	0,3495*
de Nível Médio	(0,0118)	(0,0196)	(0,0159)	(0,0233)	(0,0292)
Serviços	0,0303*	0,0654*	0,1216*	0,1773*	0,3074*
Administrativos	(0,0090)	(0,0105)	(0,0149)	(0,0252)	(0,0280)
Trabalhadores	-0,0421*	-0,0695*	-0,0720*	-0,0451**	0,0463***
dos Serviços	(0,0094)	(0,0091)	(0,0144)	(0,0187)	(0,0269)
Serviços	-0,0461	-0,0675	0,0096	0,1385	0,5653*
do Comércio	(0,0403)	(0,0633)	(0,0982)	(0,1367)	(0,2178)
Trabalhadores	0,0042	-0,0333	-0,0128	0,0261	0,0927
agrícolas	(0,0662)	(0,0760)	(0,1108)	(0,1262)	(0,2254)
2013	0,0206*	0,0274*	0,0432*	0,0417*	0,0627*
	(0,0055)	(0,0060)	(0,0082)	(0,0132)	(0,0151)
2014	0,0458*	0,0588*	0,0586*	0,0493*	0,0531*
	(0,0068)	(0,0068)	(0,0113)	(0,0145)	(0,0191)
2015	0,0275*	0,0291*	0,0258*	0,0139	0,0086
	(0,0065)	(0,0061)	(0,0087)	(0,0156)	(0,0199)

Constante	1,0485*	0,9718*	0,8667*	0,9716*	1,0685*
	(0,0332)	(0,0399)	(0,0423)	(0,0443)	(0,1080)
Pseudo R2	0,1394	0,2382	0,2808	0,2721	0,2349
Número de obs.	31.310				
Erros padrão entre parênteses					
***p<0,10, **p<0,05, *p<0,01					

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

Apêndice B

Tabela 5 – Regressões quantílicas com amostra de trabalhadores do setor público na esfera estadual.

Variáveis/ Quantis	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
Concentração Estadual	0,0028*	0,0021*	0,0018*	0,0014*	0,0019*
	(0,0004)	(0,0003)	(0,0003)	(0,0004)	(0,0006)
Gênero	0,1517*	0,2104*	0,2680*	0,3313*	0,3658*
	(0,0155)	(0,0132)	(0,0134)	(0,0153)	(0,0226)
Branco	0,0585*	0,0792*	0,1366*	0,1776*	0,2195*
	(0,0095)	(0,0081)	(0,0096)	(0,0184)	(0,0157)
Idade	0,0183*	0,0201*	0,0193*	0,0273*	0,0438*
	(0,0043)	(0,0037)	(0,0028)	(0,0049)	(0,0077)
Idade2	-0,0001*	-0,0001*	-0,0001*	-0,0002*	-0,0003*
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0001)	(0,0001)
Chefe	0,0690*	0,0814*	0,0920*	0,1010*	0,1146*
	(0,0106)	(0,0117)	(0,0148)	(0,0120)	(0,0206)
Educação	0,0643*	0,0770*	0,0865*	0,0907*	0,0829*
	(0,0035)	(0,0034)	(0,0024)	(0,0027)	(0,0037)
Norte	-0,0494*	-0,0068	0,0144	0,0396**	0,0331
	(0,0184)	(0,0144)	(0,0126)	(0,0159)	(0,0285)
Nordeste	-0,1755*	-0,1523*	-0,1106*	-0,0751*	-0,0511***
	(0,0160)	(0,0161)	(0,0144)	(0,0210)	(0,0272)
Sul	0,0610*	0,0618*	0,0810*	0,0604**	0,0027
	(0,0200)	(0,0196)	(0,0154)	(0,0247)	(0,0340)
Centro-Oeste	0,0037	0,0279	0,0533*	0,0421	-0,0158
	(0,0281)	(0,0228)	(0,0178)	(0,0267)	(0,0385)
Distrito Federal	0,5919*	0,5829*	0,6032*	0,5384*	0,4845*
	(0,0329)	(0,0239)	(0,0162)	(0,0223)	(0,0364)
Urbana	0,1517*	0,2117*	0,2231*	0,3100*	0,3465*
	(0,0231)	(0,0282)	(0,0369)	(0,0266)	(0,0351)
Sindicato	0,1292*	0,1167*	0,1262*	0,1302*	0,1377*
	(0,0101)	(0,0084)	(0,0107)	(0,0135)	(0,0167)
Formal	-0,1570*	-0,1651*	-0,1986*	-0,1830*	-0,1669*
	(0,0094)	(0,0117)	(0,0104)	(0,0128)	(0,0307)
Dirigentes em Geral	0,3868*	0,4757*	0,5053*	0,5543*	0,6146*
	(0,0337)	(0,0273)	(0,0299)	(0,0420)	(0,0807)
Profissionais das	0,2275*	0,2749*	0,2873*	0,3981*	0,5828*
Ciências e Artes	(0,0392)	(0,0265)	(0,0285)	(0,0351)	(0,0542)
Técnicos de	0,0872*	0,1670*	0,2225*	0,3172*	0,4037*
de Nível Médio	(0,0307)	(0,0227)	(0,0285)	(0,0442)	(0,0627)
Serviços	0,0195	0,0274	0,0262	0,0868**	0,2354*
	(0,0323)	(0,0262)	(0,0235)	(0,0396)	(0,0546)
Administrativos	-0,0684*	-0,0580*	-0,0395	0,0057	-0,0061
	(0,0248)	(0,0209)	(0,0240)	(0,0334)	(0,0558)
Trabalhadores	0,0034	0,0371	-0,0537	-0,1210	-0,0403
	(0,0830)	(0,1033)	(0,1183)	(0,1012)	(0,7150)
do Comércio	-0,1463	-0,0071	0,0139	0,0650	0,2990
	(0,1403)	(0,0798)	(0,1311)	(0,2186)	(0,2814)
Trabalhadores					
agrícolas					

2013	0,0164 (0,0140)	0,0286** (0,0125)	0,0145 (0,0130)	0,0198 (0,0180)	0,0342 (0,0304)
2014	0,0521* (0,0150)	0,0418* (0,0128)	0,0534* (0,0129)	0,0425* (0,0151)	0,0582** (0,0278)
2015	0,0048 (0,0169)	0,0087 (0,0129)	0,0071 (0,0125)	0,0066 (0,0183)	0,0635* (0,0215)
Constante	0,2289** (0,0959)	0,1638*** (0,0858)	0,2760* (0,0641)	0,1991** (0,0967)	0,1396 (0,1956)
Pseudo R2	0,2389	0,2579	0,2355	0,2012	0,1734
Número de obs.	20.439				
Erros padrão entre parênteses					
*** p<0.10, ** p<0.05, * p<0.01					

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

Apêndice C

Tabela 6 – Regressões quantílicas com amostra de trabalhadores do setor público na esfera federal.

Variáveis/Quantis	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
Concentração Federal	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)	-0,0007 * (0,0000)
Gênero	0,1471 * (0,0007)	0,1502 * (0,0005)	0,1502 * (0,0005)	0,1502 * (0,0005)	0,1502 * (0,0005)
Branco	0,1267 * (0,0007)	0,1549 * (0,0004)	0,1549 * (0,0004)	0,1549 * (0,0004)	0,1549 * (0,0004)
Idade	0,0291 * (0,0002)	0,0339 * (0,0001)	0,0339 * (0,0001)	0,0339 * (0,0001)	0,0339 * (0,0001)
Idade2	-0,0002 * (0,0000)	-0,0002 * (0,0000)	-0,0002 * (0,0000)	-0,0002 * (0,0000)	-0,0002 * (0,0000)
Chefe	0,1558 * (0,0006)	0,1636 * (0,0005)	0,1636 * (0,0005)	0,1636 * (0,0005)	0,1636 * (0,0005)
Educação	0,1046 * (0,0001)	0,1160 * (0,0001)	0,1160 * (0,0001)	0,1160 * (0,0001)	0,1160 * (0,0001)
Norte	0,0138 * (0,0014)	0,0092 * (0,0006)	0,0092 * (0,0006)	0,0092 * (0,0006)	0,0092 * (0,0006)
Nordeste	-0,0886 * (0,0010)	-0,0629 * (0,0005)	-0,0629 * (0,0005)	-0,0629 * (0,0005)	-0,0629 * (0,0005)
Sul	0,0208 * (0,0013)	0,0106 * (0,0007)	0,0106 * (0,0007)	0,0106 * (0,0007)	0,0106 * (0,0007)
Centro-Oeste	-0,0521 * (0,0018)	-0,0148 * (0,0013)	-0,0148 * (0,0013)	-0,0148 * (0,0013)	-0,0148 * (0,0013)
Distrito Federal	0,3400 * (0,0008)	0,4078 * (0,0007)	0,4078 * (0,0007)	0,4078 * (0,0007)	0,4078 * (0,0007)
Urbana	0,3206 * (0,0010)	0,2813 * (0,0015)	0,2813 * (0,0015)	0,2813 * (0,0015)	0,2813 * (0,0015)
Sindicato	0,1637 * (0,0006)	0,1670 * (0,0004)	0,1670 * (0,0004)	0,1670 * (0,0004)	0,1670 * (0,0004)
Formal	-0,2388 * (0,0008)	-0,2086 * (0,0004)	-0,2086 * (0,0004)	-0,2086 * (0,0004)	-0,2086 * (0,0004)
Dirigentes em geral	0,3673 * (0,0046)	0,3904 * (0,0016)	0,4280 * (0,0009)	0,4492 * (0,0024)	0,3591 * (0,0039)
Profissionais das Ciências e Artes	0,4367 * (0,0041)	0,4995 * (0,0007)	0,5027 * (0,0008)	0,5385 * (0,0023)	0,4759 * (0,0038)
Técnicos de Nível Médio	0,1267 * (0,0040)	0,1913 * (0,0010)	0,2012 * (0,0008)	0,2406 * (0,0023)	0,1702 * (0,0038)
Serviços Administrativos	-0,0753 * (0,0040)	-0,0939 * (0,0006)	-0,1258 * (0,0007)	-0,0525 * (0,0024)	-0,1586 * (0,0038)

Trabalhadores dos Serviços	-0,1948 *	-0,1036 *	-0,0642 *	0,0185 *	-0,0204 *
	(0,0041)	(0,0004)	(0,0013)	(0,0044)	(0,0039)
Serviços do Comércio	-0,0211 *	-0,1787 *	-0,2566 *	-0,4325 *	-0,3680 *
	(0,0042)	(0,0022)	(0,0013)	(0,0036)	(0,1271)
Trabalhadores agrícolas	0,3016 *	0,1709 *	0,3616 *	0,5080 *	0,5504 *
	(0,0049)	(0,0022)	(0,0019)	(.)	(0,0073)
2013	-0,0269 *	-0,0231 *	-0,0009	0,0121 *	0,0474 *
	(0,0010)	(0,0006)	(0,0007)	(0,0005)	(0,0007)
2014	0,0239 *	-0,0202 *	-0,0404 *	-0,0359 *	0,0292 *
	(0,0013)	(0,0006)	(0,0009)	(0,0008)	(0,0006)
2015	-0,0442 *	-0,0378 *	-0,0306 *	-0,0120 *	0,0428 *
	(0,0011)	(0,0005)	(0,0008)	(0,0009)	(0,0007)
Constante	-0,5156 *	-0,4417 *	-0,1001 *	0,0213 *	0,5112 *
	(0,0060)	(0,0031)	(0,0040)	(0,0053)	(0,0045)
Pseudo R2	0,3077	0,3191	0,2968	0,2459	0,1858
Número de obs.	4.542.824				
Erros padrão entre parênteses					
***p<0,10, **p<0,05, *p<0,01					

Fonte: PNAD (2012-2015). Elaboração Própria.

A ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR DA AVIAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL

(Poster)

Paula Freitas de Almeida (IE/Unicamp)
paulafreitas2005@gmail.com

Sueli S. D. Custódio (ITA)
smdamin@gmail.com

Resumo:

Esse artigo tem por objetivo analisar os possíveis impactos da prestação do serviço de aviação civil comercial no Brasil sobre a estrutura do mercado de trabalho no setor, considerando somente a etapa doméstica. Acreditamos que a despeito de tanto a contratação de empregados, quanto a oferta e a demanda pelo serviço de aviação comercial no Brasil terem sofrido grande expansão ao longo das décadas estudadas, o crescimento do número de empregados não alcançou os mesmos índices que o mercado da aviação. Por conseguinte, ter-se-ia uma maior concentração do serviço por entre os trabalhadores. Para provar nossa hipótese, trabalharemos com três variáveis: (i) o número de empregados por empresa aérea brasileira, entre os quais se destacará o número de pilotos e copilotos, a seguir referidos somente como pilotos; (ii) a quantidade de assentos ofertados por quilômetro (ass-km), e; (iii) o número de passageiros pagos pelo transporte aéreo (pax-pagos). Os dados serão extraídos dos anuários da aviação civil publicados pela Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) referente ao período compreendido entre 1972 e 2015.

A Recessão 2015-2016 e o Mercado de Trabalho no Brasil*

Paulo Baltar♦

Eugenia Leone♦

Introdução

A atividade da economia brasileira diminuiu fortemente em 2015 e 2016. O PIB caiu 3,8% em 2015 e 3,3% em 2016. O PIB do último trimestre de 2016 foi 8,2% menor do que o do último trimestre de 2014. Essa queda na atividade econômica abalou profundamente um mercado de trabalho cujos indicadores tinham melhorado substancialmente desde 2004. Vários autores mostraram essa melhora nos indicadores do mercado de trabalho entre 2004 e 2013, ver entre outros, MEDEIROS (2015), BALTAR (2014), LEONE (2015), BALTAR e LEONE (2015). Assim, no último trimestre de 2013, a taxa de desemprego foi de 6,2% e o percentual de pessoas ocupadas com emprego assalariado foi de 63,1%, sendo que 77,6% desses empregados foram contratados em conformidade com as normas trabalhistas (CLT e Estatutos dos Servidores Públicos municipal, estadual e federal). Apesar do avanço observado no mercado de trabalho entre 2004 e 2013, no último trimestre deste último ano, 36,9% das pessoas ocupadas não tinham um emprego assalariado em estabelecimento, sendo 23,2% trabalhadores por conta própria, 6,5% trabalhadores do serviço doméstico, 4,1% empregadores e 3% membros da família que trabalhavam sem remuneração para um conta própria.

* Trabalho apresentado no **XV Encontro Nacional da ABET**, realizado em Rio de Janeiro/RJ - Brasil, de 06 a 09 de setembro de 2017. A pesquisa contou com o apoio do CNPq.

♦ IE / Unicamp e Cesit. E-mail: pbaltar@unicamp.br

♦ IE / Unicamp e Cesit. E-mail: eleone@unicamp.br

O propósito deste artigo é mostrar os efeitos negativos da recessão sobre o mercado de trabalho destacando as mudanças na condição de atividade das pessoas, nas posições na ocupação e nos setores de atividade em que trabalham. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral e se comparam os últimos trimestres de 2014 e 2016.

1. Condição de Atividade na Recessão.

A queda do PIB de 8,1% entre os últimos trimestres de 2014 e 2016 foi acompanhada de diminuição de somente 2,8% no número de pessoas ocupadas¹ (Tabela 1). O número de desempregados, entretanto, aumentou 91,3% porque a PEA aumentou 3,3% entre os últimos trimestres de 2014 e 2016. A ampliação em 5,8 milhões de desempregados resultou de uma queda da população ocupada de 2,6 milhões e um aumento da PEA de 3,2 milhões. Ou seja, 55,6% do aumento do desemprego tem relação com o aumento da PEA e 44,4% tem relação com a diminuição da população ocupada.

Tabela 1. Variação (%) da PIA, PEA, População ocupada e desempregada entre os últimos trimestres de 2014 e 2016

	Variação (milhões)	%	Taxa Anual
População em idade ativa (PIA)	3.997	2,45	1,22
População economicamente ativa (PEA)	3.278	3,3	1,64
Pessoas Ocupadas (PO)	- 2.613	-2,81	-1,42
Desempregados (D)	5.890	91,29	38,31

Fonte: IBGE/PNADC

Invertendo o que vinha acontecendo desde o início dos anos 2000, o ritmo de crescimento da PEA voltou a ser maior do que o da PIA, fazendo com que a taxa de

¹ . Sobre o desempenho da economia brasileira a partir de 2015, ver BELLUZZO e BASTOS, 2015.

participação do último trimestre de 2016 fosse maior do que a do último trimestre de 2014 (Tabela 2). Esse aumento da taxa de participação não impediu que o aumento da taxa de desemprego resultasse em expressiva diminuição da taxa de ocupação. A taxa de desemprego praticamente dobrou neste período de intensa queda na atividade econômica.

Tabela 2. Condição de atividade da população de 14 anos ou mais de idade nos últimos trimestres de 2014 e 2016.

	Taxa de Participação		Taxa de Desemprego		Taxa de Ocupação	
	2014	2016	2014	2016	2014	2016
Total	60,9	61,4	6,5	12,0	56,9	54,0
Homens	72,2	72,0	5,6	10,7	68,2	64,3
Mulheres	50,6	51,6	7,7	13,8	46,7	44,5
14-17	20,1	18,8	21,6	39,7	15,9	11,3
18-24	67,4	68,7	14,1	25,9	57,9	50,9
25-39	80,9	81,9	6,3	11,2	75,8	72,8
40-59	72,3	72,7	3,3	6,9	69,9	67,7
60 +	22,5	22,8	2,0	3,4	22,1	22,0

Fonte: IBGE/PNADC

O aumento da taxa de participação ocorreu entre as mulheres e nas faixas de idade de 18 a 24 e 25 a 39 anos. O aumento da atividade econômica dos jovens significou uma reversão do que vinha acontecendo desde o início da década de 1990. A diminuição da renda familiar na recessão pode estar dificultando o adiamento da entrada no mercado de trabalho obrigando muitos jovens a estudar e trabalhar simultaneamente.

A taxa de desemprego aumentou para homens e mulheres e em todas as faixas de idade, sendo a principal responsável pela queda da taxa de ocupação. O nível e a magnitude da elevação da taxa de desemprego na recessão foram maiores entre os jovens com menos de 25 anos. Proporcionalmente, entretanto, o aumento da taxa de desemprego foi maior para a população adulta de 40 a 59 anos. Algo análogo se verifica entre homens e mulheres. As mulheres tradicionalmente sofrem mais com o desemprego e o aumento absoluto na recessão foi maior do que o desemprego dos homens, mas a ampliação

proporcional da taxa de desemprego foi maior entre os homens. Esse intenso aumento na taxa de desemprego dos homens vem ocorrendo sem aumento na taxa de participação, levando a uma diminuição da taxa de ocupação de homens maior do que a das mulheres.

Assim, a diminuição do PIB na recessão foi muito intensa, mas levou a uma diminuição da população ocupada proporcionalmente menor da que à do PIB. O desemprego, entretanto, aumentou fortemente, tendo sido acentuado por uma ampliação da PEA maior do que a que vinha ocorrendo antes da recessão, devido a uma maior participação na atividade econômica de mulheres e de jovens. O desemprego é sempre mais acentuado entre os jovens e as mulheres e aumentou bastante nesses dois segmentos da população na recessão, mas o aumento proporcional da taxa de desemprego foi maior entre homens e adultos, com o desemprego sendo mais diretamente afetado pela diminuição das oportunidades ocupacionais, provocada pela recessão, já que não mostraram aumentos nas taxas de participação.

2. Posição na Ocupação na Recessão

A diminuição do número de pessoas ocupadas foi relativamente pequena em comparação com a diminuição do PIB. Isto porque, neste período de recessão, ampliou-se expressivamente o número de empregadores, trabalhadores no serviço doméstico remunerado e trabalhadores por conta própria, apesar da queda na atividade econômica (Tabela 3). A diminuição do número de empregados do setor privado foi proporcionalmente menor do que a diminuição do PIB, indicando que apesar da recessão, houve aumento de emprego no setor privado em algumas atividades da economia. Além disso, a diminuição do emprego no setor público foi bem menor do que no setor privado.

Tabela 3. Evolução da população ocupada por posição na ocupação entre os últimos trimestres de 2014 e 2016

	2014	2016	Variação (milhões)	%	Taxa Anual
Total Ocupados	100,0	100,0	-2.614	-2,81	-1,42
Empregado	63,1	61,8	-2.826	-4,82	-2,44
Empregado S. Privado	50,6	49,3	-2.469	-5,25	-2,66
Empregado S. Público	12,5	12,5	-357	-3,08	-1,55
Trabalhador Doméstico	6,4	6,8	127	2,12	1,06
Empregador	4,3	4,6	205	5,2	2,57
Conta-própria	23,4	24,5	364	1,67	0,83
Trabalho familiar auxiliar	2,8	2,3	-484	-18,68	-9,82

Fonte: IBGE/PNADC

Os aumentos de empregadores, empregadas domésticas e trabalhadores por conta própria foram compensados pela diminuição do trabalho familiar não remunerado, de modo que a ampliação das oportunidades ocupacionais diferentes às do emprego nos setores público e privado foi de somente 0,6%, correspondendo a apenas 7,4% da diminuição do emprego nos setores público e privado. Assim, a queda relativamente pequena do número de pessoas ocupadas na recessão deveu-se, fundamentalmente, à relativamente pequena diminuição do emprego no setor público e ao aumento do emprego no setor privado em algumas atividades da economia.

A queda do emprego nos setores público e privado ocorreu com pequenas alterações no grau de formalidade que diminuiu no emprego do setor privado e aumentou no do setor público (Tabela 4). No total do emprego de estabelecimento o grau de formalidade caiu de 78,1% para 77,5%. O número de empregados sem carteira do setor privado quase não se modificou, enquanto a queda no emprego com carteira no setor privado foi de 6,9%, bem mais próxima da diminuição proporcional do PIB. Já no setor público, diminuíram intensamente no emprego com e sem carteira, tendo aumentado o número de funcionários públicos estatutários e militares. Finalmente, na ampliação do trabalho no serviço doméstico predominaram contratos sem carteira de trabalho, mas a diminuição do grau de formalidade das empregadas domésticas foi relativamente pequena.

Tabela 4. Grau de formalização do emprego nos setores público e privado e no trabalho doméstico remunerado nos últimos trimestres de 2014 e 2016

	2014	2016	Variação (milhões)	%	Taxa Anual
Emprego c/ cart. Set. Privado	77,7	76,4	-2.501	-6,85	-3,49
Emprego s/cart. Set. Privado	22,3	23,6	32	0,31	0,15
Emprego Setor Privado	100,0	100,0	-2.469	-5,25	-2,66
Emprego c/ cart. Set. Público	11,9	10,2	-234	-16,94	-8,87
Emprego s/cart. Set. Público	19,9	18,2	-264	-11,45	-5,90
Estatutário e Militares	68,2	71,6	141	1,78	0,89
Emprego Set. Público	100,0	100,0	-357	-3,08	-1,55
Trab. Doméstico c/cart.	32,1	31,9	25	1,30	0,65
Trab. Doméstico s/cart.	67,9	68,1	102	2,51	1,25
Trab. Doméstico	100,0	100,0	127	2,12	1,06

Fonte: IBGE/PNADC

Assim, a recessão provocou efeitos negativos particularmente fortes no emprego formal do setor privado. O emprego sem carteira deste setor não chegou a diminuir e no setor público a ampliação do número de estatutários e militares impediu uma maior redução do emprego. A ampliação das oportunidades ocupacionais, fora do emprego nos setores público e privado, correspondeu a uma fração muito pequena da redução do emprego nos setores público e privado.

Desse modo, o entendimento das razões pelas quais a diminuição das oportunidades ocupacionais foi tão pequena (em relação à intensidade da diminuição do PIB) passa pela compreensão do porque o emprego no setor privado aumentou em algumas atividades, apesar da queda geral do PIB. Além disso, o emprego no setor público resistiu à diminuição por causa do prosseguimento da contratação de estatutários e militares, o emprego no serviço doméstico voltou a aumentar junto com a ampliação da participação das mulheres na atividade econômica e o trabalho familiar não remunerado continuou diminuindo, compensando parcialmente o aumento do número de pequenos empregadores e trabalhadores por conta própria. É então importante verificar que

atividades da economia, apesar da recessão, geraram empregos do setor privado e trabalhos por conta própria, além de ampliar o número de pequenos empregadores.

3. Empregados no Setor Privado, Trabalhadores por Conta Própria e Empregadores por Atividade da Economia

3.1 Setor Privado

A diminuição do emprego no setor privado foi relativamente pequena na recessão por causa da ampliação desse tipo de emprego em três atividades da economia: transporte, armazenagem e correios, educação saúde e serviços sociais e agricultura (Tabela 5). Esse aumento do emprego compensou só parcialmente a intensa redução do emprego do setor privado na indústria (extrativa mineral, transformação e serviços de utilidade pública), serviços de apoio à empresa (informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas) e construção civil. O aumento do emprego do setor privado nas três primeiras atividades correspondeu a 24% da queda de emprego do setor privado das três outras atividades.

Tabela 5. Emprego no setor privado e grau de formalização dos contratos de trabalho por atividade da economia nos últimos trimestres de 2014 e 2016

	2014	2016	Variação (milhões)	%	Taxa Anual	Grau de formalização	
						2014	2016
Agricultura	6,8	7,6	189	5,92	2,92	46,3	45,0
Indústria	21,9	19,0	-1.840	-17,87	-9,38	87,0	86,9
Construção	7,8	7,3	-409	-11,14	-5,74	63,4	58,0
Comércio	23,6	24,5	-155	-1,40	-0,70	78,3	77,7
Transporte	5,3	6,1	222	9,00	4,40	84,1	84,3
Aloj. E Alim.	5,7	6,0	18	0,68	0,33	69,3	66,7
Serv. Empresas	16,7	16,0	-701	-8,95	-4,58	86,5	86,3
Educação e Saúde	8,6	9,7	285	7,06	3,47	83,4	83,9
Outros Serv.	3,8	3,8	-67	-3,80	-1,92	57,3	55,3
Total	100,0	100,0	-2.458	-5,23	-2,65	77,7	76,4

Fonte: IBGE/PNADC

A queda do emprego formal do setor privado foi bem maior do que a diminuição do total do emprego do setor privado. Houve uma pequena ampliação do emprego sem carteira de trabalho (Tabelas 6 e 7), mas a diminuição do grau de formalidade no setor privado deveu-se principalmente à intensa redução do emprego formal. Essa diminuição atingiu praticamente todo tipo de atividade (salvo transporte, armazenagem e correios e educação, saúde e serviços sociais, exatamente as duas atividades com maior aumento proporcional do total do emprego do setor privado), mas foi particularmente intensa em construção civil, alojamento e alimentação e outros serviços (comunitários e pessoais), as três atividades onde a formalidade é menor e tinha aumentado só recentemente.

Tabela 6. Emprego formal no setor privado por atividade da economia nos últimos trimestres de 2014 e 2016

	2014	2016	Variação (milhões)	%	Taxa Anual
Agricultura	4,1	4,5	45	3,04	1,51
Indústria	24,5	21,6	-1612	-17,99	-9,44
Construção	6,4	5,6	-434	-18,67	-9,82
Comércio	23,7	24,9	-191	-2,20	-1,11
Transporte	5,7	6,7	193	9,31	4,55
Aloj. E Alim.	5,0	5,2	-57	-3,10	-1,56
Serv. Empresas	18,6	18,1	-624	-9,21	-4,72
Educação e Saúde	9,2	10,7	261	7,75	3,80
Outros Serv.	2,8	2,8	-72	-7,14	-3,63
Total	100,0	100,0	-2491	-6,83	-3,47

Fonte: IBE/PNADC

A queda na atividade da economia brasileira em 2015 e 2016 provocou, então, uma ligeira diminuição do grau de formalidade no setor privado através de marcante queda de emprego com carteira e ligeiro aumento do emprego sem carteira. Reduções de emprego sem carteira ocorreram somente no setor industrial e em serviços para as empresas, mas essas diminuições foram substanciais. Houve aumento do emprego sem carteira do setor privado em todas as demais atividades, mas o crescimento do emprego

sem carteira foi intenso somente em agricultura, transporte, armazenagem e correios e alojamento-alimentação. Nessas três atividades, o emprego formal do setor privado só não cresceu também expressivamente em alojamento e alimentação. Nesta última atividade, o total do emprego do setor privado pouco aumentou. Nas atividades da agricultura e transporte, armazenagem e correios, o total do emprego do setor privado aumentou expressivamente com expansão significativa de empregos formais e não formais. Na outra atividade onde se ampliou o emprego do setor privado (educação, saúde e serviços sociais) também aumentaram os empregos formais e não formais, mas o crescimento do emprego sem carteira do setor privado não foi tão intenso como em agricultura, transporte, armazenagem e correios.

Tabela 7. Emprego sem carteira do setor privado por atividade de economia nos últimos trimestres de 2014 e 2016

	2014	2016	Variação (milhões)	%	Taxa Anual
Agricultura	16,4	17,7	144	8,40	4,11
Indústria	12,7	10,5	-228	-17,08	-8,94
Construção	12,8	13,0	25	1,86	0,93
Comércio	22,9	23,2	36	1,50	0,75
Transporte	3,7	4,0	29	7,38	3,62
Aloj. E Alim.	7,8	8,5	75	9,18	4,49
Serv. Empresas	10,1	9,3	-77	-7,31	-3,72
Educação e Saúde	6,4	6,6	24	3,58	1,77
Outros Serv.	7,2	7,2	5	0,66	0,33
Total	100,0	100,0	33	0,31	0,16

Fonte: IBE/PNADC

Reduções no grau de formalidade na construção civil e em outros serviços ocorreram com expressiva queda do emprego com carteira e ligeiro aumento de emprego sem carteira, tendo diminuído o total do emprego do setor privado nessas atividades, enquanto em alojamento e alimentação a diminuição do grau de formalidade do emprego do setor privado deveu-se mais ao aumento do emprego sem carteira do que à queda do emprego com carteira. Ou seja, nas três atividades onde foi expressiva a queda no grau

de formalidade dos contratos de trabalho, essa diminuição reflete mais a redução do emprego formal do que a ampliação do emprego sem carteira de trabalho.

Em resumo, a recessão provocou queda do emprego no setor privado proporcionalmente menor do que a queda do PIB por causa da ampliação deste tipo de emprego em atividades como transporte, armazenagem e correios, agricultura e educação, saúde e serviços sociais. A diminuição do grau de formalização observada na recessão foi mais consequência da queda do emprego formal do que da ampliação do emprego sem carteira. A ampliação do emprego sem carteira só foi mais expressiva nas atividades agrícolas, de transporte, armazenagem e correios e de alojamento e alimentação. A queda do emprego formal foi muito intensa na indústria, construção civil, serviços para empresa e outros serviços, justamente as atividades onde ocorreram expressivas diminuições no emprego total do setor privado.

A recessão, então, afetou principalmente o emprego formal do setor privado que diminuiu quase tão intensamente como o PIB entre os últimos trimestres de 2014 e 2016, mas também houve queda do emprego sem carteira na indústria e nos serviços de apoio às empresas que junto com construção civil (atividade na qual o emprego sem carteira não chegou a diminuir) foram as atividades com maior queda do emprego no setor privado. O recuo do grau de formalidade dos contratos de trabalho do emprego do setor privado ocorreu principalmente em construção civil, alojamento e alimentação e outros serviços onde o grau de formalidade era menor e tinha aumentado recentemente. Mesmo nessas atividades não foi expressiva a ampliação do emprego sem carteira do setor privado. As maiores ampliações proporcionais do emprego sem carteira do setor privado ocorreram em transporte, armazenagem e correios, agricultura e educação, saúde e serviços sociais. Nessas atividades não ocorreram quedas expressivas do grau de formalidade do emprego no setor privado porque ocorreram ampliações simultâneas de empregos formais e não formais.

3.2. Conta Própria e Empregadores

A ampliação do número de empregadores e trabalhadores por conta própria entre os últimos trimestres de 2014 e 2016 pouco ajudou a suavizar a queda do número de pessoas ocupadas porque apenas superou a diminuição do número de trabalhadores familiares sem remuneração. No entanto, as alterações foram bastante diferentes por atividade da economia, sinalizando aspectos importantes do impacto da recessão na criação de oportunidades ocupacionais (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8. Variação (%) do emprego formal do setor privado e dos trabalhadores por conta própria por atividade da economia

Setores de atividade	2014-2015		2015-2016		2014-2016	
	Empregados formais	Conta própria	Empregados formais	Conta própria	Empregados formais	Conta própria
Agricultura	3,72	1,94	-0,65	-9,08	3,04	-7,32
Indústria	-10,12	3,45	-8,76	-6,71	-17,99	-3,49
Construção	-2,49	5,12	-16,59	-11,92	-18,67	-7,41
Comércio	0,35	6,54	-2,54	-3,51	-2,20	2,80
Transporte	10,42	10,25	1,43	3,64	9,31	14,27
Aloj. E Alim.	1,03	20,20	-4,09	17,55	-3,10	41,30
Serv. Empresas	-10,66	2,24	1,62	0,71	-9,21	2,96
Educação e Saúde	10,42	-0,48	-2,42	-1,13	7,75	-1,61
Outros Serv.	-2,68	4,46	-4,58	5,45	-7,14	10,15
Total	-3,01	5,26	-3,93	-3,40	-6,83	1,69

Fonte: IBGE/PNADC

No período de queda da atividade da economia a ampliação de empregadores foi proporcionalmente bem maior do que a de trabalhadores por conta própria. Chama atenção, entretanto, que a situação inverteu-se entre 2015 e 2016. Em 2015 o número de conta própria ampliou-se 5,3% e de empregadores 0,4%, enquanto que em 2016 o número de empregadores aumentou 4,8% e os por conta própria diminuíram 3,4%.

Tabela 9. Variação (%) dos empregadores e dos empregados sem carteira do setor privado por atividade da economia.

	2014 - 2015		2015 - 2016		2014 - 2016	
	Empregador	Empregados Sem carteira	Empregador	Empregados Sem carteira	Empregador	Empregados Sem carteira
Agricultura	-9,52	2,27	8,27	5,99	-2,04	8,40
Indústria	7,64	-12,81	-9,89	-4,90	-3,01	-17,08
Construção	-8,22	2,53	2,16	-0,65	-6,23	1,86
Comércio	4,53	-6,08	9,28	8,07	14,24	1,50
Transporte	-16,00	7,38	7,62	0,00	-9,60	7,38
Aloj. E Alim.	20,59	-3,79	-8,54	13,49	10,29	9,18
Serv. Empresas	-7,79	-12,33	8,45	5,74	0,00	-7,31
Educação e Saúde	0,44	1,19	13,60	2,36	14,10	3,58
Outros Serv.	-15,21	-10,76	13,04	12,80	-4,15	0,66
Total	0,41	-4,29	4,83	4,82	5,26	0,31

Fonte: IBE/PNADC

Esses movimentos deram origem à hipótese de que a perda de emprego formal no início da recessão levou a montar negócios por conta própria, mas a continuidade da queda na atividade econômica eliminou alguns desses negócios enquanto os que sobreviveram evoluíram com a contratação de empregados com e sem carteira de trabalho (LAMEIRAS e CARVALHO, 2017). O fato foi que os trabalhadores por conta própria que tinham aumentado expressivamente em 2015 diminuíram em 2016, ao mesmo tempo em que, de um lado, intensificou-se o aumento dos empregadores e, do outro, os empregados do setor privado sem carteira de trabalho que tinham diminuído em 2015 aumentaram em 2016.

Em 2015, o trabalho por conta própria aumentou em praticamente todas as atividades, mas o aumento foi mais intenso em alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e correios, comércio e reparação, construção civil, outros serviços e na própria indústria. Já a queda do trabalho por conta própria, em 2016, ocorreu em construção, agricultura, indústria e comércio, mas não em alojamento e alimentação, outros serviços e transporte, armazenagem e correios. Nestas últimas atividades, a continuação da recessão não impediu o surgimento de pequenos negócios, sem

empregados, mas essas são as únicas atividades da economia em que o número de trabalhadores por conta própria no final de 2016 foi maior do que no final de 2014. A forte ampliação do trabalho por conta própria nessas três atividades (alojamento e alimentação, outros serviços e transporte armazenagem e correio) mal compensou a diminuição nas demais atividades e a expansão do trabalho por conta própria no início da recessão foi quase que completamente revertida em 2016.

As evidências do comportamento do trabalho por conta própria na queda da atividade econômica apoiam a ideia de que uma parte das pessoas que perdeu o emprego formal no início da recessão tentou montar um negócio por conta própria e isto ajudou a amortecer a diminuição do número de pessoas ocupadas que foi de apenas 0,7% em 2015 e de 2,1% em 2016 (outro fator que também contribuiu para amortecer a queda do número de pessoas ocupadas em 2015 foi uma intensa ampliação no número de empregadas domésticas que ocorreu com o aumento da participação feminina na atividade econômica). A continuação da recessão abalou esses dois fatores de amortecimento da queda de oportunidades ocupacionais e em 2016 se explicitou mais categoricamente a diminuição no número total de pessoas ocupadas. A continuação da recessão dificultou enormemente o surgimento e continuação de pequenos negócios, especialmente em agricultura, indústria, construção e comércio. A ampliação do trabalho por conta própria, apesar da recessão, ocorreu somente em alojamento e alimentação, outros serviços e transporte, armazenagem e correios.

Os sinais de consolidação de alguns desses pequenos empreendimentos, ampliando o número de empregadores e de empregados do setor privado, são menos categóricos. O número de empregadores no final de 2016 é maior do que no final de 2014 em muito poucas atividades, somente em comércio e reparação, educação saúde e serviços sociais e alojamento e alimentação. Porém, em 2016, em diversas atividades como agricultura, transporte armazenagem e correio, serviços para empresas e outros serviços ocorreu um expressivo aumento do número de empregadores, compensando parcialmente a diminuição verificada no ano anterior. Essa ampliação dos empregadores afetou a geração de empregos privados sem carteira que aumentou expressivamente em agricultura, comércio e reparação, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, serviços para empresas, educação, saúde e serviços sociais e outros serviços.

Essa consolidação de pequenos negócios com a contratação de empregados pouco afetou a geração de oportunidades ocupacionais, pois o próprio aumento de empregos sem carteira de trabalho em 2016 apenas compensou a queda deste tipo de emprego verificada em 2015.

4. Conclusão.

A principal manifestação da recessão no mercado de trabalho foi a diminuição do emprego formal do setor privado que, ao contrário do PIB, foi proporcionalmente maior em 2016 do que em 2015.

A diferença de comportamento entre o emprego formal do setor privado e o PIB deve-se a que agricultura, transporte, armazenagem e correio e educação saúde e serviços sociais tiveram aumento de emprego formal do setor privado em 2015, mas não em 2016. Além disso, em construção civil, comércio e reparação, alojamento e alimentação e outros serviços, a queda do emprego formal agravou-se em 2016.

A diminuição do total de oportunidades ocupacionais foi menor do que a do emprego formal do setor privado, mas a queda foi também maior em 2016 do que em 2015, ao contrário do que ocorreu com o PIB. Isso não ocorreu com o total do emprego nos setores público e privado cuja diminuição foi maior em 2015 do que em 2016. A diferença de comportamento entre o emprego formal do setor privado e o total do emprego do setor privado deveu-se ao comportamento do emprego sem carteira no setor privado que diminuiu em 2015 e aumentou em 2016. Esse comportamento do emprego sem carteira no setor privado está associado a um crescimento mais intenso, em 2016, do número de pequenos empregadores.

A pequena queda na geração do total de oportunidades ocupacionais em 2015 e seu agravamento em 2016 tiveram a ver com o desempenho do trabalho por conta própria e do emprego doméstico remunerado.

O intenso crescimento do emprego doméstico remunerado em 2015 esteve associado ao aumento da participação feminina. Já o intenso aumento do trabalho por

conta própria em 2015 parece estar relacionado com a reação inicial dos que perderam emprego formal, de montar negócios por conta própria. A continuação da recessão, mesmo que com uma queda proporcional do PIB menor em 2016, complicou o desempenho dos negócios e houve redução do trabalho por conta própria.

A aceleração da queda do emprego formal e a inversão do desempenho do emprego doméstico remunerado e do trabalho por conta própria acentuaram a redução da criação de oportunidades ocupacionais em 2016. Considerando os dois anos de recessão, a diminuição do emprego formal do setor privado foi a grande responsável pela diminuição observada na criação de oportunidades ocupacionais.

A diminuição no ritmo de criação de oportunidades ocupacionais foi relativamente pequena em 2015 e não tanto em 2016, mas o desemprego aumentou bastante nos dois anos de recessão, refletindo não somente o que ocorria com as oportunidades de ocupação, mas também o que acontecia com a própria PEA cujo crescimento foi particularmente forte em 2015, por conta do aumento da participação de jovens e de mulheres adultas. A taxa de desemprego aumentou em 2015 e atingiu 12,0% no final de 2016 e espera-se que continue aumentando em 2017, mesmo que se interrompa a queda no ritmo de geração de oportunidades ocupacionais.

A intensidade do aumento do desemprego em 2015 foi marcada pelo aumento da participação de jovens e mulheres adultas na atividade econômica, enquanto que a intensidade do aumento do desemprego em 2016 reflete o agravamento da queda no ritmo de geração de oportunidades ocupacionais. Esta poderá não continuar diminuindo em 2017, mas enquanto seja menor do que o aumento da PEA continuará aumentando o número de desempregados e se este aumento do número de desempregados for proporcionalmente maior do que o da própria PEA continuará aumentando a taxa de desemprego. Assim, a interrupção do aumento na taxa de desemprego dependerá não somente do fim da recessão, interrompendo a queda do PIB, mas da maneira como ocorra a eventual recuperação. Se a recuperação não envolver um aumento da renda da população capaz de reativar o consumo privado e público, dificilmente começará a reativar o mercado de trabalho e a reverter o aumento da taxa de desemprego.

A análise do desempenho do mercado de trabalho na recessão sugere que o que venha a ocorrer com as taxas de desemprego de homens e mulheres numa eventual

retomada do ritmo de atividade da economia brasileira dependerá do que venha a acontecer com o ritmo de geração de oportunidades ocupacionais e com as taxas de participação de jovens e de mulheres adultas. Isto poderá ser acompanhado através da análise dos dados da PNADC.

5. Bibliografia

BALTAR, P. “Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil”. In Calixtre, A. B.; Biancarelli, A.M.; Cintra, M.A.M. (Eds) *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, IPEA, 2014, pp. 423-468.

BALTAR, P; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho no Brasil após o crescimento com inclusão social. *USP Estudos Avançados* 85. Volume 29. Número 85. Setembro/Dezembro 2015.

BELLUZZO L. G. e BASTOS P. P. (org.) *Austeridade para quem? balanço e perspectivas do Governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. 352 p.

LEONE, E. O avanço das mulheres na expansão do mercado de trabalho após 2003. IE/UNICAMP, *Carta Social* n. 29 - Jan / mar. 2015.

LEONE, E; BALTAR, P. Trabalho decente no Brasil. Dossiê: Relações de Gênero, Raça e Etnia no Mercado de Trabalho Brasileiro no Século XXI. *Revista da ABET* Volume 15 — nº 1

MEDEIROS C. A. de. Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira. *IPEA* - Brasília, 2015.

LAMEIRAS M. A. P; CARVALHO S. de. Mercado de Trabalho. Carta de Conjuntura 34. IPEA, 1º Trimestre 2017.

Crescimento e Emprego Formal: Uma análise setorial para o período 2000-2013

Polliany Aparecida Lopes de Carvalho¹

Enzo Matono Gerioni²

Henrique Rogê Batista³

Resumo: A conjuntura macroeconômica brasileira dos anos 2000, foi marcada por taxas positivas de crescimento e expansão do mercado de trabalho. Conforme os postulados da demanda efetiva de Keynes e Kalecki, o aumento dos componentes de gastos afeta positivamente a expansão da quantidade de emprego. Este trabalho tem por objetivo verificar o comportamento do crescimento do produto e do mercado de trabalho a nível setorial – conforme a classificação do IBGE – entre 2000 e 2013 e a validade de tais postulados teóricos.

Palavras Chave: Crescimento, Emprego, Demanda efetiva.

Abstract: The Brazilian economy of 2000's was characterized by a positive employment growth rate and an increase of labor market. According to the effective demand principle, present in Keynes and Kalecki's work, a raise in spending by private sector has a positive impact on the quantity of employment. This paper aims to search for the behavior of output and labor market growth on sectoral level – based on IBGE's classification – between 2000 and 2013 checking for theoretical validity.

Keys-words: Growth, Employment, Effective demand.

1. Introdução

Estudos que abordam o desemprego tem sido objeto de debate por diferentes escolas do pensamento econômico; economistas mais convencionais acreditam que características individuais dos trabalhadores como idade, qualificação, experiência, gênero, entre outras, são responsáveis por explicar as causas do desemprego. Por outro lado, economistas ligados a escolas de inspiração keynesiana, buscam na curva de demanda do mercado de trabalho as respostas para explicar o desemprego.

O desemprego é um fenômeno complexo de ser analisado e a discussão em torno do tema permanece ainda inconclusa em alguns aspectos. Sua definição parte de uma

¹ Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: polliany_2007@hotmail.com

² Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: enzogerioni@gmail.com

³ Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília. E-mail: henriqueroget@hotmail.com

evolução histórica, ou seja, foi constituído ao longo do tempo paralelo às transformações no mercado de trabalho (BOUVERESSE; 1968).

Nesse sentido, a compreensão do desemprego como uma variável de natureza econômica tem ganhado espaço nas discussões e a relação desta com o desempenho macroeconômico tem sido amplamente estudado. A literatura econômica busca associar o crescimento econômico com a redução do desemprego. O consumo que é ao mesmo tempo um dos componentes da demanda agregada, também corresponde a um dos desdobramentos deste crescimento econômico. A elevação do produto tende a elevar o consumo que gera a necessidade de elevar a produção e, conseqüentemente, criam-se mais emprego. Os anos 2000, principalmente após 2003, em que o país apresentou simultaneamente taxas de crescimento econômico positivas e redução no desemprego, foi um reflexo da existência de correlação e causalidade entre a elevação do produto e a redução do desemprego.

Desta forma, este trabalho procura compreender o dinamismo do mercado de trabalho e em propor soluções mais eficazes para o problema do desemprego no Brasil, tratando de considerar a relação entre o crescimento econômico e a redução do desemprego que se fez presente ao longo dos anos 2000, quando o país obteve elevadas taxas de crescimento do produto. Ou seja, esforçamos em evidenciar as especificidades desse período de crescimento sobre o mercado de trabalho.

Para isto, além desta introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma: na segunda seção é apresentada uma revisão teórica de Keynes e Kalecki que tratam da relação entre crescimento econômico e geração de emprego. Na terceira seção é realizada uma breve análise da conjuntura macroeconômica observada a partir da década de 2000 e dos fatores impulsionadores do crescimento econômico. E na quarta seção, são ilustradas as evidências empíricas que auxiliam na compreensão da relação que se estabeleceu entre o crescimento econômico e as condições no mercado de trabalho formal no período analisado.

2. Consumo, Crescimento e Geração de Emprego em Keynes e Kalecki

O crescimento econômico está estreitamente ligado à capacidade de a economia gerar emprego e, conseqüentemente, à redução do desemprego. A partir do Princípio da Demanda Efetiva, Keynes associou o nível de atividade econômica à quantidade de emprego. Sucintamente, pode-se afirmar que a demanda efetiva, em uma economia fechada e sem governo, possui componentes: o primeiro é o quanto se espera que seja gasto em consumo pela sociedade e o segundo é o total que se espera do dispêndio em novos investimentos. A soma desses dois componentes resultará na quantidade de mão-de-obra que os empresários decidirão empregar (KEYNES, 2007[1936]).

Em relação ao primeiro componente da demanda efetiva, podemos dizer que se trata de uma função de que cresce com o aumento da renda, porém, de maneira decrescente. Em outras palavras, podemos dizer que a propensão marginal a consumir é decrescente⁴. Desse modo, conforme a sociedade enriquece e aumenta o nível de

⁴Por meio do PDE – princípio da demanda efetiva, denotado por $Y = C + I + G + (X-M)$ é possível observar que o produto aumenta de acordo com o crescimento dos componentes da equação. Porém o componente consumo irá crescer menos que o produto proporcionalmente. Uma vez que a propensão marginal a consumir é menor que um. Isto se deve pelo fato de que, apenas da inclinação da curva de demanda ser positiva, sua inclinação é inferior à da oferta ($\frac{d^2 D}{d^2 N} < 0$).

atividade econômica, surge uma diferença crescente entre o montante gasto em consumo e a demanda efetiva. Por isso, enquanto não houver mudanças que alterem positivamente a propensão marginal a consumir, a dependência do produto em relação aos novos investimentos aumentará. Assim, em oposição à conclusão da economia neoclássica, o mercado de trabalho encontrará seu nível de equilíbrio em um nível abaixo daquele de pleno emprego (IBID:).

Da dependência da demanda efetiva crescente em relação ao investimento, constata-se que o volume de emprego e renda vai depender das decisões de investimento. Isso, porque o nível de investimento está diretamente relacionado às expectativas de retorno que os empresários possuem dado a escolha, por eles feita, da escala de produção⁵. Desta forma, o volume de emprego escolhido será o correspondente ao nível em que os empresários esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores empregados na produção.

Neste contexto, a demanda efetiva de uma determinada sociedade se encontrará no ponto em que os empresários esperam obter os maiores lucros. A consequência é que os proprietários do capital, tomadores das decisões de investimento e produção, escolherão empregar o número de trabalhadores que, dada uma conjuntura de demanda existente e uma capacidade de oferta momentaneamente instalada, trarão para eles as melhores expectativas de resultados e não o melhor nível de emprego para a sociedade como um todo. A decisão de produção deve ser diferenciada da decisão de investimento, já que é referente ao grau de utilização da capacidade instalada e não ao aumento dessa capacidade já instalada⁶.

Por outro lado, Kalecki (1954) estabelece uma relação positiva entre emprego e salário real para ilustrar que por meio de uma melhor distribuição da renda, seria possível elevar a renda do trabalhador. Isto seria um desdobramento da ampliação do mercado consumidor, que abriria espaço para o aumento da produtividade e para a geração de emprego. Vale ressaltar que é por meio de investimentos públicos e privados, dado a dependência para com os mecanismos de recuperação⁷ abordado por Kalecki em sua obra “O mecanismo de recuperação econômica” publicada no ano de 1935, que se torna possível o aumento da oferta de emprego⁸. Um aumento nos gastos em investimento, seja público ou privado, eleva a demanda e a massa de lucro, o que impulsiona nova rodada de aumento no investimento, dados os valores dos parâmetros (BUSATO et al., 2016).

Através da separação da economia em três departamentos verticalmente integrados: DI, DII e DIII; que produzem, respectivamente, bens de investimento, bens de consumo para os capitalistas e bens de consumo para os trabalhadores, Kalecki (1954) apresenta a relação entre a distribuição de renda e nível de produto sobre o crescimento econômico. Dessa forma, a economia entraria num período de ascensão que, ao assumir

⁵ O multiplicador Keynesiano, multiplica o gasto autônomo mais o investimento: $Y = (A + I) \frac{1}{(1 - c)}$; determinando a renda. O aumento do gasto autônomos através do investimento provoca tanto aumento na demanda agregada como uma elevação da renda através da propensão marginal a consumir.

⁶ Keynes não desenvolveu em sua Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda (1936), apesar de reconhecer a relevância do tema, a ideia de possíveis impactos que uma redistribuição de renda teria sobre a propensão marginal a consumir e, consequentemente sobre a demanda efetiva e o emprego.

⁷ Segundo Kalecki (1935), mecanismo de recuperação é uma pré-condição, um estágio inicial, para um acréscimo no nível de renda, em que parte da renda não será consumida, e sim investida.

⁸ Apesar de considerar a distribuição de renda como dada, Kalecki (1954) reconhece que sua distribuição altera no longo prazo.

uma função do tipo acelerador para o investimento, geraria uma elevação na produção de DIII, dado as produções de DI e DII mantidas inalteradas. Pelo princípio da demanda efetiva, este efeito levaria à uma variação positiva sobre o lucro que, conseqüentemente, também levaria a uma variação positiva sobre o consumo dos capitalistas permitindo, portanto, que a economia iniciasse uma fase expansiva no ciclo econômico.

A construção da distribuição de renda em Kalecki (1954) é um fenômeno microeconômico associado ao processo de formação de preços. Assim, o consumo dos capitalistas e os fatores de distribuição vão determinar a renda do trabalhador⁹ (que é igual ao consumo dos trabalhadores) e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional. “Dessa forma, o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os ‘fatores de distribuição’ (que são dados e se alteram no longo prazo), determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional” (KALECKI, 1954: 37). Conseqüentemente, uma melhor distribuição da renda e, conseqüentemente, o consumo maior dos bens do departamento DIII levaria a um maior nível de produto na economia¹⁰.

2.1 Distribuição e regimes econômicos

Baseado no princípio da demanda efetiva, comum nas abordagens de Keynes e Kalecki, foram desenvolvidos modelos que associam a distribuição de renda ao crescimento econômico e, conseqüentemente, à geração de emprego. Nesses modelos, a questão se coloca de maneira mais complexa, pois o efeito da distribuição de renda depende do regime econômico. De maneira mais simples, a depender do regime econômico, que pode ser *wage-led* ou *profit-led*, a distribuição de renda possui um efeito esperado diferente sobre o crescimento econômico (LAVOIE & STOCKHAMMER, 2012: 3).

O governo pode adotar políticas de distribuição de renda favoráveis ao capital ou ao trabalho. Caso a distribuição de renda seja feita em favor do trabalho (capital), no caso de um regime *profit-led*, o resultado será negativo (positivo) ao crescimento, enquanto que no caso de um regime *wage-led*, o resultado será positivo (negativo). A utilização de uma política de distribuição favorável ao capital em uma economia de regime *wage-led* tende a gerar um processo de estagnação ou crescimento instável (IBID: 5-6).

O regime econômico *profit-led* é caracterizado pela existência de uma alta elasticidade do investimento em relação à participação do lucro, de forma que o aumento no investimento mais do que compense uma eventual queda do consumo. Além disso, uma baixa propensão a poupar os lucros permite um efeito positivo sobre a utilização da capacidade. Por outro lado, o regime *wage-led* é verificado quando a elasticidade entre investimento e participação do lucro é baixa e a propensão a poupar os lucros é alta. Nesse último regime econômico, então, uma distribuição a favor dos salários tem um efeito positivo sobre o crescimento econômico (HEIN, 2014: 261).

⁹ Através da equação: $W = \frac{1}{1+(k-1)(1+m/w)}$; Kalecki (1954) mostra que a parcela relativa dos salários no valor agregado é determinado pelo grau de monopólio e pela razão entre o custo das matérias-primas e o custo da mão de obra.

¹⁰ Kalecki, (1954) destaca, entretanto, que isto somente é possível em uma economia em que haja capacidade ociosa, pois caso contrário, na existência de pleno emprego, o fenômeno descrito anteriormente levaria a uma elevação nos níveis de preço.

No caso de adoção de política de distribuição de renda favorável ao trabalho, na presença de um regime de crescimento *profit-led*, o estreitamento da participação do lucro leva à queda do investimento, que não é compensada por outros componentes da demanda para gerar crescimento. O crescimento, então, se torna errático e instável (LAVOIE & STOCKHAMMER, 2012: 4).

Através deste referencial teórico, podemos concluir que, no caso de um regime *wage-led*, políticas de distribuição de renda a favor do trabalho, assim como as que foram adotadas no Brasil durante o período analisado, que consistiram de aumento constante do salário mínimo real e programas de “bem-estar social”, podem ter efeitos positivos sobre crescimento econômico e sobre o mercado de trabalho. Assim, podemos conceber uma situação em que crescimento, geração de emprego e distribuição de renda estão alinhados.

3. Crescimento Econômico dos anos 2000.

Os anos 2000 podem ser entendidos como um período de crescimento econômico com sustentadas taxas de crescimento da quantidade de empregos. A divergência com a década anterior pode ser entendida pela dinâmica econômica que caracteriza este período: crescimento econômico associado ao consumo das famílias e à formação bruta de capital. Desta forma, a melhoria da redistribuição de renda e o aumento do crédito foram peças fundamentais para explicar esta dinâmica de crescimento com geração de emprego.

Desde 1999 a estratégia de política macroeconômica brasileira esteve de acordo com o chamado ‘tripé da política macroeconômica’, que se baseia em uma política de metas de inflação, com regime de câmbio flutuante ‘sujo’ e metas de geração de superávit primário sobre o PIB (BIASOTO, 2004). Este tripé macroeconômico foi responsável pelo baixo crescimento verificado até o início dos anos 2000. A baixa capacidade de gastos do governo resultante da necessidade de gerar superávit primário, as altas taxas de juros e o câmbio em trajetória de valorização foram, conjuntamente, desestimulantes para a taxa de crescimento do país. “Este regime de política macroeconômica, se avaliado numa perspectiva de longo ou médio prazo, não foi capaz de garantir a estabilidade dos preços nem o crescimento econômico” (NASSIF, 2015: 426).

Como destacado por Brasil (2010), a retomada do dinamismo econômico do país nos anos 2000 esteve associada à inclusão social e à redução das disparidades sociais e regionais. As taxas de crescimento positivas registradas no período, particularmente a partir de 2003, foram mais estáveis e se deram em um contexto de geração de superávit primário nas contas públicas e de estabilidade econômica. Assim, neste período o crescimento econômico esteve sustentado por uma nova política econômica voltada à geração de emprego, realização de investimentos e estímulos ao mercado consumidor.

Lamonica e Feijó (2011) justificam o crescimento econômico a partir de 2002, em consonância com o que foi apresentado, como resultado da estabilização dos preços, a geração de saldos positivos na balança comercial e a elevada liquidez no cenário internacional. Entretanto, os autores destacam a elevada taxa de juros interna e a valorização cambial como responsáveis pelas modestas taxas de crescimento econômico brasileiro quando comparada à taxa de crescimento de outros países emergentes.

Nos primeiros anos do governo Lula, este tripé passou por um processo de flexibilização e a economia brasileira respondeu positivamente. O crescimento do produto foi, primeiramente, estimulado pelo aumento das exportações, com o *boom* internacional dos preços das *commodities*. Como grande parte das exportações brasileiras

corresponde a *commodities* minerais ou agrícolas, os aumentos dos preços internacionais representaram ganhos para a balança comercial do país (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportações e Importações de bens (em milhões de US\$ - FOB a preços de 2000)

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial de Bens
2000	54 375	55 970	-1 595
2001	56 193	54 713	1 480
2002	56 395	45 149	11 245
2003	64 440	43 508	20 932
2004	83 434	55 285	28 149
2005	100 611	63 663	36 948
2006	116 688	78 484	38 204
2007	135 584	103 108	32 475
2008	165 895	145 990	19 905
2009	125 170	104 833	20 337
2010	161 373	146 551	14 822
2011	201 510	179 723	21 787
2012	188 067	174 545	13 522
2013	183 322	183 027	295

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

De acordo com os dados da Tabela 1, nos anos iniciais da década de 2000 a elevação das exportações foi considerável e apresentou variações reais positivas, com destaque para o ano de 2004 em que as exportações de bens haviam se ampliado em 53% em relação ao ano de 2000, gerando saldo comercial de 28.149 milhões de dólares. As exportações se ampliaram de forma persistente, apesar de ser possível apontar um arrefecimento deste movimento em meados da década de 2000. Essa perda de dinamismo das exportações esteve associada à excessiva valorização do Real e pela redução do preço de algumas *commodities* (ARMITRANO, 2006).

A partir deste impulso inicial representado pela elevação das exportações, o comportamento do crescimento do consumo das famílias passou a elevar sua importância para explicar o crescimento econômico a partir de 2003. Outros fatores também explicam esta elevação no consumo das famílias: os programas de transferência de renda que beneficiam famílias pobres com elevada propensão marginal a consumir e o mecanismo de funcionamento do sistema de seguridade social brasileiro. Entretanto, a política de valorização do salário mínimo e a estabilização econômica ganham destaque no cenário macroeconômico.

O aumento do salário mínimo representa um mecanismo capaz de melhorar a distribuição de renda e, portanto, de estimular o consumo das famílias mais pobres. Conforme o salário cresce acima da inflação, essas famílias ganham poder de compra que afeta positivamente a demanda por bens de maior valor agregado. Por outro lado, a elevação do consumo faz aumentar a demanda efetiva e, conseqüentemente, tem impacto positivo sobre a geração de empregos. Seguindo a lógica kaleckiana-keynesiana, o governo adotou uma estratégia de aumentar gradativamente o salário mínimo real, esperando obter crescimento econômico como resultado. A adoção dessa medida pode

ser verificada, na Tabela 2, quando se tem em vista o comportamento do salário mínimo no período analisado.

Tabela 2 – Valorização Real do Salário Mínimo, em R\$, (2000-2013)

Ano	Salário Mínimo Real	Variação em %
2000	448.17	-
2001	495.88	10.64
2002	501.26	1.08
2003	514.85	2.71
2004	525.39	2.05
2005	574.74	9.39
2006	656.00	14.14
2007	679.29	3.55
2008	694.61	2.25
2009	746.10	7.41
2010	783.54	5.02
2011	783.75	0.03
2012	850.84	8.56
2013	869.42	2.18

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ipeadata e IBGE. Série em valores reais (R\$) constantes do último mês deflacionando pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979.

Como pode-se constatar, o salário mínimo real sofreu contínuas elevações no período analisado. Através das taxas de variação, capta-se os ganhos relativos ao salário mínimo que traduziram em um ganho total no período de aproximadamente 75%. Os efeitos desse aumento da capacidade de compra são refletidos no consumo das famílias.

Além da valorização do salário mínimo real, como mencionado anteriormente, o governo também adotou outro instrumento para estimular o aumento do consumo das famílias: crédito ao setor privado. No começo da década de 2000, a economia brasileira apresentava um baixo nível de oferta de crédito ao setor privado em relação ao total do PIB do país, chegando a ocupar a posição 35º dentre as 39 economias analisadas por Sant'anna *et al* (2007). Esta elevação do crédito, ainda de acordo com os autores, é singular para o crescimento do produto. Esse instrumento permitiu que as famílias de baixa renda ampliassem seu consumo, além de viabilizar, por meio dos financiamentos principalmente, o acesso a bens de maior valor agregado.

Dessa maneira, a política de aumentar a oferta de crédito ajudou a estimular o consumo e, conseqüentemente, o crescimento do produto da economia. A Tabela 3 ilustra esta variação do crédito concedido ao setor privado no período em tela.

Tabela 3 – Operações de crédito ao Setor Privado(em milhões de reais)

Ano	Crédito ao setor Privado	Variação %	% PIB
2000	3,450,858	-	31.14
2001	3,875,548	12.31	29.00
2002	4,198,314	8.33	29.65
2003	4,561,664	8.65	27.69
2004	5,254,222	15.18	29.37
2005	6,349,787	20.85	31.84

2006	7,736,224	21.83	35.43
2007	9,696,132	25.33	40.69
2008	12,847,375	32.50	45.78
2009	15,204,340	18.35	47.49
2010	17,898,720	17.72	52.76
2011	21,466,204	19.93	58.11
2012	25,022,511	16.57	62.63
2013	28,748,531	14.89	64.41
2014	32,039,317	11.45	67.09

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Ipeadata (2016) e World Bank (2016).

A trajetória de crescimento da concessão de crédito ao setor privado ganha proporção em termos relativos ao PIB, principalmente após 2004. O controle da inflação, associado à modesta expansão do emprego e dos salários nominais e ao incremento do volume de crédito para pessoa física garantiu o aumento do consumo das famílias (AMITRANO, 2006). Além disto, a “(...) ampliação do crédito e da maior rentabilidade dos investimentos produtivos, o que provocou um deslocamento do regime de demanda para cima e para a esquerda, ampliando, por meio deste canal, a taxa de crescimento do produto de médio prazo” (IPEA, 2010, p.68)

Como pode ser observado na Tabela 4, o comportamento das despesas de consumo das famílias apresentou uma considerável elevação para a maior parte dos anos do período analisado. Considerando o crescimento em termos reais, a despesa das famílias com consumo cresceu 145,94% no período de 2000-2013.

Tabela 4 – Despesa de Consumo das famílias e Gastos do Governo (em milhões de reais)

Ano	Consumo final das famílias	Variação %	Contribuição para o PIB %	Gastos do Governo (milhões R\$)¹¹
2000	758941	-	2.61	107061
2001	826468	8.90	0.44	70511
2002	912058	10.36	1.22	91666
2003	1052759	15.43	-0.48	211543
2004	1160611	10.24	2.37	296973
2005	1294230	11.51	2.67	247959
2006	1428906	10.41	3.13	420972
2007	1594067	11.56	3.66	146435
2008	1786840	12.09	3.40	235382
2009	1979751	10.80	2.62	542632
2010	2248623	13.58	4.24	281521
2011	2499489	11.16	2.44	467003
2012	2744451	9.80	1.94	475461
2013	3022017	10.11	1.59	616086

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE, Ipeadata e Tesouro Nacional.

¹¹ Refere-se ao valor da despesa não financeira do Governo Federal, no âmbito da administração direta e indireta, assim considerada os fundos, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Concomitante ao crescimento das despesas com consumo das famílias, a contribuição desta variável para o PIB também apresentou variações positivas, com destaque para o ano de 2007 e 2010.

Em 2004, a contribuição do consumo final das famílias no crescimento do PIB passa a ser positivo, em detrimento do resultado -0,48% apresentados em 2003. A trajetória desta variável passa, então, a apresentar um comportamento positivo e ascendente; em 2008 sofre um pequeno decréscimo que se acentua no ano seguinte em virtude da crise econômica internacional. Porém, em 2010 esta variável recupera e passa a apresentar, novamente, taxas positivas. O comportamento do consumo das famílias merece uma importante observação no que diz respeito ao mercado de trabalho, uma vez que os bens de consumo das famílias exigem relativamente mais mão-de-obra para serem produzidos o que, conseqüentemente, tendem a gerar mais postos de trabalho.

Os dados apresentados na Tabela 4 também apontam para um aumento dos gastos do governo. Com destaque para o ano de 2009, que apresentou um aumento de 130% em relação aos gastos efetuados no ano de 2008. A ampliação dos gastos do governo é coerente com os objetivos econômicos e com a atuação política do período. São reflexos do programa de aceleração do crescimento (PAC) que foi lançado em 2007 pelo então presidente Luiz Inácio¹².

Além das exportações e do estímulo do consumo das famílias, IPEA (2010) ainda lista a formação bruta de capital fixo como outro elemento que também estimulou o crescimento a partir dos anos 2000; a formação bruta de capital fixo foi alavancada pela maior utilização da capacidade produtiva, pelo aumento dos preços relativos dos bens de capital e pela redução da taxa de juros.

A relevância do investimento reside na geração de demanda de maneira independente e seu efeito multiplicador sobre a economia. Como apresentado na Tabela 5, o investimento total, formação bruta de capital fixo e as variações nos estoques, flutuaram no período analisado, com trajetória crescente para a formação bruta de capital fixo, e oscilações, sem um tendência clara para a variação de estoque. Nos últimos anos da década, o crescimento desta variável volta a apresentar uma elevação considerável.

Tabela 5 – Investimento no Brasil (2000-2013).

Ano	FBKF (R\$)	Variação de Estoque	Var % FBKF	Contribuição da FBKF no PIB (%)
2000	198151	17106	-	0.23
2001	221772	12982	10.65	-1.85
2002	242162	-2811	8.41	-3.28
2003	259714	8381	6.75	-1.66
2004	312516	19817	16.89	0.54
2005	342237	5739	8.68	-1.79
2006	389328	7699	12.09	0.25
2007	464137	23624	16.11	1.32
2008	579531	47966	19.91	1.62
2009	585317	-7471	0.98	-4.56
2010	733712	29300	20.22	3.82

¹² Sobre os gastos específicos do programa ver: <http://www.pac.gov.br/>.

2011	798720	18540	8.13	0.56
2012	798142	-28537	-0.07	1.63
2013	880935	-14024	9.39	1.45

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual). Ipeadata (2016), Elaboração dos autores.

O desempenho positivo no mercado de trabalho, nos anos 2000, pode ser traduzida pela “(...) maior inclusão social por intermédio do emprego, diminuiu os índices de pobreza e elevou o bem-estar. A dinâmica e o desempenho do mercado de trabalho no período distinguiram-no das décadas anteriores” CACCIAMALI (2010, p.45). Além disto, de acordo com IPEA (2010, p.66-67):

(...) as melhores condições da economia fizeram com que o mercado de trabalho reagisse de forma vigorosa, crescendo o número de ocupados e os salários reais. As consequências deste processo foram a redução da taxa de desemprego, simultaneamente ao aumento da massa salarial (...), bem como uma redução substantiva do grau de informalidade das ocupações.

Entretanto, a dinâmica econômica deixa de apresentar desempenhos positivos a partir do último trimestre de 2008 como consequência da crise econômica internacional. A trajetória de crescimento econômico que o país vinha apresentando foi interrompida, a economia brasileira sentiu os efeitos tanto da desvalorização dos preços das commodities, quanto do desaquecimento da demanda internacional; os desdobramentos da crise, além da redução do crescimento econômico e da desvalorização do real, também afetaram negativamente sobre os números do mercado de trabalho. Cabe destacar, entretanto, que diferentemente das estratégias do governo em crises passadas, a destacar a década de 80, a crise tratada acima foi acompanhada por políticas anticíclicas, tanto fiscal quanto monetária, voltadas para a geração de estímulos na economia. O que se observa, é a inflexão positiva do crescimento imediatamente nos anos pós-crise.

A fim de captar esta especificidade no mercado de trabalho nos anos 2000, associado às variáveis da demanda agregada, a seção 4 aborda o mercado de trabalho sob a perspectiva da geração de emprego, composição setorial, formalidade e remuneração.

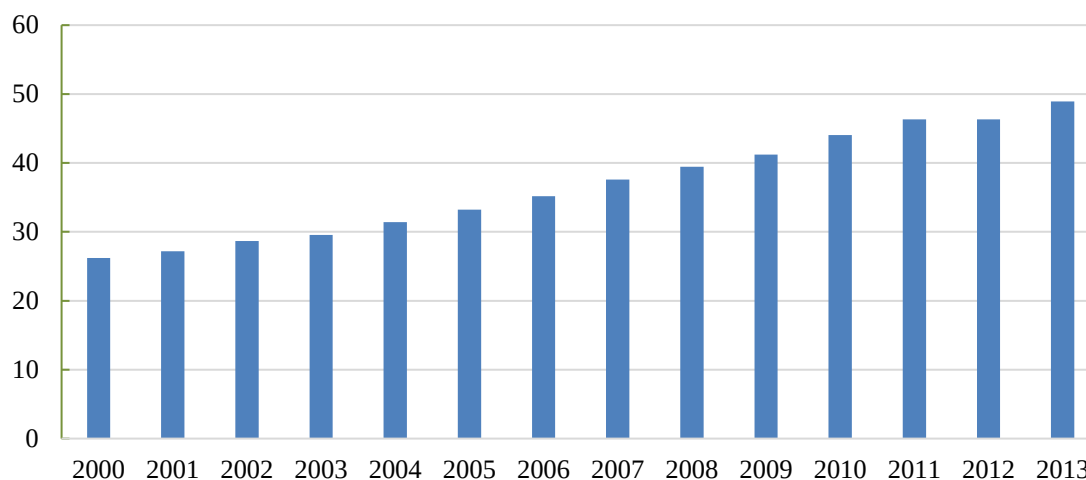
4 Comportamento do Produto e do Emprego Formal no Brasil (2000-2013).

4.1 Emprego Formal no Brasil

A informalidade no mercado de trabalho é um conceito tratado pela literatura de forma plural e pode ser definido de diferentes formas. O conceito de setor informal é apresentado de forma dispersa e em certa medida até desordenada (ULYSSEA, 2006).

A quantidade de emprego formal no Brasil elevou-se consideravelmente a partir de 2000, para o período analisado esta elevação foi superior a 83%, saindo de 26,22 milhões de postos de trabalho em 2000 e chegando à 48,98 milhões em 2013. Além disto, como pode ser observado no Gráfico 1, este acréscimo se deu de forma contínua em todos os anos.

Gráfico 1 – Emprego formal no Brasil (em milhões de postos de trabalho)



Fonte: Elaboração dos autores apartir dos dados da Rais (2016).

Aprofundando o estudo dos postos de trabalho no Brasil, seguimos analisando o emprego formal a nível setorial e de gênero. De acordo com a Tabela 6, com exceção do setor de administração pública desde 2010, em nenhum dos demais setores analisados o emprego do gênero feminino foi maior ou igual ao emprego masculino. O emprego masculino é predominante nos setores industriais. A indústria de construção civil e a extrativa mineral apresentam as maiores diferenças entre os gêneros. Nos setores de melhor distribuição dos postos de trabalho estão aqueles correspondentes ao setor terciário, como o comércio e a administração pública. Por outro lado, quando se analisa a evolução da proporção entre os gêneros na ocupação de postos de trabalho, em cinco setores as mulheres ganharam participação: nos setores da indústria de transformação, nos serviços industriais de utilidade pública, serviços, comércio e na administração pública.

A taxa de desemprego feminina continua sendo mais elevada que a masculina em praticamente todos os setores, o que indica a existência de um panorama ainda desfavorável para a participação das mulheres no mercado de trabalho. A redução do desemprego masculino ainda foi maior do que o feminino. Tendo em vista as conclusões do DIEESE (2012) e da Tabela 6, percebe-se uma sensível melhora das condições da mulher no mercado de trabalho, porém, pode-se concluir que isto não tem sido suficiente para igualar os gêneros no que diz respeito à participação no mercado de trabalho.

Tabela 6 – Emprego formal: Setor e sexo (em 10 mil postos de trabalho formal)

	Sexo	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Extrativa Mineral	M	10,00	11,33	12,76	16,55	18,31	18,98	22,87	22,68
	F	0,96	0,95	1,29	1,77	2,19	2,12	3,05	3,07
Indústria de Transformação	M	351,55	374,37	423,14	468,82	513,44	546,27	558,308	554,43
	F	136,99	146,61	169,54	190,66	217,65	242,14	256,52	262,66
Serviços Industriais de Utilidade Pública	M	24,15	26,07	27,31	28,89	31,28	33,21	34,25	36,19
	F	4,88	4,96	5,46	5,57	6,25	7,01	8,07	8,81
	M	101,14	102,94	104,15	129,44	177,66	231,91	259,19	255,97

Construção Civil	F	8,31	7,69	7,71	9,90	13,80	18,97	24,06	25,58
Comércio	M	267,51	298,81	341,72	381,97	433,64	484,80	521,01	541,97
	F	157,66	183,84	217,00	251,06	298,77	353,41	401,60	430,83
Serviços	M	494,00	525,05	563,73	621,88	689,87	774,21	853,44	895,98
	F	370,05	393,20	426,39	501,11	568,27	660,28	763,29	835,36
Administração Pública	M	588,26	678,73	709,98	772,18	831,01	366,63	359,56	384,03
	F	255,75	288,66	299,07	322,61	339,14	525,69	534,17	551,54
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	M	94,11	99,29	112,69	116,40	120,15	119,06	121,56	122,07
	F	13,11	14,53	17,88	19,33	21,86	21,89	24,85	25,89

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Rais (2016).

A composição dos macrosetores¹³ na estrutura de empregos é consideravelmente rígida. O setor de serviços lidera na composição setorial com quase 75% de participação no total de empregos ao longo dos anos analisados. Houve pequenas flutuações na estrutura de empregos.

No ano de 2000 o setor agropecuário, representado pelo subsetor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca na Tabela 6, representava 4,08% do total de postos de trabalhos formais, e no ano de 2013 esse valor caiu para 3,02%, apontando uma queda em cerca de 25% de sua participação no total dos postos de trabalho. Enquanto que o setor de serviços, composto pelos subsetores de comércio, serviços e administração pública, teve sua participação no total de empregos ampliada. Em 2000 o setor de serviços representava 71,58% do total de empregos, e em 2013 essa participação se elevou para 72,68%.

Na Tabela 7 pode-se observar o emprego setorial por regiões geográficas e a importância do setor terciário na geração de emprego, como sendo o principal setor presente de forma expressiva em todas as regiões do país. Além disso, nota-se que para todo o período de análise, a Região Sudeste se manteve como a maior empregadora em todos os setores, com poucas mudanças na participação relativa de cada setor sobre o total do emprego.

Por outro lado, temos a Região Norte, que se manteve como a menor geradora de empregos. Outra constatação é a elevação do emprego na agropecuária da Região Nordeste; em 2000, a Região Sul era a segunda que mais empregava nesse setor, porém, em 2004 a Região Nordeste passou a ocupar tal posição até 2010, quando a Região Centro-Oeste passou a ocupar a segunda posição de maior empregador no setor. Quando calculado a participação de cada setor para as regiões, percebemos que a Região Sul tem a menor proporção de empregos no setor de serviços, que é compensado pela maior participação da indústria nessa região.

O panorama do mercado de trabalho entre as regiões do país tem se alterado pouco, o que indica que as regiões que eram as mais dinâmicas em determinado setor no início da década continuam sendo aquelas que mais conseguem gerar empregos formais, com exceção das mudanças citadas anteriormente.

¹³ Agropecuária, Indústria e Serviços.

Tabela 7 – Emprego formal: Setor e Área Geográfica (em mil postos de trabalho)

ANO/SETOR		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2000	Agropecuária	23,61	169,99	567,13	185,45	126,08
	Indústria	222,04	872,56	3.508,72	1.471,01	305,52
	Serviço	848,70	3.332,14	9.966,36	2.968,49	1.659,10
2002	Agropecuária	32,09	195,55	578,11	187,42	145,07
	Indústria	243,00	942,28	3.597,19	1.620,04	346,79
	Serviço	1.021,52	3.721,57	10.953,18	3.268,20	1.831,93
2004	Agropecuária	51,92	228,97	624,62	211,91	188,23
	Indústria	300,65	1.032,32	3.955,38	1.826,71	398,59
	Serviço	1.176,63	4.133,45	11.679,72	3.593,73	2.004,77
2006	Agropecuária	63,52	234,37	662,04	205,57	191,73
	Indústria	348,44	1.204,60	4.556,26	1.952,11	454,57
	Serviço	1.380,17	4.746,93	12.921,86	4.012,81	2.220,27
2008	Agropecuária	70,73	231,31	678,37	224,90	214,79
	Indústria	406,61	1.413,15	5.206,21	2.211,18	568,60
	Serviço	1.602,67	5.304,25	14.501,44	4.366,72	2.440,58
2010	Agropecuária	73,347	236,659	633,494	227,83	238,267
	Indústria	68,342	1,736,302	5,694,285	2,450,484	651,438
	Serviço	185,921	6,037,878	16,133,220	4,879,217	2,741,099
2012	Agropecuária	86,812	235,916	658,592	225,311	257,626
	Indústria	530,889	1,844,122	5,994,341	2,121,398	752,935
	Serviço	2,004,484	6,533,518	14,647,926	5,363,202	2,294,296
2013	Agropecuária	90,499	238,651	654,958	230,177	265,279
	Indústria	555,032	1,871,706	6,056,766	2,629,361	778,488
	Serviço	2,097,717	6,816,353	17,911,277	5,555,764	773,196,405

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Rais (2016).

Nota: O total de emprego formal na Agropecuária também inclui os empregos nos ramos da extração vegetal, caça e pesca.

Tabela 8, através da média para o período 2000-2008 e 2009-2013, apresenta o número de postos de trabalho formal por setor e faixa de remuneração. Como pode ser observado, na Indústria Extrativista Mineral a maior parte dos trabalhadores formais recebem mais de dois salários mínimos, 73,57% no subperíodo de 2000 à 2008 e 76,5% de 2009 à 2013.

Da mesma forma, os Serviços de Administração Pública e os Serviços Industriais de Utilidade Pública também apresentam elevada concentração de trabalhadores recebendo mais de dois salários mínimos com 66,06% e 76,47%, respectivamente. O setor de utilidade pública se destaca por conta de que há uma elevada concentração de trabalhadores na faixa de remuneração superior à 5 salários mínimos, 48% no subperíodo de 2000 à 2008 e 34,5% para 2009 à 2013.

Por outro lado, Comércio e a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca apresentam maior concentração de trabalhadores na faixa de remuneração inferior a dois salários mínimos. Para o subperíodo de 2009 à 2014, 66,9% dos trabalhadores do setor de comércio ganhavam até dois salários e para a agropecuária este dado é ainda superior, 72,8%.

Tabela 8 – Emprego formal: Por Setor e Faixa de Remuneração (em mil postos de trabalho)

	Até 1,00 SM		De 1,01 a 2,00 SM		De 2,01 a 5,00 SM		5,01 SM ou mais		Não Classificado	
	2000 à 2008	2009 à 2013	2000 à 2008	2009 à 2013	2000 à 2008	2009 à 2013	2000 à 2008	2009 à 2013	2000 à 2008	2009 à 2013
Extrativa Mineral	4,53	5,67	30,40	42,72	51,60	89,22	57,49	93,16	4,26	7,51
Indústria de Transformação	214,96	299,25	2105,70	3381,80	2291,31	2881,70	1153,19	1112,21	176,60	320,47
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6,37	9,79	61,86	112,0	94,33	137,36	158,12	144,67	9,43	15,91
Construção Civil	39,56	103,96	491,59	1206,364	551,93	938,61	140,95	144,67	72,86	172,90
Comércio	315,32	497,86	2919,74	5458,37	1855,81	2210,09	425,89	480,31	124,63	250,57
Serviços	558,98	937,7	3758,78	7126,75	3609,79	4695,94	1935,50	2136,73	374,11	629,49
Administração Pública	530,61	585,53	1641,16	2409,02	2529,75	3321,25	2230,83	2410,80	273,77	344,16
Agropecuária	206,55	207,645	672,19	809,24	284,82	332,815	46,93	47,43	42,75	60,27

Fonte: Elaboração dos autores apartir dos dados da Rais (2016).

Nota: O total de emprego formal na Agropecuária também inclui os empregos nos ramos da extração vegetal, caça e pesca.

Visando investigar em que sentido o princípio da demanda efetiva keynesiana pode ser observados na dinâmica macroeconômica brasileira entre 2000 e 2013, no que diz respeito ao mercado de trabalho, a próxima seção focará nesta abordagem.

4.2 Produto e Emprego Formal no Brasil.

O período selecionado para análise, como apresentado na seção anterior, guarda uma particularidade quando comparada com a década de 90. Os anos 2000 apresentam diferentes elementos que explicaram a retomada do processo de crescimento econômico paralelo à geração de empregos. O recorte de análise se estende até o ano de 2013 a fim de não captar os efeitos da crise política e econômica que se desdobra com vigor a partir de então.

Tabela 9 – PIB e empregos formais setoriais (PIB em bilhões de R\$ e postos de trabalhos em mil)

Ano	PIB - Agropecuária	Emprego Agropecuária	PIB - Indústria	Emprego Indústria	PIB - Serviços	Emprego Serviços
2000	57.241	1.072	283.32	6.380	681	18.775
2001	66.819	1.086	301.17	6.524	751	19.580
2002	84.251	1.138	344.41	6.749	844	20.796
2003	108.619	1.208	409.50	6.846	952	21.490
2004	115.194	1.306	501.77	7.514	1.049	22.588
2005	105.163	1.310	539.28	7.868	1.198	24.060

2006	111.566	1.357	584.95	8.516	1.338	25.282
2007	127.267	1.382	636.28	9.250	1.524	26.975
2008	152.612	1.420	719.99	9.806	1.708	28.216
2009	157.232	1.428	749.70	10.088	1.887	29.692
2010	171.177	1.410	905.85	11.008	2.150	31.651
2011	192.653	1.484	972.16	11.508	2.366	33.319
2012	198.137	1.464	969.23	11.663	2.558	34.331
2013	234.594	1.480	1.026.62	11.891	2.849	35.578

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual) e Rais. Elaboração dos autores.

Conforme os dados da Tabela 9, há uma relação direta entre o crescimento do PIB agropecuário (mensurado em bilhões de reais) e a quantidade de empregos formais (em mil) neste mesmo setor. Em termos gerais, o PIB agropecuário apresentou taxas de crescimento superiores às do emprego, o PIB agropecuário se ampliou em mais de 300%, enquanto que o emprego se elevou em 37% entre os anos de 2000 e 2013. Porém esta não é uma peculiaridade do setor. Os demais setores também apresentaram crescimento do PIB de magnitude superior à do emprego. A indústria teve aumento no PIB em torno de 262% e do emprego em torno de 89% entre 2000 e 2013, e o setor de serviços foi o que mais se destacou, tanto em relação ao crescimento do produto quanto ao do emprego. O PIB se ampliou em 318% e o emprego em 89%.

Para além da magnitude das variações do PIB e do emprego, o que cabe a este trabalho destacar é que, em todos os macro-setores as variáveis analisadas se mostraram fortemente correlacionadas, reafirmando a abordagem keynesiana sobre a relação que o produto mantém com o mercado de trabalho.

Tabela 10 – Correlação entre as variáveis

	empre	pib	pibpc	cons	inves	gas_gov	(Ex-Im)
empre	1.000						
pib	0.994	1.000					
pibpc	0.996	0.999	1.000				
cons	0.988	0.998	0.997	1.000			
inves	0.989	0.986	0.987	0.979	1.000		
gas_gov	0.809	0.819	0.819	0.826	0.754	1.000	
(Ex-Im)	0.020	-0.044	-0.026	-0.078	-0.067	0.091	1.000

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual), Rais e STN – Tesouro Nacional. Elaboração dos autores.

Pela Tabela 10, pode-se observar que a variável emprego formal é positivamente correlacionada com o produto e o produto *per capita* no Brasil, da mesma forma com as variáveis que compõe a demanda agregada. Com exceção da Balança comercial, a correlação entre tais variáveis é expressiva.

Visando captar a sensibilidade do emprego formal às variações no produto, a Tabela 11 gera a elasticidade produto-emprego definido como:

$$\varepsilon_{pib,emp} = \frac{\frac{emp_{final} - emp_{inicial}}{emp_{inicial}}}{\frac{pib_{final} - pib_{inicial}}{pib_{inicial}}} \quad (1)$$

A mesma formulação é elaborada para o produto *per capita*. Constata-se a maior sensibilidade do mesmo na geração de emprego formal no subperíodo 2003-2006, tanto em relação ao produto, quanto ao produto *per capita*. Os subsetores mais sensíveis à variação do produto interno bruto é o extrativismo mineral e comércio. Para o produto *per capita* observa-se que as elasticidades tenderam a ser mais expressivas para o subperíodo 2003-2006, além disso, os subsetores de extrativismo mineral, comércio e construção civil foram os mais sensíveis à variação da renda. A peculiaridade desta análise reside na agropecuária, no subperíodo 2011-2013, cuja elasticidade apresentou sinal negativo, sobretudo, devido à redução no número de postos de trabalho.

Tabela 11 – Elasticidade produto *per capita* - emprego formal

	2000 - 2002		2003 - 2006		2007 - 2010		2011 - 2013		2011 - 2013	
	pibpc	pib	pibpc	pib	pibpc	pib	pibpc	pib	pibpc	pib
Extrativa mineral (exmi)	0,553	0,476	1,393	1,248	0,379	0,334	0,875	0,765	0,542	0,446
Transformação (tran)	0,305	0,263	0,655	0,587	0,310	0,272	0,149	0,130	0,273	0,224
Serviços Industriais de Utilidade Pública (siup)	0,317	0,273	0,226	0,203	0,282	0,248	0,522	0,457	0,208	0,171
Construção Civil (const)	0,050	0,043	0,933	0,836	1,503	1,322	0,349	0,306	0,643	0,529
Comércio (come)	0,621	0,534	0,670	0,601	0,615	0,541	0,510	0,446	0,484	0,398
Serviços (serv)	0,288	0,248	0,559	0,501	0,551	0,485	0,594	0,520	0,366	0,301
Administração pública (admp)	0,707	0,608	0,296	0,265	0,241	0,212	0,176	0,154	0,230	0,189
Agropecuária (agrop)	0,283	0,243	0,351	0,314	0,054	0,048	-5,652	-4,944	0,149	0,122
Emprego total (emprego)	0,430	0,370	0,538	0,482	0,469	0,412	0,384	0,336	0,339	0,27

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual) e Rais.

A sensibilidade entre as variáveis também pode ser captada pela regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO)¹⁴, Tabela 12, como segue:

$$\ln empre = \beta_1 + \beta_2 \ln pib \quad (2)$$

A mesma formulação é estabelecida para o produto *per capita*. Em ambos os casos, o poder preditivo da variável explicativa é consideravelmente elevado. Onde β_1 estabelece o intercepto e β_2 a inclinação da reta de regressão, ou seja, o coeficiente que mensura a variação proporcional, ou relativa, constante sobre o emprego formal, para uma dada variação relativa no valor do regressor. Dada a significância estatística em ambos os casos, a geração de emprego formal mostrou-se pouco mais sensível às variações do produto *per capita* em relação ao produto interno bruto.

¹⁴ Ver metodologia de estimação em Gujarati (2000)

Tabela 12 – Regressão emprego - produto

Empregos Formais		Empregos Formais	
<i>PIB</i>	0.457*** (0.009)	<i>PIBpc</i>	0.507*** (0.011)
<i>constante</i>	-3.143 *** (0.139)	<i>constante</i>	2.264*** (0.028)
<i>R</i> ²	0.994	<i>R</i> ²	0.994
	F(1, 12) = 2326.70		F(1, 12) = 2308.27
	Prob> F = 0.0000		Prob > F = 0.0000
Nº observ.	14	Nº observ.	14

Notas: Os valores entre parênteses são os erros padrões robustos.*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Fonte:Elaboração dos autores a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual) e Rais.

Por fim, estimando a relação do emprego formal com os componentes da demanda agregada para o Brasil e por grandes regiões brasileiras, definido como:

$$\ln empre_i = \beta_1 + \beta_2 \ln cons + \beta_2 \ln inves + \beta_2 \ln gas_gov + \beta_2 \ln(Ex - Im)$$

(3)

Onde o subscrito *i* especifica a unidade de observação considerada, permitindo representar o Brasil e as grandes regiões. Pela Tabela 13, das variáveis explicativas do modelo, somente o consumo das famílias mostrou-se significativo para todas as regiões; além disso, o sinal esperado, positivo, foi observado para todos os casos que se constata a significância estatística. O poder preditivo, mensurado pelo *R*² é elevado para as seis estimativas realizadas. As relações mostraram-se inelásticas, com exceção da constante.

As regiões Nordeste e Centro-Oeste são as regiões cujo emprego é mais sensível às variações do consumo. A variável, gasto do governo, não se mostrou significativa para nenhuma das estimativas. Para os casos de significância estatística, o investimento indica uma elevação no número de empregos formais em 1,21%, 0,66% e 1,33% quando se eleva em 10% o volume investido para o Brasil, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. Por fim, para o Centro-Oeste e Nordeste, as exportações líquidas apresentam elasticidades baixa.

Tabela 13 – Regressão emprego – produto: análise regional por componentes da demanda agregada

	Empregos Formais - Brasil	Empregos Formais - S	Empregos Formais - SE	Empregos Formais - CO	Empregos Formais - NE	Empregos Formais - N
<i>cons</i>	0.345*** (0.070)	0.369*** (0.043)	0.395*** (0.065)	0.532*** (0.092)	0.476*** (0.075)	0.504*** (0.049)

<i>inves</i>	0.121** (0.053)	0.066* (0.033)	0.072 (0.049)	0.133* (0.070)	0.073 (0.057)	0.011 (0.038)
<i>gas_gov</i>	-0.009 (0.012)	-0.005 (0.007)	-0.026 (0.011)	-0.002 (0.015)	-0.009 (0.012)	-0.004 (0.008)
<i>(Ex – Im)</i>	0.002 (0.003)	0.001 (0.002)	0.004 (0.003)	0.014*** (0.004)	0.006* (0.003)	-0.001 (0.002)
<i>const</i>	-2.822*** (0.260)	9.585*** (0.161)	10.459*** (0.239)	5.016*** (0.342)	8.004*** (0.278)	7.642*** (0.183)
<i>R</i> ²	0.996	0.9981	0.996	0.997	0.9964	0.998
	F(4, 8) = 714.80 Prob> F = 0.0000	F(4, 8) = 1615.59 Prob > F = 0.0000	F(4, 8) = 747.55 Prob > F = 0.0000	F(4, 8) = 845.17 Prob > F = 0.0000	F(4, 8) = 835.83 Prob > F = 0.0000	F(4, 8) = 1705.40 Prob > F = 0.0000
n. observ.	13	13	13	13	13	13

Notas: Os valores entre parênteses são os erros padrões robustos.*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.

Fonte:Elaboração dos autores a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual), Rais, STN – tesouro Nacional, Banco Central do Brasil.

5 Considerações Finais

O intuito desse trabalho é mostrar como as condições macroeconômicas tiveram grande influência na geração de postos de trabalho no decorrer do período de 2000 à 2013. Em uma análise desse tipo, acreditamos ser necessária a colocação de uma base teórica como guia do trabalho. Por isso, iniciamos o trabalho utilizando o referencial de Keynes e de Kalecki para explicar como as flutuações da demanda efetiva afetam a geração de emprego.

Em detrimento da década de 90, diferentes elementos explicaram a retomada do crescimento econômico na primeira década dos anos 2000; além disto, entre 2000 e 2013 também pode ser observado a geração de sustentadas taxas de elevação de empregos formal no país – com destaque para o início dos anos 2000. Apesar de diferentes elementos explicarem esta trajetória de crescimento para o período analisado, o consumo das famílias, que ganha mais importância a partir de 2003, assume um papel chave para explicar esta dinâmica de crescimento e geração de emprego.

O emprego formal no Brasil elevou, de forma contínua, em mais de 83% (2000-2013). Entretanto, o emprego formal ainda é bastante desigual entre os gêneros, com clara preponderância para o sexo masculino, principalmente nos setores de extração mineral e agropecuária. Também se pode observar um comportamento heterogêneo entre as grandes regiões brasileiras: a região Sudeste se manteve como a maior empregadora em todos os setores. Entre os setores de atividade, o Comércio e os Serviços de Administração Pública mostraram-se os mais intensivos na utilização de mão-de-obra formal na geração do produto econômico; além disso, os Serviços Industriais de Utilidade Pública, pela média dos anos nos subperíodos de 2000 à 2008 e de 2009 à 2014, foram os que oferecem melhores salários.

Nesse sentido, os resultados encontrados no trabalho vão ao encontro do referencial teórico proposto. Apesar de o produto ter crescido a um ritmo bem mais acelerado que a geração de emprego, encontramos elasticidades predominantemente

positivas entre o PIB e a geração de emprego formal. Além disso, a capacidade da melhora na distribuição de renda para aumentar a propensão marginal a consumir, discutida mais especificamente por Kalecki, encontra substância na análise que realizamos sobre o salário mínimo. Acredita-se que o aumento do salário mínimo real teve um grande efeito distributivo sobre a economia brasileira nos últimos anos, provocando crescimento econômico e aumento da demanda por trabalho.

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMITRANO, C. R. **O Modelo de Crescimento da Economia Brasileira no Período Recente: Condicionantes, Características e Limites**. In: CARNEIRO, R. orgs. *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. 2006.

BIASOSTO, G. **Superávit primário: a terceira pata do tripé contracionista**. Suplemento Política econômica em foco. Unicamp. 2004.

BORGES, Gabriel Mendes; DA SILVA, Marcos Fernandes Brum; BARROS, Luiz Felipe Walter. **O emprego formal no Brasil: uma análise do efeito da composição populacional no período 1996-2006**, 2008.

BOUVERESSE, Jacques. **Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações**. Série Trabalho e Sociedade. Editora Senac. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Edição Especial. Ministério da Fazenda. Brasília, 2010.

BUSATO, Maria Isabel; REIF, Ana Cristina; POSSAS, Mario Luiz. **Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica**. 2016.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Crescimento Econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: A primeira década do século XXI**. In. *Trabalho em questão*. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: SEI, 2010.

DEDECCA, Cláudio; ROSANDISKI, Eliane. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo. 2012.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

HEIN, E. (2014). **Distribution and Growth After Keynes: a post-keynesian guide**. Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham.

KALECKI, Michal. Theory of Economic Dynamics. Londres: **Allen & Unwin**, 1954.

_____. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1975.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York, 1936.

LAMONICA, Marcos Tostes & FEIJÓ, Carmen Aparecida. **Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor**. Revista de Economia Política, vol.31, n.1. São Paulo 2011.

LAVOIE, M & STOCKHAMMER, E. (2012). Wage-led Growth: Concept, theories and policies. **Conditions of work and employment series Nº 41**. International Labour Office, Geneva.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento, e políticas públicas**. 210 p., volume 3. Brasília, 2010.

NASSIF, ANDRÉ. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 426-443, 2015.

SANT'ANNA, André Albuquerque; TORRES FILHO, Ernani T.; NASCIMENTO, Marcelo M. Crédito privado pode chegar a 41% do PIB até 2009. **Economics**, 2007.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 4, p. 596-618, 2006.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517



ANEXO 1 – Descrição das variáveis

Variável	Fonte	Definição	Siglas utilizadas no trabalho
Consumo das Famílias	IPEA	Despesas de consumo com bens e serviços realizadas pelas famílias.	CONS
Empregos totais	Rais	Número de postos de trabalho (formais)	
Importações	IPEA	Bens e serviços adquiridos pelo Brasil, cotados a preços CIF. Em que o preço das mercadorias incluem os custos com fretes e seguro.	IM
Gastos do Governo	Tesouro Nacional - STN	É o total das despesas não financeiras do Governo Federal, tanto na administração direta quanto indireta.	GAS_GOV
Investimento - FBKF	IPEA	Variação do estoque de bens duráveis empregados na produção.	INVES
Empregos setoriais	Rais	Número de postos de trabalhos formais de acordo com o setor.	exmi – extrativa mineral tran – indústria de transformação siup – serviços industriais const – construção come – comércio serv – serviços admp – administração pública agrop - agropecuária
Exportações	IPEA	Bens e serviços exportados ao resto do mundo, cotados a preços FOB. Em que são considerados apenas o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.	EX
Empregos setoriais	Rais	Postos de trabalho formais de acordo com o setor produtivo.	EMPRE
Empregos regionais	Rais	Postos de trabalho formais de acordo com a região geográfica brasileira (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).	Empregos formais - Brasil
PIB per capita	IBGE	Relação produto interno bruto/população	PIBPC
PIB	IBGE	Todos os bens e serviços produzidos numa determinada região econômica.	PIB

Fonte: IBGE, Rais, STN – Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil.

OFERTA DE TRABALHO DOS TAXISTAS E EFEITO UBER: UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS DE PORTO ALEGRE E FORTALEZA

Priscila Silva Rodrigues¹

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ricardo Brito Soares²

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

O presente trabalho procura analisar características do mercado de trabalho dos taxistas e tem como objetivo principal examinar a oferta de trabalho dos taxistas e verificar se ocorreu impacto sobre a quantidade ofertada de horas trabalhadas e sobre os rendimentos dos taxistas após o início das operações do aplicativo Uber nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF) e Porto Alegre (RMPA). Para isso foram estimados dois modelos, um a partir das regressões de rendimentos minceriano e quantidade de horas trabalhadas, e um segundo modelo utilizando o método de diferenças em diferenças. Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED e se referem aos anos de 2014 a 2016. Constatou-se que o coeficiente estimado para o Efeito Uber não apresentou significância estatística em nenhuma das regiões metropolitanas estudadas. Outros resultados demonstraram que taxistas negros da RMPA tendem a apresentar mais horas de trabalho e menor rendimento por hora. Taxistas que são chefes de suas famílias também trabalham mais horas. Quanto maior a renda familiar desses trabalhadores, mais horas são trabalhadas na semana e maior o rendimento por hora. Em alguns dos modelos estimados para as duas regiões metropolitanas há um efeito educação.

Palavras- chaves: Táxis. Uber. Diferenças em Diferenças.

ABSTRACT

This paper tries to analyze characteristics of the labor market of taxi drivers and its main objective is to examine the job offer of taxi drivers and to verify if there has been any impact on the quantity of hours worked and on the income of taxi drivers after the start of operations of the Uber application in the Metropolitan Regions of Fortaleza (MRF) and Porto Alegre (MRPA). For this, two models were estimated, one based on the regressions of mincerian yields

¹ Doutoranda em Economia pelo CAEN-UFC. E-mail: priscilarodrigues65@yahoo.com.br

² PhD, Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará.

and number of hours worked, and a second model using the difference-in-differences method. The data are from the Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) and refer to the years 2014 to 2016. It was found that the estimated coefficient for the Uber Effect did not present statistical significance in any of the metropolitan regions studied. Other results have shown that black RMPA taxi drivers tend to show more hours of work and lower hourly yields. Taxi drivers who are heads of their families also work longer hours. The higher the family income of these workers, the more hours are worked in the week and the higher the income per hour. In some of the models estimated for the two metropolitan regions there is an education effect.

Keywords: Uber. Taxi. Difference-in-differences.

1 INTRODUÇÃO

O táxi é um meio de transporte bastante utilizado em diversos países do mundo, atendendo uma diversidade de necessidades quanto a mobilidade urbana, sendo um dos principais meios de transporte urbano de passageiros. Esse mercado de trabalho tem como uma característica o fato de que atua todos os dias da semana, durante todas as horas do dia. Existem taxistas que chegam a trabalhar 112 horas por semana. Dados da PED revelaram que a média de horas de trabalho de taxistas nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Porto Alegre é de 60 horas de trabalho semanais, ou seja, quase 9 horas por dia se o taxista trabalhar todos os dias da semana (PED, 2016).

Os principais concorrentes dos taxistas sempre foram os carros particulares de transporte individual e os meios de transporte em massa, porém com a ascensão da tecnologia, e o advento de algumas inovações comerciais, e o surgimento de aplicativos que oferecem serviços mais diversificados similares ao serviço dos taxis, estes viram-se ameaçados por um novo concorrente. O uso de aplicativos oferece um serviço mais flexível onde a oferta se ajusta a procura, tendo suas tarifas variando em períodos de pico ou dependendo da localidade onde a corrida for solicitada. (GONÇALVES, 2016)

O aplicativo Uber surgiu inicialmente com a ideia de Economia de Partilha³, assim há a discussão se o Uber funciona realmente como uma espécie de corrida compartilhada, caronas pagas ou se o serviço fornecido pelo aplicativo é idêntico ao serviço oferecido pelos táxis convencionais ou um substituto próximo. Por outro lado o aplicativo vem sofrendo forte rejeição por parte dos taxistas. Estes afirmam que o Uber pratica uma espécie de concorrência desleal, pois não possui os mesmos custos.

³ Segundo Gonçalves (2016), Economia de Partilha é uma forma de se obter, fornecer e partilhar o acesso a bens e serviços. Seria uma espécie de modelo econômico e social que permite a partilha de bens e serviços.

Não há na literatura tanto internacional como nacional uma vasta discussão sobre o mercado de trabalho dos taxistas especificamente, porém alguns trabalhos se dedicaram a analisar e inferir sobre alguns aspectos dessa classe trabalhadora.

Trabalhos como os de Camerer *et al* (1997), Dupas, Robinson e Saavedra (2016), Jonason e Wallgren (2013), estudaram a oferta de trabalho dos taxistas em diferentes localidades, buscando compreender como se dá a elasticidade da oferta desses trabalhadores. Duas vertentes foram averiguadas a primeira afirma que a elasticidade da oferta de trabalho de trabalhadores como os taxistas que possuem flexibilidade de horas é negativa, ou seja, em dias com maior rendimento por hora esses taxistas trabalham menos, e outra que afirma que a elasticidade é positiva, assim em dias onde o salário por hora é maior esses trabalhadores substituem lazer por mais trabalho.

Gonçalves (2016), em seu trabalho buscou trazer a discussão da concorrência entre Uber e taxistas na perspectiva da Organização Industrial, observado a existência ou não de choques provocados pela a entrada do Uber no mercado.

Esteves (2015) procurou examinar se a entrada do aplicativo Uber nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Distrito Federal gerou ou resultou em algum impacto econômico sobre os taxistas, o trabalho do pesquisador selecionou apenas taxistas que trabalhavam via aplicativo. O trabalho fez um exercício empírico a partir dos métodos de avaliação de impacto, usando um modelo de *diferenças em diferenças* a fim de captar o efeito sobre o número de corridas de táxi contratadas por meio de aplicativos de celular antes e depois da entrada do aplicativo Uber.

Portanto a partir da explanação acima, esse trabalho procura analisar características do mercado de trabalho dos taxistas quanto a oferta de trabalho e rendimentos por hora observando como esta importante mão de obra se comporta e quais os fatores que influenciam a quantidade de horas trabalhadas pelos taxistas e sobre seus rendimentos. Busca-se, também, observar como as características desses indivíduos e as características referentes a esse mercado de trabalho podem ou não ter sofrido modificação dado os períodos antes e depois da entrada do aplicativo Uber.

O trabalho se desenvolveu ao longo de 4 seções. A primeira consta desta introdução, a segunda trata da metodologia adotada. Em uma terceira seção o trabalho revela os principais resultados encontrados, na quarta e última seção as conclusões.

2 METODOLOGIA

2.1 Método de diferenças em diferenças e estratégia empírica

O método de *diferenças em diferenças* compara a variação observada no indicador de interesse em dois períodos de tempo, um período anterior ao programa ou efeito e um período posterior, tanto para grupo de tratados como para grupo de controle, o intuito é o de minimizar o efeito dos fatores não observados. Esses fatores podem ser fixos no tempo e afetar tanto o grupo de tratamento quanto o grupo de controle da mesma forma e podem também ser fixo para cada grupo em separado. (PEIXOTO, *et al*, 2012)

Apresentando o método de *diferenças em diferenças* por meio de uma regressão linear. Podemos expressar o modelo da seguinte forma:

$$Y_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_{it} + \rho t_{it} + \beta(T_{it}t_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde T indica se o grupo é de tratado ou de controle, t denota o período de tempo onde os grupos de tratado ou controle estão, no caso de dois períodos de tempo $t = \{1,2\}$, Y é a variável de interesse, ou variável dependente onde se deseja captar o efeito, X é um vetor de variáveis explicadas que representam as características observadas de cada grupo e ε é o termo de erro. Logo se a hipótese de $E[\varepsilon|X, T, t] = 0$ é satisfeita, verifica-se que o efeito causado pelo programa será avaliado por β que captura o impacto do programa a partir da interação entre T e t.

Podemos a partir da equação (1) expressar outra equação onde há mais de dois períodos de tempo, ou seja, $t = 1,2,..., \tau$.

$$Y_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho_{22}dt_{i2} + \dots + \rho_{2z}dt_{iz} + \dots + \rho_{2\tau}dt_{i\tau} + \beta(D_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde para a equação acima temos que $T_i = \{1,0\}$, assumindo valor 1 caso seja do grupo de tratado e 0 se for do grupo de controle, D_{it} é uma variável binária que só possui valor se $i=1$, ou seja, se refere ao grupo de tratados e o período t é referente a qualquer altura do tempo após ocorrido a intervenção ou início do efeito advindo do programa. As variáveis $dt_{i2}, \dots, dt_{i\tau}$ podem assumir valor zero ou um, atribuindo valor 1 se o período observado for o período t.

Assim a análise do efeito da entrada do aplicativo Uber nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Porto Alegre segue alguns passos em comum.

Inicialmente é identificado o período de tempo em que o aplicativo Uber deu início, assim podemos saber qual período se refere ao pré-tratamento e qual se refere ao pós-tratamento. Logo foi selecionado para a Região Metropolitana de Fortaleza o período entre janeiro de 2015 e abril de 2016 como o período anterior a entrada do Uber e para RMPA selecionamos o período de janeiro de 2014 a outubro de 2015.

Identificado o período anterior a entrada, selecionamos o período posterior a entrada. Em Fortaleza o período depois da entrada se restringe no intervalo entre maio a setembro de 2016, na RMPA o período após a entrada do Uber, no primeiro exercício, foi especificado entre os meses de dezembro de 2015 a abril de 2016 e no segundo exercício o período foi de dezembro de 2015 a setembro de 2016.

Em seguida, dado que já foram estipulados os períodos antes e depois da entrada do aplicativo Uber, foram escolhidos os grupos de controle. Para a RMPA o grupo de controle escolhido para o primeiro exercício foi a Região Metropolitana de Fortaleza. No segundo exercício feito para a RMPA o grupo de controle selecionado foram os trabalhadores ocupados autônomos da mesma região metropolitana.

O aplicativo Uber iniciou atividades em Fortaleza no dia 29 de abril de 2016, sendo uma das últimas capitais a receber o aplicativo, por esse motivo não há como usar um contrafactual a partir de outro município. Assim como taxistas são em sua maioria trabalhadores autônomos ou que se intitulam trabalhadores por conta própria, optou-se por usar os taxistas da Região Metropolitana de Fortaleza como grupo de tratamento e os trabalhadores autônomos da mesma região como grupo de controle.

A partir das informações acima, foram estabelecidos as estratégias empíricas e especificados as regressões a serem estimadas a partir de um modelo de *diferenças em diferenças*. Para cada exercício proposto dado as duas regiões metropolitanas escolhidas como grupo de tratados serão estimados dois modelos de regressão com o objetivo de captar algum efeito sobre as duas variáveis dependentes examinadas, rendimento por hora e horas trabalhadas que podem ter recorrido após o início das operações do Uber nas duas regiões escolhidas como grupo de tratamento.

Os dois modelos de regressão a serem estimados para os dois exercícios realizados na Região Metropolitana de Porto Alegre são:

$$\ln RH_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho_{it} + \rho_2 \text{janeiro}_i + \dots + \rho_2 \text{março}_i + \rho_2 \text{maio}_i + \dots + \rho_2 \text{dezembro}_i + \beta(D_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$\ln HT_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho t_{it} + \rho_2 \text{janeiro}_i + \dots + \rho_2 \text{março}_i + \rho_2 \text{maio}_i + \dots + \rho_2 \text{dezembro}_i + \beta(D_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

$$\varepsilon_t \sim N(0, \sigma^2)$$

Onde $\ln RH_{it}$ é o salário por hora dos taxistas no período t em logaritmo, $\ln HT_{it}$ é o logaritmo das horas semanais trabalhadas no período t ; t é uma variável *dummy* que possui valor igual a zero quando as variáveis se referem ao período antes da entrada do Uber e é igual a um quando é referente ao período após o início de operação do aplicativo. X'_{it} é o vetor de variáveis explicativas que será exposto em mais detalhes na próxima subseção. T é uma variável *dummy* com valor igual a zero quando as variáveis pertencem a Região Metropolitana de Fortaleza e um quando pertencem a Região Metropolitana de Porto Alegre. As variáveis $\text{janeiro}_i, \dots, \text{dezembro}_i$ são variáveis *dummies* para cada mês do ano. A variável D_{it} é a variável de interação entre grupo de tratado e controle e o tempo da análise. As letras α , γ , ρ e β são constantes paramétricas, salientando que β capta o efeito do início da operação do Uber no grupo de tratamento.

Os dois modelos de regressão a serem estimados para a Região Metropolitana de Fortaleza são:

$$\ln RH_{it} = Y'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho t_{it} + \rho_2 \text{janeiro}_i + \dots + \rho_2 \text{fevereiro}_i + \rho_2 \text{abril}_i + \dots + \rho_2 \text{dezembro}_i + \beta(D_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

$$\ln HT_{it} = Y'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho t_{it} + \rho_2 \text{janeiro}_i + \dots + \rho_2 \text{fevereiro}_i + \rho_2 \text{abril}_i + \dots + \rho_2 \text{dezembro}_i + \beta(D_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

$$\varepsilon_t \sim N(0, \sigma^2)$$

Onde assim como para RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre) $\ln RH_{it}$ e $\ln HT_{it}$ são o logaritmo do salário por hora e horas trabalhadas respectivamente, as demais variáveis das equações 5 e 6 são análogas as já explicitadas nas equações 3 e 4, sendo que Y'_{it} é o vetor de variáveis explicativas do modelo utilizado para a RMF (Região Metropolitana de Fortaleza).

Dado as equações acima especificadas, como já mencionado, a partir de um modelo de *diferenças em diferenças* pretende-se captar possíveis diferenças nas duas variáveis dependentes que possam ter ocorrido entre os grupos de controle e tratamento dado os dois intervalos de tempo, antes e depois da entrada do aplicativo Uber, o que denominamos no presente trabalho como Efeito Uber. Esse efeito é capturado pela constante β .

Além do modelo de *diferenças em diferenças* foram estimadas duas equações incluindo as variáveis exógenas selecionadas. A equação de horas trabalhadas estimada é:

$$\ln HT_i = Z'_i\alpha + \varepsilon_i \quad (7)$$

Onde $\ln HT_i$ é o logaritmo natural do número de horas trabalhadas na semana pelo taxista e Z'_i é o vetor de variáveis explicativas, que correspondem as mesmas variáveis utilizadas nos modelos de diferenças em diferenças.

Estima-se também uma equação de rendimentos, seguindo o modelo teórico proposto por Mincer (1974) adaptado, incluindo além das variáveis de educação as demais variáveis selecionadas para o modelo de diferença em diferenças. O objetivo dessa estimação é captar o efeito das variáveis explicativas incluídas no modelo sobre a variação de rendimentos dos taxistas. Assim a equação de rendimento a ser estimada é:

$$\ln RH_i = Z'_i \alpha + \varepsilon_i \quad (8)$$

Onde $\ln RH_i$ é o logaritmo natural do rendimento/hora do trabalhador e Z_i o vetor de variáveis independentes incluídas no modelo.

2.2 Base de Dados

Os dados utilizados na pesquisa são provenientes do banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED que é realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Alguns filtros foram aplicados para atender os objetivos do trabalho proposto. Foram excluídos os indivíduos não ocupados, aqueles que não são nem taxistas e nem autônomos, os que não declararam remuneração, cor, nível educacional e idade. Assim foram considerados apenas os indivíduos ocupados taxistas ou autônomos que trabalharam na semana de referência da pesquisa e que tem mais de 17 anos de idade.

3 RESULTADOS ECONOMETRICOS

3.1 Região Metropolitana de Porto Alegre

Na tabela 2 encontram-se os resultados obtidos a partir dos exercícios econométricos propostos, a segunda e a quinta coluna apresentam os resultados da estimação de um modelo de regressão linear simples observando apenas os taxistas da RMPA (Modelo 1). As colunas 3 e 6 apresentam os resultados do primeiro exercício empírico feito para a RMPA, (intitulado na tabela por Modelo 2), já as colunas 4 e 7 apresentam os resultados da regressão feita no segundo exercício empírico realizado para a RMPA (Modelo3).

Tabela 1 – Resultados Econométricos: Região Metropolitana de Porto Alegre

Variáveis Dependentes: Logaritmo natural do rendimento/hora e quantidade de horas trabalhadas						
Regressor	Horas Trabalhadas			Rendimento/hora		
	Coeficiente			Coeficiente		
	Modelo 1	Modelo2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Branco	0.1381 (0.0998)	-0.0423 (0.0435)	0.0240 (0.0270)	-0.1522 (0.1284)	-0.0894 (0.0578)	0.0355 (0.0312)
Negro	0.2688** (0.1229)	0.0485 (0.0909)	0.0026 (0.0373)	-0.2790*** (0.1580)	-0.1638 (0.1205)	-0.0009 (0.0429)
Homem	0.2559** (0.1116)	0.2113 (0.1299)	0.1176* (0.0156)	-0.3314** (0.1435)	-0.3445** (0.1724)	0.1874* (0.0180)
Chefe	0.0624 (0.0532)	0.0743** (0.0397)	0.1018* (0.0163)	0.1120 (0.0684)	0.2199* (0.0526)	0.2427* (0.0187)
Porto Alegre/Metrópole*	0.0208 (0.0390)	0.0132 (0.0313)	-0.0523* (0.0137)	0.0110 (0.0503)	-0.0275 (0.0417)	0.0405* (0.0157)
Idade	-0.0037** (0.0018)	-0.002 (0.0014)	-0.0031* (0.0005)	-0.0052** (0.0024)	-0.0048* (0.0018)	-0.0059* (0.0007)
Ensino Fundamental	-0.0581 (0.0541)	-0.0148 (0.0393)	0.0017 (0.0175)	0.0395 (0.0700)	0.0814 (0.0523)	0.0523* (0.0200)
Ensino Médio	-0.0786 (0.0539)	-0.0183 (0.0366)	-0.0064 (0.0165)	0.1153*** (0.0697)	0.0679 (0.0486)	0.1235* (0.0189)
Ensino Superior	-0.3233** (0.1455)	-0.259** (0.1544)	-0.0631 (0.0314)	0.3406** (0.1872)	0.1986 (0.2049)	0.2361* (0.0361)
Estabilidade	0.00005 (0.0002)	0.0001 (0.0001)	0.0004* (0.00006)	0.0004 (0.0002)	0.0005** (0.0002)	0.0003* (0.0001)
Tamanho da Família	-0.025 (0.0174)	-0.0056 (0.0122)	0.0067 (0.005)	-0.0680* (0.0223)	-0.0763* (0.0162)	-0.0707* (0.0057)
Renda Familiar	0.0838** (0.0375)	0.0098 (0.0124)	0.0553* (0.0058)	0.2862* (0.0484)	0.2561* (0.0165)	0.2307* (0.0067)
(Renda Familiar) ²	-0.0081** (0.0038)	-0.0006 (0.0006)	-0.0026* (0.0004)	-0.0148* (0.0049)	-0.0073* (0.0008)	-0.0067* (0.0004)
Tempo	-0.0165 (0.0425)	-0.09563 (0.04728)	-0.0185 (0.0151)	0.0437 (0.0546)	0.0910 (0.0628)	0.0182 (0.0173)
Efeito Uber		0.1058 (0.0717)	0.0036 (0.0684)		-0.0589 (0.0951)	-0.0077 (0.0781)
Constante	3.7306* (0.1859)	3.939* (0.1567)	3.3925* (0.0465)	2.0422* (0.2394)	1.7042* (0.2080)	1.6145* (0.0535)
Número de Observações	253	552	6161	253	552	6109

Fonte: Elaboração Própria. Dados da pesquisa.

Notas: Entre parênteses os erros-padrão. Níveis de significância: *1%, **5% e ***10%.

O coeficiente para taxistas negros apontou sinal positivo, indicando que negos trabalham mais horas, assim também como os taxistas do sexo masculino. A variável que revela

a idade dos taxistas da RMPA apontou sinal negativo, sinalizando que quanto mais anos de idade menor a quantidade de horas trabalhadas.

Quanto as variáveis que refletem o nível de escolaridade dos taxistas da RMPA, apenas o nível superior indicou significância estatística, e exibiu um sinal negativo, ou seja, aqueles com nível superior tendem a trabalhar menos horas.

Com relação a renda familiar temos que há uma relação positiva entre a renda familiar e a quantidade de horas de trabalho ofertada pelo taxistas, porém com um impacto pequeno. O termo quadrático da renda familiar apresentou sinal negativo, evidenciando que a medida que a renda familiar cresce as horas trabalhadas aumentam porém de forma decrescente.

No Modelo 3 os trabalhadores (taxistas e autônomos) homens trabalham cerca de 12% mais horas que a mulheres. Se o indivíduo é chefe de família tende a trabalhar mais horas, tanto no Modelo 2 quanto no Modelo 3. Dado a localização da moradia do indivíduo os resultados do Modelo 3 mostraram que trabalhadores (taxistas e autônomos) que moram em municípios das regiões metropolitanas tendem a ofertar menos horas de trabalho.

Assim como o Modelo 1, o Modelo 3 também indica que os indivíduos mais velhos trabalham menos horas durante a semana. No Modelo 2, bem como no Modelo 1, aqueles taxistas com nível superior apresentam menor quantidade de horas trabalhadas na semana.

Analisando as três regressões de rendimento temos que, no Modelo 1 o coeficiente referente a variável negro apresenta significância a 10% e sinal negativo, ou seja, caso o taxista seja negro o seu rendimento por hora é reduzido em aproximadamente 28% com relação ao não negro, o que pode evidenciar discriminação contra trabalhadores negros no mercado de trabalho de taxistas na RMPA. Assim como encontrado por Soares (2000), Campante, Crespo e Leite (2004) e De Oliveira Guimarães (2006) que analisaram características do mercado de trabalho no Brasil. Curiosamente o Modelo 1 apresentou que taxistas homens tendem a ter rendimento por hora menor que as mulheres.

Com relação a idade, quanto mais velho o taxista, vemos que menor o seu rendimento por hora trabalhada. Esse resultado é similar para os demais modelos, apresentando resultado estatisticamente significativo e sinal negativo.

Os níveis de educação dos taxistas da RMPA revelaram que aqueles com nível médio tem rendimento por hora de aproximadamente 11% maior do que os taxistas com outros níveis de educação e aqueles com nível superior exibem rendimento por hora cerca de 34%

maior que os taxistas sem educação ou com ensino fundamental e médio. O que pode demonstrar retornos positivos advindos da educação como foi constatado por Leal e Werlang (1991), Rocha (2012), Rodrigues (2010) e De Albuquerque e Mariano (2016).

Dado as características familiares os resultados demonstraram, para os três modelos, sinal negativo e significativo para a variável tamanho da família, indicando que aqueles trabalhadores com famílias maiores tendem a ter um rendimento por hora menor. Observou-se a partir dos resultados tabelados que quanto maior a renda familiar do taxista, maior o seu rendimento por hora, porém esse rendimento decresce a medida que a renda familiar aumenta. Os resultados são equivalentes nos três modelos estimados.

Os Modelos 2 e 3 apresentaram que taxistas (taxistas e autônomos no Modelo 3) que são chefes de suas famílias tem um rendimento por hora cerca de 20% maior do que o rendimento por hora dos demais componentes familiares.

Outro resultado encontrado é que o Modelo 3 indica que trabalhadores (taxistas e autônomos) que moram na cidade de Porto Alegre tendem a apresentar maior salário por hora do que os que residem nos demais municípios da região metropolitana.

O coeficiente estimado para o Efeito Uber usando a variável rendimento por hora é negativo para ambos os modelos, porém não apresentou valor estatisticamente diferente de zero, assim não podemos inferir que o salário por hora dos taxistas tenha sofrido efeito negativo na Região Metropolitana de Porto Alegre quando comparado a Região Metropolitana de Fortaleza ou aos trabalhadores autônomos da RMPA a partir do início das operações do aplicativo Uber.

O resultado encontrado para a variável horas trabalhadas foi diferente, apresentando um coeficiente positivo para os dois modelos. Porém os resultados não apresentaram significância estatística. Logo, para esses exercícios econométricos não encontramos para a RMPA evidência de ocorrência do Efeito Uber, seja sobre o rendimento dos taxistas ou sobre a quantidade de horas ofertada por esses trabalhadores.

3.2 Região Metropolitana de Fortaleza

Na tabela 3 encontram-se os resultados encontrados a partir da regressão, assim como no exercício feito para a Região Metropolitana de Porto Alegre, as colunas do Modelo 1 apresentam os resultados para a estimação de um modelo de regressão linear simples que usou as variáveis horas trabalhadas e um modelo minceriano com uma equação tendo o rendimento

por hora como variável dependente, já as colunas intituladas como Modelo 2 apresentam os resultados da regressão do modelo de *diferenças em diferenças*.

Tabela 2 – Resultados Econométricos: Região Metropolitana de Fortaleza

Variáveis Dependentes: Logaritmo natural do rendimento/hora e quantidade de horas trabalhadas				
Regressor	Horas Trabalhadas		Rendimento/hora	
	Coeficiente		Coeficiente	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Branco	-0.0629 (0.0520)	-0.0279*** (0.0161)	0.0009 (0.0659)	0.0236 (0.0203)
Negro	0.2381 (0.3341)	0.0495 (0.0335)	0.4054 (0.4234)	0.0358 (0.0422)
Homem *****	- -	0.1036* (0.0139)	- -	0.2944* (0.0175)
Chefe	0.1637* (0.0564)	0.1179* (0.0146)	0.2298* (0.0714)	0.2615* (0.0184)
Fortaleza	-0.007 (0.0462)	0.0157 (0.0128)	0.0217 (0.0586)	0.0272*** (0.0162)
Idade	0.0029 (0.002)	-0.0007 (0.0005)	-0.0067* (0.0025)	-0.0119* (0.0007)
Ensino Fundamental	0.0813 (0.0602)	-0.0042 (0.0159)	0.0379 (0.0764)	0.1457* (0.0200)
Ensino Médio	0.0715 (0.0543)	-0.0369** (0.0150)	0.07** (0.0688)	0.184* (0.0189)
Ensino Superior	-0.1654* (0.3323)	-0.1022* (0.0378)	1.9664* (0.4212)	0.2245* (0.0475)
Estabilidade	-0.0003 (0.0002)	0.0006* (0.00007)	0.0011* (0.0003)	0.0008* (0.00009)
Táxi Próprio	-0.1179*** (0.0639)	-0.1144* (0.0189)	-0.0045 (0.0810)	-0.0686* (0.0241)
Tamanho da Família	-0.0201 (0.0167)	-0.0075*** (0.0041)	-0.0442** (0.0216)	-0.0624* (0.0052)
Renda Familiar	-0.0182 (0.0187)	0.055* (0.0052)	0.2615* (0.0231)	0.3175* (0.0066)
(Renda Familiar) ²	0.0008 (0.0009)	-0.0019* (0.0003)	-0.0076* (0.0011)	-0.0087* (0.0004)
Tempo	-0.0548 (0.0414)	0.0366 (0.0169)	0.0540 (0.0524)	0.0331 (0.0212)
Efeito Uber		-0.0231 (0.0869)		0.0371 (0.1085)
Constante	4.0503* (0.1443)	3.442* (0.0437)	1.2383* (0.1829)	1.2705* (0.0552)
Número de observações	264	11071	264	10868

Fonte: Elaboração Própria. Dados da pesquisa.

Notas: Entre parênteses os erros-padrão. Níveis de significância: *1%, **5% e ***10%. ****A variável homem foi omitida no Modelo 1, pois todos os taxistas da base de dados da RMF eram do sexo masculino.

Os taxistas chefes de suas famílias da RMF, assim como na RMPA tendem a trabalhar mais horas que os demais componentes da família. Aqueles taxistas com nível superior trabalham menos horas por semana.

Diferentemente dos modelos estimados para a RMPA, no modelo estimado para a RMF foi possível introduzir uma variável a mais, essa variável é uma *dummy* que possui valor um se o instrumento de trabalho é próprio e zero caso contrário, a variável foi incorporada ao modelo na tentativa de observar se o táxi que o taxista dirige é dele ou de outra pessoa. Essa variável apresentou um resultado estatisticamente significativo nos dois modelos e sinal negativo, evidenciando que quando o táxi é próprio, a quantidade de horas trabalhada é menor.

Com relação as variáveis que compõem algumas características da família temos que no Modelo 2 quanto maior a família, menor a quantidade de horas trabalhadas. No Modelo 2 a renda familiar apresentou sinal positivo e significância a 1%, evidenciando que quanto maior a renda familiar do taxista ou autônomo da RMF, maior a quantidade de horas trabalhadas.

As regressões de rendimento apresentaram resultados muito parecidos aos encontrados para a Região Metropolitana de Porto Alegre, porém com algumas diferenças, por exemplo, homens tendem a ter rendimento por hora cerca de 30% maior do que mulheres, o que difere dos resultados encontrados para os modelos 1 e 2 da RMPA mas, é similar ao encontrado no Modelo 3 que é idêntico ao exercício que gerou esse resultado para RMF.

A variável táxi próprio apresentou um sinal negativo e é estatisticamente significativa a 1%, revelando que aqueles taxistas que são donos dos veículos tem um rendimento por hora menor do que aqueles que não são proprietários.

Com relação as características familiares, taxistas com famílias maiores possuem rendimento por hora menor. Quanto maior a renda familiar, maior o rendimento por hora dos taxistas.

Para esse exercício econométrico não encontramos para a Região Metropolitana de Fortaleza evidência empírica de ocorrência do Efeito Uber sobre a quantidade de horas trabalhadas pelos taxistas ou sobre os seus rendimentos por hora. Um resultado similar foi encontrado por Esteves (2015), porém este analisou um possível efeito do Uber sobre o número

de corridas realizadas pelos taxistas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Distrito Federal.

4 CONCLUSÕES

O objetivo inicial e principal desse trabalho foi observar alguns aspectos referentes aos taxistas, observar quais fatores influenciam sua oferta de trabalho e seus rendimentos e como as características desses indivíduos e as características referentes a esse mercado de trabalho podem ou não ter sofrido modificação dado os períodos antes da entrada do aplicativo Uber e depois da entrada do aplicativo.

Para a Região Metropolitana de Porto Alegre foi constatado que o coeficiente estimado para o Efeito Uber na regressão de rendimento por hora não apresentou valor estatisticamente diferente de zero assim como o resultado encontrado para a variável horas trabalhadas.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, não foi possível verificar Efeito Uber, não havendo evidência nos resultados encontrados de impactos sobre número de horas trabalhadas ou sobre rendimento por hora.

Outros resultados importantes encontrados demonstraram que os taxistas negros da RMPA tendem a apresentar uma quantidade maior de horas trabalhadas e menor rendimento por hora do que os taxistas não negros. Os taxistas que são chefes de suas famílias nas duas regiões metropolitanas investigadas trabalham mais horas que aqueles que ocupam outra posição na família e tem rendimento por hora maiores. Quanto maior a renda familiar desses trabalhadores, mais horas são trabalhadas na semana e maior o rendimento por hora.

Em alguns dos modelos estimados para as duas regiões metropolitanas há um efeito educação, sinalizando que quanto maior o nível educacional do indivíduo menor a quantidade de horas trabalhadas por este e maior os rendimentos advindos do trabalho.

Dados os resultados encontrados para os dois grupos de tratamento, não é sensato ou possível afirmar que o ingresso do Uber nessas duas Regiões Metropolitanas tenha de fato impactado os rendimentos e a quantidade de horas trabalhadas pelos taxistas nessas localidades.

É importante salientar que os resultados obtidos referem-se ao impacto inicial dado início das operações do aplicativo nas duas regiões metropolitanas analisadas, assim, uma análise futura pode apresentar resultados diferentes dos encontrados nesse trabalho.

Apesar dos resultados não demonstrarem um impacto expressivo, o trabalho trouxe a contribuição de investigar os trabalhadores taxistas, buscando compreender quais fatores determinam a sua oferta de horas trabalhadas e os rendimentos por hora, e ainda analisar o impacto inicial do Uber nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Fortaleza, o que pode levar a uma discussão sobre a Economia de Partilha nessas regiões, mobilidade urbana e o mercado de transporte individual de passageiros.

REFERÊNCIAS

- CAMERER, Colin et al. Labor supply of New York City cabdrivers: One day at a time. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 2, p. 407-441, 1997.
- CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna RV; LEITE, Phillippe GPG. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 185-210, 2004.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS. SOCIOECONOMICOS – DIEESE. **Metodologia Utilizada**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf>>. Acesso em: 20 janeiro de 2017.
- DE OLIVEIRA GUIMARÃES, Roberta. Desigualdade salarial entre negros e brancos no Brasil: discriminação ou exclusão. **Econômica**, v. 8, n. 2, p. 227-251, 2006.
- DE ALBUQUERQUE ARRAES, Ronaldo; MARIANO, Francisca Zilania. Endogeneidade da educação na previsão da taxa de retorno: avaliação metodológica e aplicação para regiões brasileiras e estados selecionados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 125-139, 2016.
- DUPAS, Pascaline; ROBINSON, Jonathan; SAAVEDRA, Santiago. The Daily Grind: Cash Needs, Labor Supply and Self-Control. **Unpublished paper**, 2014.
- ESTEVES, L. (2015). Rivalidade após entrada: o impacto imediato do aplicativo Uber sobre as corridas de táxi porta-a-porta. Documento de Trabalho do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, 003/2015.
- GONÇALVES, Ricardo Filipe Santos. O setor dos táxis em crise: o choque das aplicações de partilha. In: **O setor dos táxis em crise: o choque das aplicações de partilha**. FEUC, 2016.
- GRISCI, Carmem Lúcia Iochins et al. **Estratégia de Inventar a Vida na Perspectiva de Gênero: um Olhar para Mulheres Taxistas**. 2014
- JONASON, David; WÄLLGREN, Joel. Labor Supply of Stockholm Cab Drivers: Revisiting the Evidence. **Retrieved August**, v. 21, p. 2014, 2013.

LEAL, C. I. S.; WERLANG, S. R. C. Retornos em educação no Brasil: 1976/89. **Pesquisa e planejamento Econômico**, p.559-574, 1991.

MAYHEW, C. (2000). **Violent assaults on taxi drivers: incidence patterns and risk factors**. Australian Institute of Criminology

MINCER, J. **Schooling, Experience and Earning**. New York: Columbia University Press, 1974. 152p.

PEIXOTO, B. et al. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. **São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora**, 2012.

ROCHA, Fabiano Olanda Sales. **Retornos à educação e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: evidências por regressões quantílicas em categorias ocupacionais**. 2012.

SOARES, Sergei. Discriminação de gênero e de raça no mercado de trabalho. 2000.

Trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo: uma análise comparativa

Raul Luís Assumpção Bastos

Economista da FEE | (bastos@fee.tche.br)

1. Introdução

Partindo da compreensão de que o mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se historicamente por possuir um contingente considerável de trabalhadores de baixos salários (Baltar e Proni, 1996), este artigo tem como objetivo analisar este segmento da força de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no período 1995-2014. O artigo terá como principal fonte empírica a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual permite a construção de indicadores anuais das variáveis de interesse para os vinte anos de cobertura do estudo.

O artigo irá utilizar como referência empírica para a mensuração dos trabalhadores de baixos salários uma das definições encontradas na literatura internacional, que é a de que estes correspondem aos empregados que recebem menos de dois terços da mediana dos salários da economia. Esta é a definição de trabalhadores de baixos salários adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assim como é a utilizada com mais recorrência na literatura internacional (OECD, 2014; Lucifora e Salverda, 2009; Grimshaw, 2011). Ela foi, também, utilizada pela Organização Internacional do Trabalho no *Global Wage Report* de 2010/2011 (ILO, 2010).

Esta definição de emprego de baixos salários foi adotada em dois estudos elaborados no Brasil, o de Fontes *et al.* (2012) e o de Bastos (2014). O primeiro trabalha

com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, apresenta evidências das seis Regiões Metropolitanas (RM) onde esta Pesquisa é realizada, tanto de forma agregada como individualizada, e a sua cobertura é a do período 2002-2009. O segundo trata exclusivamente da RMPA, utiliza dados da PED, e tem como período de análise 1995-2013.

No artigo pretende-se avançar em relação aos estudos identificados acima, em duas diferentes perspectivas: primeira, a análise comparativa dos segmentos de trabalhadores de baixos salários na RMPA e na RMSP permitirá aprofundar o conhecimento sobre as suas diferenças e semelhanças; segunda, o período de cobertura do estudo – 1995-2014 – é bem mais longo do que o de Fontes *et al.* (2012), o que tornará possível identificar de forma mais clara as tendências dos segmentos de trabalhadores de baixos salários nos dois espaços metropolitanos, assim como as suas principais mudanças. Esta segunda perspectiva de investigação é factível pelo fato de que a RMPA e a RMSP são as únicas que possuem séries de dados anuais da PED para todo o período 1995-2014.

No que diz respeito às **questões** que organizam o artigo, estas podem ser assim colocadas: (i) Quais as tendências da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários na RMPA e na RMSP, no período 1995-2014? (ii) Existe associação entre a evolução da parcela relativa de empregos de baixos salários e a desigualdade salarial em cada uma das duas RM, ao longo do período 1995-2014?

No que segue, o artigo encontra-se assim estruturado: na seção 2 é apresentada a definição de empregos de baixos salários adotada por este estudo; a seção 3 trata de tendências básicas dos trabalhadores de baixos salários na RMPA e na RMSP; a seção 4 apresenta uma proposta de interpretação sobre a trajetória da parcela relativa de empregos de baixos salários nas RM no período 1995-2014; e, na última seção, encontram-se as considerações finais do artigo.

2. Definição de empregos de baixos salários¹

Na literatura é possível identificar três definições de emprego de baixos salários, uma associada a um nível absoluto de rendimentos e duas outras estabelecidas em termos relativos (Bernstein e Hartmann, 2000; Lucifora, 2000; Lucifora e Salverda, 2009; Grimshaw, 2011; Lee e Sobeck, 2012).

¹ Esta seção está baseada em Bastos (2014).

A definição de emprego de baixos salários a partir de um nível absoluto de renda utiliza como referência o montante de rendimentos que corresponde à linha oficial de pobreza de um país (OECD, 1996; Bernstein e Hartmann, 2000; Lucifora, 2000; Lucifora e Salverda, 2009; Grimshaw, 2011). Assim, os empregados cujos rendimentos estiverem em uma posição, na distribuição de salários, abaixo deste ponto de corte serão reconhecidos como trabalhadores de baixos salários. As vantagens do uso desta definição são a possibilidade de avaliar os trabalhadores em termos de pobreza, assim como para a realização de comparações do seu padrão de vida com o de outros segmentos de assalariados. Uma de suas principais limitações é a dificuldade que a mesma impõe aos estudos comparativos internacionais, dado que por ela não são apreendidas as diferenças nos padrões de vida entre as nações.

Uma das definições do emprego de baixos salários em termos relativos estabelece uma proporção da distribuição de salários – por exemplo, 20% dos trabalhadores que recebem os menores salários – e a assume como correspondendo ao emprego de baixos salários (OECD, 1996; Bernstein e Hartmann, 2000; Lucifora, 2000; Grimshaw, 2011). Se, por um lado, esta definição tem a vantagem de ser bastante direta, por outro, além de arbitrária, ela possui a importante implicação de tornar a proporção de trabalhadores de baixos salários constante. Assim, uma das questões de interesse mais relevantes enquanto objeto de investigação fica desconsiderada, qual seja, a da evolução, ao longo do tempo, do tamanho da sua parcela relativa.

A outra definição do emprego de baixos salários em termos relativos delimita este segmento como correspondendo aos trabalhadores que recebem menos de dois terços da mediana do salário de uma economia (Lucifora, 2000; Lucifora e Salverda, 2009; Grimshaw, 2011). Esta definição tem vantagens em relação às anteriormente apresentadas: mostra-se mais apropriada para comparações internacionais; permite que se faça o acompanhamento das mudanças no tamanho da parcela relativa de empregos de baixos salários; e dá uma noção aproximada de distância social entre os diferentes segmentos de trabalhadores (Lucifora, 2000, p. 13). As suas principais limitações são certa arbitrariedade ao estabelecer o ponto de corte dos empregos de baixos salários inferior a dois terços do salário mediano²; e, caso o salário mediano esteja crescendo em

² Não obstante a aparente arbitrariedade, Lucifora (2000, p. 13) afirma que esta definição tem correspondência com o nível de salário mínimo adotado em muitos países da Europa.

termos reais, não apreender as mudanças no padrão de vida dos trabalhadores de baixos salários. De acordo com o levantamento de estudos feitos sobre o tema por Grimshaw (2011), esta é a definição que se mostra predominante na literatura internacional. Assinale-se, também, que ela é a adotada por instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bem como foi utilizada pela Organização Internacional do Trabalho no *Global Wage Report* de 2010/2011 (OECD, 1996; ILO, 2010).

Alguns trabalhos propõem que se refine esta última definição de empregos de baixos salários ao impor um controle relativo ao número de horas trabalhadas, utilizando como ponto de corte menos de dois terços da mediana do salário-hora (Lucifora e Salverda, 2009; Mason e Salverda, 2010; Grimshaw, 2011). Este procedimento constitui-se em uma adequação empírica que faz todo o sentido, pois existem trabalhadores tanto com jornadas de trabalho integral quanto parcial, bem como há considerável variabilidade do número de horas trabalhadas, em termos individuais. Na medida em que os trabalhadores de baixos salários, enquanto objeto de investigação, têm uma interface com a desigualdade salarial, o uso do salário-hora como unidade de medida é mais adequado para o tratamento desta inter-relação temática.

Tendo por referência o acima exposto, no artigo se considera mais apropriado utilizar a terceira definição de trabalhadores de baixos salários, acrescida do controle das horas trabalhadas – ou seja, serão reconhecidos como empregados de baixos salários todos aqueles que recebem **menos de dois terços da mediana do salário-hora**.

Além da escolha de uma das definições de trabalhadores de baixos salários, cabe explicitar que neste artigo o trabalho assalariado corresponderá à totalidade dos empregados nos setores privado e público e dos empregados domésticos mensalistas, o que está em linha com a compreensão proposta por Grimshaw (2011) para delimitação do segmento de trabalhadores de interesse desse objeto de investigação.

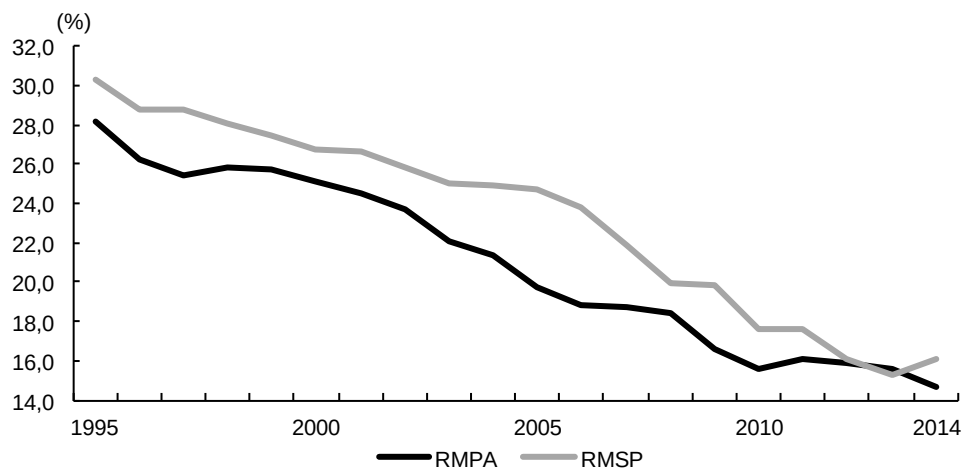
3. Tendências básicas dos trabalhadores de baixos salários

Nesta seção, são apresentadas tendências básicas dos trabalhadores de baixos salários na RMPA e na RMSF no período 1995-2014, com o objetivo de fazer uma primeira aproximação para o conhecimento da evolução deste segmento da força de trabalho.

Com o propósito de contextualizar o objeto de estudo, é necessário ter presente que o período 1995-2014 envolve conjunturas econômicas bastante diversas no país. Nos anos 1990, imediatamente após a estabilização monetária em 1994, ocorreu expansão da atividade econômica e melhora do mercado de trabalho – particularmente, dos rendimentos do trabalho (Fligenspan, 2008). Todavia, ao final dos anos 1990, como decorrência da sobreposição de diferentes fatores – baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial combinada à valorização cambial e reestruturação produtiva –, o mercado de trabalho passou por intensa deterioração, apreendida pelo aumento do desemprego e da ausência de geração de empregos com registros formais, processo que ficou reconhecido como de precarização do trabalho (Toni, 2007). Nos anos 2000, com ênfase no período 2004-2010, taxas mais elevadas de crescimento do produto trouxeram consigo importantes avanços para o mercado de trabalho, em diferentes dimensões: redução considerável do desemprego, geração de emprego com registros formais, recuperação dos rendimentos do trabalho e queda da desigualdade. Já no período 2011-2014, em um ambiente de baixo crescimento econômico, o mercado de trabalho continuou a registrar avanços, ainda que cada vez mais modestos.

A evolução da parcela relativa – ou incidência – de trabalhadores de baixos salários nas RM no período 1995-2014 pode ser conhecida por meio do Gráfico 1. Constata-se que em ambas RM ocorreu uma tendência de redução da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, ainda que esta tenha se tornado mais tênue após 2010. Na RMPA a incidência de empregos de baixos salários declinou de 28,1% em 1995 para 14,7% em 2014, enquanto na RMSP reduziu-se de 30,3% para 16,1%, nessa mesma referência comparativa. Quando se cotejam as RM, constata-se que a incidência de trabalhadores de baixos salários na RMPA foi sempre inferior à da RMSP, com exceção do ano de 2013, em que esta última atingiu o menor patamar da respectiva série.

Gráfico 1
Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas
de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT;

PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

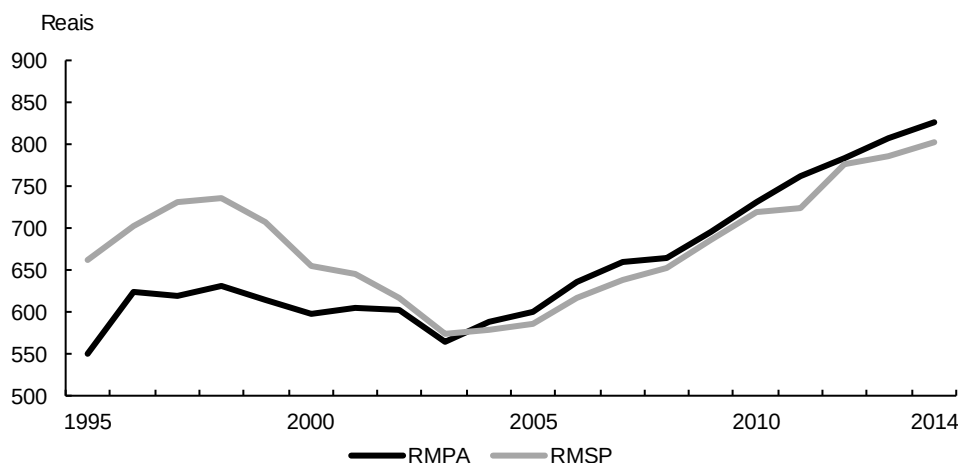
Nota: Elaboração própria do autor.

Quanto aos salários médios reais dos trabalhadores de baixos salários nas RM, três fases da sua trajetória no período 1995-2014 podem ser reconhecidas (Gráfico 2). Na primeira delas, como decorrência da estabilização monetária de 1994, ocorreram aumentos dos salários médios reais até 1998, com ganhos em comparação a 1995 de 14,6% na RMPA e de 11,0% na RMSP.³ A partir de 1999 os salários médios reais iniciaram um processo de queda, que se estendeu até 2003 em ambas RM. Neste último ano, o salário médio real havia tido uma perda de 10,7% na RMPA em comparação a 1998, enquanto na RMSP a perda havia sido muito mais acentuada (-22,0%). De 2004 ao final do período em análise a trajetória dos salários médios reais foi claramente ascendente, com incrementos de 46,7% na RMPA e de 40,1% na RMSP, na comparação de 2003 com 2014. Sobre este último período, assinale-se que desde 2004 o salário médio real dos trabalhadores de baixos salários da RMPA passou a estar em patamar superior ao da RMSP. Por fim, tomando-se o período 1995-2014 como um todo, o acréscimo do

³ A respeito do crescimento dos rendimentos do trabalho no período posterior à estabilização monetária de 1994 no Brasil, ver Fligenspan (2008).

salário médio real dos trabalhadores de baixos salários foi muito maior na RMPA (50,2%) em relação à RMSP (21,3%).

Gráfico 2
Salário médio real dos trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

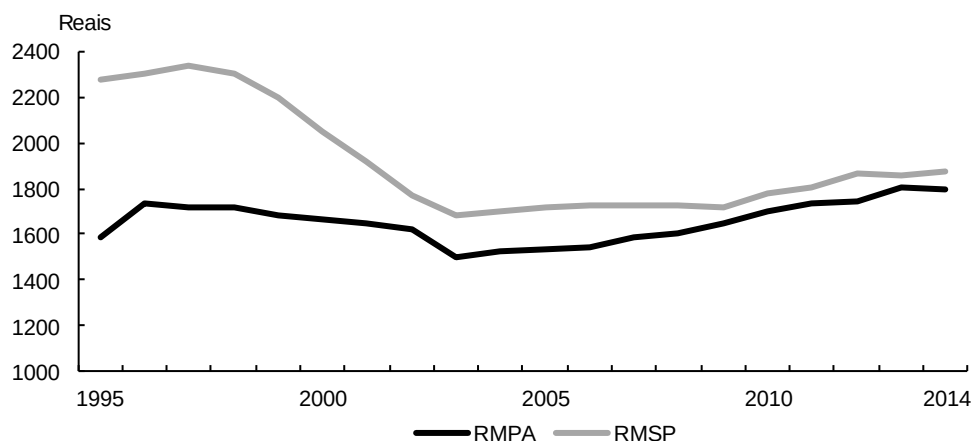
Nota:

1. Elaboração própria do autor.
2. Salários em reais de dez./14; Deflatores: IPC-IEPE para a RMPA; ICV-DIEESE para a RMSP.

Uma referência comparativa relevante é a evolução dos salários médios reais do total de empregados e o do segmento de baixos salários nas RM no período 1995-2014 (Gráfico 3). Se, por um lado, de 1995 a 2003 as trajetórias dos salários médios reais do total de empregados e do segmento de baixos salários foram semelhantes, os avanços na comparação de 2003 com 2014 foram muito mais modestos para os primeiros (19,6% na RMPA e 11,3% na RMSP) em comparação aos últimos. Sobre este comportamento mais favorável dos salários médios reais dos trabalhadores de baixos salários no período 2004-2014, na seção 4 deste artigo irá ser proposta uma interpretação a seu respeito.

Gráfico 3

Salário médio real do total de empregados nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota:

1. Elaboração própria do autor.
2. Salários em reais de dez./14; Deflatores: IPC-IEPE para a RMPA; ICV-DIEESE para a RMSP.

4. A parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nas Regiões Metropolitanas: uma proposta de interpretação da sua trajetória de queda

Como foi mostrado na seção 3 deste estudo, ocorreu uma redução considerável da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nas RM no período 1995-2014. O objetivo desta seção é o de procurar elaborar uma proposta de interpretação sobre essa trajetória da incidência de empregos de baixos salários nos mercados de trabalho da RMPA e da RMSP. Esta se baseia no reconhecimento da importância do salário mínimo como instituição de regulação do mercado de trabalho, o qual pode contribuir para reduzir a desigualdade salarial e, concomitantemente, a incidência de empregos de baixos salários.

4.1 O salário mínimo, a desigualdade e os baixos salários: referências de análise

A regulação institucional do mercado de trabalho é reconhecida pela literatura internacional como um dos fatores que influenciam a incidência de empregos de baixos salários em uma economia (Lucifora, 2000; Lucifora *et al.*, 2005; Grimshaw, 2011; Lee

e Sobeck, 2012; Schmitt, 2012). Entre as formas de regulação institucional, são destacados o salário mínimo, os sindicatos e a legislação de proteção ao emprego.

O salário mínimo é uma das formas de regulação mais estudadas pela literatura sobre trabalhadores de baixos salários (Lucifora e Salverda, 2009; Grimshaw, 2011). A sua instituição afeta os empregos de baixos salários na medida em que objetiva proporcionar um padrão de vida que seja socialmente aceitável para os trabalhadores menos qualificados e mais vulneráveis do mercado de trabalho. Ele opera como um tipo de truncamento na distribuição de salários em um instante no tempo, no sentido em que nenhum trabalhador poderá ser remunerado abaixo do valor que para o salário mínimo foi estipulado.

Esta norma institucional irá interferir na proporção de empregos de baixos salários quanto mais abrangente for a sua cobertura e quanto maior o nível em que for estabelecido em relação ao salário médio da economia (Lucifora, 2000; Lucifora *et al.*, 2005; Grimshaw, 2011). No que diz respeito à cobertura, se o salário mínimo for de acesso universal, independentemente de setor de atividade econômica, porte de empresa, ocupação ou característica sociodemográfica do trabalhador, ele constituir-se-á em uma norma de proteção abrangente contra baixos padrões remuneratórios. De forma distinta, se tiver uma aplicação restrita a determinados setores produtivos ou segmentos da força de trabalho, o seu alcance em termos de proteção aos trabalhadores será mais limitado.

No que se refere ao nível do salário mínimo, quanto mais elevado ele for estabelecido em comparação ao salário médio, maior será a sua capacidade de reduzir a parcela relativa de trabalhadores de baixos salários na economia. Como este segmento de trabalhadores está inserido na base da estrutura salarial, a fixação do salário mínimo com maior proximidade do salário médio significa que o ponto de corte na parte inferior da distribuição de salários irá truncá-la mais acima, limitando a incidência de empregos de baixos salários.

Combinando-se a cobertura do salário mínimo e o nível em que ele está fixado, poder-se-á dimensionar a sua capacidade de influenciar a incidência de empregos de baixos salários. Assim, se o salário mínimo proporcionar cobertura abrangente para os trabalhadores e se ele for fixado como uma proporção mais elevada do salário médio da economia, ele irá favorecer a redução da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários. De forma antagônica, se ele propiciar uma cobertura limitada e se for

estabelecido em um nível muito inferior ao salário médio, irá dar espaço para que seja maior a proporção de trabalhadores de baixos salários.

De acordo com as evidências apresentadas no estudo de Lucifora (2000), com base em uma amostra de vinte países da OCDE, há uma clara correlação negativa entre a incidência de empregos de baixos salários⁴ nestes países e o Índice de Kaitz, indicador que corresponde aos salários mínimos como proporção dos salários médios. Avançando para a investigação de relações de causalidade, neste estudo foram estimadas regressões de corte transversal, para a mesma amostra de países, com a proporção de trabalhadores de baixos salários como variável dependente, tendo sido encontrados efeitos negativos da variável explicativa Índice de Kaitz sobre a incidência de empregos de baixos salários (Lucifora, 2000).

Não obstante, estudo elaborado pela OIT coloca dúvida quanto à possibilidade de generalizar a validade desses resultados encontrados no âmbito dos países da OCDE (ILO, 2010). Neste sentido, o trabalho mostra que, para uma amostra de vinte e sete países de diversas regiões, não há associação clara entre o nível dos salários mínimos⁵ e a incidência de empregos de baixos salários (ILO, 2010). Na tentativa de elaborar as razões de tal fato, a OIT sugere que isto possa se dever, dentre outros motivos, ao frágil cumprimento (*enforcement*) da legislação do salário mínimo, à exclusão de determinados segmentos de trabalhadores do seu acesso – ou seja, o salário mínimo não tem uma cobertura universal –, e à presença da economia informal, na qual é muito mais difícil monitorar a adoção desta norma de regulação dos salários.

Outra hipótese interessante de pesquisa sobre este tema foi proposta por Lee e Sobeck (2012). De acordo com este estudo, haveria efeitos-limite (*threshold effects*) à capacidade de a elevação do salário mínimo influenciar a redução da proporção de empregos de baixos salários, uma vez que quando o primeiro atinge um nível “muito alto”,⁶ torna-se improvável que consiga favorecer a queda da parcela relativa de empregos de baixos salários, em parte pelo descumprimento da aplicação dessa norma institucional (Lee e Sobeck, 2012, p. 150).

⁴ No estudo de Lucifora (2000), os trabalhadores de baixos salários são definidos como aqueles que recebem menos de dois terços do salário-hora mediano.

⁵ Nível dos salários mínimos em comparação aos salários médios (ILO, 2010, p. 70).

⁶ Os autores fazem menção em seu artigo a um salário mínimo que correspondesse a 100,0% do salário mediano (Lee e Sobeck, 2012, p. 150).

Lee e Sobeck (2012) encontram evidências empíricas em seu estudo, para uma amostra de vinte e dois países, que confirmariam a validade da hipótese dos efeitos-limite do salário mínimo. Utilizando tanto um gráfico de dispersão quanto modelos econométricos de corte transversal e de painel, os autores mostram que o Índice de Kaitz, ao atingir um nível por eles considerado alto⁷, causaria um efeito adverso sobre a incidência de empregos de baixos salários, pois esta seria ampliada. Portanto, aumentos do salário mínimo que o situassem em um alto patamar, seriam contraproducentes à redução da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários.

Um aspecto que poderia ser problematizado a respeito da argumentação de Lee e Sobeck (2012) é que eles utilizam uma definição do Índice de Kaitz que não é a formulação original desse indicador e que não é a mais consagrada na literatura (Kaitz, 1970; Lucifora, 2000; Neumark e Wascher, 2010; Grimshaw, 2011). Desde o estudo de Kaitz (1970), o índice homônimo é dado pelo salário mínimo como proporção do salário médio, e não como proporção do salário mediano. Se Lee e Sobeck (2012) utilizassem a definição do Índice de Kaitz que predomina na literatura, é possível que isto os conduzisse a resultados distintos a respeito dos efeitos-limite do salário mínimo sobre a incidência de empregos de baixos salários.

Enquanto objeto de investigação, o que dá relevância especial ao nível em que o salário mínimo é fixado se refere a sua capacidade de interferir na desigualdade salarial. Isto porque, em economias em que é menor a desigualdade salarial, a incidência de empregos de baixos salários é também de menor tamanho. Para confirmar a validade desta proposição, os estudos de Lucifora (2000), Lucifora e Salverda (2009) e Mason e Salverda (2010) apresentam evidências de que diferentes medidas de dispersão salarial⁸ estão correlacionadas diretamente com o tamanho da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nos países da OCDE, o que indica que uma maior igualdade salarial contribui para limitar a incidência de empregos de baixos salários em uma economia.

⁷ Na parte empírica de seu estudo, Lee e Sobeck (2012, p. 152) definem o Índice de Kaitz como alto quando o salário mínimo corresponde a mais de 72,0% do salário mediano.

⁸ Os estudos de Lucifora (2000), Lucifora e Salverda (2009) e Mason e Salverda (2010) utilizam como medidas de dispersão salarial as razões 9º Decil/1º Decil e 5º Decil/1º Decil da distribuição de salários. Estas medidas de desigualdade são também utilizadas pela OCDE no *Employment Outlook* e pela OIT no *Global Wage Report* de 2010 (OECD, 2014; ILO, 2010).

4.2 Uma interpretação sobre a queda da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários⁹

Tendo como suporte as referências apresentadas na subseção 4.1, a proposta de interpretação da trajetória da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nas RM no período 1995-2014 centra-se na regulação institucional dos salários, mais precisamente, no salário mínimo. A hipótese de trabalho é a de que o crescimento do salário mínimo real contribuiu para reduzir a desigualdade da estrutura salarial e, concomitantemente, a incidência de empregos de baixos salários nas RM.

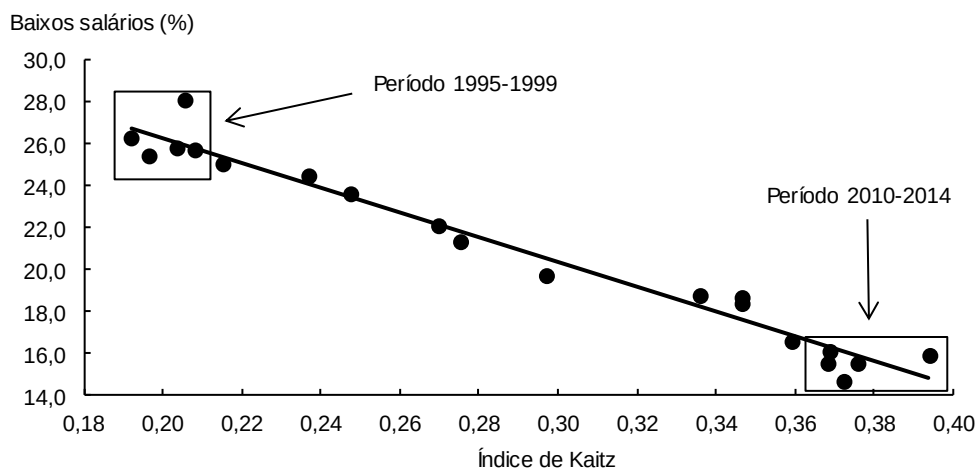
Iniciando a fundamentação empírica que procura sustentar esta hipótese, as evidências sugerem que o aumento do Índice de Kaitz¹⁰ esteve associado com a queda da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários nas RM. Nesta perspectiva, os Gráficos 4 e 5 mostram, claramente, quando se contrastam os períodos 1995-1999 e 2010-2014, em ambas RM, que o Índice de Kaitz era bem menor e a incidência de empregos de baixos salários mais elevada no primeiro período, o contrário ocorrendo no último. Em outros termos, o Índice de Kaitz elevou-se de 0,21 em 1995 para 0,37 em 2014 na RMPA, enquanto a incidência de empregos de baixos salários reduziu-se de 28,1% para 14,7%; na RMSP, esse índice aumentou de 0,14 em 1995 para 0,35 em 2014, e a parcela relativa de trabalhadores de baixos salários diminuiu de 30,3% para 16,1%. É interessante perceber que, se há tendências semelhantes desses indicadores em ambas RM, o Índice de Kaitz na RMSP, tanto no início quanto no final do período, situava-se em patamares inferiores ao da RMPA, o que pode ser tomado como um indício de que a sua estrutura salarial seja mais desigual.

⁹ Ao longo desta subseção, trabalhar-se-á sempre com os salários-hora reais, uma vez que se considera mais apropriado assim proceder no tratamento da desigualdade da salarial.

¹⁰ O Índice de Kaitz foi obtido dividindo-se o salário-hora mínimo real pelo salário-hora médio real, em conformidade com Kaitz (1970) e Lucifora *et al.* (2005).

Gráfico 4

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários e Índice de Kaitz na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995-2014

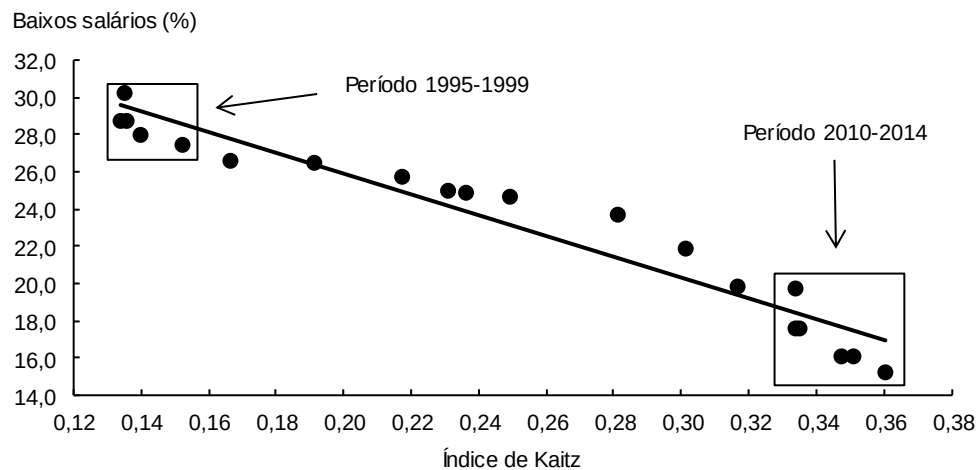


Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Elaboração própria do autor.

Gráfico 5

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários e Índice de Kaitz na Região Metropolitana de São Paulo - 1995-2014



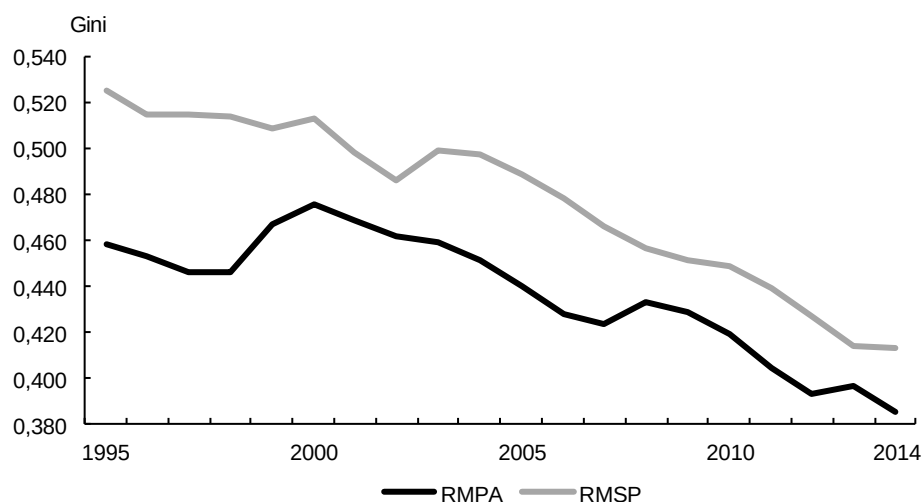
Fonte: PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Elaboração própria do autor.

De acordo com a interpretação proposta por este trabalho, o processo de elevação do Índice de Kaitz – que apreende o maior crescimento do salário-hora mínimo real em comparação ao salário-hora médio real –, foi correlato à redução da desigualdade da

estrutura salarial. Utilizando-se uma medida sumária de desigualdade, pode-se constatar que o Coeficiente de Gini dos salários-hora reais na RMSP diminuiu de 0,525 em 1995 para 0,413 em 2014 (Gráfico 6). No caso da RMPA, a queda da desigualdade salarial também ocorreu, mas ficou circunscrita ao período 2001-2014: o Coeficiente de Gini dos salários-hora reais elevou-se de 0,458 em 1995 para 0,476 em 2000 e, após, iniciou um processo de descenso, até atingir 0,386 em 2014. Essas evidências vão ao encontro da percepção acima apontada de que a estrutura salarial da RMSP é mais desigual do que a da RMPA, ainda que a diferença entre ambas tenha diminuído no período.

Gráfico 6
 Coeficiente de Gini dos salários-hora reais nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014

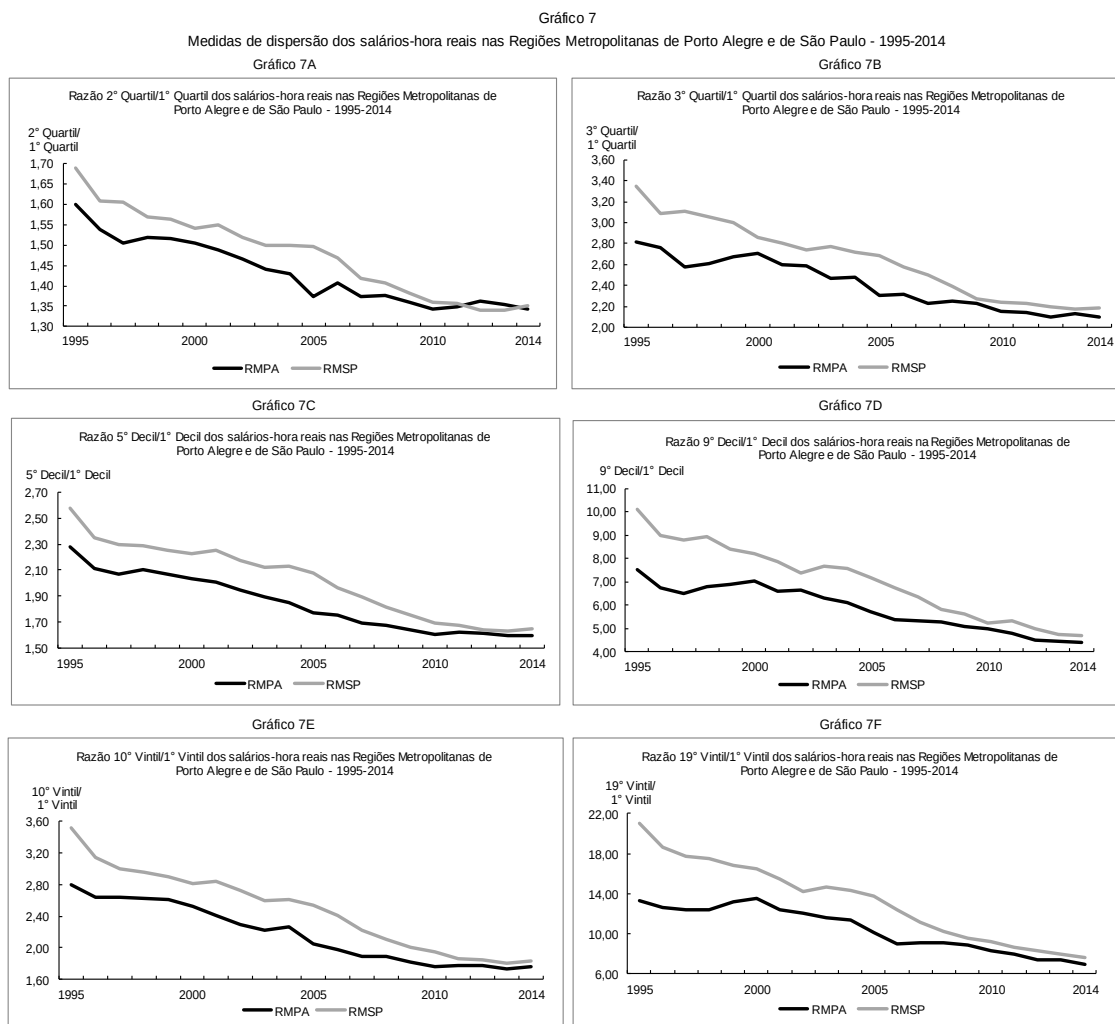


Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Elaboração própria do autor.

Através do uso de diversas medidas de dispersão, é possível avançar na compreensão sobre a queda da desigualdade da estrutura salarial nas RM (Gráfico 7). Neste sentido, na RMPA, a razão 2º quartil/1º quartil dos salários-hora reais passou de 1,60 em 1995 para 1,34 em 2014, e a razão 3º quartil/1º quartil, de 2,82 para 2,09. Na RMSP, essas medidas de dispersão passaram de 1,69 para 1,34 e de 3,35 para 2,19, respectivamente, naqueles mesmos anos. Além da tendência comum de redução da dispersão – ou desigualdade – da estrutura salarial nas RM no período, esses dados

sugerem, uma vez mais, que a velocidade da queda foi mais acentuada na RMSP, aproximando-a da RMPA em termos de nível de desigualdade ao final do período.



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Elaboração própria do autor.

Como procedimento para validar que houve uma tendência de redução da dispersão salarial nas RM, por meio de outros recortes, podem-se fazer aproximações sucessivas à base e ao topo da estrutura salarial (Gráfico 7). Nessa perspectiva, utilizando-se os decis, na RMPA, a razão 5º decil/1º decil dos salários-hora reais declinou de 2,28 para 1,60, e a razão 9º decil/1º decil, passou de 7,52 para 4,40, na comparação de 1995 com 2014. No que diz respeito à RMSP, esses indicadores declinaram de 2,58 para 1,65 e de 10,12 para 4,68, respectivamente. Essas evidências corroboram que a estrutura

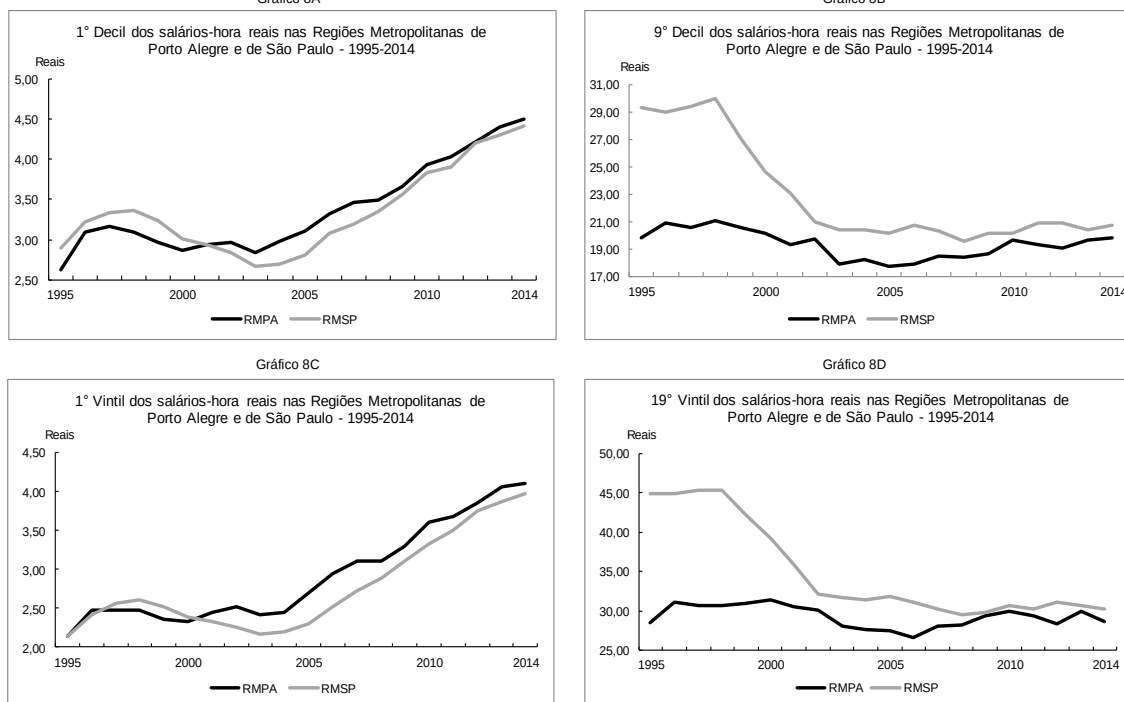
salarial da RMSP tem maior dispersão do que a da RMPA, por um lado; e, por outro, que nela o ritmo de queda da desigualdade salarial foi mais intenso do que o da RMPA.

Buscando-se aproximação ainda maior à base e ao topo da estrutura salarial, esta foi seccionada em vinte pontos com equidistância de 5,0%, aqui denominados, vintis, o que permite obter outras medidas de dispersão salarial (Gráfico 7). Isto posto, as razões 10º vintil/1º vintil e 19º vintil/1º vintil dos salários-hora reais na RMPA, na comparação de 1995 com 2014, diminuíram de 2,80 para 1,76 e de 13,32 para 6,99, respectivamente. Já na RMSP, nessa mesma referência comparativa, essas razões passaram de 3,51 para 1,84 e de 21,06 para 7,62, respectivamente. Fica, portanto, confirmada a redução da dispersão salarial em ambas RM e, também, a aproximação dos seus níveis de desigualdade, pois o ritmo de queda da desigualdade salarial foi maior na RMSP.

Tomando-se os salários-hora reais da base e do topo da estrutura salarial das RM, constata-se a grande disparidade das suas trajetórias no período 1995-2014 (Gráfico 8). Na RMPA, na comparação de 1995 com 2014, o 1º decil dos salários-hora reais teve um crescimento de 67,3%, e na RMSP, de 52,4%. De forma distinta, o 9º decil dos salários-hora reais manteve-se praticamente estável na RMPA (variação de 0,3%) e na RMSP, teve forte retração (-29,5%), na comparação de 1995 com 2014. Tais tendências são ainda mais acentuadas com a maior proximidade dos pontos extremos da estrutura salarial. Neste sentido, o 1º vintil¹¹ dos salários-hora reais elevou-se 91,6% na RMPA e 86,4% na RMSP, na comparação do primeiro com o último ano do estudo. Já o 19º vintil dos salários-hora reais ficou relativamente estável na RMPA (variação de 0,5%), na comparação de 1995 com 2014, e na RMSP registrou uma queda de 32,5%. Esses comportamentos indicam que a redução da dispersão salarial nas RM se, por um lado, deveu-se ao crescimento dos salários-hora reais da base da estrutura salarial, por outro, no caso específico da RMSP, foi também influenciada pela queda dos salários-hora reais do seu topo.

¹¹ Conforme referido há pouco, a estrutura salarial foi dividida em vinte pontos com equidistância de 5,0%, sendo o ponto mais próximo da sua base denominado de 1º vintil.

Gráfico 8
 Quantis selecionados dos salários-hora reais das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014



Fonte: PED-RMPPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota:

1. Elaboração própria do autor.
2. Salários em reais de dez./14; Deflatores: IPC-IEPE para a RMPPA; ICV-DIEESE para a RMSP.

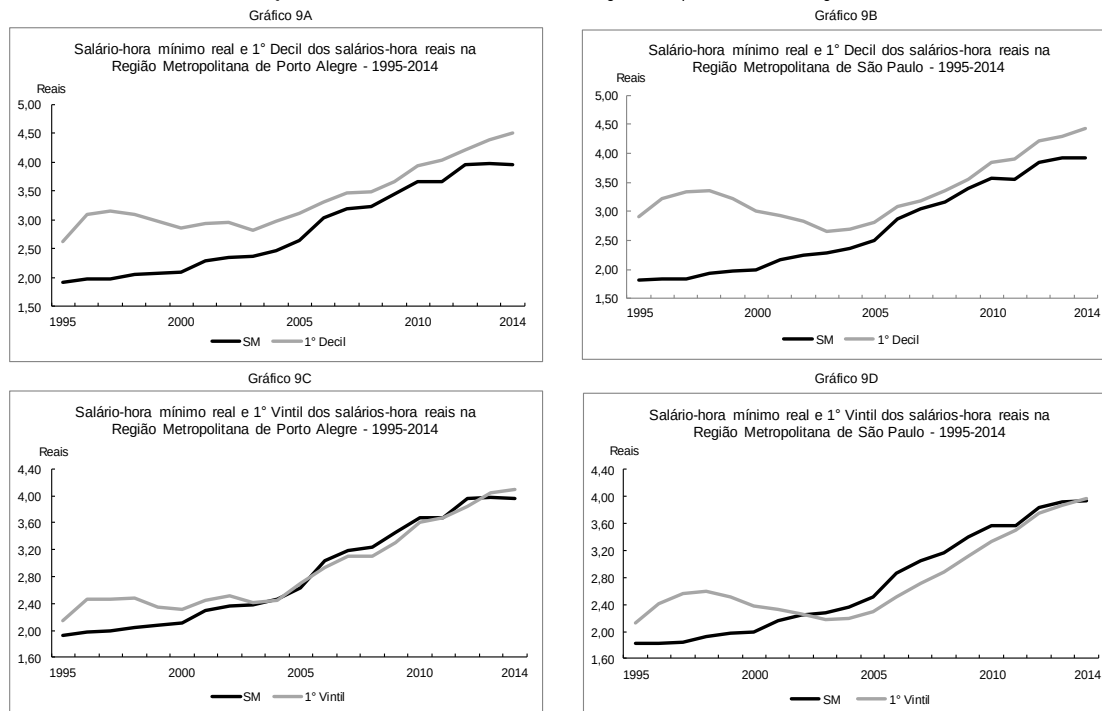
Segundo a interpretação proposta por este trabalho, o comportamento diferenciado dos salários-hora reais da base em relação aos do topo da estrutura salarial nas RM foi influenciado pela regulação institucional dos salários, mais precisamente, pelo processo de valorização do salário-hora mínimo real no período. A este respeito, pode-se cotejar, no Gráfico 9, a evolução do salário-hora mínimo real ¹² e a dos salários-hora reais da base da estrutura salarial das RM no período 1995-2014. Afora certo descolamento dos salários-hora reais da base do salário-hora mínimo real no período 1995-2003 – fenômeno derivado, na segunda metade dos anos 1990, da estabilização monetária de 1994 –, as trajetórias dessas séries tornam-se claramente semelhantes após 2003. Tomando-se o período 1995-2014 como um todo, o salário-hora mínimo real cresceu 115,4% na RMSP, enquanto o 1º decil e o 1º vintil dos salários-hora reais nessa região tiveram acréscimos

¹² As séries de salários-hora mínimos reais são diferentes na RMPPA e na RMSP pelo fato de que na primeira delas foi utilizado como deflator o IPC da RMPPA do IEPE-UFRGS e, na última, o ICV do Município de São Paulo do DIEESE. De acordo com documento metodológico da PED, esses são os deflatores adotados usualmente pela PED-RMPPA e pela PED-RMSP (PED, 2009).

de 52,4% e 86,4%, respectivamente. Na RMPA, o salário-hora mínimo real elevou-se 107,3% na comparação de 1995 com 2014, e o 1º decil e o 1º vintil dos salários-hora reais registraram aumentos de 67,3% e 91,6%, respectivamente.

Gráfico 9

Salário-hora mínimo real e Quantis selecionados dos salários-hora reais das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo - 1995-2014



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT; PED-RMSP - Convênio SEADE e DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota:

1. Elaboração própria do autor.
2. Salários em reais de dez./14; Deflatores: IPC-IEPE para a RMPA; ICV-DIEESE para a RMSP.

5. Considerações finais

Este artigo trouxe evidências de uma queda da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários na RMPA e na RMSP, no período 1995-2014. De acordo com a interpretação proposta pelo estudo, esta redução foi influenciada pela regulação institucional dos salários, mais precisamente pelo processo de valorização do salário mínimo real. Foi mostrado que o aumento do Índice de Kaitz – medido pela divisão do salário-hora mínimo real pelo salário-hora médio real –, foi claramente concomitante à queda da incidência de empregos de baixos salários em ambas RM. O crescimento do salário-hora mínimo real foi também correlato ao dos salários da base das estruturas salariais, as quais foram comprimidas, como foi indicado pela evolução de diferentes medidas de dispersão salarial.

De acordo com as evidências do estudo, a estrutura salarial da RMSP é mais desigual do que a da RMPA, por um lado; mas, por outro, a redução da desigualdade salarial foi mais intensa na RMSP, o que aproximou ambas no final do período. Uma característica singular da RMSP foi a grande queda dos salários do topo da sua estrutura salarial, na comparação do início com o final do período, o que também favoreceu o processo de redução da desigualdade salarial naquela região. Este aspecto precisará ser retomado em outros trabalhos, para que as suas causas possam ser plenamente conhecidas.

Referências

- BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C., MATTOSO, J. (Orgs.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- BASTOS, R. Trabalhadores de baixos salários na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo preliminar. In: PICHLER, W. *et al.* (Orgs.) *Panorama socioeconômico e perspectivas da economia gaúcha*. Porto Alegre: FEE, 2014.
- BERNSTEIN, J.; HARTMANN, H. Defining and characterizing the low-wage labor market. In: KAYE, K., NIGHTINGALE, D. (Eds.) *The low-wage labor market – Challenges and opportunities for economic self-sufficiency*. Washington: U.S. Department of Health and Human Services, 2000. Disponível em: <http://www.urban.org/UploadedPDF/lowwage_labor_FR.pdf>. Acesso em: 19 fevereiro 2014.
- FLIGENSPAN, F. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. In: DATHEIN, R. (Org.) *Desenvolvimento econômico brasileiro – contribuições sobre o período pós-1990*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- FONTES, A. *et al.* Low-paid employment in Brazil. *International Labour Review*, Geneva: ILO, v. 151, n. 3, p. 193-219, 2012.
- GRIMSHAW, D. *What do we know about low-wage work and low-wage workers?* Geneva: ILO, 2011. Disponível em: <http://staging2.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_157253.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2011.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Global wage report 2010/2011*. Geneva: ILO, 2010.

KAITZ, H. Experience of the past: the national minimum. In: U. S. DEPARTMENT OF LABOR. *Youth unemployment and minimum wages*. Washington: BLS, 1970.

LEE, S.; SOBECK, K. Low-wage work: a global perspective. *International Labour Review*, Geneva: ILO, v. 151, n. 3, p. 141-155, 2012.

LUCIFORA, C. Wage inequalities and low pay: the role of labour market institutions. In: GREGORY, M.; SALVERDA, W.; BAZEN, S. (Eds.) *Labour market inequalities — problems and policies of low-wage employment in international perspective*. Oxford: OUP, 2000.

LUCIFORA, C. *et al.* Low-wage employment in Europe: a review of evidence. *Socio-Economic Review*, Oxford: OUP, vol. 3, n. 2, p. 259-292, 2005.

LUCIFORA, C.; SALVERDA, W. Low pay. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. (Eds.) *The Oxford handbook of economic inequality*. Oxford: OUP, 2009.

MASON, G., SALVERDA, W. Low pay, working conditions, and living standards. In: GAUTIÉ, J., SCHMITT, J. (Eds.) *Low-wage work in the wealthy world*. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

NEUMARK, D.; WASCHER, W. *Minimum wages*. Cambridge: The MIT Press, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Earnings inequality, low-paid employment and earnings mobility. In: *OECD Employment Outlook* 1996. Paris: OECD, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/els/emp/2080543.pdf>>. Acesso em: 28 abril 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD Employment Outlook* 2014. Paris: OECD, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/empl_outlook-2014-en>. Acesso em: 19 outubro 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *PED: conceitos, metodologia e operacionalização*. São Paulo: SEADE e DIEESE, 2009.

SCHMITT, J. *Low-wage lessons*. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2012. Disponível em: <<http://www.cepr.net/documents/publications/low-wage-2012-01.pdf>>. Acesso em: 28 abril 2014.



TONI, M. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente? In: BASTOS, R. (Coord.) *Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: Convênio PED-RMPA – FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, MTE/FAT e apoio PMPA, 2007.

DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DA PARAÍBA (2002-2015)

¹Renato Lima dos Anjos

1 RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo observar o comportamento do mercado de trabalho formal no estado da Paraíba, no período de 2002 a 2015, comparando, em determinados momentos, com a região Nordeste. Período esse, em que o estado apresentou um bom desempenho em seus indicadores sociais e econômicos, e, há uma maior formalização no mercado de trabalho brasileiro, devido a retomada do crescimento econômico que o país apresentou durante a década de 2000. Além da revisão teórica acerca do comportamento, após a abertura econômica, do mercado de trabalho no Brasil, a análise baseia-se em dados secundários recolhidos em instituições de pesquisas oficiais, como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com os bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais, (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Conclui-se que não se evidenciou, na Paraíba, uma mudança significativa em sua estrutura ocupacional, mesmo apresentando um aumento do número de postos de trabalho, dos rendimentos médios e de um crescimento do PIB acima da média brasileira.

2 INTRODUÇÃO

Com a abertura econômica no Brasil, ocorrida após 1990, houve um processo de maior flexibilização do trabalho e consequentemente uma precarização nas relações de trabalho no país que levou ao aumento da informalidade, dos contratos de trabalho temporários e do trabalho por conta própria, mas acabou contribuindo para a inserção de uma parcela da

¹ Graduando em Economia – UFPB. E-mail: renatolanjos@hotmail.com

população brasileira que ainda não se encontrava inserida no mercado de trabalho, a chamada População Economicamente Ativa (PEA) desocupada.

A retomada do crescimento econômico, datada principalmente no início dos anos 2000, após a estabilidade financeira promovida pela diminuição da inflação, ocasionou uma melhora nas condições de trabalho e um aumento no emprego formal gerado no país, principalmente na região Nordeste, e, conseqüentemente no estado da Paraíba.

O estado da Paraíba apresentou um crescimento econômico a partir dos anos 2000 bastante expressivo, acima da média nacional. No entanto, mesmo com melhorias em termos econômicos, o estado ainda apresenta sérias dificuldades quanto a geração de emprego e renda, ocasionadas, principalmente pelo baixo nível de instrução e qualificação que a Paraíba detém.

Diante disso, levanta-se a questão dessa melhoria no mercado de trabalho, ou seja, do aumento no número de vagas em empregos formais, não terem se expandido, de forma semelhante, a maioria municípios, se limitando, na maioria das vezes, as maiores cidades. O problema a ser analisado gira em torno da análise da geração de emprego e renda enfrentada pelo estado da Paraíba, bem como, as variações ocorridas na estrutura ocupacional e nos rendimentos do Estado.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho apresenta uma breve análise da economia brasileira nas últimas décadas, e como comportou-se o mercado de trabalho nesse período, além de um estudo da economia paraibana e da geração de emprego, dado o contexto de crescimento econômico observado no país a partir dos anos 2000 até o ano de 2015. Utiliza-se de análises comparativas com a região nordeste, em alguns casos, para assim, se ter uma ideia de como encontra-se esse estado em comparação a região na qual está inserido. Para isso, utiliza-se a análise de dados secundários retirados a partir de sites de credibilidade, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do censo demográfico e das contas regionais, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o sistema de Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

3 REVISÃO DA LITERATURA

A década de 1990 ficou caracterizada por uma “interrupção” no processo de formalização e do aumento significativo do emprego com carteira assinada no Brasil, após décadas de melhorias, houve redução nos índices referentes ao mercado de trabalho brasileiro,

causada principalmente pelo processo de flexibilização do trabalho advindo da abertura econômica comercial, contribuindo para o aumento da precarização, dos vínculos de trabalho vulneráveis e consequentemente da informalidade. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa, na década de 1990, por um implacável ataque. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis. (DIEESE, 2001, p. 12)

Em contrapartida, o início dos anos 2000 foi marcado por um processo de maior formalização no mercado de trabalho brasileiro, com uma expansão significativa do emprego formal no país. Segundo dados da Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) entre 1999 e 2005 houve a criação de cerca de 4,9 milhões de vagas, para empregos formais, em todo o país.

Segundo Pochmann (2006), essa expansão se deu referente ao abandono do regime cambial no ano de 1999, o qual permitiu que o Brasil passasse a apresentar melhorias em seu desempenho na formalização do mercado de trabalho, porém essa melhoria não apresentou-se de forma semelhante no país, havendo uma liderança nas regiões do Norte e Centro Oeste na evolução do emprego formal nos primeiros anos da década 2000, constatando a dependência do emprego nessas regiões dos setores voltados à exportação de bens primários. E no que diz respeito aos estados, no final da década de 1990, Alagoas e Paraíba regrediram no emprego formal, o que não se verificou no início dos anos 2000, onde, embora tenham apresentado ainda os menores resultados em termos de aumento do emprego formal, houve, no geral, uma diminuição na participação do estado de São Paulo na concentração de emprego formal.

De acordo com Remy (2011), a mudança no comportamento do emprego no Brasil, durante a década de 1990 é explicada por duas vertentes da corrente econômica. A primeira diz respeito em que essas mudanças estariam relacionadas ao próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, é uma característica do mercado de trabalho. A segunda tem os argumentos contrários àqueles que afirmavam que o problema estava na produtividade do trabalho, essa vertente enfatiza o processo de flexibilização que não resultou numa melhoria para o mercado de trabalho.

Ainda para o autor, essas melhorias vieram ocorrer a partir dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico brasileiro, com o contexto econômico externo favorável impulsionando a exportação de *commodities* e também de manufaturas. Segundo Remy (2011), durante os anos de 2000 a 2008 há uma maior formalização do mercado de trabalho brasileiro sobretudo nas micro e pequenas empresas, mas que, na região Nordeste esse processo foi mais precário, visto que, essa geração de empregos se deu num nível de renda baixo, inferior a 1,5 salários mínimos.

Para Chahad (2006), algumas mudanças na economia brasileira explicam a tendência desse processo de formalização, a primeira diz respeito a passagem de uma economia indexada e com alta inflação para uma com maior estabilidade nos preços, a segunda transição refere-se a abertura econômica a qual permitiu as empresas brasileiras se exporem no comércio internacional, a terceira é relatada pela maneira como o Estado passou a atuar na economia, voltando-se para uma regulação e fiscalização maior, a quarta se dá pela redução na participação do Estado na relação com os trabalhadores, isto é, o aumento entre empresas e trabalhadores nas negociações de trabalho, a quinta está relacionada ao processo demográfico que possibilitou um crescimento anual da População Economicamente Ativa (PEA) de 3,0%, e a sexta e última é caracterizada pela inovação tecnológica impactando no sistema educacional e consequentemente na formação de “capital humano” no Brasil.

A retomada do crescimento econômico, a partir dos anos 2000 possibilitou a geração de maiores taxas de crescimento no emprego formal do país. De acordo com Baltar (2013), a primeira década dos anos 2000 foi favorecida pelo comércio internacional e sem a necessidade de uma grande intervenção estatal, possibilitando um maior crescimento do PIB, gerando mais empregos formais, causando uma diminuição da inflação e consequentemente um aumento na renda do trabalho.

Diante disso, coloca-se em questão a geração de emprego formal ocasionada na região Nordeste nesse período que trouxe uma melhora significativa nos índices acerca do mercado de trabalho no Brasil, especialmente no estado da Paraíba que apresenta, para o ano de 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um PIB de aproximadamente 52 bilhões de reais, sendo o 9º estado mais pobre do país. Como consequência apresenta uma dificuldade maior na geração de emprego frente aos estados de maior PIB.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para o ano de 2013 o estado da Paraíba possuía uma participação do emprego formal do país de 1,3% o que confirma essa

baixa capacidade produtiva do estado de gerar emprego. E uma alta informalidade no mercado de trabalho, com alta precarização e baixos rendimentos médios salariais.

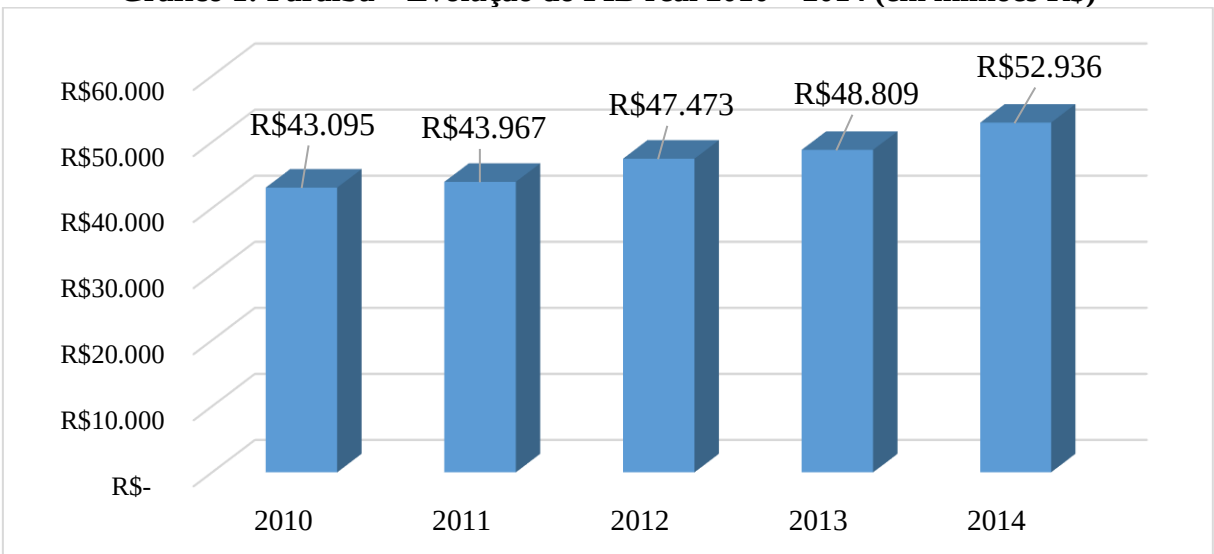
Esse processo de expansão do emprego formal, caracterizado pela flexibilização do trabalho e a introdução da precarização no emprego mesmo nos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada coloca em cheque a sua repercussão no estado da Paraíba, a capacidade de geração de emprego formal do estado. A discussão circulará em torno do processo de crescimento econômico observado a partir dos anos 2000, com ênfase na análise do emprego formal e dos rendimentos dessa região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PARAÍBA – ECONOMIA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O estado da Paraíba apresentou, no decorrer da década de 2000, um crescimento bastante expressivo do seu Produto Interno Bruto (PIB), chegando ao ano de 2014 com o valor adicionado estimado em, aproximadamente, R\$ 52.926 (milhões). Conforme o Gráfico 1, o crescimento real no período de 2010 a 2014 de foi 22,8%. Seu PIB *per capita*, para o mesmo ano, foi de aproximadamente R\$ 13.422,22. Embora este indicador seja meramente estatístico e não seja uma medida de qualidade de vida, é importante destacar que ele mostra a fraca capacidade produtiva do estado na geração de renda, o qual, consequentemente, se reflete no mercado de trabalho.

Gráfico 1: Paraíba – Evolução do PIB real 2010 – 2014 (em milhões R\$)



Fonte: IBGE, Contas Regionais - 2014

Apesar do crescimento do PIB acima da média nacional nos últimos anos, a Paraíba ainda enfrenta uma série de problemas sociais. Com a população estimada em quase 4 milhões de habitantes, tem-se aproximadamente 30% dela vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2010). Em relação ao IDH, em 2014, o estado manteve-se abaixo da média nacional e ocupou a 22º entre os 27 estados brasileiros, atingindo apenas 0,701. Seu índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, em 2010, foi de 0,614, ocupando 14º posição em relação aos demais estados. Além disso quando observamos os indicadores escolares, têm-se resultados bastante preocupantes, uma vez que, para o ano de 2010, mais de 75% da população do estado não tinha se quer o ensino médio completo, dificultando, assim, a inserção de uma grande parcela da população no mercado de trabalho, ocasionando uma maior precariedade do trabalho, com baixos rendimentos.

4.2 Mercado de trabalho

Quanto ao mercado de trabalho, observa-se que o estado da Paraíba não apresentou mudanças significativas na sua composição, em relação aos setores de atividades. Aqueles que apresentaram os maiores crescimentos durante 2002 a 2015, conforme a Tabela 1, foram: comércio, com 150%, construção civil (143%) e serviços (123%). No total, o crescimento do emprego formal no estado foi de 78%, saindo de 375.537 em 2002, para 667.030 em 2015. Esse crescimento foi inferior ao da região Nordeste que chegou a 83% no mesmo período.

Quando se trata dos anos mais recentes, 2010 a 2015, o estado apresenta um crescimento no número de vínculos ativos de 15%, superior ao da região nordestina, que apresentou um crescimento de 11%. Neste mesmo período o Nordeste apresentou uma redução no setor da indústria de transformação (-2%) e na construção civil (-12%), enquanto na Paraíba reduziu-se somente o setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-8%).

Tabela 1: Paraíba - evolução de vínculos ativos, segundo setor de atividade - 20052006200920122015 (nº absolutos)

IBGE Setor	2002	2006	2009	2012	2015
1 - Extrativa mineral	1.233	1.533	1.214	1.385	1.374
2 - Indústria de transformação	48.246	59.075	68.213	79.931	77.914
3 - Serviços industriais de utilidade pública	7.569	7.063	8.348	7.931	7.750
4 - Construção Civil	15.011	15.756	25.844	44.011	36.506
5 - Comércio	42.837	56.079	73.987	95.661	106.921
6 - Serviços	76.031	84.882	109.579	142.532	169.531
7 - Administração Pública	172.152	210.443	240.783	244.236	253.990
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	12.458	15.889	15.407	12.360	13.044
Total	375.537	450.720	543.375	628.047	667.030

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS – 2017.

No que diz respeito a participação dos setores no emprego total do estado, no ano de 2015, tem-se a administração pública detendo 38% da mão de obra formal ativa, seguida pelo setor de serviços (25,4%) e comércio (16%). Os serviços industriais de utilidade pública e a extrativa mineral apresentaram as menores participações 1,16% e 0,21%, respectivamente. Durante esse período, houve uma redução de 7 pontos percentuais no setor da administração pública, saindo de 45,8% em 2002 para 38%, no entanto, é importante destacar o quanto o estado é dependente deste setor na formalização do mercado de trabalho local, refletindo a dificuldade enfrentada, principalmente pelos pequenos municípios, de gerar empregos, e, consequentemente, na geração de renda.

O estado apresenta, para o ano de 2015, 7,5% do total de vínculos ativos no Nordeste, essa proporção se mantém semelhante a participação da população paraibana no total de população nordestina. A microrregião de João Pessoa concentra mais da metade de todos os empregos formais gerados no estado, ao longo da análise houve uma pequena redução nessa concentração, saindo de 57,3% em 2002 para 52,81% em 2015. De 2002 a 2015 observa-se uma redução na participação da microrregião de João Pessoa, no total de vínculos ativos no estado, em praticamente todos os setores, com exceção da construção civil que saiu de 70,5% para 71,05%.

Segundo dados da CAGED, durante o ano de 2015, têm-se um saldo negativo na flutuação de empregos formais, isto significa dizer que, no acumulado de 12 meses, os desligamentos superaram as admissões no estado, no total foi um saldo de -17039, todos os setores, com exceção da administração pública, apresentaram saldos negativos. A região Nordeste também apresentou resultado semelhante, com um saldo de -276.285, o único setor

que apresentou um número de admissões superior ao de desligamentos foi o de serviços industriais de utilidade pública, (BRASIL/MTE, 2017).

Esse resultado é reflexo do período e instabilidade econômica e política que o país enfrentou nesse período, com números negativos na maioria dos indicadores econômicos. O PIB brasileiro reduziu-se em 3,2%, o país perdeu mais de 1,5 milhões de postos de trabalho formais durante o acumulado no ano, impulsionado, principalmente, pelo alto número de demissões no setor da indústria de transformação e na construção civil.

Conforme a Tabela 2, a média salarial, para o estado, no ano de 2015 foi de R\$ 1.799,55. Os setores que apresentam os maiores rendimentos, no último ano analisado, foram: serviços industriais de utilidade pública, serviços e extrativa mineral, com R\$ 3.044,70, R\$ 2.130,85 e R\$ 2.058,94, respectivamente.

Tabela 2. Paraíba: Rendimentos médios reais, por setores de atividades
2002/2006/2010/2013/2015

Ano	2002	2006	2010	2013	2015
1 - Extrativa mineral	R\$ 1.188,41	R\$ 1.583,06	R\$ 1.709,16	R\$ 1.777,66	R\$ 2.058,94
2 - Indústria de transformação	R\$ 888,05	R\$ 1.066,32	R\$ 1.143,86	R\$ 1.275,64	R\$ 1.300,42
3 - Serviços industriais de utilidade pública	R\$ 2.005,36	R\$ 2.366,53	R\$ 2.847,41	R\$ 2.899,83	R\$ 3.044,70
4 - Construção Civil	R\$ 790,00	R\$ 943,91	R\$ 1.061,39	R\$ 1.336,95	R\$ 1.433,41
5 - Comércio	R\$ 835,37	R\$ 950,26	R\$ 1.034,15	R\$ 1.176,24	R\$ 1.213,62
6 - Serviços	R\$ 1.304,35	R\$ 1.558,03	R\$ 2.027,67	R\$ 2.130,57	R\$ 2.130,85
7 - Administração Pública	R\$ 1.371,15	R\$ 1.647,84	R\$ 1.899,80	R\$ 1.988,40	R\$ 2.025,72
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	R\$ 727,67	R\$ 1.005,14	R\$ 1.034,70	R\$ 1.192,77	R\$ 1.131,54
Total	R\$ 1.202,05	R\$ 1.431,69	R\$ 1.647,94	R\$ 1.756,47	R\$ 1.799,55

Fonte: BRASIL/MTE/RAIS – 2017.

Em relação aos rendimentos médios, observa-se um crescimento real do estado de aproximadamente 50%, durante 2002 a 2015. Os setores que apresentaram maiores taxas foram: construção civil (81%), extrativa mineral (73%) e serviços (63%). Já em relação à região Nordeste, observa-se uma expansão dos rendimentos médios de 45%, sendo o setor de atividade extrativa mineral que apresentou o maior crescimento no período analisado, com 93%.

Embora a Paraíba tenha apresentado um crescimento real dos rendimentos médios superior ao da região nordestina, o estado ainda tem um rendimento inferior ao da região na

qual ele está inserido. O Nordeste apresentou um rendimento médio total, em 2015, de R\$ 1.963,84, enquanto a Paraíba, como já mencionado anteriormente, R\$ 1.799,55.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico observado no país, a partir da década de 2000, possibilitou a criação expressiva de postos de trabalhos formais, tanto na região Nordeste, como no estado da Paraíba. No entanto, mesmo este, apresentando um crescimento acima da média nacional nos últimos anos, não houve uma mudança significativa na sua estrutura ocupacional do mercado de trabalho formal. O estado apresenta ainda uma grande concentração, do número de vínculos ativos, no setor da administração pública.

Mesmo com o relativo crescimento dos rendimentos médios salariais e dos postos de trabalhos, observa-se grandes problemas em seus indicadores sociais, principalmente naqueles relacionados a educação, onde a Paraíba apresenta resultados preocupantes, e que, influenciam diretamente na inserção da população no mercado de trabalho, bem como, na qualidade dos empregos gerados.

Além disso, há uma forte concentração no número de vínculos ativos do estado na microrregião de João Pessoa, esta, detém mais da metade de todo emprego formal gerado, podendo ser representada pela dificuldade dos pequenos municípios na geração de emprego e renda, ocasionada pelas baixas capacidades produtivas que esses municípios possuem.

6 REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. **Caderno CRH**. [online]. 2013, v. 26, n. 68, p. 273-292. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatísticas RAIS e CAGED**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRAZIL, Paulo Henrique de Assis. **Qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte e no Nordeste: uma análise por setores de atividade no período de 2001 a 2010**. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho e Economia de Empresas) –

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em:
<<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5008>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CHAHAD, J. P. Z. O emprego formal no Brasil entre 1992-2006: comportamento, tendências atuais e suas causas explicativas. In: Junior Macambira. (Org.). **Mercado de Trabalho Formal no Brasil**. Fortaleza - CE: Editora Imprensa Universitária da UFCe, 2006. p. 43-68.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 06 abr. 2017a.

_____. **Base de dados: Contas regionais**. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 abr. 2017b.

_____. **Base de dados: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

POCHMANN, M. Mapa recente da dinâmica do emprego formal no Brasil. In: Junior Macambira. (Org.). **Mercado de Trabalho Formal no Brasil**. Fortaleza - CE: Editora Imprensa Universitária da UFCe, 2006. p. 23-42.

REMY, M. A. P. A. QUEIROZ, S. N. **Evolução do recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008**. Revista ABET. 2011, v. X, n.1. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15518/8880>>. Acesso em: 24 maio 2016.

Uma proposta de classificação das ocupações da PME usando indicadores de qualidade

Sandro Eduardo Monsueto

Professor Adjunto na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG).

Contato: monsueto@ufg.br

Bárbara Christina Pereira da Silva Carrijo

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Economia da FACE-UFG.

Contato: barbaracarrijo@outlook.com

Jaqueline Moraes Assis Gouveia

Doutoranda em Economia pela Unicamp

Contato: jaquelinemagouveia@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de classificação das ocupações da Pesquisa Mensal de Emprego em cinco classes socioeconômicas. Para tanto, é implementada uma divisão baseada em aspectos de produtividade e da qualidade dos postos de trabalho. Se espera que a classificação proposta possa ser usada para representar a estrutura segmentada do mercado de trabalho metropolitano no Brasil e também para análises de mobilidade ocupacional.

Palavras chave: PME Nova Metodologia, Classificação Ocupacional, Qualidade do Posto de Trabalho.

1. Introdução

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME é uma pesquisa aplicada na forma de painel longitudinal rotativo pelo IBGE. Desenvolvida com o objetivo de seguir a evolução das condições de trabalho, a PME capta uma série de informações pessoais e do posto de trabalho por meio de entrevistas realizadas em domicílios de seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo). Entre essas informações, uma de significativa relevância é justamente sobre a ocupação exercida. De acordo com o IBGE (2007), desde a introdução da nova metodologia em 2002, as ocupações são classificadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO), vigente

em setembro de 1999, o que permite obter um total de 54 ocupações distintas – ver Anexo I. Estas ocupações descrevem o cargo, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

Anteriormente, com os dados da década de 1990, era possível obter até 390 ocupações distintas (IBGE, 2001). Portanto, ocorreu uma perda de informação sobre as características da atividade exercida pelo indivíduo. Além disso, tradicionalmente nas análises sobre o mercado de trabalho, é comum o uso algum tipo de classificação das ocupações com objetivos de investigar a existência tanto de segmentação e segregação ocupacional ou os determinantes e efeitos da mobilidade ocupacional e diferenciais de renda¹. Uma série de outros estudos realizaram esforços no sentido de buscar uma classificação das ocupações captadas pelas pesquisas domiciliares brasileiras (Jannuzzi, 2004; Machado et al., 2004; Pastore e Silva, 2000). Porém, estas análises foram realizadas para as ocupações captadas pela PNAD e pelo Censo Demográfico, faltando alternativas para a PME depois de 2002.

Desta forma, para tentar superar este obstáculo, o presente artigo apresenta uma proposta de classificação das ocupações listadas pela PME segundo seu nível de renda ou produtividade e de acordo com características sobre a qualidade do posto de trabalho. Para tanto, as ocupações são classificadas usando uma combinação de métodos de análise de clusters e análise fatorial. Espera-se que esta classificação possa ser usada tanto para representar a estrutura de segmentação e segregação ocupacional do mercado de trabalho metropolitano no Brasil como também para estudos sobre mobilidade ocupacional e socioeconômica. Além disso, a classificação pode ser adaptada para a PNAD Contínua, atualmente em curso no país.

A seção seguinte apresenta uma breve síntese de algumas formas de classificação já empregadas na literatura nacional. Em seguida, é explicitado o método utilizado para se chegar à classificação das ocupações da PME. Finalmente, são expostas as cinco classes socioeconômicas propostas neste estudo, com suas principais características e evolução.

2. Classificação e qualidade do posto de trabalho

Em geral, a escolha do método de classificação das ocupações depende em muito dos objetivos do pesquisador, sendo necessário, algumas vezes, a criação de uma proposta própria para determinada situação. As propostas de Pastore e Silva (2000), Pero (2006), Machado et al.

¹ Para o Brasil, podem ser citadas as análises de Vaz e Hoffmann (2011), Soares e Oliveira (2004) e Ruesga et al. (2014).

(2004), Machado e Oliveira (2013) e Jannuzzi (2000 e 2004) são exemplos deste tipo de necessidade.

Contudo, essas classificações apresentam dois problemas para os dados da PME atual. Em primeiro lugar, a maioria usa a classificação de 360 grupos ocupacionais da CBO e são aplicadas aos dados Censitários e das PNADs, além da antiga metodologia da PME que cobre a década de noventa. Desta forma, existe uma lacuna a ser preenchida de classificação ocupacional para os dados atuais da PME que considere a estrutura socioeconômica das atividades.

Em segundo lugar, as classificações usualmente empregadas na literatura utilizam basicamente dois critérios fundamentais: nível de renda e escolaridade, sendo que em alguns casos é utilizada também a idade dos trabalhadores inseridos nos grupos ocupacionais. Essa combinação pode causar problemas, por exemplo, de correlação excessiva em modelos econométricos como as tradicionais equações de salário ao considerar essa classificação em conjunto com variáveis de educação na mesma equação. O uso da escolaridade oferece ainda um problema adicional, uma vez que um dos objetivos da construção dos agrupamentos é justamente analisar a mobilidade entre os segmentos e o impacto de aumentos da escolaridade sobre esta mobilidade. Isso poderia gerar um viés na construção de modelos econométricos que utilizam a educação como variável explicativa da mobilidade entre segmentos que já são determinados por este fator.

Desta forma, é interessante a criação de uma proposta de classificação das ocupações que, ao mesmo tempo que não leve em conta diretamente o nível de educação, seja capaz de empregar novos fatores relacionados principalmente com a qualidade dos postos de trabalho. A questão da qualidade do posto de trabalho vem sendo a tempo considerável debatida pela Organização Internacional do Trabalho, na busca por um consenso sobre a classificação do emprego decente. Segundo a 16ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho da OIT, o conceito de trabalho decente da OIT tenta cobrir basicamente quatro dimensões, sendo elas os direitos trabalhistas, o nível de emprego, a proteção e o diálogo social (OIT, 2002). Desta forma, podem ser considerados como componentes da qualidade elementos de proteção institucional ou formalidade dos contratos e garantias de renda mínima.

Adicionalmente podem ser apontados outros elementos que caracterizam um emprego de melhor qualidade. Machado e Machado (2010), por exemplo, usam a definição de subocupação por horas de trabalho para identificar indivíduos que desejam trabalhar mais horas

que a jornada de trabalho atual e que, ao mesmo tempo, estejam disponíveis para cumprir uma maior jornada semanal. Para as autoras, subocupação pode refletir a insatisfação do indivíduo com a jornada de trabalho ao considerá-la abaixo do adequado. Desta forma, esta carga horária menor involuntária pode ser vista como uma limitação de oportunidades em postos alternativos de trabalho de tempo completo.

Machado e Silva (2014) analisam a insatisfação do indivíduo com seu emprego atual, argumentando que os trabalhadores mais insatisfeitos são provavelmente os que mais contribuem para a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, as autoras definem como insatisfeitos aqueles que, mesmo estando empregados, tomaram ações no sentido de buscar um novo posto de trabalho. As evidências empíricas apresentadas confirmam a maior probabilidade de se observar mudanças ocupacionais entre os trabalhadores que declaram estar buscando novos empregos. Portanto, ocupações com maior proporção de trabalhadores que buscam outros empregos podem ser vistas como as mais indesejáveis e, por isso, como as de qualidade inferior.

Em síntese, o que se pretende é elaborar uma classificação das ocupações que considere tanto aspectos tradicionalmente associados à renda e à produtividade, sem a necessidade de se utilizar diretamente o nível educacional dos trabalhadores já inseridos, e que, ao mesmo tempo, permita identificar as ocupações segundo a qualidade dos postos de trabalho gerados. As duas próximas seções apresentam o método proposto e o resultado da classificação elaborada.

3. Metodologia

Para captar aspectos de produtividade da ocupação, são usados dados sobre a renda mensal e sobre a duração do posto de trabalho. Desta forma, para cada ocupação foi obtido o valor da mediana da renda mensal habitualmente recebida pelos trabalhadores nela inseridos. O uso da mediana se justifica por ser menos sensível à presença de *outliers* e também por que foi a mesma variável empregada no estudo de Jannuzzi (2000 e 2004). A duração do contrato de trabalho, por sua vez, tem por objetivo representar o papel da experiência sobre a produtividade do trabalho e é medida por meio da porcentagem de trabalhadores que estão na ocupação por mais de um ano.

A criação das variáveis de qualidade do posto de trabalho, como exposto anteriormente, envolveu o uso de uma série de indicadores recentemente apontados pela literatura como características de insatisfação ou rotatividade. A hipótese por detrás desta estratégia é que postos de trabalho ruins ou de pior qualidade tendem a apresentar trabalhadores mais

insatisfeitos e mais desprotegidos institucionalmente, o que deve proporcionar maior incidência de rotatividade, seja voluntária ou involuntária. Desta forma, são usados quatro indicadores, sendo o primeiro a porcentagem de trabalhadores que declaram estar buscando um novo posto de trabalho, seguindo as evidências apresentadas por Machado e Silva (2014). O segundo indicador aproveita a discussão de Machado e Machado (2010) e tenta captar a subocupação por insatisfação com as horas trabalhadas. Para isso, é calculada a porcentagem de trabalhadores que declaram desejar trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas na semana e que, ao mesmo tempo, tem disponibilidade para exercer essas horas a mais. A porcentagem foi limitada aos trabalhadores ocupados por até 30 horas semanais para evitar considerar o interesse na remuneração por horas extras.

O terceiro indicador diz respeito à presença de trabalhadores que recebem menos que o equivalente a um salário mínimo por hora trabalhada (considerando uma jornada de 40 horas semanais) e representa a falta de proteção à insuficiência de renda do indivíduo. Também visando medir a falta de proteção, mas pelo lado institucional, a quarta variável representativa da qualidade do posto de trabalho é a porcentagem de trabalhadores formais em cada ocupação. Para esse cálculo, foram considerados como formais os funcionários públicos estatutários, trabalhadores com carteira de trabalho assinada e os indivíduos sem carteira ou por conta própria que declaram contribuir para algum instituto de previdência. O Quadro 1 abaixo sintetiza as variáveis usadas na análise:

Quadro 1 – Variáveis usadas na construção dos indicadores

Variável	Variáveis da PME	Descrição
Renda	vd23	Rendimento mediano real, deflacionado pelo INPC para valores de novembro de 2014.
Duração	v417	Porcentagem de trabalhadores ativos por mais de um ano na ocupação.
Busca	v441	% de trabalhadores que declaram ter tomado providência para conseguir outro trabalho.
Subocupação	v435+v436+v428	% de trabalhadores com até 30 horas de jornada semanal que gostariam de trabalhar além das horas efetivamente trabalhadas.
Subremuneração	vd7	% de trabalhadores que recebem menos de o equivalente a um salário mínimo, considerando 40 horas semanais.
Formalidade	vd15+v415+v416+v425	Taxa de formalidade da ocupação.

Fonte: elaboração própria/PME.

A base de dados envolve as informações da PME desde a introdução da nova metodologia até o final de 2015, com trabalhadores maiores de 18 anos, com remuneração e jornada de trabalho de ao menos 10 horas semanais. Foram descartados da amostra os militares e empregadores. Os dados se referem à primeira entrevista de cada domicílio para evitar dupla contagem.

Ao todo, a PME disponibiliza 54 ocupações, seguindo uma adaptação da CBO para pesquisas domiciliares. Porém, não foram consideradas aquelas ocupações que apresentaram menos de 50 observações em algum mês do período analisado para tentar garantir maior representatividades dos ocupados em cada atividade. Entre as demais ocupações, duas chamam a atenção, as de código 041 e 051, por sua descrição demasiado heterogênea, principalmente para o caso da última. Além disso, estes dois códigos correspondem aos maiores grupos em termos percentuais da população ocupada registrada PME (10,10% e 14,27% respectivamente). Desta forma, foi tomada a decisão de se separar essas ocupações segundo o setor de atividade, na tentativa de melhor captar as características dos postos de trabalho, criando os novos códigos exibidos no Quadro 2:

Quadro 2 – Desagregação dos códigos de ocupações selecionadas da PME

Código Original	Novos Códigos	Descrição
041	411	Trab. administrativos da indústria
	413	Trab. administrativos do comércio
	414	Trab. administrativos da intermediação financeira e serviços
	415	Trab. administrativos na administração pública, saúde e educação.
	418	Trab. administrativos nas demais atividades
051	511	Trab. gerais da indústria
	513	Trab. gerais do comércio
	514	Trab. gerais da intermediação financeira
	515	Trab. gerais da administração pública, saúde e educação
	517	Trab. gerais dos serviços
	518	Trab. gerais em outras atividades

Fonte: elaboração própria.

Feita as devidas mudanças na base de dados, o objetivo é classificar 42 grupos ocupacionais usando as variáveis anteriormente listadas.

Para realizar a classificação, foi usado um método em duas etapas. A primeira etapa envolve o uso de análise fatorial para criar componentes representativos sintéticos das seis variáveis indicativas de produtividade e qualidade de cada ocupação. Esses componentes são, finalmente, usados em uma segunda etapa para a formação dos grupos ocupacionais por meio de uma análise de clusters. A próxima seção mostra os resultados obtidos e as classes ocupacionais geradas.

4. Resultados do método

A primeira etapa do método é a construção dos indicadores ou fatores de classificação das ocupações. Para tanto, foi utilizada a análise fatorial de dados com o método de componentes principais, sobre as seis variáveis selecionadas. O critério de parada para a determinação do número de componentes foi o tamanho dos autovalores de cada fator, sendo o valor mínimo igual a 1. Como resultado, foram obtidos dois fatores que, como mostra a Tabela 1 abaixo, conseguem explicar cerca de 80% da variância das 42 ocupações amostradas.

Tabela 1 – Porcentagem explicada da variância e autovalores

Componente	% de variância	% cumulativa	Autovalores
1	52,789	52,789	3,167
2	27,250	80,039	1,635

Fonte: elaboração própria sobre os dados da PME.

A Tabela 2 mostra algumas informações sobre a consistência da análise, além dos valores médios de cada variável e a constituição de cada fator. Seguindo o recomendado em Corrar et al. (2009), a diagonal da matriz anti-imagem mostra o denominado *Measure of Sampling Adequacy* (MAS), que capta o quanto cada variável é importante para a análise realizada. Em geral, valores acima de 0,5 são considerados satisfatórios, o que ocorre em quase todas as variáveis, exceto para o caso da taxa de trabalhadores com contratos de mais longo prazo (Duração). Contudo, como a coluna de comunalidades indica um alto grau de importância desta variável e dada sua relevância para a análise pretendida, o conjunto de características empregadas parece atender aos objetivos propostos. Adicionalmente, o índice KMO geral obtido foi significativo para a análise como um todo².

Tabela 2 – Médias, comunalidades e componentes da análise fatorial

	Médias	Diagonal da matriz anti-imagem (MAS)	Comunalidades	Componentes	
				1º	2º
Renda	R\$ 1.232,64	0,800	0,728	-0,255	0,814
Duração	77,91%	0,393	0,869	0,165	0,918
Busca	6,38%	0,630	0,733	0,800	-0,306
Subocupação	2,52%	0,596	0,886	0,936	0,100
Subremuneração	16,86%	0,677	0,798	0,503	-0,738
Taxa de formalidade	70,20%	0,688	0,788	-0,869	0,181

Fonte: elaboração própria sobre os dados da PME.

² O valor do KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) obtido foi de 0,620, com p-valor próximo a zero.

As duas últimas colunas da Tabela 2 mostram os coeficientes de cada variável para a formação dos dois componentes, obtido por meio do método de Varimax de rotação. De forma sintética e observando a magnitude de cada coeficiente, o primeiro componente parece responder de forma mais sensível às variáveis de qualidade do posto de trabalho, principalmente a busca por uma nova ocupação, a insatisfação com jornada de trabalho e a proteção institucional. O segundo componente tem maiores coeficientes para o rendimento e a duração do contrato de trabalho. Por fim, a insuficiência de renda impacta quase que igualmente sobre os dois componentes. Desta forma, parece coerente dizer que o método proposto conseguiu produzir dois indicadores gerais, sendo o primeiro representando os aspectos da qualidade da ocupação, enquanto o segundo evidencia características da produtividade.

Finalmente, a última etapa do trabalho é o uso destes dois fatores para agrupar as 42 ocupações listadas. Neste sentido, foi utilizada a técnica de análise de clusters, com o objetivo de criar grupos ocupacionais que contenham dentro de si ocupações mais parecidas possível e, ao mesmo tempo, o mais diferente possível das ocupações de outros grupos. Para tanto, se faz necessária a escolha do método de agrupamento que sintetize a distância entre as ocupações e os grupos que se pretende criar. Em geral, a literatura recomenda o uso de medidas euclidianas sobre variáveis padronizadas, de modo que as distintas unidades de medida não interfiram nos pesos de agrupamento. Contudo, como o estudo aqui realizado utiliza os fatores da análise de componentes principais como variáveis explicativas dos agrupamentos, Lattin et al. (2011) recomendam que os fatores sejam ponderados pelas raízes quadradas de seus autovalores associados (listados na Tabela 1) para que cada um reflita o seu peso na explicação da variância. Desta forma, como se deseja captar o peso de cada fator, foi empregado a métrica de Minkowski com expoente igual a 1. A técnica de agrupamento foi a de vínculo dentro de grupos.

Como resultado, o método retornou a formação de cinco grupos de ocupações, que recebem a denominação de classes socioeconômicas, brevemente descritas no Quadro 3 com a porcentagem de trabalhadores absorvidos em cada uma delas durante o período analisado. O Anexo I contém a classificação de todas as ocupações utilizadas, enquanto o Anexo II exibe a rotina para criar cada classe com o Stata. Algumas estatísticas descritivas das categorias geradas podem ser acompanhadas pela Tabela 3.

Quadro 3 – Descrição das classes socioeconômicas

Classe	%	Descrição
1- Alta	13,2	Diretores gerais de empresas; gerentes de produção; profissionais de nível superior; membros superiores dos três poderes.
2- Média -Alto	32,8	Trabalhadores de nível técnico das áreas de engenharia, bioquímicas e saúde; técnicos administrativos do setor público e financeiros; joalheiros e ourives, supervisores gerais.
3- Média	24,2	Técnicos gerais; vendedores; repositores, supervisores e operadores da petroquímica e afins.
4- Média-Baixa	8,5	Profissionais e técnicos das artes e desporto; professores leigos e de nível médio; trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais; ambulantes.
5- Baixa	21,3	Trabalhadores da construção civil; trabalhadores domésticos; trabalhadores gerais da indústria, comércio e serviços.
Total	100,0	

Fonte: elaboração própria sobre os dados da PME.

A classe Alta agrega ocupações com os maiores rendimentos mensais e a maior taxa de contratos de trabalho com mais de um ano, o que deve indicar um mais forte acúmulo de capital humano específico da atividade por meio da experiência. Os indicadores de insatisfação com o emprego se mantêm relativamente baixos e a presença de trabalhadores sub-remunerados é significativamente inferior aos demais casos. Está constituída basicamente por dirigente e tomadores de decisão nas empresas e trabalhadores bem colocados no serviço público. As ocupações da classe Média Alta, por sua vez, parecem ser formadas em sua maioria por profissionais de nível técnico em atividades especializadas com alta demanda tecnológica. A inserção nestas atividades deve requerer formação específica e pode servir como porta de entrada para postos de trabalho da classe mais elevada. Juntas, estas duas categorias ocupacionais parecem formar uma espécie de mercado de trabalho primário, onde se espera que seja comum a formação de mercados internos, como preconizado por Doeringer e Piore (1971).

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das classes sócio ocupacionais

	Renda (R\$)	Duração (%)	Busca (%)	Subocupação (%)	Subremuneração (%)	Taxa de Formalidade (%)	Educação
Alta	4.160,7	85,9	5,8	2,5	2,8	83,7	10,7
Média - Alta	1.662,9	79,6	5,8	1,8	11,5	74,2	9,0
Média	1.234,9	72,9	6,0	1,0	18,3	81,5	9,1
Média - Baixa	1.257,7	83,0	9,3	7,5	26,7	35,6	8,7
Baixa	926,8	72,4	8,2	4,0	30,5	48,7	6,4
Total	1.693,7	77,6	6,6	2,7	17,4	68,5	8,7

Fonte: elaboração própria sobre os dados da PME.

A classe Média é onde provavelmente se encontra a nova classe média brasileira, descrita por Neri (2011). Com renda mensal superior a R\$ 1.200,00 e agrupando mais de 20%

da mão de obra metropolitana, esta classe se destaca por deter elevada taxa de formalidade, principalmente por meio da carteira de trabalho assinada, ao mesmo tempo que apresenta um nível de insatisfação (a taxa de busca por novo emprego) em um nível intermediário. Compõem um grupo de ocupações que ainda não se desvincularam dos baixos salários, mas contam com uma crescente participação de mão de obra mais qualificada ao longo dos últimos anos, o que deve elevar a produtividade.

É a partir da classe Média Baixa que são observadas as principais mudanças nos indicadores de qualidade do posto de trabalho. Apesar de apresentarem um nível médio de renda similar à classe Média, os ocupados em atividades da quarta categoria apresentam uma taxa de trabalhadores buscando novos empregos superior a 9%, indicando a mais alta taxa de insatisfação. Da mesma forma, a incidência de sub-remunerados sobe em mais de 8 pontos percentuais, enquanto a taxa de cobertura institucional (formalidade) se reduz para cerca de 35%. Por último, a classe Baixa capta os empregos de menor remuneração e de maior precariedade. Em conjunto, as ocupações das classes Baixa e Média Baixa constituem o segmento de mercado de trabalho secundário da economia brasileira.

De forma geral, a proposta de classificação em cinco classes socioeconômicas descrita neste artigo parece ser eficaz para analisar a estrutura de segmentação da mão de obra do Brasil metropolitano recente. Ao mesmo tempo, incorpora elementos de qualidade dos postos de trabalho. Se espera, desta forma, que o método possa ser usado tanto para analisar a ocorrência de segregação ocupacional, como também nas tradicionais análises de equações de rendimento e trabalhos mais recentes sobre mobilidade ocupacional e socioeconômica.

Adicionalmente, o método pode ser utilizado para estimativa de modelos em outras bases de microdados disponíveis no Brasil, como é o caso da nova Pnad Contínua e do banco de dados da RAIS.

Referências bibliográficas

- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DOERINGER, P. P.; PIORE, M. J. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington: Mass-Healt, 1971.
- IBGE. **Descrição das variáveis da Pesquisa Mensal de Emprego** IBGE, , 2001.
- _____. **Série de Relatórios Metodológicos**, v. 23. **Rio de Janeiro**, 2007.
- JANNUZZI, P. DE M. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 61, n. 216, p. 47–74, 2000.

- ____. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. **Revista da ABET**, v. 4, n. 1, 2004.
- LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; CARVALHO, N. F. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 11–33, 2004.
- MACHADO, D. C.; MACHADO, A. F. Um aspecto da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 2, p. 395–430, 2010.
- MACHADO, D. C.; SILVA, A. F. DA. Um indicador de não satisfação no trabalho e a mobilidade do mercado de trabalho: um estudo para homens e mulheres. **Nova Economia**, v. 24, n. 1, p. 123–140, 2014.
- MACHADO, L.; OLIVEIRA, A. M. H. C. DE. Mobilidade ocupacional e incompatibilidade educacional no Brasil metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 43, n. 2, p. 279–307, 2013.
- NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- OIT, O. I. D. T. **El trabajo decente y la economía informal, Conferencia Internacional del trabajo, 90. a Reunión**. Suíza: Oficina Internacional del trabajo, 2002.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. DO. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PERO, V. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 4, n. 4, p. 136–153, 2006.
- RUESGA, M.; SILVA BICHARA, J. DA; MONSUETO, S. E. Labor Mobility, Informality and Wage Inequality in Brazil. **Investigación Económica**, v. 73, n. 288, p. 59–80, 2014.
- SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **Revista Econômica**, v. 6, n. 1, 2004.
- VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Segregação ocupacional por sexo no setor público brasileiro no período 1995 e 2008. **Revista da ABET**, v. 10, n. 1, 2011.

Anexo I – códigos de ocupação, descrição e classe socioeconômica da PME

Código PME (novo código)	Descrição	Classe
12	DIRETORES GERAIS DE EMPRESA E ORGANIZAÇÕES (EXCETO DE INTERESSE PÚBLICO)	1
13	GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES E DE ÁREAS DE APOIO	1
100	MEMBROS SUPERIORES DO PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO; DIRIGENTES DE PRODUÇÃO, OPERAÇÕES E APOIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1
101	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR (EXCLUSIVE DA NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA E FLUVIAL, DAS COMUNICAÇÕES E DAS ARTES, E MEMBROS DE CULTOS RELIGIOSOS)	1
31	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA ENGENHARIA, CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS E AFINS	2
32	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS DA SAÚDE E AFINS	2
35	TÉCNICOS DAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	2
75	JOALHEIROS E OURIVES, VIDREIROS, CERAMISTAS E AFINS	2
76	TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS	2
77	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DA MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR, MARCENEIROS E AFINS, TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DAS MADEIRAS E DO MOBILIÁRIO, TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE MADEIRAS E DA FABRICAÇÃO DO MOBILIÁRIO,	2

Código PME (novo código)	Descrição	Classe
	TRABALHADORES DE MONTAGEM, TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE MADEIRA E MOBILIÁRIO, TRABALHADORES ARTESANAIS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO, TRABALHADORES DA CARPINTARIA VEICULAR	
78	SUPERVISORES DE EMBALAGEM E ETIQUETAGEM, OPERADORES DE ROBÔS E EQUIPAMENTOS ESPECIAIS, CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, TRABALHADORES DE LOGÍSTICA E ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, EMBALADORES E ALIMENTADORES DE PRODUÇÃO	2
84	TRABALHADORES NA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO AGROINDUSTRIAIS	2
91	TRABALHADORES DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA, MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS, MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, REPARADORES DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO, OUTROS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO	2
95	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETRO-ELETRÔNICA E ELETROMECAÂNICA, ELETRICISTAS-ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL, ELETRICISTAS-ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, MANTENEDORES ELETROMECAÂNICOS	2
99	OUTROS TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO E DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO (EXCETO TRABALHADORES ELEMENTARES), TRABALHADORES ELEMENTARES DA MANUTENÇÃO	2
105	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE E TURISMO	2
41 (414)	Trabalhadores administrativos da intermediação financeira e serviços	2
41 (415)	Trabalhadores administrativos na administração pública, saúde e educação	2
41 (418)	Trabalhadores administrativos nas demais atividades	2
51 (515)	Trabalhadores gerais da administração pública, saúde e educação	2
39	OUTROS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES INDUSTRIAIS	3
42	TRABALHADORES DOS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (Somente de atendimento ao público)	3
72	TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS	3
73	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO ELETRO-ELETRÔNICOS EM GERAL	3
81	SUPERVISORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS, OPERADORES DE INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS, TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNICÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS, OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS, OPERADORES DE OPERAÇÃO UNITÁRIA DE LABORATÓRIO (TRANSVERSAL PARA TODA INDÚSTRIA DE PROCESSOS)	3
82	SUPERVISORES DA SIDERURGIA E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - 1ª FUSÃO, OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE METAIS E LIGAS - 2ª FUSÃO, TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO, TRABALHADORES ARTESANAIS DA SIDERURGIA E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	3
109	VENDEDORES, DEMONSTRADORES	3
110	REPOSITORES, REMARCADORES DO COMÉRCIO	3
41 (411)	Trabalhadores administrativos da indústria	3
41 (413)	Trabalhadores administrativos do comércio	3
51 (514)	Trabalhadores gerais da intermediação financeira	3
26	PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO, PROFISSIONAIS DE ESPETÁCULOS E DAS ARTES	4
33	PROFESSORES LEIGOS E DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFISSIONALIZANTE E NAS ESCOLAS LIVRES	4
37	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DOS SERVIÇOS CULTURAIS DAS COMUNICAÇÕES E DOS DESPORTO	4
107	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE EMBELEZAMENTO E CUIDADOS PESSOAIS (EXCLUSIVE ATENDENTE DE CRECHE E ACOMPANHANTE DE IDOSOS E TRABALHADORES DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS)	4
112	VENDEDORES AMBULANTES E CAMELÔS	4
71	TRABALHADORES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL	5

Código PME (novo código)	Descrição	Classe
106	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS EM GERAL	5
51 (511)	Trabalhadores gerais da indústria	5
51 (513)	Trabalhadores gerais do comércio	5
51 (517)	Trabalhadores gerais dos serviços	5
51 (518)	Trabalhadores gerais em outras atividades	5
001	MILITARES DA AERONÁUTICA	NÃO CLASSIFICADAS
002	MILITARES DO EXÉRCITO	
003	MILITARES DA MARINHA	
004	OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR, PRAÇAS DE POLÍCIA MILITAR	
005	OFICIAIS DE BOMBEIRO MILITAR, PRAÇAS DE BOMBEIRO MILITAR	
011	CHEFES DE PEQUENAS POPULAÇÕES, DIRIGENTES E ADMINISTRADORES DE ORGANIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO	
030	TÉCNICOS ELETROMECÂNICOS E MECATRÔNICOS, TÉCNICOS EM LABORATÓRIO	
034	TÉCNICOS EM TRANSPORTES (LOGÍSTICA)	
061	PRODUTORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL, PRODUTORES AGRÍCOLAS, PRODUTORES EM PECUÁRIA	
062	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA, TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM GERAL TRABALHADORES AGRÍCOLAS, TRABALHADORES NA PECUÁRIA	
063	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO FLORESTAL, CAÇA E PESCA, PESCADORES, CAÇADORES, EXTRATIVISTAS FLORESTAIS	
064	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO FLORESTAL, TRABALHADORES DA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	
074	SUPERVISORES DA MECÂNICA DE PRECISÃO E INSTRUMENTOS MUSICAIS	
083	SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL, TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PASTA DE PAPEL, TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE PAPEL, CONFECCIONADORES DE PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO	
086	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, ELÉTRICA E NUCLEAR, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
087	OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, OUTROS TRABALHADORES ELEMENTARES INDUSTRIAIS	
102	PROFISSIONAIS EM NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA E FLUVIAL	
103	MEMBROS DE CULTOS RELIGIOSOS E AFINS	
104	TÉCNICOS EM NAVEGAÇÃO AÉREA, MARÍTIMA, FLUVIAL E METRO FERROVIÁRIA	
108	SUPERVISORES DE VENDAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO	
111	INSTALADORES DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS	

Anexo II – código em Stata para gerar as classes socioeconômicas

```
//v407a = ocupação
//vd20 = setor de atividade

gen classe = .

replace classe=1 if v407a==12
replace classe=1 if v407a==13
replace classe=1 if v407a==100
```



```

replace classe=1 if v407a==101
replace classe=4 if v407a==26
replace classe=4 if v407a==33
replace classe=4 if v407a==37
replace classe=4 if v407a==107
replace classe=4 if v407a==112
replace classe=2 if v407a==31
replace classe=2 if v407a==32
replace classe=2 if v407a==35
replace classe=2 if v407a==75
replace classe=2 if v407a==76
replace classe=2 if v407a==77
replace classe=2 if v407a==78
replace classe=2 if v407a==84
replace classe=2 if v407a==91
replace classe=2 if v407a==95
replace classe=2 if v407a==99
replace classe=2 if v407a==105
replace classe=2 if v407a==41 & vd20==4
replace classe=2 if v407a==41 & vd20==5
replace classe=2 if v407a==41 & (vd20==2 | vd20==7 | vd20==8)
replace classe=2 if v407a==51 & vd20==5
replace classe=3 if v407a==39
replace classe=3 if v407a==42
replace classe=3 if v407a==72
replace classe=3 if v407a==73
replace classe=3 if v407a==81
replace classe=3 if v407a==82
replace classe=3 if v407a==109
replace classe=3 if v407a==110
replace classe=3 if v407a==41 & vd20==1
replace classe=3 if v407a==41 & vd20==3
replace classe=3 if v407a==51 & vd20==4
replace classe=5 if v407a==71
replace classe=5 if v407a==106
replace classe=5 if v407a==51 & vd20==1
replace classe=5 if v407a==51 & vd20==3
replace classe=5 if v407a==51 & vd20==7
replace classe=5 if v407a==51 & (vd20==2 | vd20==6 | vd20==8)

#d;
label define classe
1 "1-Alta"
2 "2-Média-Alta"
3 "3-Média"
4 "4-Média-Baixa"
5 "5-Baixa";
#d cr
label value classe classe
    
```


Mercado de trabalho em um contexto de crise: avanços e desafios no município de João Pessoa/PB

Wanderleya dos Santos Farias¹
Rejane Gomes Carvalho²

1 Introdução

Estado, política econômica e mercado de trabalho: da racionalidade neoliberal ao novo desenvolvimentismo

Ao longo da segunda metade dos anos 1990 até a fase mais recente, a economia brasileira atravessou períodos de instabilidade e crise no ritmo de evolução de sua capacidade instalada como também apresentou momentos de expansão da produção e do consumo agregados que se refletiu sobre a dinâmica do mercado de trabalho a nível nacional e local.

A adesão do Brasil à dinâmica econômica global, na década de 1990, ocasionou alterações consideráveis no padrão de intervenção do Estado brasileiro e no conteúdo das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho. As estratégias de políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal nesse período histórico e as mudanças nas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil trouxeram impactos para as relações entre o capital e o trabalho.³

Nos dois mandatos presidenciais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002), o executivo federal passou a legitimar uma forma de interferência nos rumos da vida social e econômica do país bastante diversa da que o Estado havia assumido em décadas anteriores, onde era um dos pilares de expansão nacional desenvolvimentista. Boa

¹ Doutora em Sociologia/UFPB e Professora do Departamento de Economia/UFPB.
leyafarias@hotmail.com

² Doutora em Sociologia/UFPB e Professora do Departamento de Economia/UFPB.
rejanegcarvalho@yahoo.com.br

³ Ver, entre outros, BALTAR (1996), CACCIAMALI (2001), CAMPOS, POCHMANN, AMORIM & SILVA (2004) e CARNEIRO (2007).

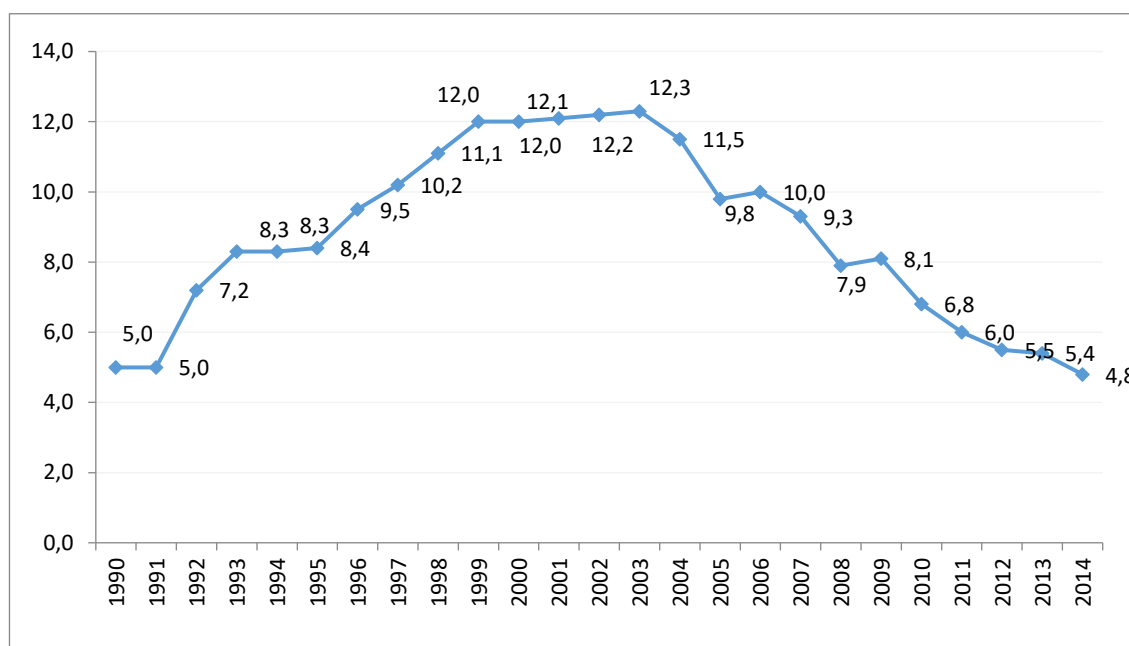
parte das medidas de controle da inflação e do déficit público que foram executadas no governo FHC seguiu as proposições do que ficou conhecido como o *Consenso de Washington*.

Uma das principais críticas do neoliberalismo ao papel regulatório do Estado brasileiro referia-se aos desequilíbrios fiscais crônicos. Para a abordagem neoliberal, a intervenção mais ativa do Estado na economia teria provocado o desequilíbrio das contas públicas e a formação de monopólios estatais que impediam a modernização da base produtiva do país. Além desse aspecto, o paradigma neoliberal também apontava algumas diretrizes formuladas pela Constituição de 1988 como inapropriadas para o Brasil se integrar à economia internacional.

O ajuste fiscal do Estado atrelou as decisões públicas referentes à redistribuição de renda, ao mercado de trabalho e a assistência social aos limites impostos pelas metas do superávit primário. Para Bresser Pereira (1998), o sistema de administração estatal havia entrado em colapso financeiro desde os anos de 1970 devido aos vultosos déficits públicos e ao nível de endividamento público externo. A forma de financiamento desses déficits, através da emissão de títulos da dívida mobiliária federal concorria, também, para alimentar o processo inflacionário. Para o autor, o Estado teria perdido sua função de agente de desenvolvimento do país e enfrentava uma crise de governança que o impedia de fazer a provisão eficiente de serviços sociais básicos para a população.

As mudanças do papel do Estado, levadas a efeito nos dois governos de FHC, foram pautadas por uma racionalidade que privilegiou os planos gerencial e técnico deixando à margem os aspectos relativos à desigual distribuição de renda do país. Algumas medidas de política econômica formuladas estiveram associadas à desregulamentação do mercado de trabalho. De maneira equivocada, a equipe econômica considerava que a rigidez das normas de contratação da força de trabalho e a baixa qualificação causavam entraves para o aumento da produtividade das empresas. A política econômica de estabilização monetária e a acentuada concorrência intercapitalista levada a efeito pelas políticas liberalizantes conduziram o país para uma recessão. Houve uma considerável expansão da taxa de desemprego médio no Brasil entre os anos de 1990 até 2003.

Gráfico 1: Brasil - evolução do desemprego médio no período de 1990 a 2014 (%)



Fonte: IBGE – PME – IPEA.

*em 2002 houve mudança de metodologia

Nas eleições para a presidência da República, em 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito e adotou uma estratégia de política macroeconômica que se caracterizou pela continuidade das políticas neoliberais. Representante de um partido de esquerda que tradicionalmente assumia uma postura de confronto ao pensamento econômico ortodoxo, os antigos defensores de Lula elaboraram diversas críticas a sua ‘guinada à direita’ ao chegar ao poder.⁴

Com o início do mandato presidencial de Lula em 2003, a expectativa popular era de que ocorreriam mudanças institucionais substantivas ao nível das políticas de inclusão social, de emprego e renda, uma vez que, em sua plataforma de governo, acenavam-se propostas de redesenho de eixos importantes da regulação do Estado na vida econômica e social do país. O primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foi pautado por um ‘campo em disputas’⁵ entre as forças políticas que pleiteavam a manutenção de um perfil de intervenção estatal conservador e os segmentos mais democráticos que solicitavam a efetivação de um contrato social que pudesse trazer soluções para o quadro de profundas diferenciações sociais do país.

⁴ Ver BARBOSA e SOUZA (2010), SALLUM e KUGELMAS (2004) e NOVELLI (2010).

⁵ Oliveira (2007).

Houve uma melhoria na situação fiscal das contas públicas, o país conseguiu exibir taxas de crescimento do produto e da renda mais satisfatórias, por sua vez, o governo também adotou uma política de valorização do salário mínimo e ampliou o contingente de pessoas que tinham acesso ao programa Bolsa Família. Esses novos acontecimentos indicaram um aumento da importância do Estado na promoção do desenvolvimento social.

O novo desenvolvimentismo trazia como seus principais balizamentos o ativismo estatal no que se reporta a garantia da estabilidade macroeconômica, mas enfatizava também a redução da desigualdade social e a melhoria da distribuição de renda.⁶ Portanto, delineou-se, nessa fase histórica, um novo perfil do Estado que oferecia uma alternativa as políticas neoliberais e ao velho desenvolvimentismo.

2 Mudanças e desafios nas relações de trabalho

A dinâmica do mercado de trabalho a partir dos anos de 1990 no Brasil apresentou elementos marcantes de uma economia com intensas transformações de ordem econômica, social e política. Além dos problemas estruturais da economia, o início da década ficou marcado pela crise social em função do desemprego e da pobreza, o que ampliou as demandas da sociedade sobre o Estado, compreendidas, na época, como questões sociais emergenciais. Este momento também marcou a crise institucional e política na medida em que a ineficiência da gestão pública nas três instâncias da federação, reforçada pelas práticas históricas de clientelismo e corrupção, apontavam para a necessidade de reformas administrativas que promovessem o enxugamento do Estado e a redução do déficit público, de modo a justificar o projeto de reforma do Estado brasileiro encaminhado ao Congresso Nacional em 1995, o que constituiria o apoio institucional para implementação do Plano Real no ano anterior.

Para enfrentar a questão social, foram criadas políticas públicas emergenciais para contenção da pobreza de caráter assistencial. Em paralelo, as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho também precisavam responder às novas exigências de qualificação profissional da força de trabalho mediante o desmonte da indústria interna e as mudanças estruturais nas empresas devido à concorrência externa. As ações de políticas públicas para o mercado de trabalho continuaram concentradas sobre o seguro-desemprego, intermediação da mão de obra com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), e a formação profissional, o que

⁶ Ver SICSÚ, PAULA, e MICHEL (2005) e BRESSER-PEREIRA (2006) e BARBOSA e SOUZA (2010).

não trouxe novidades em relação ao que já era feito anteriormente. O que pode ser destacado nessas políticas é a maior amplitude das ações e o caráter assistencialista assumido junto com as políticas sociais, tendo em vista os indicadores de desempenho econômico não serem suficientes para estimular o mercado de trabalho e criar emprego e renda em condições adequadas. Como resposta às exigências do setor privado por trabalhadores qualificados, foi criado o Plano Nacional de Qualificação (PLANFOR) em 1995 que, em linhas gerais, trazia fortemente o aspecto da empregabilidade associado à qualificação profissional (MORETTO, A. J., GIMENEZ, D. M. e PRONI, M. W., 2003).

Nos anos 2000, o mercado de trabalho também se beneficiou da fase de recuperação da economia com o aumento do emprego formal. É importante destacar que a formalização do emprego foi favorecida, especialmente, pela fase de crescimento da economia e pelas ações mais efetivas do Ministério do Trabalho na fiscalização e conscientização para a prática do trabalho decente no país. Por outro lado, a informalidade e a precarização do trabalho, embora menos intensas em fases de ascensão econômica, continuaram como fenômenos marcantes na economia brasileira. A manutenção da política expansionista do crédito, da recuperação da renda real e do consumo de massa, proporcionou, sobretudo, o crescimento dos setores de serviços e comércio de modo a refletir o aumento dos postos de trabalho, o que se sustentou pelo menos até 2013, mesmo em meio à crise econômica mundial demarcada com mais vigor a partir de 2008.

As ações de qualificação profissional encaminhadas pelo PLANFOR não foram suficientes para enfrentar o problema da desinserção social pelo trabalho, sendo alvo de diversas críticas quanto a execução dos cursos e a definição das demandas, além do uso inadequado dos recursos públicos envolvidos. Com a mudança de governo, o programa foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado em 2003 e que trazia o conteúdo da qualificação profissional dos trabalhadores associado à formação política e cidadã. O programa pretendia avançar sobre o PLANFOR ao apresentar a qualificação profissional como direito de cidadania em contraposição a noção imediata de empregabilidade. Contudo, não conseguiu progredir o suficiente quanto à formação cidadã nos programas dos cursos de qualificação profissional, sendo alvo de críticas sobre a falta de efetividade nas demandas locais e nos cursos oferecidos, no frágil controle social do programa, problemas que reduziram o objetivo da inserção social e cidadã pelo trabalho apenas ao caráter instrumental da instrução (OLIVEIRA, 2006). Em 2011, o PNQ foi substituído pelo Programa

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esta ação trouxe a proposta de expansão da qualificação profissional, principalmente, pelos Institutos Federais de Ensino e pelo Sistema S, o que representou o abandono da noção de qualificação do trabalhador como formação cidadã e recuperou fortemente a instrução técnica e rápida como fator determinante de empregabilidade, refletindo a necessidade de uma força de trabalho flexível para ocupações flexíveis.

Somando-se a todas essas transformações, ainda nos anos de 1990, o processo de flexibilização da força de trabalho mostrou-se como parte imprescindível à reestruturação do capital. Na década seguinte em diante acirraram-se as pressões políticas do empresariado para que a flexibilização do trabalho fosse consolidada pela legislação trabalhista, o que veio confirmar-se na regulamentação do trabalho temporário, negociação de férias coletivas, terceirização do trabalho, jornada de trabalho e salários.

Cada vez mais, a inclusão social pelo trabalho é atribuída a uma postura individualista e empreendedora dos trabalhadores, uma inversão de valores, já que este traduz o comportamento típico do empresário. É esta sociabilidade que marca as relações de trabalho atualmente no Brasil e, ao mesmo tempo, legitima o desmonte de direitos trabalhistas e a ampliação da flexibilização do trabalho.

Essas mudanças estruturais na economia brasileira e, em particular, no mercado de trabalho, impactam nas regiões de modo diferente, considerando os seus distintos níveis de desenvolvimento. Em estados com menor dinamismo econômico, as mudanças podem ser sentidas com menos intensidade, mas certamente o mercado de trabalho regional e local vem sendo impactado pela tendência progressiva da flexibilização. Em momentos de crescimento econômico, é mais provável que as economias locais mais dependentes dos setores de comércio e serviços, apresentem resultados positivos com a circulação de mais renda. Por outro lado, podem ser observados maiores níveis de desemprego em períodos de crise, refletindo-se na queda acentuada da renda média e aumento dos indicadores de informalidade e precarização do trabalho. A maioria dos municípios paraibanos apresentam fragilidades econômicas e dificuldades estruturais de criação de emprego e renda sustentáveis, com forte dependência das transferências de recursos financeiros estadual e federal.

Considerando a conjuntura do mercado de trabalho nacional e suas transformações recentes, é importante compreender como a economia local está inserida e como é impactada no tocante a geração de emprego e renda. Neste sentido, o contexto local é apresentado a partir

da caracterização do mercado de trabalho na capital do estado da Paraíba, procurando analisar o perfil da força de trabalho, as ocupações e os rendimentos do trabalho.

3 Perfil do mercado de trabalho em João Pessoa a partir das ocupações e rendimentos

Considerando o ano de 2010, a População Economicamente Ativa (PEA) no município de João Pessoa representava 57,3% da população, com aumento de 1,77 ponto percentual entre 2000 e 2010. Neste último ano, observou-se crescimento importante das mulheres na PEA de 1,83 ponto percentual. Entre 2000 e 2010, a PEA total apresentou taxa de crescimento positiva de 30%, passando de 273.075 para 355.366 pessoas, respectivamente. O crescimento das mulheres na PEA foi maior, com taxa de crescimento de 35% e o dos homens de quase 26% (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

A análise do mercado de trabalho no município de João Pessoa, segundo o gênero e a atividade principal no trabalho, apontou que o setor do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas é o que mais concentra a população trabalhadora, tanto para homens quanto para mulheres, representando, no conjunto, cerca de 19% das pessoas que declararam esta como atividade principal.

As atividades de administração pública, defesa e seguridade social, educação e saúde também ocuparam um número significativo de pessoas, representando cerca de 25% das ocupações. Do mesmo modo, o setor da construção e o da indústria de transformação aparecem com destaque, representando, cada um, 7% das ocupações. As atividades domésticas e as “atividades mal especificadas” registraram 8%, cada uma. Apesar de predominar a presença masculina no mercado de trabalho de João Pessoa, destacaram-se os segmentos da educação, saúde e serviços domésticos com maior participação do trabalho feminino. Já as atividades como indústria de transformação, construção, comércio e reparação de veículos, transporte e armazenagem, administração pública e atividades mal especificadas, registraram a concentração do trabalho masculino. Deve-se ressaltar também que este último segmento, abrange tanto o trabalho feminino quanto o masculino, podendo mascarar algum tipo de relação informal no trabalho ou com baixa remuneração. No total das ocupações, os homens apareceram com 54% de participação e as mulheres com 46%.

Dos trabalhadores ocupados no município de João Pessoa, cerca de 45% possuem carteira de trabalho assinada, enquanto 21% estão ocupados sem carteira de trabalho assinada,

com maior expressividade do trabalho masculino no ano de 2010. Os que se declararam empregadores representam menos 2,1% da população ocupada no município de João Pessoa (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Mesmo que chame atenção a proporção de pessoas sem carteira assinada, esse valor é um dos melhores resultados ao ser considerada a realidade dos municípios paraibanos. O que se torna preocupante é a grande proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada que não contribui para a previdência social, 16,8% dos trabalhadores ocupados. Contudo, daqueles sem carteira assinada, a menor parte realiza contribuição para o instituto de previdência, o que representa cerca de 4,5% do total dos ocupados, somando homens e mulheres. Destacou-se o trabalho doméstico, representando 8% dos trabalhadores ocupados, e por conta própria, com 18,5%, com a predominância dos trabalhadores “sem carteira de trabalho assinada” e que não contribuem com a previdência social. Deve-se ressaltar que estas duas categorias de ocupações representam cerca de 27% da PEA ocupada de homens e mulheres que desempenham atividades em condições precárias ou desprotegidas no trabalho, merecendo atenção dos gestores municipais para atender este público e oferecer melhores condições de trabalho e proteção social. Além disso, os “trabalhadores para o próprio consumo” e “não remunerados” também representam o público mais vulnerável dos ocupados no município de João Pessoa com cerca de 1,6%, podendo estar em situação de fragilidade.

Quanto ao rendimento médio recebido por domicílio, registrou-se que a maior parte das unidades concentra rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos⁷, com 21% de participação. As unidades domiciliares que ganham até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, representam 3,0% juntos. Os domicílios com $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo são 9,8%. Nas demais faixas de rendimento, de 2 a 3, de 3 a 4 e de 4 a 5, registrou-se entre 15% e 16% dos domicílios. Destaca-se, ainda, os domicílios sem rendimento que representam quase 4% das unidades. Os dados ainda sinalizaram rendimentos de mais de 15 a 30 salários mínimos em apenas 6% dos domicílios em João Pessoa. O que se destaca, portanto, é o maior número de domicílios entre 1 e 2 salários mínimos (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Observou-se que aqueles que ocupavam o trabalho formal em 2010, com carteira de trabalho assinada, apresentaram uma média maior de remuneração em relação àqueles que não têm carteira de trabalho assinada. Do total dos empregados, se forem considerados os

⁷Salário mínimo de R\$ 510,00 com base no ano de 2010.

trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os que contribuem com a previdência social apresentaram um rendimento superior aos que não contribuem, R\$ 1.179,95 e R\$ 678,68, respectivamente. Em todas as atividades os homens apresentaram maiores remunerações, o que indica a fragilidade em que se encontra o trabalho feminino (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

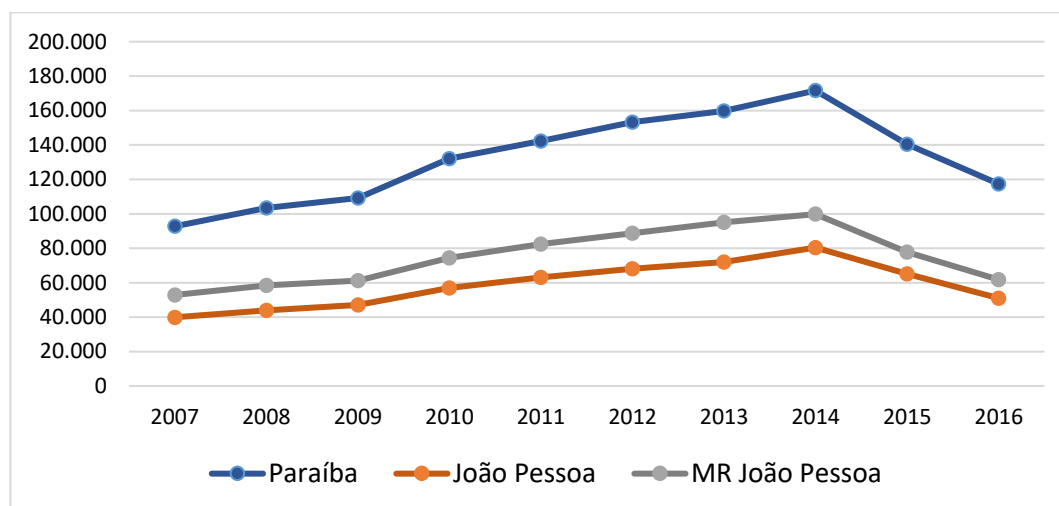
Os indicadores apresentaram os maiores rendimentos para o segmento da administração pública, defesa e seguridade social (R\$ 3.048,96) e nas atividades profissionais, científicas e técnicas (R\$ 2.796,32). As menores remunerações foram registradas para os trabalhadores domésticos, com rendimento médio de R\$ 447,23 e em “outras atividades de serviços”, com R\$ 913,29, abaixo do segmento “por conta própria”, que obteve rendimento médio de R\$ 1.399,91. Este valor foi superior à média do rendimento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada. A remuneração média dos que não possuíam carteira de trabalho assinada e sem contribuição para o instituto de previdência oficial ficou no patamar de R\$ 483,18 (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Em todos os casos, as remunerações foram menores para aqueles trabalhadores ocupados sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição para o instituto de previdência social, sendo marcante a presença do trabalho feminino com menor remuneração e sem proteção social.

Utilizando como referência as PNADs de 2012 a 2016, a taxa de desocupação das pessoas acima de 14 anos de idade localizou-se em torno de 10% para João Pessoa. Deve-se ressaltar a alta de 10,2% em 2015 para 11,5% em 2016, provavelmente como reflexo do período de crise econômica sobre o município.

A movimentação das admissões do emprego formal registraram um importante ponto de inflexão no período de 2007 a 2016. A taxa de crescimento das admissões foi de 88,7% entre 2007 e 2014, com queda no ritmo de crescimento (38%) entre 2014 e 2016, no estado da Paraíba. Essa tendência também foi verificada para João Pessoa e sua microrregião, considerando o mesmo período, o que pode indicar como a economia local está sendo impactada com a crise econômica nos últimos três anos. No caso dos desligamentos, a taxa de crescimento vem sendo mais acentuada na fase recente de crise, registrando saldos negativos entre admissões e desligamentos em 2015 e 2016.

Gráfico 2: Paraíba, João Pessoa e microrregião – Admissões no emprego formal de 2007 a 2016 (números absolutos)



Fonte: MTE. Elaboração própria, 2017.

Utilizando os dados das PNADs de 2012 a 2016, registrou-se aumento de 20% no rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no município de João Pessoa. Já no estado da Paraíba, a renda média real ficou em R\$ 1.401 em 2016, com taxa de crescimento no mesmo período de 13%.

Tabela 1: João Pessoa e Paraíba - Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade de 2012 a 2016 – R\$

Ano	Média anual real (em R\$)	
	JOÃO PESSOA	PARAÍBA
2012	2.047	1.235
2013	2.177	1.297
2014	2.425	1.420
2015	2.453	1.435
2016	2.457	1.401

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2012 a 2016.

4 Considerações finais

As mudanças ocorridas na economia e suas reverberações sobre o mercado de trabalho, trazem importantes desafios para os estados que apresentam menor desenvolvimento, especialmente, porque são frágeis quanto a geração de emprego e renda.

De modo geral, foi observada tendência de crescimento da PEA para o município de João Pessoa, mas não se observou mudanças marcantes que alterassem a estrutura do emprego no município. A maior parte das ocupações ainda está concentrada no setor de serviços e comércio, embora deva-se destacar o surgimento de novas atividades ligadas ao segmento do turismo e do telemarketing.

A renda média do trabalho principal ficou em torno de 2 salários mínimos em 2010 para o estado da Paraíba, realidade que também não se mostrou muito diferente nos últimos 5 anos, apesar da tendência de crescimento dos rendimentos. O curioso foi observar que entre 2014 e 2016 houve queda no ritmo de admissões do trabalho formal na Paraíba e João Pessoa, o que não foi acompanhado pela queda na renda média. Este fenômeno pode estar associado ao crescimento do trabalho autônomo ou informal no mesmo período, situação marcante no estado e na maioria dos pequenos municípios, mas que serve como importante alternativa de geração de ocupação e renda em fases de crise econômica.

Os desafios que se apresentam para o município encontram-se, especialmente, em tentar conciliar uma estrutura econômica conservadora mediante o processo em curso da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. O risco está em reproduzir um mercado de trabalho cada vez mais desigual, com o crescimento da informalização e precarização.

5 Referências

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. Revista Economia e sociedade, Campinas, jun. 1996.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. (2010) 'A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda', in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.

CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego – necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício de cidadania. Revista GEOUSP, Nº 10, 2001.



CAMPOS, A. POCHMANN, M. AMORIM, R., SILVA, R. Atlas da exclusão social do Brasil: dinâmica e manifestação territorial. Editora Cortez, 2004, São Paulo.

CARNEIRO, R. (2007) 'Dinâmica de Crescimento da Economia Brasileira: Uma Visão de Longo Prazo'. Texto para Discussão nº 130, agosto 2007. Campinas-SP: IE/Unicamp.

MORETTO, A. J., GIMENEZ, D. M. e PRONI, M. W.. **Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil**. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

NOVELLI, M. N. (2010) 'A Questão da Continuidade da Política Macroeconômica entre o Governo Cardoso e Lula (1995-2006)', *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36).

OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem?** Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFPG, 2006.

SALLUM Jr., B. e KUGELMAS, E. (2004) 'Sobre o Modo Lula de Governar', in: B. Sallum Jr. (org.) *Brasil e Argentina Hoje: Política e Economia*. Bauru-SP: USC.

SICSÚ, J., e OLIVEIRA, S. de C. (2003) 'Taxa de Juros e Controle de Inflação no Brasil', in: J. Sicsú, J. L. Oreiro e L. F. de Paula (orgs.). *Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento e Estabilidade de Preços*. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SICSÚ, J., PAULA, L. F. de; e MICHEL, R. (2005) 'Introdução', in: *Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social*. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

STIGLITZ, J. A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Editora Futura, 2006.